

F273 Faveret, Mário de Sá Campello.  
Um recorte do sujeito no discurso da ciência / Mário de Sá Campello  
Faveret. – 2013.  
182 f. : il., color, 30 cm.

Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e  
Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós  
Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2013.  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Alfredo Vidal de Carvalho

1. Ciência – Aspectos Sociais – Teses. 2. Teoria dos Jogos – Teses. 3.  
História Econômica – Teses. I. Carvalho, Luiz Alfredo Vidal de (Orient.). II  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em  
História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. III. Título.

CDD 306.4501



hcte história das ciências e das técnicas e epistemologia | HCTE - UFRJ

**MÁRIO DE SÁ CAMPELLO FAVERET**

## UM RECORTE DO SUJEITO NO DISCURSO DA CIÊNCIA

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, na linha de pesquisa em Epistemologia, Lógicas e Teorias da Mente, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Luís Alfredo Vidal de Carvalho

Rio de Janeiro

2013

MÁRIO DE SÁ CAMPELLO FAVERET

UM RECORTE DO SUJEITO NO DISCURSO DA CIÊNCIA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Aprovado por:

---

Luís Alfredo Vidal de Carvalho (Doutor, PESC/UFRJ)

---

Ricardo Silva Kubrusly (Doutor, HCTE/UFRJ)

---

Mércio Pereira Gomes (Doutor, HCTE/UFRJ)

---

Elcyon Caiado Rocha Lima (Doutor, FCE/UERJ)

---

Rosa Maria Esteves Moreira da Costa (Doutor, IME/UERJ)

---

Denise Maurano Mello (Doutor, PPMS/UNIRIO)

Rio de Janeiro  
2013

Dedico esta conquista à minha mãe, Marianne  
e a meu saudoso pai, Theodoro,  
que do céu nos ilumina.

## AGRADECIMENTOS

- Ao professor Luís Alfredo, que no já distante ano de 2007, acreditou neste trabalho e instruiu-me para ser ouvinte do programa do HCTE em 2008, além da orientação recebida nos momentos decisivos;
- Ao seu filho Israel, que por seu interesse como meu orientado em monografia na graduação da UERJ, acabou com muita felicidade me conduzindo a conhecer seu pai;
- Aos colegas do Departamento de Análise Econômica, à Faculdade de Ciências Econômicas, e à UERJ, pela licença que me permitiu escrever a tese em horário integral no ano de 2012. Sem este apoio inestimável, este texto não teria sido possível;
- À minha irmã Ana Cristina, por todo o apoio, e pelo inestimável e inteligente trabalho de revisar os originais e aprimorar a lógica interna do texto;
- Ao meu irmão Pedro, pelas intermináveis horas de conversas telefônicas em que me ajudou a superar as vicissitudes da vida, no prolongado e cansativo, mas também interessante e motivador trabalho de doutorando;
- Ao meu irmão Eduardo, meu cunhado Guilherme, minhas cunhadas Simone, Maria, e Juliana, e todos os sete sobrinhos Rodrigo, Mariana, Pedro, Felipe, Vicente, Inácio e Thiago, e à Maria Augusta, pelo convívio amável, distrações e risos que me proporcionaram;
- Ao professor Luiz Pinguelli, que me lecionou três disciplinas, e aos professores Ricardo Kubrusly e Nadja Paraense, que me lecionaram uma disciplina cada um, pelo reencontro da alegria e do prazer de ser novamente um aluno;
- Ao meu psiquiatra, Octávio Serpa, pelo diligente trabalho em meu apoio;
- À Sônia Ardilha, secretária da UERJ e psicanalista, pelas interessantes e esclarecedoras conversas em psicanálise;
- À Iraci Vasconcellos, pelos papos amigos, frequentes e intermitentes, pela internet;
- Aos meus amigos do Jardim Botânico, onde escrevi grande parte desta tese, pelas manhãs agradáveis que passamos juntos no paraíso.

## RESUMO

FAVERET, Mário de Sá Campello. Um Recorte do Sujeito no Discurso da Ciência, 2013. Tese (Doutorado em História das Ciências, e das Técnicas e Epistemologia) - HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta tese analisa o jogo pertencente à teoria dos jogos, conhecido como o dilema do prisioneiro. O objetivo é mostrar que este jogo comporta um aspecto econômico muito mais importante do que aquele reconhecido até hoje, e que, além disso, permite uma análise epistemológica igualmente relevante. O aspecto econômico consiste em que todas as situações concernentes às perversões da lei social por meio de conluíus, podem ser modeladas por meio do referido dilema, como situações econômicas que afastam a economia do ótimo de Pareto. Mais ainda, em virtude da tendência da produtividade crescer, e do desemprego aumentar, deve-se esperar um acirramento cada vez maior dos conluíus estruturados como um dilema do prisioneiro. A análise epistemológica considera que o sujeito é ele próprio uma relação entre o eu e o outro, e que o dilema do prisioneiro é uma característica ontológica do ser. Daí é possível traçar uma histórica psíquica da humanidade. A conclusão tanto do aspecto econômico quanto da análise epistemológica, é que se deve considerar a redistribuição de renda como uma política econômica que amenizará o dilema do prisioneiro e permitirá à humanidade a passagem para um modo mais avançado do ser.

Palavras-chave: Economia. Psicanálise. Epistemologia. Teoria dos Jogos.

## ABSTRACT

FAVERET, Mário de Sá Campello. Um Recorte do Sujeito no Discurso da Ciência, 2013. Tese (Doutorado em História das Ciências, e das Técnicas e Epistemologia) - HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This thesis analyzes the game prisoner's dilemma, which pertains to the game theory. It aims to show that this game involves a much more important economic aspect than is recognized today, and it allows a relevant epistemological analysis, as well. The economic aspect is that all situations concerning to perversions of the social law through collusions can be modeled by using the above dilemma, as economic situations that deviate the economy from Pareto's optimality. Further, because of the trends of increasing productivity, and increasing unemployment, one should expect intensification in collusions structured as a prisoner's dilemma. The epistemological analysis considers that the subject is itself a relationship between the ego and the other, and the prisoner's dilemma is itself an ontological characteristic of being. It is possible then to draw a mankind psychic history. The conclusion of both the economic aspect as the epistemological analysis is that one should consider the redistribution of income as an economic policy that will ease the prisoner's dilemma and allow humanity to move on to a more advanced way of being.

Keywords: Economics. Psychoanalysis. Epistemology. Game Theory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Gráfico da escolha do investidor.....	21
Figura 3.1 – Gráfico da escolha do produtor .....	61
Figura 3.2 - Gráfico do caminho para o estado estacionário .....	62
Figura 3.3 - Gráfico da substituição do trabalho .....	66
Figura 3.4 - Gráfico da escolha do consumidor .....	82
Figura 3.5 - Mapa das curvas de indiferença .....	82
Figura 3.6 - A caixa de Edgeworth .....	84
Figura 3.7 – A alocação final M da dotação inicial W .....	85
Figura 3.8 - A curva de contrato .....	86
Figura 3.9 - Visões da equidade.....	88
Figura 3.10 – Exemplo de região de inequidade .....	94
Figura 3.11 – O Fásccio romano.....	95
Figura 3.12 – A síntese nazista .....	95
Figura 4.1 - Mapeamento do recorte do sujeito.....	122
Figura 4.2 - A dinâmica da lei social.....	133
Figura 4.3 - Mecanismo de emergência da lei social .....	140
Figura 4.4 - Rede 1-3 .....	165

## LISTA DE TABELAS

Tabela 2-1 - Matriz de ganhos do dilema do prisioneiro.....	8
Tabela 2-2 - Dilema do prisioneiro recorrente nos refrigerantes .....	12
Tabela 2-3 - Taxa Interna de Retorno (%) para $p=1$ .....	14
Tabela 2-4 - The Prisoner's Dilemma .....	15
Tabela 2-5 - Taxa Interna de Retorno (%) para séries perpétuas .....	16
Tabela 2-6 - Estratégias possíveis do primeiro jogador .....	18
Tabela 2-7 - Taxa Interna de Retorno (%) para $p=0,9$ .....	19
Tabela 2-8 - Risco e retorno no dilema dos refrigerantes.....	21
Tabela 2-9 - Burla no cartel .....	25
Tabela 2-10 – Armamentismo .....	27
Tabela 2-11 - Controle de armamentos.....	28
Tabela 2-12 - Externalidades como dilema .....	35
Tabela 2-13 - O dilema dos impostos.....	36
Tabela 2-14 - O dilema da influência.....	38
Tabela 2-15 - O dilema assimétrico.....	41
Tabela 2-16 - O dilema da corrupção.....	41
Tabela 2-17 - O dilema da sociedade .....	44
Tabela 3-1 - Cronologia das ondas longas.....	49
Tabela 3-2 - O dilema da repartição.....	81
Tabela 3-3 - Quatro visões da equidade .....	89
Tabela 3-4 - Interpretações do segundo princípio .....	102
Tabela 4-1 - A analogia computacional .....	113
Tabela 4-2 - A sexuação e suas fórmulas .....	123
Tabela 4-3 - Os três modos de negação do Édipo .....	152

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1	OBJETIVO .....	2
<b>2</b>	<b>O DILEMA DO PRISIONEIRO</b> .....	6
2.1	A HISTÓRIA DO DILEMA .....	6
2.2	APRESENTAÇÃO DO DILEMA .....	7
2.3	A OBJETIVIDADE NO DILEMA .....	11
2.3.1	Fuga do dilema do prisioneiro .....	11
2.3.2	A emergência da cooperação .....	14
2.3.3	A escolha do investidor .....	17
2.4	A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO .....	22
2.5	QUANDO O DILEMA BENEFICIA A SOCIEDADE .....	24
2.6	QUANDO O DILEMA PREJUDICA A SOCIEDADE .....	26
2.6.1	A corrida armamentista .....	26
2.6.2	A origem da guerra .....	31
2.6.3	As externalidades como dilema .....	34
2.6.4	O conluio como dilema .....	36
2.7	AS MÚLTIPLAS FACES DO SUJEITO .....	42
<b>3</b>	<b>O DILEMA DA SOCIEDADE</b> .....	46
3.1	O ACIRRAMENTO DO DILEMA .....	46
3.1.1	A questão da produtividade .....	46
3.1.2	Os ciclos econômicos de longo prazo .....	48
3.1.3	A dinâmica dos mercados .....	52
3.1.4	O final da globalização .....	55
3.1.5	O caminho para o estado estacionário .....	60
3.1.6	A substituição do trabalho .....	65
3.1.7	A teoria econômica e suas perversões .....	71
3.1.8	A perversão na bolsa de valores .....	78
3.1.9	Redução da jornada ou redistribuição de renda? .....	79
3.2	O EQUILÍBRIO GERAL .....	81
3.2.1	A escolha do consumidor .....	81
3.2.2	A caixa de Edgeworth .....	83
3.2.3	Os teoremas do bem estar social .....	87
3.2.4	As quatro visões da equidade .....	88
3.3	O DILEMA NO EQUILÍBRIO GERAL .....	91

3.3.1	A questão cultural .....	91
3.3.2	O equilíbrio geral revisitado .....	93
3.3.3	A visão rawlsiana revisitada.....	96
3.3.4	A emergência da redistribuição.....	98
<b>4</b>	<b>A EMERGÊNCIA DA LEI SOCIAL .....</b>	<b>107</b>
4.1	DO INCONSCIENTE AO GRANDE OUTRO .....	107
4.2	O RECORTE NO DISCURSO .....	113
4.2.1	A analogia computacional .....	113
4.2.2	Os eixos imaginário e simbólico.....	117
4.2.3	Mapeando o recorte do sujeito.....	121
4.3	A EMERGÊNCIA DA LEI .....	125
4.3.1	Elementos da lei .....	125
4.3.2	A evidência da lei.....	130
4.3.3	A forma da lei .....	135
4.4	A HISTÓRIA DA CONSCIÊNCIA .....	141
4.4.1	A pré-história matriarcal e patriarcal .....	141
4.4.2	O patriarcado na história.....	145
4.5	A EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA .....	158
4.6	LIBERDADE, LIVRE-ARBÍTRIO E DETERMINISMO.....	165
4.6.1	Livre arbítrio e determinismo do sujeito .....	165
4.6.2	Livre arbítrio e determinismo da espécie humana.....	167
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>171</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>177</b>

# 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Lionel Robbins,

E, como os homens são criaturas repletas de desejos e aspirações ilimitadas, sua ação econômica envolverá, necessariamente, permanentes atos de escolha (...). A Economia é, pois, a ciência que estuda as formas do comportamento humano, resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos (ROSSETTI, 1984, p. 46).

Em outras palavras, nesta definição neoclássica, a economia tenta repartir recursos escassos entre necessidades ilimitadas.

Após a primeira guerra mundial, adveio à Keynes (RIMA, 1977, p. 497), “a percepção de que o problema econômico tinha outro aspecto, qual seja a pobreza em meio à opulência”, isto é,

A alocação racional de recursos é o único problema somente quando todos os recursos que buscam emprego podem ser absorvidos pelo processo de produção (...). Um equilíbrio de pleno emprego é somente um dentre muitos equilíbrios possíveis e as análises clássica e neoclássica são, portanto, um caso especial e não geral (RIMA, 1977, p. 497).

Assim, para os neoclássicos, a questão econômica está no uso alternativo de recursos, enquanto que para os Keynesianos se adiciona ainda a questão do pleno emprego. Entretanto parece que nas definições anteriores ainda restou semiculto um caminho a explorar no que tange às necessidades, qual seja, seriam elas de fato *ilimitadas*?

De acordo com a corrente principal, neoclássica, a utilidade proporcionada por uma unidade adicional de um bem consumido, chamada de utilidade marginal, é decrescente, o que significa que todo consumidor chega a um ponto de saciedade (VARIAN, 2006, p. 45) quanto a um determinado bem. Como o número de tipos de bens existentes é limitado, conclui-se que as necessidades humanas devem ter um limite, que os opulentos já alcançaram.

É forçoso então separar na primeira citação desejos e aspirações de necessidades. Necessidades são limitadas, enquanto desejos são ilimitados, o que transforma a definição neoclássica em *recursos escassos para desejos ilimitados*. É aqui, nesta pequena definição que algo importante se delinea. Enquanto a palavra *recursos* situa-se exclusivamente no campo econômico, a palavra *desejos* está mais para a filosofia ou para a psicanálise, evidenciando uma ponte para um saber além do econômico.

Mais ainda, na psicanálise o desejo não é ilimitado, mas sim impossível, por tratar-se do desejo por um objeto para sempre perdido, como a mama da mãe na amamentação. Portanto

retrabalhando chega-se a uma nova definição, *recursos escassos para desejos impossíveis*, a qual mostra que a economia trata com registros de diferentes ordens. Enquanto recursos e necessidades são da ordem do material, desejos são da ordem da psique, e isto introduz certa desconexão, pois os resultados materiais raramente, ou mesmo nunca, serão suficientes, pouco importa quanto se produza.

Portanto, qual saber além do econômico introduz a palavra desejo? Um saber filosófico sobre o sujeito do conhecimento, visualizado em um trecho que ressalta a diferença entre o sujeito contemplativo de Descartes, e o sujeito deseante de Hegel: “Logo, não é a contemplação puramente cognitiva e passiva que está na base da consciência-de-si, isto é, da existência verdadeiramente humana (e, portanto – no fim de contas – da existência filosófica), mas o desejo” (KOJÈVE, 2002, p. 162).

E é exatamente em Descartes que se encontra o nó górdio da questão. O sujeito cartesiano é a-histórico, sem extensão, “reduzindo a um ponto o fundamento da certeza inaugural” (LACAN, 1998b, p. 46). Na verdade, o sujeito cartesiano – o qual inaugura a certeza de que pensa e existe - é necessário para uma edificação científica, mas não é suficiente para embasar toda e qualquer forma de ciência, sendo que para isso é preciso adicionar um sujeito psiquicamente evolutivo, o qual se poderia chamar de lacaniano / hegeliano.

Parafraseando Dor (1989, p. 24) “Esta concepção (estrutural) se coloca na linha de uma perspectiva heurística que procede por generalização englobante”. O sujeito cartesiano, assim como a ciência que este sujeito pratica, não está em erro, mas é um caso particular de um sujeito lacaniano / hegeliano mais geral, o qual será objeto desta tese.

## 1.1 OBJETIVO

O objetivo desta tese é mostrar que se pode recortar na ciência econômica um sujeito lacaniano / hegeliano mais geral que o sujeito cartesiano, e que este recorte é relevante para as ciências sociais. Para que este objetivo fique claro, convém esclarecer (1) quem é o sujeito cartesiano na ciência econômica, (2) qual é a relevância deste recorte, e (3) por que este recorte é feito sobre o dilema do prisioneiro, da teoria dos jogos.

### **O sujeito cartesiano**

O sujeito cartesiano na ciência econômica é o chamado *homo oeconomicus*, que analisa e escolhe entre opções dadas. Na corrente principal neoclássica microeconômica, este é um

sujeito atomístico, que está só (exceto na caixa de Edgeworth e na teoria dos jogos), não interagindo em grupos (exceto na teoria dos jogos), e cuja racionalidade é estar satisfeito sempre com mais do que com menos. Estar só para decidir objetivamente é uma situação que deixa de lado tanto o interagir em grupos, como também a hierarquização social, os quais estão presentes, por exemplo, nos conluios.

### **Relevância**

A troca do sujeito cartesiano por um sujeito lacaniano / hegeliano mais abrangente permite que se introduza uma estrutura da mente cuja psique evolui ao longo da pré-história e da história. Confrontando-se a estrutura lacaniana da mente e a evolução psíquica hegeliana, com a pré-história e a história, foi possível determinar nesta investigação a emergência de uma lei (CARVALHO & KUBRUSLY, 2007), muito nos moldes de Buckle, para quem a lei mental espelhava o progresso da civilização.

Porque a medida da civilização é o triunfo da mente sobre agentes externos, se torna claro, que das duas classes de leis as quais regulam o progresso da humanidade, a classe mental é mais importante do que a física (...) e a descoberta das leis da história europeia é resolvida, em primeira instância, pela descoberta das leis da mente humana. Estas leis mentais, quando determinadas, serão a base última da história da Europa (BUCKLE, 1973, p. 132) <sup>1</sup>.

A lei, tida aqui tanto como lei mental quanto como lei social, emergiu lentamente em meio aos milênios, e depois através dos séculos, sem se dar a perceber, pois “A lei, logo que aparece, apresenta-se impura, envolta no ser sensível singular; e o conceito, que constitui a natureza da lei, submerso na matéria empírica” (HEGEL, 2008, p. 187). Trata-se, nesta emergência da lei social, essencialmente da ressignificação da palavra irmandade, começando na lei do bando – ou irmandade dos *para si* iguais *em si diferentes*, e terminando futuramente na equidade – ou irmandade dos *para si* diferentes *em si iguais*, onde se dará o fim da história, entendido isto como a história das guerras do homem<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Traduzido de: For the measure of civilization is the triumph of the mind over external agents, it becomes clear, that of the two classes of laws which regulate the progress of mankind, the mental class is more important than the physical (...) and a discovery of the laws of European history is resolved, in the first instance, into a discovery of the laws of the human mind. These mental laws, when ascertained, will be the ultimate basis of the history of Europe.

<sup>2</sup> Para Kojève, comentador de Hegel, o fim da história é marcado pelo fim das guerras. “O desaparecimento do homem no fim da história não é portanto uma catástrofe cósmica: o homem continua vivo como animal que está de acordo com a natureza ou o Ser dado. O que desaparece é o homem propriamente dito, isto é, a ação negadora do dado e o erro, ou, em geral, o sujeito oposto ao objeto. De fato, o fim do tempo humano ou da história, isto é, o aniquilamento definitivo do homem propriamente dito ou do indivíduo livre e histórico, significa simplesmente a cessação da ação no sentido forte do termo. O que na prática quer dizer: o desaparecimento das guerras e das revoluções sanguinolentas” (KOJÈVE, 2002, p. 410).

Assim, a determinação desta lei tornou possível a previsão do próximo estágio evolutivo da humanidade, embora determinada para um tempo lógico (LACAN, 1978e), ou seja, é uma previsão que irá se realizar, mas em um período de tempo indeterminado, pois é condicionada à rapidez de aprendizado do sujeito. Em outras palavras, é um determinismo lógico, onde se preserva o livre arbítrio, pois o sujeito não é obrigado a aprender, embora a outra opção seja ficar a repetir comportamentos destrutivos.

Outro aspecto importante é que os comportamentos de bando da humanidade, remanescentes da lei do bando, são hoje apresentados em função da emergência da lei, como estados mentais primitivos que se manifestam em certas circunstâncias, pervertendo a lei. Com isto estes comportamentos deixam de ser considerados irracionais para se incluírem dentro de uma ordem teórica pré-estabelecida, a qual explica conluios e movimentos de grupos, como por exemplo, o fascismo, comunismo, nazismo, e até mesmo o liberalismo.

A emergência da lei social em direção à equidade caracteriza-a como a construção de uma lei moral, esculpida na lei do bando, algo como o imperativo categórico de Kant, cercado pela sua própria perversão, em uma espécie de “Kant com Sade” (LACAN, 1998a). Sobre este aspecto da lei social como lei moral, diz Buarque:

A ideia é de que na Ciência Econômica, diferentemente das Ciências Físicas, a ética não será externa ao corpo epistemológico, mas fará parte do conjunto de leis do conhecimento utilizado para captar a realidade. Nas Ciências Físicas, a ética é uma opção individual do cientista, que a utiliza para regular o uso de conhecimento. Na economia, a ética não será do economista, mas da Ciência Econômica. Ela seria incorporada ao arcabouço da racionalidade em si mesma. A ética faria parte do conhecimento, a racionalidade estaria subordinada a seus propósitos (BUARQUE, 2007, p. 58).

### **O dilema do prisioneiro**

Este dilema é a clássica situação de interrogatório em que dois prisioneiros são interrogados em salas separadas, com delação premiada para redução de pena, caso um confesse implicando o outro. O melhor resultado para ambos seria que não confessassem, pois as penas seriam menores. Pela teoria, quando o jogo é jogado um número indefinido de vezes, pode ocorrer que ambos confessem, ou não, dependendo da expectativa em relação à continuidade do jogo.

Acontece que esta expectativa depende de qual sujeito se está considerando, se o cartesiano ou o lacaniano / hegeliano. Escolher o segundo transfere o resultado do jogo do campo do objeto da ciência (pois o dilema do prisioneiro é um objeto da ciência) para o campo do

sujeito, e, portanto para a emergência da lei social, sendo esta uma razão para o recorte do sujeito se dar sobre este jogo.

Ao longo desta tese irá se mostrar que a estrutura do jogo reproduz em termos básicos a estrutura lacaniana da mente, e que os quatro resultados possíveis do jogo servem de inspiração para uma história da humanidade em consonância com a evolução psíquica hegeliana. Em outras palavras, o resultado do dilema do prisioneiro é consequência de uma evolução cultural, e poderia ter tido um resultado diferente há milênios atrás, bem como poderá ter outro diferente no futuro, próximo ou distante. O próximo estágio lógico desta evolução cultural, segundo se prevê nesta tese, serão políticas econômicas em direção a uma maior equidade, por meio de distribuição de renda.

## 2 O DILEMA DO PRISIONEIRO

### 2.1 A HISTÓRIA DO DILEMA

O dilema do prisioneiro faz parte da teoria dos jogos, estabelecida por John Von Neumann e Oskar Morgenstern como uma nova abordagem para a economia. Observe-se no trecho abaixo que a abordagem tradicional baseada nas ciências físicas – que aqui se pode equiparar ao sujeito contemplativo de Descartes – é descrita como pobre, face à abordagem dos jogos, em que vários sujeitos podem participar, muitas vezes com objetivos conflitantes – que se aproxima do sujeito desejante de Hegel.

Em seu livro *The Theory of Games and Economic Behavior* (1944), Von Neumann e Morgenstern declararam que a matemática desenvolvida para as ciências físicas, a qual descreve o funcionamento de uma natureza imparcial, era um modelo pobre para a economia. Eles observaram que a economia é muito mais como um jogo, aonde os jogadores antecipam os movimentos mútuos, e, portanto requer um novo tipo de matemática, a qual eles chamaram de teoria dos jogos. (O nome pode ter sido mal especificado—a teoria dos jogos geralmente não compartilha a diversão ou a frivolidade associada a jogos) (Encyclopædia Britannica online, 2012, verbete “game theory”)<sup>3</sup>.

Alguns anos mais tarde, em 1950, John Nash completa seu doutorado, aos 22 anos, publicando a tese “Non-cooperative Games”, com isso reorientando a teoria dos jogos para a área dos jogos não cooperativos, do qual faz parte o dilema do prisioneiro. Em 1994, aos 66 anos, Nash recebe o prêmio Nobel de economia, em reconhecimento à sua contribuição para o desenvolvimento da teoria dos jogos.

No mesmo ano em que Nash publica sua tese, Merrill Flood e Melvin Dresher dão a forma geral ao dilema do prisioneiro, possivelmente em uma aplicação à estratégia nuclear global, pois aqueles eram os anos da guerra fria. Mas foi Albert Tucker quem tornou este jogo conhecido na forma do dilema do prisioneiro.

Jogos com a estrutura do dilema do prisioneiro foram elaborados e discutidos por Merrill Flood e Melvin Dresher em 1950, como parte de uma investigação sobre a teoria dos jogos, feita pela Corporação Rand (a qual interessava à Rand devido a possíveis aplicações na estratégia nuclear global). O título “dilema do prisioneiro”, e a versão com sentenças de prisão como resultados são devidas a Albert Tucker, o qual queria fazer as ideias de Flood e Dresher mais acessíveis para uma audiência de psicólogos de Stanford. Embora Flood e Dresher não tenham se apressado a publicar suas ideias em artigos de jornais externos, o jogo atraiu atenção generalizada em uma variedade de disciplinas. Christian Donniger relata que “mais do que mil

<sup>3</sup> Traduzido de: In their book *The Theory of Games and Economic Behavior* (1944), Von Neumann and Morgenstern asserted that the mathematics developed for the physical sciences, which describes the workings of a disinterested nature, was a poor model for economics. They observed that economics is much like a game, wherein players anticipate each other’s moves, and therefore requires a new kind of mathematics, which they called game theory. (The name may be somewhat of a misnomer—game theory generally does not share the fun or frivolity associated with games).

artigos” sobre ele foram publicados nos anos sessenta e setenta. Uma bibliografia (Axelrod e D'Ambrosio) de escritos entre 1988 e 1994 que pertence à pesquisa de Robert Axelrod no assunto, lista 209 entradas. Desde então o fluxo não mostrou sinais de abatimento (Stanford encyclopedia of philosophy, 2012, verbete “Prisoner’s Dilemma”) <sup>4</sup>.

O interesse até hoje despertado pelo dilema do prisioneiro, como evidenciado na citação anterior, deve-se a que este jogo, quando repetido, torna-se um dilema indeterminado entre cooperar ou não cooperar, dado que a solução apresentada é de certa forma um nominalismo, na verdade remetendo a questão de volta ao sujeito do conhecimento. Neumann esperava exatamente ao contrário, que a teoria dos jogos fosse uma solução definitiva para a economia (STRATHERN, 2003, p. 252).

Como ressaltou o biógrafo de Von Neumann, Steve J. Heims: Se a crença de Neumann-Morgenstern realmente se justificasse, os elementos de competitividade e agressividade na sociedade contemporânea estariam contidos no formalismo de uma teoria matemática estritamente axiomática, e o problema da escolha “sensata”, ou ação “racional” seria reduzido a uma matéria de cálculo (STRATHERN, 2003, p. 248).

## 2.2 APRESENTAÇÃO DO DILEMA

Uma versão do dilema é a seguinte: dois prisioneiros, mantidos em celas separadas, sem poderem se comunicar, são acusados de um crime. Se um prisioneiro confessa, implicando o outro, e o outro não, aquele que confessou será libertado e o outro passará seis meses na prisão. Se nenhum confessar, serão mantidos por um mês na prisão, para averiguações. Se ambos confessarem, serão encarcerados por três meses. Se cada um dos prisioneiros decidir o que fazer com base em seu interesse individual, ele perceberá que é melhor confessar, não importa o que o outro faça. Paradoxalmente, quando cada prisioneiro age egoisticamente confessando, o resultado de ambos é pior do que seria se eles tivessem cooperado entre si.

A apresentação gráfica do jogo para dois jogadores, denominada matriz de ganhos, é apresentada na tabela 2.1 (VARIAN, 2006, p. 548). As duas estratégias de ambos os jogadores neste jogo são confessar e negar o crime. Em cada célula da tabela estão dois

---

<sup>4</sup> Traduzido de: Puzzles with the structure of the prisoner's dilemma were devised and discussed by Merrill Flood and Melvin Dresher in 1950, as part of the Rand Corporation's investigations into game theory (which Rand pursued because of possible applications to global nuclear strategy). The title “prisoner's dilemma” and the version with prison sentences as payoffs are due to Albert Tucker, who wanted to make Flood and Dresher's ideas more accessible to an audience of Stanford psychologists. Although Flood and Dresher didn't themselves rush to publicize their ideas in external journal articles, the puzzle attracted widespread attention in a variety of disciplines. Christian Donniger reports that “more than a thousand articles” about it were published in the sixties and seventies. A bibliography (Axelrod and D'Ambrosio) of writings between 1988 and 1994 that pertain to Robert Axelrod's research on the subject lists 209 entries. Since then the flow has shown no signs of abating.

números, sendo o primeiro o ganho do jogador A, e o segundo o ganho do jogador B. Os valores são negativos por que se trata de perdas, ou seja, da pena de prisão em meses.

**Tabela 2-1 - Matriz de ganhos do dilema do prisioneiro**

		Jogador B	
		Nega	Confessa
Jogador A	Nega	-1, -1	-6, 0
	Confessa	0, -6	-3, -3

Para o jogador A, a linha da estratégia *confessa* apresenta os resultados 0 e -3, e a linha da estratégia *nega* apresenta os resultados -1 e -6. Como  $(0 > -1)$  e  $(-3 > -6)$ , confessar é sempre melhor do que negar qualquer que seja a estratégia do jogador B. Diz-se então que o jogador A tem como estratégia dominante confessar.

Para o jogador B, a coluna da estratégia *confessa* apresenta os resultados 0 e -3, e a coluna da estratégia *nega* apresenta os resultados -1 e -6. Como  $(0 > -1)$  e  $(-3 > -6)$ , confessar é sempre melhor do que negar qualquer que seja a estratégia do jogador A. Diz-se então que o jogador B tem como estratégia dominante confessar.

Como cada um dos jogadores tem como estratégia dominante confessar, o resultado do dilema do prisioneiro é a célula  $\{(confessa, confessa) \text{ ou } (-3, -3)\}$ , chamado de equilíbrio de estratégias dominantes. Este é também o resultado não cooperativo do jogo, em que cada um busca o melhor resultado para si.

Um equilíbrio de Nash é um resultado do jogo em que um jogador escolhe sua melhor estratégia, condicionada à estratégia que o outro adotou, e vice-versa. Um jogo de duas pessoas em estratégias puras, que é quando não se pode variar a estratégia escolhida, pode ter dois equilíbrios de Nash, um, ou mesmo nenhum equilíbrio de Nash. O equilíbrio em estratégias dominantes, que é o resultado do dilema do prisioneiro, é um caso particular do equilíbrio de Nash, pois cada jogador escolhe sempre a mesma estratégia, qualquer que seja a estratégia escolhida pelo outro jogador.

Observa-se que o melhor resultado para ambos os jogadores em conjunto seria  $\{(nega, nega) \text{ ou } (-1, -1)\}$ , que é o chamado resultado cooperativo do jogo, onde os jogadores *cooperam um com o outro negando*, para alcançar o melhor resultado. Mas se um dos jogadores cooperar negando, o outro por não cooperar, confessando, será libertado, e o

jogador que cooperou ficará com o pior resultado  $(-6)$ . Por isso o resultado cooperativo não é alcançado.

Neste jogo, o resultado cooperativo  $(-1, -1)$  é Pareto<sup>5</sup> eficiente (ou ótimo de Pareto), ou seja, é uma situação em que não se pode aumentar a satisfação de uma das partes sem diminuir a satisfação da outra parte. O resultado do jogo  $(-3, -3)$  não é Pareto eficiente, por que se pode aumentar a satisfação de ambos os jogadores indo para  $(-1, -1)$ .

O fato de que o resultado do dilema do prisioneiro não é Pareto eficiente é uma situação que o diferencia da teoria microeconômica tradicional, mais exatamente da teoria do equilíbrio geral, onde o equilíbrio alcançado é Pareto eficiente. No capítulo tres esta discrepância será explorada, para mostrar que a generalidade do dilema do prisioneiro como situação cotidiana, pode ter muita importância na distorção do resultado do equilíbrio geral.

Outro aspecto do dilema do prisioneiro é que se trata de um jogo onde cada jogador adota implicitamente uma estratégia *maximin*, onde se maximiza o mínimo ganho. A estratégia onde aparece o mínimo ganho  $(-6)$  é *nega*, de modo que o jogador escolhe sempre a outra estratégia, que é *confessa*, de modo a aumentar o mínimo ganho. A estratégia *maximin* é uma estratégia conservadora, onde o jogador não quer correr nenhum risco de ficar com o pior resultado.

Até agora, a análise foi feita para o caso em que o jogo acontece uma vez apenas, e como se viu, o resultado é interessante, pois existe um resultado racional, mas que não é o melhor possível para os jogadores. Entretanto, nada impede os jogadores de conseguirem atingir o melhor resultado, cooperando, exceto o fato de que não existe coordenação das escolhas. Por isso, em teoria dos jogos, este jogo pertence à classe dos jogos de coordenação, onde os ganhos dos participantes são maiores quando eles coordenam suas estratégias. Porém no dilema do prisioneiro jogado uma vez, não há como estabelecer comunicação, e, portanto não há coordenação e nem cooperação.

---

<sup>5</sup> Vilfredo Pareto, (born July 15, 1848, Paris, France — died August 19, 1923, Geneva, Switzerland), Italian economist and sociologist who is known for his theory on mass and elite interaction as well as for his application of mathematics to economic analysis (...). He laid the foundation of modern welfare economics with his concept of the so-called Pareto Optimum, stating that the optimum allocation of the resources of a society is not attained so long as it is possible to make at least one individual better off in his own estimation while keeping others as well off as before in their own estimation. He also introduced “curves of indifference”, analytic instruments that did not become popular until the 1930s (Encyclopædia Britannica online, 2012, verbete “Vilfredo Pareto”)

## Jogos repetidos

Uma maneira de escapar ao dilema do prisioneiro seria ampliar o jogo acrescentando novas escolhas, isto é, repetições do jogo, onde os resultados anteriores do jogo são utilizados como forma de comunicação entre os jogadores, para estabelecer coordenação. Aqui duas situações são possíveis, dependendo de o jogo ser jogado por um número fixo ou indefinido de vezes.

O número fixo de vezes recai no caso do dilema jogado uma vez só, já que “1” é um número fixo de vezes. Suponha-se que o número fixo é três. Na terceira rodada nenhum dos prisioneiros tem disposição de cooperar, pois como o jogo acaba ali, será mais vantajoso não cooperar, pois afinal, jogar pela última vez é como jogar uma vez só. Voltando uma rodada atrás, na segunda, os jogadores já sabem que na terceira rodada não haverá cooperação, então a segunda será a última em que poderá haver cooperação. Mas se é a última, será mais vantajoso não cooperar, como na terceira, e assim também para a primeira rodada, com os jogadores terminando por não cooperar em nenhuma rodada. Em outras palavras:

Os jogadores cooperam porque tem a esperança de que a cooperação induza a mais cooperação no futuro. Mas isso exige que haja sempre a possibilidade de um jogo futuro. Como não há possibilidade de jogo futuro na última rodada, ninguém cooperará. Mas então por que alguém deveria cooperar na penúltima rodada? Ou na antepenúltima? E vai por aí – a solução cooperativa “desenreda-se” a partir do fim num dilema do prisioneiro com um número conhecido e fixo de jogadas (VARIAN, 2006, p. 550).

Mas se o jogo acontecer por um número indefinido de vezes, o jogador poderá induzir uma cooperação baseado em duas estratégias: estabelecimento de reputação, e retaliação. Como os ganhos futuros de ambos os jogadores serão maiores caso haja cooperação, o jogador inicia cooperando, para criar uma reputação que sinaliza para o outro o que se espera dele. Caso o outro jogador não coopere, então o primeiro jogador retalia não cooperando na próxima jogada, só perdendo (voltando a cooperar) caso o outro jogador coopere primeiro. Esta estratégia de retaliação é conhecida como “olho por olho”.

As estratégias de estabelecer reputação, e de retaliação, tentam criar uma coordenação implícita ao sinalizar para o outro jogador o que irá acontecer em cada jogada, e com isso aumentar as chances da cooperação aparecer. Mas embora teoricamente o aparecimento de cooperação dependa da expectativa de continuidade do jogo, esta expectativa é em última análise uma escolha do sujeito, conforme apresentado na seção 2.3.3.

Embora dois casos sejam possíveis, do dilema jogado por um número fixo ou por um número indefinido de vezes, na vida real é muito difícil que o número fixo de vezes se apresente.

Como saber se um dilema do prisioneiro, nas suas várias formas, uma vez jogado não tornará a se repetir? De modo que na prática o jogo sempre recai na repetição por um número indefinido de vezes, e a estratégia de um jogador oscilará entre a cooperação e a não cooperação, dependendo da expectativa do sujeito em relação à continuidade do jogo.

Aí está um ponto importante desta investigação. Com a consideração de um sujeito lacaniano / hegeliano, a expectativa do sujeito passa a abranger a emergência da lei social, além do campo do objeto (da ciência), vindo daí seu nome: um recorte do sujeito no discurso da ciência (no caso a teoria dos jogos).

Dado que a expectativa de continuidade do jogo torna-se agora também subjetiva, além de objetiva, esta expectativa passa então a ser fixada na emergência da lei social, ao qual o sujeito está submetido, e na perversão desta lei. Com isto poder-se-á também explicar por que o resultado do dilema do prisioneiro difere do equilíbrio geral em termos de eficiência de Pareto.

## 2.3 A OBJETIVIDADE NO DILEMA

Nesta seção se mostra como é feita a escolha objetiva do sujeito no dilema repetido do prisioneiro. Começa-se pelas duas abordagens para o cálculo da expectativa de continuidade do jogo, a primeira determinística, como se houvesse certeza do jogo continuar, e a segunda probabilística. Em termos matemáticos, a abordagem determinística é a probabilística com probabilidade igual a um, mas pode-se entender melhor o procedimento ao passar da primeira, mais intuitiva, para a segunda. Ao final se aborda a questão da escolha do sujeito.

### 2.3.1 Fuga do dilema do prisioneiro

Duas empresas, Pepsi e Coca-Cola, concorrem no mercado de refrigerantes, sendo intenção d'estas empresas manterem preços altos, ganhando \$12.000. Porém se uma abaixa os preços unilateralmente por meio de descontos, invade o mercado da outra, auferindo um ganho extraordinário de \$17.000, enquanto a outra ganha apenas \$6.000. Caso ambas baixem os preços, ganham \$8.000. A matriz de ganhos (MCGUIGAN, MOYER, & HARRIS, 2006, p. 330) deste dilema do prisioneiro segue na tabela 2.2, com os valores em milhares.

**Tabela 2-2 - Dilema do prisioneiro recorrente nos refrigerantes**

		Coca-Cola	
		Preços Altos	Descontos
Pepsi	Preços Altos	12, 12	6, 17
	Descontos	17, 6	8, 8

Vai-se supor que ambas as companhias iniciam cooperando com o objetivo de estabelecer reputação, mantendo preços altos (12,12). Em algum momento posterior uma delas subitamente deixa de cooperar oferecendo descontos {(17,6) ou (6, 17)}. Na jogada seguinte a outra companhia retalia oferecendo também descontos (8,8), e assim ambas prosseguem oferecendo descontos pelo tempo que o dilema for jogado.

A estratégia de não cooperar, oferecendo descontos, representa ganhos de (17, 8, 8, 8, ...), e a estratégia de cooperar, mantendo preços altos, representa ganhos de (12, 12, 12, 12, ...). Isto significa que não cooperar em relação a cooperar tem um ganho inicial de (17 – 12 = 5), e depois tem perdas subsequentes de (8 – 12 = -4), por ter deixado de cooperar, pelo tempo que o jogo se repetir, o que aqui pode significar infinitas vezes, uma vez, ou um número indefinido de vezes.

O fluxo de caixa incremental, isto é, o fluxo de caixa de uma estratégia em relação à outra é dado por (5, -4, -4, -4, ...). Agora, pode-se calcular o valor presente líquido do fluxo de caixa incremental pela fórmula:

$$VPL = GI + PS \times \sum_{i=1}^{i=n} \left( \frac{p}{1+r} \right)^i \quad 2.1$$

Onde  $GI$  é o ganho inicial da cooperação,  $PS$  a perda subsequente por não cooperar,  $p$  a probabilidade de o jogo continuar,  $r$  a taxa de desconto ou custo de oportunidade<sup>6</sup>, e  $n$  o número de vezes que o jogo se repete. Quando o jogo é uma perpetuidade, ou seja,  $n$  tende a infinito:

$$VPL_{(n \rightarrow \infty)} = GI + PS \times [p / (1 + r - p)] \quad 2.2$$

Se o valor presente líquido for positivo, é melhor não cooperar, pois o ganho inicial é maior do que a perda subsequente. Se o valor presente líquido for negativo, é melhor cooperar, pois

<sup>6</sup> O custo de oportunidade representa a expectativa de rentabilidade mínima desejada pelo investidor.

o ganho inicial é menor do que a perda subsequente. E se o valor presente líquido for zero, é por que as duas estratégias são equivalentes, e neste caso a taxa de desconto  $r$  passa a ser chamada de Taxa Interna de Retorno ou TIR.

Agora, fazendo-se o  $VPL = 0$ , e calculando-se a TIR nos casos determinísticos ( $p = 1$ ) extremos de infinitas repetições ( $n \rightarrow \infty$ ), com a equação 2.2, e de apenas uma repetição ( $n = 1$ ), com a equação 2.1.

- $(n \rightarrow \infty) \rightarrow 0 = 5 - (4/TIR) \rightarrow 5 = 4/TIR \rightarrow TIR = 0,8 \rightarrow TIR = 80\%$ ;  
para pessoas com uma expectativa de ganho superior a 80% do capital investido, cooperar não vale a pena, por que o ganho inicial é maior do que a perda subsequente por ter deixado de cooperar, enquanto que para todas as demais, com expectativa de ganho inferior a 80%, cooperar é atrativo.

Esse cálculo e a conclusão refletem um teorema *folk*<sup>7</sup> generalizável, o qual afirma que para qualquer estrutura de resultados, sempre existe uma taxa de desconto suficientemente baixa para induzir a cooperação em um Dilema do Prisioneiro infinitamente repetido (MCGUIGAN, MOYER, & HARRIS, 2006, p. 330).

Porém as empresas não duram para sempre (nem as pessoas), de modo que um jogo infinitamente repetido pode não ser uma expectativa razoável. Ao invés, se o dilema fosse repetido uma vez só:

- $n = 1 \rightarrow 0 = 5 - [4/(1 + TIR)] \rightarrow TIR = -0,2 \rightarrow TIR = -20\%$ ;  
uma TIR negativa significa aqui que a não cooperação é sempre melhor.

Os dois casos anteriores, do jogo repetido infinitamente, onde a certeza de rodadas futuras possibilita o maior nível de cooperação, e do jogo repetido uma só vez, onde a cooperação nunca ocorre, de fato são casos extremos. Os valores da TIR para os casos extremos e intermediários de  $n$  são apresentados na tabela 2.3, e pode-se interpreta-los como a rentabilidade máxima advinda da cooperação.

Porém os valores da TIR não dependem apenas do número de repetições, mas também da relação entre o ganho inicial e a perda subsequente ( $GI/PS$ ), que é único para cada dilema do prisioneiro. Esta relação é apresentada na primeira coluna da tabela 2.3. O exemplo desta

---

<sup>7</sup> Robert J. Aumann, (born June 8, 1930, Frankfurt am Main, Ger.), Israeli mathematician, who shared the 2005 Nobel Prize for Economics with Thomas C. Schelling (...). Aumann also extended game theory with his investigation into its cognitive foundations. He showed that peaceful cooperation is often an equilibrium solution in a repeated game even when the parties have strong short-term conflicting interests. Thus, cooperation is not necessarily dependent on goodwill or an outside arbiter. Aumann named this observation the “folk theorem” (Encyclopædia Britannica online, 2012, verbete “Robert J. Aumann”).

subseção, oriundo da tabela 2.2, onde ( $GI/PS = 5/4 = 1,25$ ), está na segunda linha da tabela 2.3. A primeira, terceira e quarta linhas foram obtidas do exemplo da próxima subseção.

**Tabela 2-3 - Taxa Interna de Retorno (%) para  $p=1$**

<i>Jogo</i>	<i>Número de repetições (n)</i>							
<i>GI/PS</i>	1	2	3	4	5	6	7	$\infty$
1,0	0,0	61,8	83,9	92,8	96,6	98,4	99,2	100,0
1,25	-20	38,0	60,7	70,5	75,2	77,4	78,6	80,0
2,0	-50	0,0	23,4	34,9	41,0	44,5	46,6	50,0
3,0	-66,7	-23,2	0,0	12,6	19,9	24,3	27,1	33,3

Como analisar esta tabela? Em primeiro lugar horizontalmente. À medida que é maior o tempo de convivência ( $n$ ) entre os jogadores, maior é a rentabilidade oferecida pela cooperação, ou seja, mais e mais pessoas tornam-se cooperativas e somente aquelas que gostam de jogos mais arriscados, isto é, que são mais agressivas, é que continuam a não cooperar.

A segunda análise é a vertical. À medida que o ganho inicial da não cooperação em relação à perda por não cooperar ( $GI/PS$ ) aumenta, menor é a rentabilidade oferecida pela cooperação, o que significa que mais e mais pessoas tornam-se não cooperativas.

O terceiro tipo de análise é vertical e horizontal. À medida que o ganho inicial da não cooperação aumenta em relação à perda por não cooperar ( $GI/PS$ ), tanto o período inicial não cooperativo (com taxas negativas) se estende, como também a relação ( $TIR_7/TIR_\infty$ ), diminui de ( $99,2/100 = 0,99$ ) na primeira linha, para ( $78,6/80,0 = 0,98$ ) na segunda linha, ( $46,6/50,0 = 0,93$ ) na terceira, e ( $27,1/33,3 = 0,81$ ) na quarta linha. Isto significa que a TIR cresce mais lentamente ao longo do número de repetições, isto é, demora mais para as pessoas que irão cooperar cooperarem.

### 2.3.2 A emergência da cooperação

No livro “The Evolution of Cooperation” encontra-se o próximo exemplo desta investigação, cuja matriz de ganhos é apresentada na tabela 2.4 (AXELROD, 2006, p. 8). Neste exemplo, a relação entre o ganho inicial de não cooperar ( $GI = 5 - 3 = 2$ ), e a perda subsequente

( $PS = 3 - 1 = 2$ ), é  $GI/PS = 1$ , correspondente à primeira linha da tabela 2.3. A terceira e quarta linhas desta tabela são obtidas aumentando  $T = 5$  para  $T = 7$  e  $T = 9$  respectivamente.

**Tabela 2-4 - The Prisoner's Dilemma**

		Column Player	
		Cooperate	Defect
Row Player	Cooperate	R=3, R=3 Reward for mutual cooperation	S=0, T=5 Sucker's payoff, and temptation to defect
	Defect	T=5, S=0 Temptation to defect, and sucker's payoff	P=1, P=1 Punishment for mutual defection

Um primeiro aspecto são os nomes dos resultados: T é a tentação para abandonar (o colega prisioneiro), R é a recompensa pela cooperação mútua, P é a punição pelo abandono mútuo, e S é o pagamento do bobo. Chama a atenção que cooperar e ser abandonado (S) é visto como fazendo papel do ingênuo, o que diz de uma predisposição ancestral do sujeito em levar vantagem sobre o outro. Nesta investigação isto representa uma condição ontológica<sup>8</sup> do sujeito, analisado no capítulo quatro.

O conjunto essencial de inequações para o dilema é dado por  $T > R > P > S$  (AXELROD, 2006, p. 75). A não cooperação unilateral (T) é melhor do que a cooperação mútua (R), que por sua vez deve ser melhor do que o abandono mútuo (P), que precisa ser melhor do que o pagamento do bobo (S), para que o jogo possa funcionar como um dilema do prisioneiro.

Outra restrição feita no livro (AXELROD, 2006, p. 75) é a inequação  $R > (T + S) / 2$ , isto é, a recompensa pela colaboração mútua deve ser maior do que a média entre a não cooperação unilateral e o pagamento do bobo. O objetivo desta restrição é inviabilizar a estratégia em que os jogadores combinam escolher (T, S) e na jogada seguinte (S, T), batendo a estratégia (R, R) em termos de ganho futuro. Em outras palavras, nenhum resultado dos dois jogadores *em conjunto* poderia ser melhor do que a cooperação mútua.

<sup>8</sup> Isto é, concernente ao ser do sujeito.

A estratégia descrita no parágrafo anterior, em que um coopera e outro não, e na jogada seguinte os jogadores invertem os papéis, para bater a estratégia de cooperação mútua, é em essência um jogo de segunda ordem, isto é, um jogo dentro do jogo. Aqui isto é considerado como uma perversão da lei do jogo, lei esta representada pela inequação  $R > (T + S) / 2$ . Na tabela 2.3, as duas últimas linhas são casos de  $(GI/PS)$  em que esta perversão do jogo poderia ocorrer, no exemplo da tabela 2.4, pois o valor de  $T$  foi aumentado de 5 para 7 e 9 em cada linha, fazendo com que  $R < (T + S) / 2$ .

Na tabela 2.3 foi apresentada a situação em que a expectativa de continuidade era certa ( $p = 1$ ), quando os ganhos da cooperação são os maiores possíveis. Mas se a expectativa de continuidade é certa, então o jogo precisa ser infinito, apresentado na última coluna. As outras colunas, com  $n$  variando de 1 até 7, são apenas para ilustrar o comportamento da TIR, por que se sabe de antemão que quando o número de repetições é fixo, não pode haver cooperação.

Este, pois, é o paradoxo do dilema do prisioneiro. À medida que o número de repetições vai aumentando, mais vantajosa é a cooperação, como se depreende dos números da TIR apresentados na tabela 2.3. Entretanto, mesmo que o número de repetições seja muito alto, por exemplo, um milhão de repetições, não haverá cooperação se o número de repetições for fixo, isto é, se não houver expectativa de continuidade do jogo.

O cálculo da TIR em um jogo infinitamente repetido é feito igualando o VPL a zero, na equação 2.2, e substituindo  $r$  por TIR, resultando na fórmula:

$$TIR_{n \rightarrow \infty} = (PS/GI) \times p + p - 1 \quad 2.3$$

Os resultados da aplicação da equação 2.3 com a probabilidade de continuidade do jogo ( $p$ ) variando de 30% até 100% são apresentados na tabela 2.5.

**Tabela 2-5 - Taxa Interna de Retorno (%) para séries perpétuas**

<i>Jogo</i>	<i>Expectativa de continuidade (p)</i>							
<i>GI/PS</i>	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1
1,0	-40	-20	0	20	40	60	80	100
1,25	-46	-28	-10	8	26	44	62	80
2,0	-55	-40	-25	-10	5	20	35	50
3,0	-60	-46,7	-33,3	-20	-6,7	6,7	20	33,3

Analisando esta tabela horizontalmente, quanto maior é a expectativa de continuidade do jogo  $p$ , maior é a rentabilidade máxima da cooperação, e, portanto menor é o número daqueles que escolherão não cooperar.

Verticalmente, quanto maior é o ganho inicial da não cooperação em relação à perda subsequente da cooperação ( $GI/PS$ ), menor é a TIR, e, portanto maior é a não cooperação.

Verticalmente e horizontalmente, quanto maior  $GI/PS$ , maior se torna a expectativa de continuidade  $p$  mínima para que haja cooperação (taxas positivas). Observa-se que a expectativa de continuidade mínima para que haja cooperação situa-se entre 50% e 60% ( $0,5 < p < 0,6$ ), quando  $GI/PS = 1$ . Para expectativas de continuidade inferiores a 50% ( $p < 0,5$ ), a cooperação nunca emerge. Isto significa que para haver cooperação, não só é necessário haver alguma expectativa de continuidade, conforme o paradoxo do dilema do prisioneiro, como a expectativa precisa ser relativamente grande.

### 2.3.3 A escolha do investidor

Na teoria de finanças, todo investimento é caracterizado por rentabilidade (ou retorno), risco e liquidez. Para investimentos com boa liquidez, o aumento de rentabilidade (chamado de prêmio de risco) é sempre acompanhado pelo aumento do risco, decorrente da maior variação de preços dos ativos.

Ativos que apresentem grandes variações de preços trazem maior risco ao possuidor por que é possível compra-los com preços altos e ter de vendê-los com preços baixos. Também é possível compra-los com preços baixos e vende-los com preços altos, realizando grandes ganhos. Como o preço dos ativos em bolsa de valores é de difícil previsão, espera-se teoricamente que ativos mais arriscados tenham uma rentabilidade média superior a ativos menos arriscados, senão somente pessoas com excepcional capacidade de previsão os comprariam.

Para aplicar esta conceituação de risco e retorno ao problema da escolha do investidor, vão-se tomar os valores da tabela 2.4 ( $T = 5$ ;  $R = 3$ ;  $P = 1$ ;  $S = 0$ ). Em um mundo em que só existam as opções da tabela 2.4, o resultado em que ambos os jogadores em conjunto recebem o menor valor é  $(P, P) = (1,1)$ . Neste caso, cada jogador espera que o outro não coopere, e decide por sua vez não cooperar também.

O valor presente de receber  $P$  por  $n$  períodos, ou seja,  $(1, 1, 1, 1, \dots)$ , dada uma probabilidade de continuação do jogo  $p$ , e calculado a uma taxa  $r$  arbitrada como sem risco, para a qual se tem certeza do recebimento, é dado por:

$$VP(P; r; p; n) = P \times \sum_{i=0}^{i=n-1} \left( \frac{p}{1+r} \right)^i \quad 2.4$$

Sendo  $P = 1$ ,  $p = 90\%$ ,  $n = 100$  (no caso um número suficientemente grande para emular  $n \rightarrow \infty$ ), e  $r = 6\%$ , arbitrada como uma taxa de desconto sem risco,  $VP = 6,624999$ . Este valor é definido como o valor mínimo ( $VMin$ ) que se recebe por se jogar este jogo, que serve como referência para calcular as rentabilidades das estratégias do jogador.

A definição de estratégia do primeiro jogador é supor que o segundo jogador comece sempre cooperando, até o ponto em que o primeiro decida abandonar o segundo, não cooperando  $[(T, S) = (5, 0)]$ , o que pode acontecer já na primeira rodada. A partir daí ambos prosseguem não cooperando  $[(P, P) = (1, 1)]$ . Para  $n = 100$ , existem 100 estratégias do primeiro jogador, enumeradas na tabela 2.6, em ordem crescente quanto ao risco total de ser abandonado.

**Tabela 2-6 - Estratégias possíveis do primeiro jogador**

Número	Valores esperados	Risco total	Quantificação
1	$(5, 1, 1, 1, \dots)$	<i>sem risco</i>	0
2	$(3, 5, 1, 1, \dots)$	$rc$	1
3	$(3, 3, 5, 1, \dots)$	$rc \times 2$	2
$4 \leq i \leq 99$	$(\dots, 3, 5, 1, \dots)$	$rc \times (i - 1)$	$(i - 1)$
100	$(3, 3, \dots, 3, 5)$	$rc \times 99$	99

A primeira estratégia é a estratégia sem risco, por que o primeiro jogador já na primeira rodada não coopera, e assim não corre o risco da cooperação ( $rc$ ), que é receber  $S = 0$ . Por outro lado ele espera receber  $T = 5$ , mas pode receber  $P = 1$ , caso o outro jogador não coopere também, embora isto não tenha sido definido como risco, para simplificar a análise da escolha do investidor. Os valores esperados dos recebimentos desta estratégia são  $(5, 1, 1, 1, \dots)$ .

Da segunda até a centésima estratégia, o primeiro jogador espera que haja cooperação mútua (recebendo  $R = 3$ ) até o ponto em que ele mesmo decide por abandonar o outro (recebendo  $T = 5$ ). Porém caso o segundo jogador abandone antes, este passa a receber  $S = 0$ . O risco

total é crescente, por que também é progressivamente maior o número de vezes em que o segundo jogador pode abandonar antes do primeiro.

A rentabilidade de cada uma das estratégias em relação ao valor mínimo ( $VMin$ ) é dada pela TIR na fórmula 2.5, onde  $X_i$  é o  $i$ -ésimo recebimento de uma estratégia.

$$VMin = \sum_{i=0}^{i=99} X_i \times \left( \frac{p}{1 + TIR} \right)^i \quad 2.5$$

Utilizando esta fórmula com  $VMin = 6,624999$ , obtém-se, com a utilização do programa *Excel*, a segunda linha da tabela 2.7. Substituindo  $T = 5$  por  $T = 7$  e  $T = 9$  nas estratégias da tabela 2.6, e com o emprego da equação 2.5, se obtêm respectivamente a terceira e quarta linhas da tabela 2.7. E refazendo o exercício inteiro com os valores da tabela 2.2, do dilema do prisioneiro recorrente nos refrigerantes, e o emprego das equações 2.4 e 2.5, se obtém a primeira linha da tabela 2.7.

**Tabela 2-7 - Taxa Interna de Retorno (%) para  $p=0,9$**

Exemplo		Estratégia							
$R/P$	$T/P$	1	2	3	4	5	6	7	100
1,5	2,1	10,0	11,3	12,5	13,4	14,1	14,6	15,0	16,3
3	5	45,4	57,3	61,3	62,9	63,7	64,0	64,2	64,5
	7	-	95,1	76,4	70,2	67,5	66,1	65,4	64,5
	9	-	138,5	90,5	76,9	71,0	68,0	66,4	64,5

A diferença entre a metodologia aplicada para obter os resultados das tabelas 2.3 e 2.5, e para obter os resultados da tabela 2.7, é que nas anteriores era utilizado o fluxo de caixa incremental entre não cooperar e cooperar, que possibilitava comparar diretamente não cooperação e cooperação por meio de  $GI/PS$ . Porém ao se fazer a diferenciação ( $GI = T - R$  e  $PS = R - P$ ) se perdia uma dimensão da análise, passando-se de três variáveis ( $T, R$  e  $P$ ) para duas ( $GI$  e  $PS$ ). Agora o objetivo não é mais esta comparação direta, e sim mostrar como é feita a escolha do investidor. O preço pago por esta ampliação da análise é a necessidade de arbitrar uma taxa de retorno livre de risco.

Na primeira coluna  $R/P$  se apresenta a recompensa da cooperação, que corresponde diretamente à estratégia número cem. Nesta, apenas na centésima rodada o valor esperado é  $T = 5$ , de influência desprezível no cálculo da TIR. Assim, quando  $R/P$  aumenta de 1,5 para

3, a  $TIR_{100}$  aumenta de 16,3% para 64,5%. Por outro lado, quando  $T/P$  aumenta de 5 na quarta linha para 7 e 9 na quinta e sexta linhas, nada acontece com a  $TIR_{100}$ , confirmando que  $T$  não influencia este cálculo.

Já na segunda coluna  $T/P$  se apresenta a tentação para o abandono, que corresponde diretamente à estratégia número um. Nesta, a  $TIR_1$  só depende de  $T$  e  $P$ , mas não depende da recompensa pela cooperação  $R$ , assim como na última estratégia a  $TIR_{100}$  não depende da tentação para o abandono  $T$ . Nas estratégias intermediárias entre a primeira e a centésima, a TIR depende de ambos,  $R$  e  $T$ .

Verticalmente, para todas as estratégias, a TIR aumenta com o aumento dos ganhos  $R$  e  $T$ , em relação à  $P$ . Na primeira estratégia, os dois últimos valores da TIR não podem ser calculados, pois o valor mínimo  $VMin$  na equação 2.5 é menor que o ganho do abandono  $T$  na primeira rodada, inviabilizando o cálculo da TIR.

Horizontalmente, da primeira até a última estratégia, a TIR tende assintoticamente para o valor da  $TIR_{100}$ . Porém enquanto a primeira e segunda linhas da tabela apresentam um crescimento assintótico da TIR, a terceira e quarta linhas apresentam um decréscimo assintótico. Isto acontece por que a  $TIR_1$  pode ser maior ou menor do que a  $TIR_{100}$ , dependendo principalmente da magnitude do ganho da tentação para o abandono  $T$  em relação à cooperação  $R$ .

A expectativa “normal” é por um perfil ascendente da TIR como na primeira e na segunda linha, com  $TIR_1 < TIR_{100}$ . Quando acontece o oposto, de um perfil descendente da TIR como na terceira e quarta linhas, com  $TIR_1 > TIR_{100}$ , isto significa que o ganho de não cooperação inicial é tão maior que o da cooperação, que a cooperação nunca pode emergir.

É necessário ressaltar que este perfil ascendente ou descendente também depende da expectativa de continuidade  $p$  e da taxa de juros  $r$ . A experiência com estes cálculos mostrou que se houver simultaneamente uma diminuição em  $p$ , acompanhada de um aumento em  $r$ , a partir dos valores correntes, rapidamente se inviabiliza a emergência da cooperação na segunda linha da tabela, que passa também a ter um perfil descendente.

Passando agora à última fase da escolha do investidor, foi selecionado o exemplo da tabela 2.2, cujo risco é obtido da última coluna da tabela 2.6, e cujo retorno (dado pela TIR) é obtido da primeira linha da tabela 2.7. Os valores são novamente apresentados na tabela 2.8.

**Tabela 2-8 - Risco e retorno no dilema dos refrigerantes**

<i>Estratégia</i>	1	2	3	4	5	6	7
<i>Risco</i>	0	1	2	3	4	5	6
<i>Retorno</i>	10,0	11,3	12,5	13,4	14,1	14,6	15,0

Colocando o risco no eixo das abscissas e o retorno no eixo das ordenadas se obtém, na figura 2.1, a linha tracejada intitulada retorno, que fornece o retorno esperado máximo para cada nível de risco. Isto significa que o investidor escolhe o nível de risco desejado, vai à linha do retorno, e encontra o retorno esperado, que é uma expectativa, por que existe o risco dele não acontecer.



**Figura 2.1 - Gráfico da escolha do investidor**

Em microeconomia, a escolha do nível do risco desejado pelo investidor, é feita pelo mapa de curvas de indiferença onde cada curva de indiferença (como a da figura 2.1) representa um nível de satisfação (ou utilidade), para o investidor. A escolha é feita tomando-se a curva de indiferença que tangencia a curva do retorno. O ponto de tangência com a curva de retorno é a escolha do investidor.

De certo modo, o problema da escolha retorna para o sujeito, por que ao final esta escolha depende da preferência do investidor, entre as diversas combinações de risco e retorno disponíveis. Porém esta preferência do investidor, mapeada na curva de indiferença, se

constrói a partir de dados objetivos, pelo menos em se tratando de empresas, embora no caso de indivíduos isto seja mais incerto. Estes dados objetivos são a expectativa de continuidade do jogo  $p$ , o custo de oportunidade  $r$ , e os pagamentos a serem recebidos em cada estratégia, que são utilizados no cálculo da TIR.

A expectativa de continuidade, no caso de jogos entre empresas, pode ser considerada alta, e, portanto também um dado objetivo. No caso de um jogo entre indivíduos, esta expectativa também retorna ao sujeito, pois é muito difícil para um indivíduo discernir quando um jogo vai se repetir. Mas de qualquer forma, a decisão é tomada por um sujeito cartesiano (o homo oeconomicus), que decide racionalmente (e passivamente, sem se envolver pessoalmente com o sucesso das alternativas) entre as opções disponíveis.

Ao trocar o sujeito cartesiano por um sujeito lacaniano / hegeliano, a decisão do sujeito também se tornará subjetiva, no sentido que existe uma lei do comportamento do sujeito, que pode alterar o resultado do jogo, em prazos longos.

Por último cabe sintetizar as lições desta subseção:

1. Se o tempo de convivência aumenta, aumentam as chances de cooperação;
2. Além do tempo de convivência, a expectativa de continuidade do jogo deve ser alta, para que haja cooperação;
3. Quanto maior a tentação para abandonar, menor é a possibilidade de haver cooperação;
4. Se a tentação para abandonar é muito alta, podem surgir perversões da lei do jogo (jogos dentro do jogo);
5. O aumento da taxa de juros aumenta a preferência por ganhos imediatos, e, portanto favorece a não cooperação, em relação à cooperação;
6. Quando se trata de indivíduos, e não de empresas, a expectativa de continuidade pode ser bastante subjetiva.

## 2.4 A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO

O livro de Axelrod (The evolution of cooperation, 2006) sobre este jogo é citado em diversos lugares, como a Enciclopédia Britânica (2012, verbete “The Prisoners’ Dilemma”), a Wikipédia (2011, verbete “Prisoners’ Dilemma”), e o livro Microeconomia (VARIAN, 2006, p. 550). Como é uma referência no estudo do dilema do prisioneiro, e de como pessoas e organizações que buscam seu próprio interesse podem vir a cooperar, vai-se comparar as

conclusões do livro com as sintetizadas na seção anterior, bem como apresentar resultados importantes deste livro.

O principal tema do livro é de qual seria a melhor estratégia<sup>9</sup> a ser adotada no dilema do prisioneiro repetido. Para isso é feito um torneio computacional entre diversas estratégias diferentes. O resultado é que a melhor estratégia é a da retaliação *olho por olho*, se a chance dos jogadores se encontrarem novamente for suficientemente grande. Caso contrário os jogadores irão sempre abandonar o outro. Outra conclusão interessante é que a cooperação pode surgir mesmo em um mundo que não haja cooperação, porém ela surgirá em pequenos grupos de indivíduos, e não de indivíduos isolados.

No estudo conduzido por Axelrod, as diferentes estratégias são comparadas pelo cálculo dos valores presentes dos recebimentos. Para isso, se utiliza o fator de desconto  $w = 0,99654$  (AXELROD, p. 65), ou 99,654%. Este fator de desconto, nessa tese, aparece na equação 2.4 como  $p/(1+r) = 0,9/(1+0,06) = 0,84906$ , ou 84,906%. Isto significa que a chance de se encontrar de novo em Axelrod é ainda maior do que nesta investigação, o que coincide com as lições número dois e cinco da seção anterior.

Houve também um sistema de convivência cooperativa que surgiu nas trincheiras da primeira guerra mundial (AXELROD, 2006, p. 73), entre tropas inglesas e francesas, por um lado, e as tropas alemãs, por outro. Neste sistema foi importante a convivência de pequenas unidades frente a frente nas trincheiras, coincidindo com a lição um da seção anterior. Outro aspecto importante deste sistema para esta investigação foi o surgimento de uma ética das trincheiras, e de rituais, entre tropas inimigas. Isto mostra que é possível o surgimento de uma ética econômica cooperativa dentro das economias nacionais que competem entre si, mas que enfrentam problemas comuns, como a pobreza, desemprego e migrações em massa. O aspecto do surgimento de uma ética dentro da teoria econômica é abordado no capítulo tres.

As recomendações (AXELROD, 2006, p. 124) de como promover a cooperação são:

- Aumentar a importância e a previsibilidade do futuro, fazendo as interações entre indivíduos mais duráveis e mais frequentes (lições um e dois da seção anterior);
- Mudar o sistema de recompensas, recompensando a cooperação (lições três, quatro e cinco);
- Ensinar as pessoas a cuidarem umas das outras (lição seis);

---

<sup>9</sup> Em Axelrod (2006) as estratégias podem ser bastante sofisticadas, enquanto que nesta investigação a estratégia basicamente consiste de cooperar e não cooperar, supondo que o outro jogador comece cooperando.

- Ensinar reciprocidade (lição seis);
- Melhorar habilidades cognitivas de memória, reconhecimento de pessoas e situações (lição seis);

Pode-se pensar que o mundo caminha deterministicamente nesta direção, o que é explorado no capítulo quatro desta investigação. Entretanto tudo pode depender da durabilidade da globalização, que carrega também germens de autodestruição.

A base da cooperação não é realmente a confiança, mas a durabilidade do relacionamento. Quando as condições são adequadas, os jogadores podem vir a cooperar através de um aprendizado por tentativa e erro sobre possibilidades de recompensas mútuas, pela imitação de outros jogadores bem sucedidos, ou ainda por um processo cego de seleção de melhores estratégias com o descarte das menos bem sucedidas. Se os jogadores confiam ou não um no outro é menos importante no longo prazo do que se as condições estão desenvolvidas para que eles possam construir um padrão estável de cooperação (AXELROD, 2006, p. 182)<sup>10</sup>.

## 2.5 QUANDO O DILEMA BENEFICIA A SOCIEDADE

No caso do dilema do prisioneiro propriamente dito, em que os jogadores são de fato prisioneiros, a não cooperação, que é o resultado natural do jogo quando não há repetição, é um resultado altamente desejável pela sociedade, pois significa que ambos os prisioneiros confessarão o crime. É claro que é necessário supor que os dois prisioneiros de fato estejam envolvidos no crime, ou jogos bem mais complicados podem ocorrer, como no caso de um culpado implicar um inocente para poder diminuir sua pena, ou ficar livre.

À moda de exemplo de dilemas do prisioneiro que atuam na direção de beneficiar a sociedade, existe pelo menos outro caso, que é o cartel, onde o resultado não cooperativo, da burla no cartel, é o resultado desejável para a sociedade. O caso dos refrigerantes apresentado na tabela 2.2, é um exemplo em que poderia haver a instalação de um cartel.

A instalação de um cartel se dá quando um grupo de empresas participantes de um mercado oligopolista (com poucos vendedores de um produto) decide fazer um acordo para manter preços altos e aumentar o lucro, como se fosse uma só empresa monopolista. Neste caso, para sustentar preços altos é necessário manter a produção reduzida, e, portanto são estabelecidas quotas de produção para os participantes do cartel.

<sup>10</sup> Traduzido de: The foundation of cooperation is not really trust, but the durability of the relationship. When the conditions are right, the players can come to cooperate with each other through trial-and-error learning about possibilities for mutual rewards, through imitation of other successful players, or even through a blind process of selection of the more successful strategies with a weeding out of the less successful ones. Whether the players trust each other or not is less important in the long run than whether the conditions are ripe for them to build a stable pattern of cooperation with each other.

Na tabela 2.9 tem-se um duopólio, onde os números representam os lucros das duas empresas. Caso as duas empresas cooperem mantendo suas quotas de produção, os preços serão altos, e os lucros também (12, 12). Se uma empresa burla o cartel, produzindo mais do que a quota e vendendo por um preço mais baixo, expande seu mercado, obtendo um lucro maior à custa da outra {(17, 6) ou (6, 17)}. Mas se ambas não cooperam, produzindo mais do que a quota, o preço cai e os lucros de ambas diminuem até (8, 8), que é o equilíbrio de Nash deste dilema do prisioneiro.

**Tabela 2-9 - Burla no cartel**

		Jogador B	
		Mantem quota de produção	Produz mais do que a quota
Jogador A	Mantem quota de produção	12, 12	6, 17
	Produz mais do que a quota	17, 6	8, 8

A parte o cartel, o comportamento de duopolistas em um jogo de fixação de preços é conhecido como modelo de concorrência de Bertrand. Neste caso, sempre vale a pena para uma das empresas diminuir um pouco o preço, e assim a quantidade vendida aumenta, enquanto os preços e os lucros caem até se atingir um mercado concorrencial pleno. Este é o equilíbrio de Bertrand, equivalente ao equilíbrio de Nash da teoria dos jogos.

Na teoria dos jogos, o cartel é o caso em que a dinâmica da concorrência que leva ao equilíbrio de Bertrand é suspensa pelo conluio entre os produtores, podendo então esta dinâmica resultar na burla do cartel, e haver baixa nos preços, que é o resultado desejável para a sociedade. Cabe assinalar que um cartel é proibido pela lei civil<sup>11</sup> por evitar a concorrência, e este é o único ponto na corrente principal da teoria econômica em que se estuda algo que é fora da lei, provavelmente pela importância econômica e histórica que os cartéis atingiram.

A emergência de uma lei social muitas vezes é reconhecida posteriormente como lei civil. Este é o caso dos cartéis que surgiram na revolução industrial, e foram aos poucos reconhecidos como danosos à sociedade, isto é, houve a emergência de uma lei social delimitando o que em um mercado era saudável, e o que era perversão da lei. A sociedade

<sup>11</sup> É necessário esclarecer que o termo lei, ou emergência da lei, designa nesta pesquisa uma lei social ou mental, o equivalente a uma lei da natureza na física, ou ainda uma lei natural em seu sentido amplo. Portanto quando se faz referência a outro tipo de lei, é necessário especifica-la, como é o caso da lei civil.

reconheceu esta emergência, e resolveu proibir os cartéis pela lei civil, em um resultado que hoje poderia parecer claro e evidente, mas que na época pode ter sido um processo suscetível a marchas e contramarchas (MIROW, 1979).

A questão da violação<sup>12</sup> da lei não costuma ser estudada em economia, mas como foi visto aqui, se o caso envolver um fenômeno econômico importante e repetido, então este estudo pode ser necessário. Nesta seção foi estudado o caso em que o resultado Pareto eficiente (8,8) de preços baixos seria naturalmente alcançado pela dinâmica da concorrência, o que é benéfico para a sociedade, mas a infração da lei civil por meio de um conluio (o cartel), impede que isto aconteça, mantendo o resultado de (12,12) em benefício dos infratores. Este é um precedente importante de estudo da violação da lei na corrente principal neoclássica.

## 2.6 QUANDO O DILEMA PREJUDICA A SOCIEDADE

Nesta seção o resultado não cooperativo do dilema do prisioneiro atua em sentido contrário ao que a sociedade desejaria, na direção da violação da lei. Na subseção 2.6.1 se analisa a corrida armamentista, e como esta pode dar origem ao sujeito paranoico da subseção 2.6.2, durante a guerra fria. Na subseção 2.6.3 se estuda os casos de destruição do meio ambiente, que são usualmente estudados em economia como externalidades. Na subseção 2.6.4 se estuda os casos em que a violação e a perversão da lei são resultados de conluios.

### 2.6.1 A corrida armamentista

A corrida armamentista é apresentada em um mesmo livro de economia, tanto como um dilema do prisioneiro (VARIAN, 2006, p. 549), quanto como um jogo de segurança (VARIAN, 2006, p. 565) reproduzidos nesta subseção. Nesta investigação, o caso do dilema do prisioneiro recebeu o nome de *armamentismo*, enquanto que no caso do jogo de segurança recebeu o nome de *controle de armamentos*. Tanto o dilema do prisioneiro quanto o jogo de segurança se enquadram na categoria dos jogos de coordenação, e o que faz a diferença entre eles são os ganhos das estratégias.

Ao se analisar as principais corridas armamentistas do século 20, descobriu-se que a corrida armamentista é composta por duas fases, do *armamentismo* seguido pelo *controle de armamentos*, o qual provavelmente é uma fase amadurecida da corrida armamentista, em que,

---

<sup>12</sup> O desrespeito a uma lei civil é uma infração. Mas o desrespeito a uma lei social tanto pode ser uma violação como uma perversão. A perversão acontece quando a lei é manipulada, ou seja, surgem jogos dentro do jogo.

por diversos motivos, os contendores passam a desejar o controle da corrida. Isto faz sentido por que se não fosse assim, haveria dois jogos diferentes retratando a mesma situação, o que de certa forma prejudicaria o caráter científico deste jogo, pois para ser científica a teoria tem que especificar quando se usa uma ou outra forma, o que é feito aqui nesta tese.

### O armamentismo

Neste caso, em que a corrida armamentista é apresentada como um dilema do prisioneiro, na tabela 2.10, os dois jogadores (ou os dois países) escolhem sempre se armar, em sentido contrário ao que a sociedade desejaria.

**Tabela 2-10 – Armamentismo**

		Jogador B	
		Não instalar	Instalar míssil
Jogador A	Não instalar	-1, -1	-6, 0
	Instalar míssil	0, -6	-3, -3

Os dois jogadores se defrontam com a decisão de instalar um novo míssil, ou não instalar. Os números representam a segurança de cada jogador. O melhor para ambos seria que não instalassem os mísseis  $(-1, -1)$ , pois os jogadores ficariam apenas um pouco inseguros devido à existência de outras armas menos poderosas. Mas se um jogador instala míssil e o outro não, o primeiro fica seguro e o segundo muito inseguro  $(0, -6)$ , ou vice-versa  $(-6, 0)$ . Assim, acabam ambos os jogadores instalando míssil, que é a estratégia dominante do jogo, ficando medianamente seguros  $(-3, -3)$ . Só existe este equilíbrio de Nash neste jogo, que é um equilíbrio em estratégias dominantes.

### O controle de armamentos

Em controle de armamentos será analisado o caso em que a corrida armamentista pode acontecer ou não, devido ao controle de armamentos. Na corrida armamentista, entre Estados Unidos e União Soviética, apresentado na tabela 2.11, cada país poderia construir mísseis nucleares ou deixar de fazê-lo. Os números representam a segurança de cada jogador.

Este jogo não é um dilema do prisioneiro, e tem dois equilíbrios de Nash,  $(4, 4)$  e  $(2, 2)$ . Se os EUA se abstêm de construir mísseis, então é melhor para a URSS também se abster. E se a URSS se abstêm, então é melhor para os EUA também se abster, portanto  $\{(abstém, abstém) = (4, 4)\}$  é um equilíbrio de Nash. Este seria o resultado em que ambos se sentem mais seguros.

**Tabela 2-11 - Controle de armamentos**

		URSS	
		Abstém	Constrói
EUA	Abstém	4, 4	1, 3
	Constrói	3, 1	2, 2

Mas este jogo de segurança tem outro equilíbrio de Nash. Se os EUA construir mísseis, então é melhor para a URSS construir. E se a URSS construir mísseis, então é melhor para os EUA também construir, portanto  $\{(constrói, constrói) = (2, 2)\}$  é um equilíbrio de Nash, em que ambos os países ficam menos seguros, pois existem mais armas apontadas para cada um.

Mas o resultado (2,2) ainda assim seria um resultado melhor do que um país construir e o outro não  $\{(3, 1) \text{ ou } (1, 3)\}$ , pois o país que não construir mísseis fica ainda menos seguro pela inferioridade em armamentos. Esta última situação em que uma guerra pode ser deflagrada pela não paridade em armamentos é analisada na próxima subseção com o subtítulo “A origem da guerra”.

### **Corridas armamentistas do século 20**

As três principais corridas armamentistas do século 20 foram: (1) a corrida naval entre diversos países antes da primeira guerra mundial, onde a Alemanha e a Inglaterra disputavam a liderança; (2) a corrida naval entre Estados Unidos, Inglaterra e Japão entre as duas guerras mundiais; e (3) a corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética durante a guerra fria. Segue-se uma análise de cada uma.

1. Trata-se de armamentismo, pois não houve controle de armamentos. Na corrida pela maior frota, a Alemanha manteve ambicioso programa de construção naval, desde 1890 até o início da primeira guerra mundial (1914), para rivalizar com o domínio dos mares britânico. Porém a Inglaterra tinha maior frota e maior capacidade de construção naval, de modo que a corrida apenas serviu para que a Inglaterra entrasse prontamente na guerra, contra a Alemanha. Durante a guerra, a frota alemã, engarrafada no Mar do Norte, e inferiorizada em números, nada pôde fazer para impedir a vitória dos aliados.
2. Trata-se de controle de armamentos. Após a primeira guerra, em 1919, já detentores de grandes frotas, os países vencedores, Inglaterra, Estados Unidos e Japão passaram a se defrontar no Oceano Pacífico. Pelo tratado de limitação naval das cinco potências, de

1922, Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Itália e França concordaram em limitar as proporções de navios capitais em 5; 5; 3; 1,68; 1,68, e em desmontar parte das belonaves da corrida naval que se iniciava, e que excediam os limites estabelecidos.

3. Trata-se de armamentismo seguido pelo controle de armamentos. No caso dos Estados Unidos e União Soviética, a guerra fria e a corrida armamentista iniciaram-se com o fim da Segunda Guerra Mundial. Após ambos os países dominarem a tecnologia de armas nucleares, e de mísseis, cada país passou a ter um grande número de mísseis nucleares apontado para o outro, capazes de destruir o inimigo muitas vezes. Somente em 1972 surgiu o primeiro tratado para controle de armamentos, denominado “Strategic Arms Limitation Talks” (SALT).

Todas as três corridas são semelhantes no sentido que foram corridas pela maior quantidade de armas supremas. A arma suprema desde o início do século 20 até a metade dos anos 30 era o navio capital conhecido como couraçado ou encouraçado. Apenas durante a segunda guerra mundial o couraçado veio a ser substituído pelo porta-aviões como arma decisiva. Mas após a segunda guerra, durante a guerra fria, o poder supremo deslocou-se do porta-aviões para o míssil nuclear de longo alcance. Por este motivo as duas primeiras corridas são navais, enquanto a terceira é uma corrida por mísseis.

Observa-se que as duas primeiras corridas podem ser vistas como uma só corrida naval, interrompida pela primeira guerra mundial, ao final da qual a Alemanha perdeu sua frota. Portanto as três corridas listadas são de fato uma corrida naval e uma corrida por mísseis, ambas começando com uma fase armamentista – o dilema do prisioneiro – que durou mais de duas décadas em ambos os casos, seguidas por uma fase amadurecida, em que o armamentismo é regulado pelo controle de armamentos – o jogo de segurança.

No caso da corrida naval, após a primeira guerra mundial os países vencedores possuíam grandes frotas de couraçados, e perceberam que os programas de construção naval poderiam romper o equilíbrio bélico, devido ao custo de construção destes navios, e conduzir à nova guerra. Pode-se dizer que os participantes do armamentismo aprenderam com a experiência, e na fase seguinte escolheram limitar os custos da corrida naval, preservando o equilíbrio bélico com o controle de armamentos. Entrementes a corrida por mais belonaves transformou-se em gastos menores na modernização dos navios mais antigos. Em 1936 o Japão, não mais satisfeito com o equilíbrio existente, abandonou o tratado, que, no entanto foi muito efetivo durante o período em que vigorou.

No caso da corrida por mísseis entre Estados Unidos e União Soviética, o principal aspecto do controle de armamentos não foi tanto o custo da construção de mísseis, relativamente pequenos se comparados a um grande navio, mas sim a preservação do equilíbrio bélico ameaçado pelo avanço da tecnologia de mísseis antibalísticos, o que poderia conduzir a uma guerra. Assim, uma parte importante do controle de armamentos foi a assinatura de um tratado, onde as limitações para a quantidade de mísseis antimísseis “impedia cada parte de defender não mais que uma pequena parte de seu território, e assim mantinha ambos os lados sujeitos ao efeito impeditivo da força estratégica do outro” (Encyclopædia Britannica online, 2012, verbete “Strategic Arms Limitations Talks”) <sup>13</sup>.

### **Conclusões da corrida armamentista**

Embora uma corrida armamentista de grandes potências comece de fato como um armamentismo, ao longo do tempo surge uma bifurcação, pois isto tanto pode conduzir à guerra, como também pode se transformar em uma corrida limitada pelo controle de armamentos. Neste último caso o dilema do prisioneiro (armamentismo) se transformou em um jogo de segurança (controle de armamentos) pela simples mudança dos resultados da matriz de ganhos. Cabe ressaltar que o desenvolvimento deste parágrafo é um ponto focal desta tese, envolvendo o sujeito cartesiano e o hegeliano, a questão do aprendizado da consciência, a decisão moral e a lei social, que serão o fulcro do capítulo quatro, mas que está sendo adiantado aqui.

Quanto ao sujeito cartesiano, ele existe restrito a cada jogo, seja ele o dilema do prisioneiro, ou o jogo de segurança, analisando as estratégias e escolhendo racionalmente, de acordo com os resultados (números) da matriz de ganhos. A própria emergência da cooperação onde a base é a durabilidade do relacionamento, e não a confiança, de acordo com a citação da página vinte e quatro, faz parte do comportamento do sujeito cartesiano, e acontece ou não no dilema do prisioneiro repetido. Mas o sujeito cartesiano não passa do jogo *armamentismo* para o jogo *controle de armamentos* pela mudança dos números da matriz de ganhos. Ele não interage com o jogo em si. Isto está fora da teoria dos jogos.

A mudança do armamentismo para o controle de armamentos pela simples mudança dos resultados da matriz de ganhos pode ser vista como um aprendizado do sujeito, provavelmente após um período prolongado de alternância entre cooperação e não

---

<sup>13</sup> Traduzido de: prevented either party from defending more than a small fraction of its entire territory, and thus kept both sides subject to the deterrent effect of the other’s strategic forces.

cooperação, no dilema do prisioneiro da fase armamentista. Este sujeito que evolui é o sujeito hegeliano, e seu aprendizado é a experiência da consciência. “Para Hegel o eu era o que importava. Definiu experiência fenomenológica como a passagem da ‘contemplação ingênua do objeto como existente em si’ para o ‘saber reflexivo’, permitindo assim a consciência fazer uma experiência com ela mesma” (ROSA, 2005, p. 314).

No *homo oeconomicus*, o sujeito cartesiano da economia analisa e escolhe, e no máximo sua decisão pode ser prejudicada pela falta de informação decorrente dos custos de obter a informação, ou pelo fato da informação estar assimetricamente distribuída. Mas não existe a circunstância do sujeito mudar internamente, o que pode ser muito importante para o resultado de um jogo da teoria dos jogos, como foi visto nesta subseção. O sujeito hegeliano muda internamente com a experiência vivida, e assim o jogo inteiro muda.

Observa-se também aqui que o sujeito cartesiano é um caso particular do sujeito hegeliano. O sujeito hegeliano também analisa e escolhe entre opções dadas, mas isso se dá condicionado ao seu saber / desejo, o qual é uma condição interna do sujeito, independentemente de ter ou não informações suficientes.

Em relação ao aprendizado do sujeito hegeliano, ou evolução da consciência, qual é o objeto do sujeito, isto é, o que ele aprende? O sujeito hegeliano aprende as coisas deste mundo, como a ciência. Mas os objetos apenas constituem as arestas para que o sujeito exercite o aprendizado e as decisões. O verdadeiro aprendizado da consciência são as decisões morais, como está exemplificado no caso da bifurcação da corrida armamentista. Nesta bifurcação o sujeito deve escolher entre o controle de armamentos ou a guerra. Caso escolha a guerra, então deverá repetir ciclos de armamentismo e guerras, até aprender a evita-la. Através das decisões morais o sujeito fará o aprendizado da lei, até encarna-la como um imperativo categórico kantiano.

### **2.6.2 A origem da guerra**

Um dos aspectos evidenciados na corrida armamentista, é que esta pode conduzir a uma guerra, se um dos países achar que o equilíbrio bélico será drasticamente alterado. Isto pode acontecer por que um dos países pode não aguentar o custos da corrida, ou então não conseguir acompanhar a tecnologia necessária para manter seus armamentos atualizados, e assim preferir começar uma guerra enquanto acha que pode manter o equilíbrio existente, o

qual em sua percepção está ameaçado. No passado houve mudanças no equilíbrio bélico que levaram a guerras, tais como:

- O poderio industrial alemão acompanhado de uma grande frota ameaçava o controle britânico dos mares, e este foi um fator para que a Inglaterra entrasse na primeira guerra mundial contra a Alemanha.
- A entrada do Japão na segunda guerra mundial se deu quando, enfrentando um embargo petrolífero, resolveu conquistar regiões fornecedoras de petróleo antes que suas reservas de petróleo caíssem muito. Pensavam os japoneses que o momento era favorável, pois teriam de lidar unicamente com os EUA, já que União Soviética e Inglaterra estavam enfraquecidas pela guerra contra a Alemanha.
- A entrada da Itália na segunda guerra mundial se deu quando Mussolini achou que a França derrotada e a Inglaterra encurralada pela Alemanha pouco poderiam fazer para impedir conquistas italianas no Mediterrâneo.

Assim as expectativas dos jogadores quanto ao equilíbrio bélico, certas ou erradas, contam muito para a eclosão de uma guerra. Entretanto o que faz um país escolher pela guerra e não por um tratado de controle de armamentos?

Por exemplo, no caso do Japão o orgulho nacional muito acirrado pelos desenvolvimentos industriais e bélicos do país, levou-o a preferir a guerra contra os aliados a desistir de suas conquistas na China e na Coreia, mesmo que as chances de vencer a guerra contra os EUA fossem muito pequenas. No caso da Alemanha, as agressões nazistas foram motivadas por desejo de revanche e vingança contra as humilhações sofridas – reais e imaginárias – na derrota da primeira guerra. E no caso da Itália, a entrada na segunda guerra mundial se deveu ao desejo de Mussolini por conquistas que esperava serem fáceis, e, portanto, ao oportunismo e à ambição.

Assim, as guerras são travadas tanto devido a expectativas quanto ao equilíbrio bélico, como também devido a sentimentos muito humanos, como medo, orgulho, vingança, oportunismo, e ambição, os quais se manifestam como condições internas do sujeito, e não somente como uma análise objetiva da situação.

Durante a guerra fria entre EUA e URSS existia uma percepção algo paranoica da situação, onde cada país via o outro como o mal absoluto. No início ambos os países detinham armas atômicas e podiam destruir o outro país muitas vezes. Em determinado instante, os EUA

desenvolveram a bomba de hidrogênio (termonuclear) centenas de vezes mais poderosa do que a bomba atômica, alterando o equilíbrio bélico, pois a URSS ainda não detinha esta tecnologia. Conforme a análise desta subseção é neste momento de desequilíbrio bélico que surge a possibilidade de guerra, pois os EUA poderiam querer se aproveitar da vantagem, enquanto a URSS não desenvolvesse a mesma tecnologia.

Porém para se iniciar uma guerra falta algo que é o desejo<sup>14</sup> e este surgiu, conforme relata Strathern (2003, p. 10), através justamente de Von Neumann, o brilhante matemático criador da teoria dos jogos. Apoiado na lógica da teoria dos jogos, de que a URSS não poderia retaliar eficientemente os EUA naquele momento, Von Neumann, membro destacado da comissão de energia atômica (AEC), aconselhou o presidente Eisenhower a usar a bomba de hidrogênio contra os russos, e chegou a convencer o secretário de Estado John Foster Dulles. Eisenhower, que fora o comandante em chefe das forças anglo-americanas durante a segunda guerra mundial, com muito maior experiência das implicações horríveis de uma guerra, protelou a decisão, até que a União Soviética também desenvolveu a bomba de hidrogênio, restabelecendo o equilíbrio bélico.

Investigar esta bifurcação em que Von Neumann e Eisenhower se defrontaram pode conduzir à origem da guerra, pois esta é uma situação que se repete ao longo da história, por vezes ocorrendo a guerra, por vezes os tratados, como o controle de armamentos. Durante a segunda guerra mundial, Hitler, um civil como Neumann, aparece, nas suas próprias palavras, como o maior incentivador das iniciativas bélicas, tolhido pelo seu Estado-Maior, de militares, como Eisenhower.

“Antes de me tornar chanceler”, dissera ele para justificar a usurpação do poder supremo, “eu pensava que o Estado-Maior era como um mastim que se tem de segurar com firmeza pela coleira porque ameaça toda a gente. Desde então passei a reconhecer que ele não é nada disso. Ele tem sistematicamente tentado impedir toda ação que julgo necessária. Sou eu quem sempre tem de açular esse mastim.” (WYKES, 1973, p. 74).

Isto ilustra também a questão do aprendizado do sujeito, mostrando que os militares, estudiosos das guerras, podem ser muito conservadores quando se trata de iniciar uma guerra, por que já aprenderam que é melhor evita-la.

Assim o contraste entre os comportamentos de Von Neumann e Eisenhower, ou entre Hitler e seu Estado-Maior aparece também na teoria dos jogos, onde se pode jogar tentando o melhor resultado (como Eisenhower), ou jogar para evitar o pior resultado (como Neumann). Esta

---

<sup>14</sup> O desejo a que se está aludindo aqui é o desejo do inconsciente, da ordem do desejo pelo reconhecimento do Outro.

última maneira de jogar é conhecida como estratégia maximin, apresentada na página nove desta tese. A estratégia maximin é uma estratégia defensiva, de aversão ao risco, mas diferentemente da teoria de finanças onde o risco é um dado objetivo de mercado, na teoria dos jogos o risco é dado pelo comportamento do outro.

Ao propor usar a bomba de hidrogênio nos russos, Von Neumann estava provavelmente usando a estratégia maximin, tentando evitar o pior resultado, o qual para ele aconteceria se os russos também desenvolvessem a bomba de hidrogênio e a utilizassem. Portanto ao se adotar a estratégia maximin, implicitamente está-se admitindo que o outro vá te prejudicar, o que em última análise representa desconfiança e medo aprioristicamente. A repetição deste comportamento “maximin” pode se assemelhar a um comportamento paranoico (mania de perseguição). Isto coincide com o pensamento de Lacan, para quem existe na constituição do eu uma estrutura paranoica.

Tomando emprestada de Melanie Klein a ideia de *posição paranoide*, (Lacan) fazia do eu uma instância de desconhecimento organizada numa estrutura paranoica. Se tal estrutura existe, ela deve ser levada em conta pela experiência da análise. Onde a ideia de que a técnica analítica serve para pôr em cena a transferência negativa ao induzir, contra o desconhecimento do eu, uma *paranoia dirigida* (ROUDINESCO, 2008, p. 269).

No dilema do prisioneiro jogado uma vez só, ambos os jogadores jogam implicitamente a estratégia maximin, não cooperando. Assim, é como se existisse um passado inconsciente que leva cada jogador a desconfiar do outro em uma posição pré-estabelecida, ontológica, que faz dos jogadores competidores e não colaboradores. Esta posição, analisada no capítulo quatro, se passa a revelia do eu, é a luta inconsciente pela vida, a qual é a origem da guerra.

Até aqui foi mostrado como o dilema do prisioneiro pode ser aplicado à corrida armamentista e à guerra. Observa-se que na corrida armamentista o resultado do dilema do prisioneiro é o armamentismo acelerado muitas vezes seguido pela guerra. A guerra é um resultado que representa uma perversão da lei social, pois a lei social não mais autoriza que seres humanos se matem. Para que haja guerra, é necessária uma manipulação da lei civil, indo para a lei militar, para mostrar cada guerra como algo necessário, e não como algo da ordem do econômico e da psique. Deste modo se dá a perversão da lei.

### 2.6.3 As externalidades como dilema

Por externalidades se entendem aspectos da produção que não estão incluídos no sistema de preços de mercado. As externalidades podem ser positivas, quando existem benefícios não

considerados no processo de produção de um bem, ou negativas, quando existem custos não considerados na produção de um bem. Nesta subsecção se analisa algumas externalidades negativas, como a pesca predatória, a poluição dos rios por resíduos industriais, o aquecimento global, a destruição de florestas, o descarte de lixo, e a poluição de esgotos.

O exemplo aqui é o da pesca predatória, mas serve da mesma maneira para qualquer dos casos citados. Imaginem-se dois pescadores em tudo idênticos que saem para pescar. Aquele que praticar a pesca predatória conseguirá pescar mais peixes pelo mesmo custo, e, portanto poderá vender por um preço mais baixo, conquistando o mercado do concorrente  $\{(17, 6) \text{ ou } (6, 17)\}$ . Porém se ambos os pescadores praticarem a pesca predatória, no longo prazo ficarão em pior situação do que se não a praticarem  $(12, 12)$ , pois destruirão a indústria da pesca  $(8, 8)$ . A forma geral do dilema do prisioneiro neste caso aparece na tabela 2.12, onde os números representam os ganhos dos jogadores.

**Tabela 2-12 - Externalidades como dilema**

		Jogador B	
		Conserva natureza	Destrói natureza
Jogador A	Conserva natureza	12, 12	6, 17
	Destrói natureza	17, 6	8, 8

Há uma redução de custos quando se faz pesca predatória, se polui os rios e a atmosfera, se destrói uma floresta, se joga fora o lixo sem reciclagem, e se descarta o esgoto sem tratamento. Como a natureza ou não tem dono, ou é um bem público, sua destruição beneficia o competidor que procurar ter custos mais baixos. Porém se todos agirem assim, o resultado será a destruição do meio ambiente, e a extinção dos seres humanos.

Outro aspecto aqui presente é a emergência da lei. Pode ser que no passado os exemplos aqui tratados não fossem uma violação da lei. Porém à medida que a humanidade se espalhou pelo globo terrestre tais comportamentos foram se tornando mais e mais danosos, pelo impacto no meio ambiente, e constituíram-se como violações da lei que emergia.

Hoje, estes comportamentos são em muitos casos, infrações da lei civil, e perversões da lei social, pois a lei civil tem sido manipulada pelos destruidores da natureza. Apenas como exemplos de violação e de perversão, uma violação da lei social seria a pesca de uma espécie

de peixe na época de sua reprodução. Já uma perversão da lei social seria os governos dos países não quererem chegar a nenhum acordo sobre o clima, usando as conferências das partes (COP) apenas como representação para seus públicos internos, e empurrando cada um a responsabilidade pela falta de acordo para os outros países.

#### 2.6.4 O conluio como dilema

Nesta subseção estuda-se o caso em que o resultado não cooperativo do dilema do prisioneiro é prejudicial à sociedade, na forma de conluios, sejam estes conluios uma violação, ou uma perversão da lei social, embora não necessariamente a perversão seja uma infração da lei civil. Em primeiro lugar é apresentado o caso particular dos impostos, e depois a forma geral da perversão da lei, o tráfico de influência, e a forma geral da violação da lei, a corrupção.

Leis são aprovadas para que as pessoas paguem seus impostos, não roubem, e honrem seus contratos com estranhos. Cada uma destas atividades pode ser vista como um gigantesco Dilema do Prisioneiro com muitos jogadores. Ninguém quer pagar impostos, por que os benefícios são muito difusos e os custos são percebidos diretamente. Mas todo mundo fica melhor se cada pessoa tiver de pagar, de modo que cada um possa participar dos benefícios de escolas, estradas, e outros bens coletivos (SCHELLING, 1973) apud (AXELROD, 2006, p. 133)<sup>15</sup>.

#### O caso dos impostos

**Tabela 2-13 - O dilema dos impostos**

		Jogador B	
		Paga impostos	Evade impostos
Jogador A	Paga impostos	12, 12	6, 17
	Evade impostos	17, 6	8, 8

No caso dos impostos, representado na tabela 2.13, se uma pessoa não paga impostos, e as outras todas os pagam, então a pessoa má pagadora se beneficia dos serviços públicos a custa dos bons pagadores  $\{(17, 6) \text{ ou } (6, 17)\}$ . Mas se todas as pessoas se evadirem dos impostos, o resultado (8, 8) será bem pior do que se todas pagarem (12, 12), por que não haverá serviços

<sup>15</sup> Traduzido de: Laws are passed to cause people to pay their taxes, not to steal, and to honor contracts with strangers. Each of these activities could be regarded as a giant Prisoner's Dilemma game with many players. No one wants to pay taxes because the benefits are so diffuse and the costs are so direct. But everyone may be better off if each person has to pay so that each can share the benefits of schools, roads, and other collective goods.

públicos, os quais são necessários em uma sociedade moderna. Os números representam os ganhos dos jogadores.

Mas como as pessoas poderiam não pagar impostos, se a isto elas são obrigadas pela lei civil? Pela corrupção da lei civil, onde o fiscal e o devedor do fisco dividem de alguma forma o que deixou de ser recolhido para o governo como imposto. Neste caso tem-se uma violação da lei social (e não perversão), na forma de um conluio entre o fiscal e o devedor do fisco. O conluio está implícito neste dilema do prisioneiro, onde cada jogador é o devedor do fisco, mas ao mesmo tempo tem que estar ligado ao fiscal, que não aparece no jogo. É também possível que não sejam apenas o devedor do fisco e o fiscal no conluio, mas uma verdadeira rede de conluios parcialmente sobrepostos, os quais envolvem fiscais, devedores do fisco, empresas, partidos, governo, parlamento, judiciário, etc... .

Porém há também como se evadir dos impostos pela via da perversão da lei social, definida a perversão como jogos dentro do jogo ou manipulação da lei<sup>16</sup>. A lei social pervertida aqui é a que demanda equidade entre a população no pagamento de impostos, por que existem aqueles que não acham a legislação de impostos equitativa.

Embora o sucesso de Buffet com a Berkshire Hathaway tenha feito dele um dos homens mais ricos do mundo, ele evitou prodigalizar gastos, e criticou políticas de governo e impostos que favoreceram os ricos em detrimento das classes média e baixa (Encyclopædia Britannica online, 2012, verbete “Warren Edward Buffett”)<sup>17</sup>.

Assim não só é possível se evadir dos impostos pela corrupção, como também é possível legislar através de conluios, para se pagar menos impostos, pervertendo a lei social. Assim, neste dilema do prisioneiro com muitos jogadores está implícita uma estrutura social hierarquizada que determina uma divisão entre os favorecidos / desfavorecidos de uma determinada política tributária, que são os incluídos / excluídos de um conluio. Esta situação transparece nas palavras de Stiglitz, premio Nobel de economia (2001).

Mas, em todo o mundo, influência política e práticas de oligopólio (frequentemente garantidas por meio da política) foram centrais para o aumento da desigualdade econômica. E os sistemas tributários nos quais um bilionário como Warren Buffett paga percentualmente menos impostos que sua secretária – ou em que os especuladores que ajudaram a derrubar a economia global são menos tributados do que os trabalhadores – reforçaram a tendência. (...) O aumento da desigualdade é produto de uma espiral viciosa. Os rentistas usam seus recursos para criar leis que protejam e ampliem sua riqueza – e sua influência. A Suprema Corte dos Estados

<sup>16</sup> O leitor deve lembrar-se que quando o ganho inicial é muito grande em relação às perdas subsequentes, surgem jogos dentro do jogo (página dezesseis).

<sup>17</sup> Traduzido de: Though Buffett’s success with Berkshire Hathaway made him one of the world’s wealthiest men, he eschewed lavish spending and criticized governmental policies and taxation that favored the rich over the middle or lower classes.

Unidos deu às corporações, numa decisão que se tornou conhecida como *Citizens United*, rédea solta para usar dinheiro e influenciar os rumos da política. Mas enquanto os ricos podem usar seu dinheiro para ampliar o alcance de seus pontos de vista, a polícia não permitiu que eu usasse um megafone para me dirigir aos manifestantes do *Occupy Wall Street* (STIGLITZ, 2011).

### O caso do tráfico de influência

Embora Schelling, na citação da página trinta e seis, tenha se referido ao roubo como um dilema do prisioneiro com muitos jogadores, vai-se nesta tese considerar a questão mais ampla do tráfico de influência, onde pessoas trocam influência através de conluíus, para obter vantagens indevidas. O exemplo anterior da legislação de impostos favorecendo os mais ricos foi um exemplo introdutório à questão do tráfico de influência. Na tabela 2.14 está o caso do tráfico de influência, onde os números representam a satisfação dos jogadores.

**Tabela 2-14 - O dilema da influência**

		Jogador B	
		Não troca influência	Troca influência
Jogador A	Não troca influência	12, 12	6, 17
	Troca influência	17, 6	8, 8

Assim, se uma pessoa troca influência com outra para conseguir vantagens, e as outras não o fazem, então os “bobos” tem de arcar com o custo da ação dos “espertos”  $\{(17, 6) \text{ ou } (6, 17)\}$ . Mas se todos são “espertos”, então eles vivem um país onde não se respeita a lei (8, 8), o qual é pior do que o país dos “bobos”, que respeitam a lei (12, 12). O tráfico de influência é tratado aqui como uma perversão da lei social, pois envolve a manipulação da lei civil através de conluíus, como no exemplo da legislação de impostos. Segue-se um exemplo.

A Enron Corporation, maior empresa norte-americana a pedir falência, em dois de dezembro de 2001, valeu-se da legislação que permite criar sociedades de propósitos específicos (SPE), cuja situação não aparece no balanço da empresa, para esconder suas dívidas. Segue-se uma descrição do acontecido.

Quando a situação da empresa se desintegrou, no outono de 2001, no entanto investidores e credores descobriram que a verdadeira carga de dívidas da Enron estava muito acima do que seu balanço indicava. Vendendo ativos a sociedades de propósitos específicos (SPEs), o que era perfeitamente legal, a Enron havia transferido bilhões de dólares de dívidas de seu balanço para subsidiárias, fundos, sociedades e outros esquemas criativos de financiamento (GITMAN, 2004, p. 448).

Essas sociedades destinavam-se a esconder as dívidas da Enron, inflacionar seus lucros e enriquecer os altos executivos. No fim de 2001, as transações explodiram, fazendo com que a empresa entrasse com pedido de falência, e resultaram em ações penais contra seus principais executivos, bem como contra sua firma de auditoria, a Arthur Andersen, por deixarem de divulgar com exatidão a situação financeira da Enron (GITMAN, 2004, p. 624).

Aqui, como no caso dos impostos, em um jogo com muitos jogadores está implícita uma sociedade hierarquizada que determina uma divisão entre os incluídos e os excluídos de um conluio. Surge também o aspecto da lei civil ser dúbia, dando margem a interpretações. E finalmente o fato de que normalmente os períodos de investigação do ocorrido são longos, muitas das vezes não se chegando a nenhum resultado, isto é, existe impunidade. Tudo isso caracteriza a existência de perversão da lei social.

### **A questão do conluio**

Na página dois desta investigação o sujeito cartesiano foi caracterizado como estando só, não interagindo em grupos (exceto na teoria dos jogos), como por exemplo, nos conluios. Em função da emergência da lei, o conluio guarda um interesse especial nesta investigação, pois através dele se tem a ação em grupos, com a violação ou a perversão da lei social. “Conluio (no original, *conspiracy*) é um conceito velho e bem firmado em Direito anglo-saxão; a característica que define o crime é um acordo ou entendimento entre duas ou mais pessoas para cometer um ato criminoso” (SMITH B. F., 1979, p. 18)<sup>18</sup>.

A teoria dos jogos e o dilema do prisioneiro permitem a interação em grupos na economia, e a questão que se apresenta nesta investigação é como representar os conluios na economia através do dilema do prisioneiro. Nas tabelas 2.13 e 2.14 os conluios estão fora da matriz de ganhos, isto é cada jogador fará conluios com pessoas que não aparecem no jogo. Pode-se pensar também que cada jogador nestas tabelas representa uma unidade de conluio, de modo que o dilema dos prisioneiros é jogado não por jogadores individuais, mas por grupos conluídos. Mas seria possível representar o conluio em si como um dilema do prisioneiro no caso do tráfico de influência?

Na tabela 2.14 é possível se ter esta outra interpretação. Ao invés de um jogador A que compete com um jogador B na sociedade pelo ganho através do uso de influência, e assim

---

<sup>18</sup> Em Smith (O tribunal de Nuremberg, 1979) lê-se que o conluio pode assumir amplas proporções, e por isso pode ser difícil de ser comprovado. No tribunal de Nuremberg, que julgou os líderes alemães após a segunda guerra mundial, os americanos queriam inicialmente que os réus fossem processados por quatro pontos: (1) conluio para: Crimes contra a Paz, Crimes de Guerra, e Crimes contra a Humanidade; (2) Crimes contra a Paz; (3) Crimes de Guerra; (4) Crimes contra a Humanidade. Devido às dificuldades de se provar a existência de um grande conluio nazista em todos os quatro pontos, o ponto um foi reduzido ao conluio para Crimes contra a Paz.

chegam ambos à troca de influência (8,8) em conluíus diferentes, pode-se pensar que o jogador A e o jogador B estão em conluio um com o outro ao escolherem trocar influência entre si (8,8). O resultado aceito socialmente seria que eles não trocassem influência e agissem pelas suas instituições (12,12) dentro da lei, mas o grupo do qual são representantes em diferentes instituições os pressionam para trocarem influência. Caso um dos dois se recuse a usar sua posição institucional, se enfraquece perante o grupo, enquanto o outro ganhará prestígio (6,17) por se manter fiel ao grupo em uma situação de perversão da lei.

Assim, são possíveis duas percepções, dir-se-ia que epistemológicas, da tabela 2.14. Em uma os conluíus acontecem a partir de um dilema do prisioneiro que ocorre dentro da sociedade, e cada jogador busca seu conluio para não ficar na posição do bobo. Na segunda, o conluio é o dilema do prisioneiro em que o grupo transcende os limites das instituições, e os jogadores precisam trocar influência para não se enfraquecerem perante o grupo e perderem prestígio e privilégios. Ambas as percepções são esclarecedoras do papel dos conluíus e suportam-se mutuamente.

A corrupção foi apresentada na página trinta e sete, para o caso dos impostos. O próximo passo é caracterizar a corrupção em si como um dilema do prisioneiro, mas para generalizar esta situação será antes preciso estudar o dilema do prisioneiro assimétrico.

### **O dilema do prisioneiro assimétrico**

O caso de assimetria no dilema do prisioneiro, em que um jogador não é igual ao outro, aparece entre uma agência regulatória do governo e uma companhia regulada.

Conforme modelado por Scholz (1983), uma agência regulatória do governo e uma companhia regulada estão em um dilema prisioneiro repetido uma com a outra. As escolhas da companhia em qualquer momento são acatar as normas voluntariamente ou se evadir delas. As escolhas da agência são por adotar um modo de enquadramento no trato com cada companhia em particular, o qual pode ser ou flexível ou coercitivo (AXELROD, 2006, p. 156)<sup>19</sup>.

Na tabela 2.15 está representado este dilema assimétrico. Se a agência usa um controle flexível e a companhia espontaneamente segue as normas, então ambas ganham por funcionarem sem atritos a um custo baixo (12,12), cooperando. Se a agência faz um controle rígido e a companhia tenta se evadir das normas (8,8), não cooperando uma com a outra, ao final os custos de controle e de litígios judiciais aumentam. Mas se a agência adota o controle

<sup>19</sup> Traduzido de: As modeled by Scholz (1983), the government regulatory agency and a regulated company are in an iterated Prisoner's Dilemma with each other. The company's choices at any point are to comply voluntarily with the rules or to evade them. The agency's choices are to adopt an enforcement mode in dealing with that particular company which is either flexible or coercive.

flexível, a companhia sofre a tentação de se evadir das normas (6,17). E se a companhia acata as normas espontaneamente, a agência sofre da tentação de impor mais normas (17,6).

**Tabela 2-15 - O dilema assimétrico**

		Companhia regulada	
		Acata normas voluntariamente	Evade normas
Agência Reguladora	Controle flexível	12, 12	6, 17
	Controle rígido	17, 6	8, 8

### O caso da corrupção

Uma vez que a corrupção foi analisada no caso dos impostos, que o conluio foi mostrado como um dilema do prisioneiro no caso do tráfico de influência, e também que a assimetria foi mostrada como possível no dilema do prisioneiro, podem-se juntar estas três perspectivas para se analisar o caso da corrupção como um conluio com estrutura de dilema do prisioneiro com muitos jogadores, apresentado na tabela 2.16.

**Tabela 2-16 - O dilema da corrupção**

		Agente interno	
		Acerta preço justo	Negocia diferença
Agente externo	Acerta preço justo	12, 12	6, 17
	Negocia diferença	17, 6	8, 8

Tal como no caso do tráfico de influência, existe um grupo que se superpõe às instituições. No grupo, existe um agente externo (o lobista) e um agente interno à instituição, que devem fazer um conluio que é do interesse do grupo, a partir de suas posições institucionais (8,8). O resultado aceito socialmente seria que eles agissem pelas suas instituições dentro da lei, acertando um preço justo (12,12), mas o grupo do qual são representantes os pressionam para negociarem uma diferença em relação ao preço justo. Caso um dos dois se recuse a negociar uma diferença sobre o preço justo, então cai em desgraça, e o outro ganha em prestígio (6,17) ou (17,6) por se manter fiel ao grupo em uma situação de violação da lei.

## 2.7 AS MÚLTIPLAS FACES DO SUJEITO

Von Neumann esperava que a teoria dos jogos pudesse equacionar e de certa forma, calcular o comportamento das pessoas como ocorre nas ciências matemáticas. Não foi isso que aconteceu, ao contrário, o dilema do prisioneiro repetido gera um resultado indeterminado entre cooperar e não cooperar. Esta hesitação é inusitada para o sujeito cartesiano, e um primeiro sinal de que a expectativa de Von Neumann tem um efeito colateral, qual seja de que a variedade de percepções e comportamentos possíveis na teoria dos jogos extrapola o sujeito cartesiano passivo e analítico.

Outro aspecto do dilema do prisioneiro repetido é que a cooperação só emerge se a perspectiva de continuidade do jogo é bastante alta. Este resultado indeterminado não é ótimo de Pareto (ou Pareto eficiente), o que difere da teoria econômica neoclássica, onde o resultado do equilíbrio geral dos preços é ótimo. A questão é se isso tem importância econômica, portanto prosseguiu-se a investigação separando os casos em que o resultado do dilema é favorável à sociedade, daqueles em que o resultado é desfavorável.

Entre os resultados favoráveis estão o próprio dilema do prisioneiro, e o cartel, que tende a ser desfeito pelo mecanismo do dilema. Até aí nada de novo para o sujeito ou para a teoria econômica. Mas entre os casos desfavoráveis estão a corrida armamentista, a guerra, as externalidades, e o conluio, e todas as análises feitas constituem-se em novidades em termos do dilema, ainda mais por que seus resultados não são ótimos de Pareto. Teriam eles importância para o sujeito que se quer desenhar, ou para a teoria econômica?

Começando pela corrida armamentista, descobre-se que o sujeito pode aprender, e que neste aprendizado surgem as bifurcações, que são as decisões morais. Nesta bifurcação pode-se escolher entre a guerra e os tratados. Com a análise da guerra aprende-se que o sujeito *maximin* é defensivo, desconfiado, tem medo, e que a repetição do comportamento *maximin* faz lembrar um sujeito paranoico, com mania de perseguição. Hitler, que não devia se ver como um monstro, provavelmente estava tendo um comportamento *maximin* extremado, achando que estava salvando a “raça” alemã da ameaça do comunismo, das democracias ocidentais decadentes, e das misturas com raças inferiores. Assim a guerra vem deste medo, cujo motor é o desejo, em um comportamento ontológico ou herdado.

Nada, com efeito, pode ser fundado sobre o acaso – cálculo das probabilidades, estratégias – que não implique de saída uma estruturação limitada da situação, e isto em termos de significantes. Quando a teoria moderna dos jogos elabora a estratégia dos dois jogadores, cada um deles se encontrará com as probabilidades máximas de

ganhar, com a condição de cada um, raciocinar como o outro. O que é que dá valor a uma operação desta espécie? – senão que, o mapa já está feito, os pontos de referência significantes do problema estão inscritos nele, e a solução não irá além deles (LACAN, 1998b, p. 42).

Quanto às externalidades ambientais, o dilema do prisioneiro vem mostrar que o impulso à expansão contínua do produto, é fruto de uma sociedade pouco cooperativa, e que para deixar de destruir a natureza através de um crescimento que não tem mais sentido, pois ameaça a sobrevivência da espécie humana, a sociedade deve redistribuir a renda, assunto que será investigado no capítulo três. Outro aspecto das externalidades ambientais, é que com elas o equilíbrio econômico não pode ser ótimo de Pareto, pois ainda seria necessário pagar para eliminar seus efeitos, o que é um fato conhecido na teoria econômica. Porém as externalidades são apenas parcialmente responsáveis por este resultado, que se origina em grande parte dos conluíus.

O caso onde o dilema dos prisioneiros tem maior impacto econômico é nos conluíus. Através do estudo desenvolvido na subseção 2.6.4, seja nos impostos, no tráfico de influência, ou na corrupção, percebe-se que a sociedade não é somente um conjunto de indivíduos mais ou menos autossuficientes. Esta é uma perspectiva típica do solitário sujeito cartesiano.

Vamos supor, para organizar as ideias, que a sociedade é uma associação de pessoas mais ou menos autossuficiente que, em suas relações mútuas, reconhece certas normas de conduta como obrigatórias e que, na maior parte do tempo, se comporta de acordo com elas. Vamos supor também que essas normas especificam um sistema de cooperação criado para promover o bem dos que dele participam. Então, embora a sociedade seja um empreendimento cooperativo que visa ao benefício mútuo, está marcada por um conflito, bem como uma identidade, de interesses. Há identidade de interesses porque a cooperação social torna possível uma vida melhor para todos do que qualquer um teria se dependesse apenas dos próprios esforços. Há conflito de interesses porque ninguém é indiferente a como são distribuídos os benefícios maiores produzidos por sua colaboração, pois, para atingir seus fins, cada um prefere uma parcela maior a uma parcela menor desses benefícios (RAWLS, 2008, p. 4)

O dilema do prisioneiro nos coloca outra perspectiva. Para sobreviver, o ser humano juntou-se em bandos - por exemplo, de caçadores-coletores - para quaisquer que fossem seus propósitos, seja para obter alimentos, seja para fazer a guerra. A lei social então foi emergindo e algumas destas associações se tornaram violações ou perversões da lei<sup>20</sup>. Mas a ação destes

---

<sup>20</sup> Um exemplo de associação precursora do tráfico de influência, e que primitivamente fazia parte da lei social no Brasil-colônia, foi o cunhadismo: “A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. Isso se alcançava graças ao sistema de parentesco classificatório dos índios, que relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo. Assim é que, aceitando a moça, o estranho passava a ter nela sua *temericó* e, em todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos pais ou sogros. O mesmo ocorria em sua própria geração, em que todos passavam a serem seus irmãos ou cunhados. Na geração inferior

bandos, os quais hoje são chamados de grupos, está presente na sociedade, e devem ser considerados na teoria econômica, através do dilema do prisioneiro.

Surge então o conflito básico da sociedade no dilema do prisioneiro, apresentado na tabela 2.17. O ser humano vê o outro de uma maneira *maximin*, como um possível adversário ou competidor, a não ser que consiga se identificar com o outro, como um eu do mesmo grupo. Quando confrontado com situações de ameaça à sua sobrevivência, verdadeiras ou imaginárias, o ser humano regride psicologicamente, e pode violar ou perverter a lei social, em um comportamento bando-leiro, mesmo que, se todos fizessem isso, o ganho (8,8) não seria o melhor possível, isto é, não seria um ótimo de Pareto.

**Tabela 2-17 - O dilema da sociedade**

		Outro	
		Conectado	Grupado
Eu	Conectado	12, 12	6, 17
	Grupado	17, 6	8, 8

Para que uma sociedade caminhasse na direção de atingir o ótimo de Pareto (12,12) seria preciso que as pessoas passassem a se identificar umas com as outras, em um estado de conexão voluntária com a lei que emerge, em tema a ser abordado no capítulo quatro. Porém atualmente a tentação do ganho fora da lei social nos grupos permanece (17,6), não mais por que exista escassez, mas por que esta é a lição oriunda de um passado remoto, a lição de quem mostrar fraqueza é um perdedor (loser), por que o outro se aproveitará disso (6,17), e assim o melhor é manter-se sempre no grupo, onde se é mais forte.

Assim, devido à inequidade da carga fiscal, ao tráfico de influência, e à corrupção, objetos dos conluíus, e também devido às externalidades ambientais, todos estruturados como um dilema do prisioneiro, o equilíbrio de mercado não é Pareto eficiente como a teoria econômica imagina que seja.

Esta é na verdade uma boa notícia, pois significa que o resultado da economia de mercado não é simplesmente o máximo da satisfação dos consumidores, mesmo se desconsideradas as

---

eram todos seus filhos ou genros” (RIBEIRO, 1995, p. 81). “A documentação espanhola, mais rica nisso, revela que em Assunção havia europeus com mais de oitenta *temericó*. A importância era enorme e decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes, que podia por a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias” (RIBEIRO, 1995, p. 82).

externalidades ambientais, pois podem existir conluios estruturados como dilemas do prisioneiro, que impedem que isto aconteça. É muito importante também, nada se alterou da teoria econômica neoclássica, apenas se juntou ao arcabouço teórico existente a questão dos grupos e da lei social, e, portanto generalizou-se ainda mais o emprego da teoria.

Este então é o resultado de se considerar a ação dos grupos na economia, violando ou pervertendo a lei social, resultado este que pode ser corrigido, conforme será visto no capítulo cinco, pela simples distribuição de renda. Mais ainda, que esta distribuição de renda caracteriza uma política de uma teoria econômica ética conforme preconiza Buarque (2007), para ir-se da sociedade dos grupos (8,8) até a sociedade conectada (12,12), somente acessível como vislumbre.

### 3 O DILEMA DA SOCIEDADE

Neste capítulo se estuda o dilema da sociedade (tabela 2.17), último exemplo do capítulo anterior, o qual sintetiza como o dilema do prisioneiro atua em prejuízo da sociedade, seja na corrida armamentista, na guerra, nas externalidades, e nos conluios, favorecendo a evasão de impostos, a corrupção da lei, ou o tráfico de influência.

O dilema da sociedade apresenta o conflito básico da sociedade na distribuição de bens e serviços, apresentado na forma do dilema do prisioneiro. Sintetizando este conflito, a sociedade é uma associação de pessoas com normas sociais, as quais especificam um sistema de cooperação. Entretanto, as pessoas de alguma forma insatisfeitas com seu quinhão na partilha de bens e serviços produzidos pela sociedade, muitas vezes passam a violar e a perverter a lei social, frequentemente por meio de conluios, os quais servem não só para perseguir o que desejam, mas também para diminuir o risco da violação ou perversão da lei, pela atuação em grupos<sup>21</sup>.

O estudo do dilema da sociedade é composto por: (1) o acirramento do dilema; (2) o efeito deste dilema no equilíbrio geral da economia; e (3) a solução do dilema da sociedade via redistribuição de renda a posteriori.

#### 3.1 O ACIRRAMENTO DO DILEMA

##### 3.1.1 A questão da produtividade

Os organismos biológicos podem ser vistos como estruturas dissipativas de energia, que retornam ao equilíbrio morrendo. Todas as espécies vivas tentam manter-se longe deste equilíbrio, dando origem à luta individual e em grupos, pela sobrevivência. Para isto tentam dispendir o mínimo possível de energia na consecução de seus objetivos, sejam eles quais forem. Daí surge o princípio da parcimônia, o que em linguagem das ciências exatas seria chamado de princípio da otimização, isto é obter o máximo do desejado (ou do necessitado) com o mínimo de esforço ou energia despendida. Em relação à economia, isto significa que a espécie humana busca sempre aumentar a produtividade do trabalho, isto é, a quantidade de produto por hora trabalhada (ou por unidade monetária despendida).

---

<sup>21</sup> Em Faveret (1993) lê-se que as associações humanas para diminuir o risco têm um exemplo institucional nos investimentos de Venture Capital, que são investimentos em inovações tecnológicas e outras, em estágio inicial. Nestes, é usual a formação de uma extensa rede de instituições, com vista a diminuir o risco da atividade.

Bem antes da Era Industrial, como no Império Romano, havia muitos elementos do atual universo econômico, como moeda, extensa rede de trocas através de estradas e navios, empréstimos e produção de bens para mercados. Entretanto, a fonte de energia disponível era basicamente a humana (escrava) e animal, e por isso os ganhos de produtividade eram relativamente pequenos. O que difere a Era Industrial das anteriores é o aumento expressivo e sistemático da produtividade do trabalho no longo prazo, trazido por máquinas movidas pela energia obtida do carvão, e depois do petróleo, hidroeletricidade, nuclear, eólica, e solar, na produção de bens e serviços.

O mecanismo pelo qual a produtividade aumenta no longo prazo é dado pela concorrência nos mercados, da seguinte forma: existe uma formação de preços resultantes da interação entre consumidores que demandam os produtos, e produtores que os ofertam. Os produtores competindo entre si para fabricarem pelo menor custo médio, e logo terem maiores ganhos, introduzem inovações tecnológicas e outras na produção, as quais permitem economias de escala cada vez maiores, ou seja, ao produzirem mais unidades do produto, o custo médio por unidade do produto cai, aumentando a produtividade, isto é, a quantidade de produto por hora trabalhada.

Existem basicamente duas perspectivas pelas quais se podem ver o aumento de produtividade: (1) o aumento de produção para um nível de emprego constante, e (2) para uma produção constante uma redução no nível de emprego. Assim se a produtividade sempre cresce no longo prazo, e se as necessidades são limitadas, para haver a manutenção do pleno emprego (perspectiva um) é necessário que os mercados estejam sempre em expansão, a um ritmo crescente.

Porém a expansão dos mercados que ocorre na globalização tem limite, enquanto que o aumento de produtividade não o tem, só terminando quando as máquinas tiverem substituído totalmente o ser humano no trabalho. Em um cenário talvez não tão distante, pode ser que um dia robôs com inteligência artificial, movidos por energia solar ou nuclear, façam todo o trabalho que os humanos não queiram fazer, inclusive consertarem-se uns aos outros. Isto não quer dizer que os humanos não continuarão a trabalhar, somente que a palavra trabalho adquirirá novo significado. Assim em algum momento deve surgir o desemprego permanente no mercado mundial (perspectiva dois), ou então um aumento do ócio, sendo que pelo menos um dos dois (o desemprego ou o ócio) deveria tender a aumentar ao longo do tempo.

Dentre estes dados, a taxa de desemprego e a precarização das ocupações, que assombam tanto os chamados países periféricos como os imperialistas, aparecem como o ponto central a ser gerido pelo capital que, ao atingir níveis elevadíssimos de produtividade, produz também, contraditoriamente, o trabalho supérfluo (PAGOTTO, 2011, p. 31-32).

Historicamente, dever-se-ia ver uma passagem da primeira perspectiva da produtividade, pela qual a produção se expande, para a segunda perspectiva, pela qual o nível de emprego diminui, ou seja, o desemprego aumenta<sup>22</sup>. Esta passagem se dá no século 20, pois o século 19 foi o século do pleno uso de recursos, e, portanto do pleno emprego, nas economias desenvolvidas.

A economia expansiva do último século (XIX) provocou um crescimento prodigioso na formação de capital. Tanto foi assim, que esta Era na história foi por consenso geral chamada de o período capitalista. Ninguém disputa a tese de que sem esta vasta acumulação de capital, nós nunca teríamos testemunhado o grande aumento no padrão de vida alcançado desde o início da Revolução Industrial. Mas não é sobre o efeito da formação de capital no poder aquisitivo da renda que eu gostaria de chamar especialmente a atenção. O que eu desejaria acentuar neste artigo é sim o papel jogado pelo processo de formação de capital em assegurar praticamente pleno emprego dos recursos produtivos, em cada ponto desta escala ascendente de renda, e, portanto o máximo possível de renda sob o nível de desenvolvimento tecnológico então prevalecente (HANSEN, 1939, p. 4)<sup>23</sup>.

Assim, em um mercado mundial que não pode se expandir eternamente, e onde as necessidades humanas são limitadas, o aumento de produtividade significa no longo prazo não a expansão da produção, mas a substituição do trabalho humano por máquinas (capital). Entretanto a clareza desta substituição é obscurecida pelas guerras e morticínios, as quais diminuem a população desempregada; pelos ciclos econômicos de longo prazo, aqui chamados de ondas; pelas flutuações de curto e médio prazo, chamadas de ciclo de negócios; e pela globalização, que ainda não terminou.

### 3.1.2 Os ciclos econômicos de longo prazo

Ernest Mandel, economista que de certa forma atualizou a teoria marxista para o século 20, defende a existência de um ciclo de longo prazo das taxas de lucro, chamado de ondas longas do desenvolvimento capitalista (MANDEL, 1980), teoria cuja origem remonta à Kondratiev,

<sup>22</sup> Por desemprego está-se considerando o desemprego propriamente dito, mais o trabalho precário, como por exemplo, o dos catadores de lixo.

<sup>23</sup> Traduzido de: The expanding economy of the last century called forth a prodigious growth of capital formation. So much was this the case, that this era in history has by common consent been called the capitalistic period. No one disputes the thesis that without this vast accumulation of capital we should never have witnessed the great rise in the standard of living achieved since the beginning of the Industrial Revolution. But it is not the effect of capital formation upon real income to which I wish especially to direct attention. What I wish to stress in this paper is rather the role played by the process of capital formation in securing at each point in this ascending income scale fairly full employment of the productive resources and therefore the maximum income possible under the then prevailing level of technological development.

economista russo. Este tipo de ciclo ocorre pela união da globalização com os ciclos de inovação, dando origens a ondas expansionistas e contracionistas do produto e do emprego. A corrente principal neoclássica reconhece que a inovação pode dar origem a ciclos, embora não necessariamente ao ciclo de Kondratiev.

Para Mandel são rearranjos do sistema capitalista que dão origem as estas ondas de longo prazo, mas pode-se pensar nelas como originadas de uma grande inovação tecnológica, inovação esta que dá origem a sucessivas inovações. Estas inovações, em conjunto com as expansões do mercado mundial causam um grande crescimento do produto durante um período prolongado, seguindo-se um período também prolongado de contração ou estagnação (baixo crescimento). As ondas, retiradas de Mandel (1980, p. 105) - com exceção da última, são apresentadas na tabela 3.1<sup>24</sup>.

**Tabela 3-1 - Cronologia das ondas longas**

Onda	Período	Duração (anos)	Era	Grande Inovação	Saturação
1 <sup>a</sup>	1789-1848	59	Revolução Industrial	Tecnologia do algodão	1815-1825
2 <sup>a</sup>	1848-1893	45	Livre competição	Ferrovias a vapor	1873
3 <sup>a</sup>	1893-1940	47	Imperialismo	Aço, eletricidade, e motores a combustão interna	1913
4 <sup>a</sup>	1940(48)-1982?	42	Capitalismo Tardio	Economia do petróleo, eletrônica	1968
5 <sup>a</sup>	1982?	?	Informação	Microprocessadores e telecomunicações	2008?

A tabela 3.1 apresenta cada onda longa de desenvolvimento, seu período, sua duração, seu nome (Era), a grande inovação que “puxou” a onda, e o ponto de saturação, ou seja, o momento em que a onda passou de expansiva para estagnada ou recessiva.

A grande inovação é um aspecto essencial da onda e pode ser pensada como uma pedra caindo no centro de um lago. O centro do lago foi principalmente a Inglaterra, no século 19, e os Estados Unidos, no século 20. Aos poucos a onda da grande inovação se espalha até as partes mais distantes do sistema produtivo, seguido pelas ondas menores das inovações subsequentes resultantes da grande inovação. Este é o período de expansão.

<sup>24</sup> A data de 1982, a quinta onda, e a coluna da Grande Inovação, são da Wikipedia (2012, verbete “Kondratiev wave”). A data de 2008 foi por mim colocada, por ser a da recente crise norte-americana.

Depois de algum tempo, o sistema social inteiro está com uma “veste” diferente, e não se parece mais com o anterior. Quando a superfície do lago se acalma, o sistema produtivo tem uma capacidade de produção bastante superior à da simples reposição dos bens desgastados, e, portanto entra em estagnação (baixo crescimento).

É fácil aquilatar a aderência desta análise à realidade da quinta onda, pois muitos viventes ainda se lembram de como era o sistema antes da telemática (microprocessamento mais telecomunicações) se generalizar. Pela cronologia das ondas anteriores, percebe-se que a quinta onda já deveria ter passado da fase expansionista. A crise de 2008 seguida pela crise do Euro provavelmente é o início da fase de estagnação / depressiva da onda.

### **A quinta onda**

A análise de Mandel, feita ainda em 1980 - de que uma nova onda de expansão capitalista teria que ser acompanhada por grande desemprego e maior integração dos mercados, em especial pela incorporação da União Soviética e da China ao mercado mundial – revelou-se extremamente acurada, e está em concordância com a quinta onda da tabela 3.1. Inicialmente Mandel se pergunta se poderia haver o surgimento de um novo ciclo de expansão.

Apesar do histórico declínio do sistema capitalista, poderia este ainda repetir o “milagre” de 1940(48) e, depois de um prolongado período de “limpeza” através dos anos 70 e 80, resultar em um novo período de expansão acelerada comparável àquele de 1893-1913, se não ao período de 1948-68? (MANDEL, 1980, p. 106)<sup>25</sup>.

De fato houve um novo período de expansão prolongado, de algum momento da década de 80, até 2008, durando mais de duas décadas, compatível em extensão com os períodos expansivos das ondas anteriores. Depois Mandel observa que a base técnica para uma nova onda de expansão do mercado mundial de commodities já existe, a qual seria os desenvolvimentos em microprocessamento.

De um ponto de vista técnico, uma nova onda expansiva que fosse aumentar significativamente a taxa de crescimento econômico acima do nível médio dos anos 70 e 80, iria requerer um aumento explosivo na taxa de acumulação, e, portanto na taxa média de lucro, e uma não menos memorável expansão no mercado de commodities, no sentido mais amplo da palavra (MANDEL, 1980, p. 106)<sup>26</sup>.

Teoricamente, estas mudanças radicais na tecnologia, organização do trabalho, e circulação técnica são possíveis; o trabalho de base para elas já foi alicerçado por

<sup>25</sup> Traduzido de: In spite of the historical decline of the capitalist system, can it still repeat its “miracle” of 1940(48) and, after a long “cleansing” period throughout the 1970s and 1980s, open up a new period of accelerated expansion comparable to that of the 1893-1913 period, if not of the 1948-68 period?

<sup>26</sup> Traduzido de: From a technical point of view, a new expansion wave that would significantly increase the rate of economic growth above the average levels of the 1970s and 1980s would require an explosive increase in the rate of accumulation and therefore in the average rate of profit and a no less remarkable expansion in the market for capitalist commodities in the most general sense of the word.

todos os desenvolvimentos recentes em microprocessamento (MANDEL, 1980, p. 107)<sup>27</sup>.

De fato os desenvolvimentos da telemática (microprocessamento mais telecomunicações) a partir da década de 80, revolucionaram a vida em sociedade. Em seguida Mandel comenta que tais avanços técnicos, que levam a aumentos de produtividade, só poderiam resultar em um aumento radical no desemprego permanente.

O balanço final para um avanço qualitativo na direção da automação (de fato, a transição da semi-automação para a automação) através da massiva aplicação do microprocessamento iria levar a um aumento radical no desemprego permanente (MANDEL, 1980, p. 110)<sup>28</sup>.

Finalmente Mandel prevê que a globalização continue pela expansão do mercado mundial na direção da China e União Soviética, o que acabou acontecendo com o desmantelamento da última.

Por outro lado, uma poderosa nova expansão do mercado de commodities produzida pelos países imperialistas iria requerer tanto um avanço na industrialização (e bem estar!) em alguns dos países semicoloniais chave e áreas do mundo (os países mais pesadamente povoados da América Latina, Ásia, e África) ou um aumento qualitativo no grau de integração da USSR e China no Mercado capitalista internacional, ou uma combinação de ambos (MANDEL, 1980, p. 111)<sup>29</sup>.

A percepção das ondas de desenvolvimento é difícil, pois muitas vezes um país por razões específicas pode escapar ao comportamento de onda. Em última análise as ondas dizem respeito ao mercado mundial, e não a países. É também claro que a substituição do trabalho humano por máquinas é percebida mais dramaticamente nos períodos de grande desemprego nos países desenvolvidos, durante a fase de estagnação / recessiva da quinta onda, como pode estar acontecendo agora nos EUA e na zona do Euro.

Examinar a trajetória do aumento da produtividade, que começou na Revolução Industrial, é complicado, por que sua força geradora, a emergência da inovação tecnológica, não ocorre uniformemente ao longo do tempo. Outro complicador é que este processo está enlaçado com o processo de globalização, que é o processo pelo qual os mercados se expandem, e que

---

<sup>27</sup> Traduzido de: Theoretically, such radical changes in technology, work organization, and circulation technique are possible; the groundwork for them has already been laid by all the recent developments in microprocessing.

<sup>28</sup> Traduzido de: So the overall balance sheet for a qualitative leap forward in automation (in fact, the transition from semi automation to automation) through massive application of microprocessing would show a radical increase in permanent unemployment.

<sup>29</sup> Traduzido de: On the other hand, a new powerful expansion in the market for the commodities produced by the imperialist countries would require either a leap forward in industrialization (and welfare!) in some of the key semi colonial countries and areas in the world (the most heavily populated countries of Latina America, Asia, and Africa) or a qualitative increase in the degree of integration of the USSR and Chine into the international capitalist market, or a combination of both.

começou na época das grandes navegações. Estes dois processos, de globalização e de emergência das inovações tecnológicas, são examinados na próxima subseção.

### 3.1.3 A dinâmica dos mercados

A globalização é um processo no qual os mercados se expandem e se integram, formando um único mercado mundial. Teve início nas grandes navegações, durante o século 16, e neste tempo era muito grande a diferença cultural e tecnológica entre os povos europeus e os povos do resto do mundo, embora particularmente a China, o Japão, a Índia, e alguns povos pré-colombianos houvessem alcançado um notável grau de desenvolvimento. Com as navegações teve início a revolução comercial, assim descrita por Marx & Engels..

A manufatura, e em geral o movimento da produção, recebeu um enorme ascenso com o alargamento do intercâmbio que teve lugar com o descobrimento da América e do caminho marítimo para a Índia. Os novos produtos dali importados, nomeadamente as quantidades de ouro e prata que entraram em circulação, alteraram completamente a posição das classes umas em relação às outras e aplicaram duro golpe na propriedade fundiária feudal e nos trabalhadores. As expedições de aventureiros, a colonização e, sobretudo, a expansão agora possível, dia a dia, dos mercados até se transformarem em mercado mundial, deram origem a uma nova fase do desenvolvimento histórico em que aqui, no geral, não vamos entrar. Pela colonização das terras recém-descobertas, a luta comercial das nações umas contra as outras recebeu novo alimento e, conseqüentemente, maior extensão e encarniçamento (MARX & ENGELS, 2009, p. 83).

Assim com o pano de fundo da expansão dos mercados mundiais, e seguindo-se à acumulação comercial, teve lugar a Revolução Industrial na Inglaterra do século 18, inaugurando a Era Industrial. A partir daí as inovações tecnológicas se sucedem vertiginosamente, dando origem ao aumento progressivo da produtividade, e a novos arranjos sociais, que muitas vezes são inovações não tecnológicas nos processos produtivos.

A dinâmica dos mercados é então composta (1) pelo mercado novo, (2) pela inovação tecnológica na produção, (3) pela inovação tecnológica no produto, ou produto novo, e (4) pelo mercado maduro.

1. A integração de um mercado novo ao mercado mundial - como o da China e dos países da antiga União Soviética, que tinham uma base produtiva tecnologicamente antiquada, se comparada aos países avançados do ocidente - significa expansão na produção do mercado mundial, pois a população dos mercados novos não dispunha nem dos produtos nem das fábricas para produzi-los. Um mercado novo do tamanho da China e dos países da União Soviética de modo geral também representa mais emprego na fase expansiva da

quinta onda, tanto localmente quanto nos mercados de origem dos produtos, pois é necessário não só fabricar mais bens de consumo (que ninguém tem), como também novos bens de produção (fábricas) para fabrica-los;

2. Uma inovação tecnológica na produção, que leva ao aumento de produtividade, pode tornar obsoleta a base de produção instalada. A necessidade de renovação de todo um parque industrial pode dar origem a uma expansão do mercado de bens de produção, resultante da necessidade de novos investimentos de capital (os próprios bens de produção). Schumpeter<sup>30</sup> chama de “destruição criativa” este processo em que os bens de produção obsoletos são substituídos por novos;
3. Uma inovação tecnológica no produto, ou produto novo é uma situação em que a “produtividade” de seu uso também aumenta. Por exemplo, os carros novos de hoje em comparação com carros novos de vinte anos atrás, gastam menos óleo e gasolina, tem menores custos de manutenção, tem mais capacidades (GPS, por exemplo), são mais fáceis de dirigir, enfim usam muito menos trabalho durante sua vida útil, e não apenas na sua fabricação, e, portanto representam um “aumento de produtividade” para o consumidor;
4. Para um mercado maduro, o aumento de produtividade causado por uma inovação em geral, significa manutenção da produção com um menor número de trabalhadores, e, portanto daí surge o desemprego. Devido às economias de escala e às inovações, é nos mercados maduros que ocorre a concentração do capital (máquinas, equipamentos, prédios e estoques) em um menor número de empresas, à medida que as companhias menos competitivas fecham, são absorvidas, ou se fundem com outras companhias.

A dinâmica de uma onda de desenvolvimento dos mercados, como a quinta onda começa na grande inovação, no caso o microprocessador na década de 70. No caso só na década seguinte, de 80 o microcomputador se firmou como grande inovação, e na década de 90 seguiu-se a Internet. Para a grande inovação (microprocessamento mais internet) todo o mercado mundial era um mercado novo, além da expansão para a China e países da União Soviética, os quais eram um mercado novo para todos os produtos do Ocidente em geral. Do mesmo modo alguns fatores específicos da antiga União Soviética (como o petróleo e armas) e China (como a mão de obra) participam também desta integração do mercado mundial.

---

<sup>30</sup> In full Joseph Alois Schumpeter (born Feb. 8, 1883, Triech, Moravia [now Trest, Czech Republic] – died Jan. 8, 1950, Taconic, Conn., U.S.), Moravian-born American economist and sociologist known for his theories of capitalist development and business cycles (Encyclopedia Britannica, Inc., 2012, verbete “Joseph A. Schumpeter”).

Observa-se que a telemática representou e representa uma torrente de inovações a partir dos anos setenta, como microprocessadores cada vez mais potentes, sistemas operacionais, a interface gráfica, uso multimídia, internet, telefonia celular, máquinas e carros com microprocessadores, a tecnologia digital, onde cada uma destas inovações é na realidade um fluxo de inovações. Este fluxo reorganiza toda a vida social, e é um poderoso fator expansivo da quinta onda.

Mas à medida que a sociedade faz a aprendizagem da inovação, e esta se espalha pelo tecido social, o efeito de cada inovação do fluxo, sobre o consumo, o produto e o emprego é gradativamente menor, até que chega o ponto em que o mercado está maduro, e as inovações passam a representar diminuição do trabalho. Assim, quando o efeito de comprar um produto novo traz pouca utilidade adicional, o mercado está maduro, e as vendas são em sua maioria para repor produtos desgastados. Como a base produtiva instalada é muito grande, o mercado entra em recessão ou estagnação. Isto acontece apesar de existirem pessoas que não tem renda para participar dos mercados. São estas pessoas que representam uma oportunidade adicional de investimento no caso da estagnação secular (RIMA, 1977, p. 492), explicada na subseção 3.1.5.

Spiethoff viu claramente que o progresso tecnológico, o desenvolvimento de novas indústrias, a descoberta de novos recursos, a abertura de novo território, eram as causas básicas da expansão, a qual por sua vez era a progenitora da depressão (HANSEN, 1939, p. 3)<sup>31</sup>.

Como nesta tese se deduziu da teoria neoclássica a premissa de que as necessidades humanas são limitadas, então devido ao aumento ilimitado da produtividade, chegaria o tempo em que estas necessidades poderiam ser atendidas para toda a população, com muito menos trabalho. É o desejo e as consequentes lutas por prestígio, atuando sobre a distribuição dos bens e sobre a repartição do trabalho, que impedem que isto aconteça, criando a pobreza e o desemprego.

Quanto ao trabalho, apesar de existirem ciclos de expansão e contração do emprego e do produto, e por isso ser difícil determinar uma tendência, o aumento de produtividade em cada ciclo completo deveria aumentar o desemprego permanente, devido às necessidades limitadas, a menos que haja expansão para novos mercados em um ritmo crescente, e guerras, para compensar o aumento de produtividade. Como uma permanente expansão para novos mercados em ritmo crescente é impossível, pois o planeta é limitado fisicamente, e como a violência tende a declinar (PINKER, 2011), isto significa que a tendência de longo prazo na

---

<sup>31</sup> Traduzido de: Spiethoff saw clearly that technological progress, the development of new industries, the discovery of new resources, the opening of new territory were the basic causes of the boom, which in turn was the progenitor of depression.

Era Industrial é o desemprego, e é preciso que sejam tomadas medidas compensatórias, como a distribuição de renda, o que será examinado na seção 3.3.4.

### 3.1.4 O final da globalização

Uma maneira de perceber a globalização é considerá-la como um processo de homogeneização das diferenças culturais e tecnológicas que havia entre os povos europeus por um lado, e os povos americanos, africanos e asiáticos, pelo outro lado, quando a globalização começou, no século 16.

A visão do mundo e o sistema de valores que estão na base de nossa cultura, e que tem de ser cuidadosamente reexaminados, foram formulados em suas linhas essenciais nos séculos XVI e XVII. Entre 1500 e 1700 houve uma mudança drástica na maneira como as pessoas descreviam o mundo e em todo o seu modo de pensar. A nova mentalidade e a nova percepção do cosmo propiciaram à nossa civilização ocidental aqueles aspectos que são característicos da era moderna. Eles tornaram-se a base do paradigma que dominou a nossa cultura nos últimos trezentos anos e está agora prestes a mudar (CAPRA, 1982).

Para uma melhor compreensão do processo, a globalização deve ser sequenciada em etapas, a saber: as descobertas, a colonização, a expansão comercial, a revolução industrial, o imperialismo, as guerras mundiais, a independência das antigas colônias, as empresas multinacionais, o fim do comunismo, a internet, e a ascensão dos Brics, acrônimo em inglês para Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul. Um ponto importante é que todo este processo de expansão do mercado mundial foi acompanhado pelo aumento da população.

O crescimento da população é tanto consequência como causa da globalização, isto é, ele vem junto com a expansão dos mercados. “Adam Smith tratou o crescimento da população simultaneamente como consequência e causa do progresso econômico.” (HANSEN, 1939, p. 2)<sup>32</sup>. Para Hansen,

(...) os elementos constituintes do progresso econômico são (a) invenções, (b) a descoberta e o desenvolvimento de novo território e novos recursos, e (c) o crescimento da população. Cada um destes, por sua vez, isoladamente e em combinação, abriu canais de investimento e causou um rápido crescimento da formação de capital (HANSEN, 1939, p. 3)<sup>33</sup>.

De forma similar à esta citação, existem nesta tese dois processos que se enlaçam. O primeiro (letra (b) da citação) é o processo da globalização visto até aqui como o da expansão do

<sup>32</sup> Traduzido de: Adam Smith regarded growth of population as at once a consequence and a cause of economic progress.

<sup>33</sup> Traduzido de: (...) the constituent elements of economic progress are (a) inventions, (b) the discovery and development of new territory and new resources, and (c) the growth of population. Each of these in turn, severally and in combination, has opened investment outlets and caused a rapid growth of capital formation.

mercado mundial para novas fronteiras geográficas - como na quinta onda para a China e a antiga União Soviética – e que começou no século 16. O segundo (letra (a) da citação) é o processo de emergência das inovações tecnológicas e outras que começou na Revolução Industrial durante o século 18.

Entretanto o item (c) da citação anterior não é um processo independente. O crescimento da população depende do processo de globalização, isto é, da expansão dos mercados, quando então o crescimento da população é mais localizado na fronteira em expansão. Depende também das conquistas tecnológicas, sejam médicas, na saúde pública, e na produção de alimentos, quando então o aumento da população se dá mais globalmente, e não localmente.

Portanto a globalização terminará quando não houver mais para onde o mercado mundial se expandir (como para a China e para a antiga União Soviética), e quando as sociedades nacionais e mercados distribuídos pelo mundo compartilharem a mesma cultura, isto é, não houver mais desequilíbrios culturais como os que deram origem à globalização, no século 16. Assim, a população do mercado mundial deverá se estabilizar também, a menos de novas conquistas médicas, na saúde pública, e na produção de alimentos, que resultem em aumentos globais da população, ou a menos de desastres ecológicos, que reduzem a população.

Porém o mais importante é que provavelmente antes da globalização terminar, o aumento dos empregos devido à expansão dos mercados para novas fronteiras será muito pequeno para compensar os empregos perdidos no mercado mundial devido ao aumento de produtividade, mesmo na fase expansiva da onda. Começará então o que Hansen chamou de estagnação secular.

O ciclo de negócios foi *por excelência* o problema do século dezenove. Mas o principal problema de nosso tempo (do século vinte), e particularmente nos Estados Unidos, é o problema do pleno emprego. Por mais paradoxal que possa parecer, o século dezenove estava pouco preocupado com isso, e entendeu apenas vagamente o caráter do ciclo de negócios. De fato, enquanto o problema do pleno emprego não estava incomodando, não era necessário se preocupar indevidamente a respeito do desemprego temporário incidente nas oscilações do ciclo. Somente quando o problema do pleno emprego dos recursos produtivos, do ponto de vista do longo prazo secular estava sobre nós, é que fomos compelidos a considerar seriamente aqueles fatores e forças em nossa economia os quais tendem a prolongar e a aprofundar o curso das depressões. Esta é a essência da estagnação secular – recuperações doentias que se alimentam de si mesmas, e deixam um núcleo duro e aparentemente inamovível de desemprego (HANSEN, 1939, p. 4)<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Traduzido de: The business cycle was *par excellence* the problem of the nineteenth century. But the main problem of our times, and particularly in the United States, is the problem of full employment. Yet paradoxical as it may seem, the nineteenth century was little concerned with, and understood but dimly, the character of the business cycle. Indeed, so long as the problem of full employment was not pressing, it was not necessary to worry unduly about the temporary unemployment incident to the swings of the cycle. Not until the problem of

A preocupação de Hansen com a estagnação secular era motivada pela diminuição do crescimento da população nos EUA, como uma explicação provável para o prolongado desemprego que se seguiu à crise de 1929, e que naquele contexto foi em última instância resolvido pela segunda guerra mundial. No contexto desta tese a estagnação secular é uma previsão, que se efetivará quando em última análise a globalização se aproximar do fim. Para analisar este final, é necessária uma análise detalhada da globalização, feita a seguir.

### **Dez formas de globalização**

Até agora a globalização foi vista como um processo de expansão dos mercados, sequenciada em etapas, e cuja origem se deve às diferenças culturais e tecnológicas existentes entre os povos europeus e os povos de fora da Europa, em diferentes estágios civilizatórios. Enquanto a Europa entrava na era moderna, Japão, China e Índia na Ásia passavam pela idade média, e Astecas e Incas nas Américas passavam por uma civilização megalítica, semelhante à dos antigos egípcios. Outros povos ainda passavam por estágios anteriores, e foram estas diferenças que propiciaram o avanço dos europeus sobre o resto do mundo.

Para verificar quão próximas do fim se encontram estas diferenças entre os povos, e, portanto quão longe ainda podem ir as possibilidades de integração e expansão dos mercados, é proveitoso analisar as dez formas da globalização segundo DeMasi (1999, p. 186):

1. Descoberta: ainda restam áreas do globo a serem descobertas, no sentido de que pouco se sabe sobre elas. Por escala de dificuldade crescente de acesso ter-se-ia o Pantanal, Amazônia, Groenlândia, Sibéria, desertos, grandes cadeias de montanhas, círculos polares, e as plataformas continentais dos oceanos. Parece claro que atualmente a humanidade investe sobre o Pantanal e a Amazônia;
2. Troca: ainda existem países fora do sistema aberto de trocas, como o Irã e a Coreia do Norte, bem como regiões muito pobres para participarem do sistema de trocas (como algumas regiões da África). Esta diferença entre regiões pobres e ricas pode levar a formas perversas de globalização, como a exploração do trabalho de clandestinos em um país, por exemplo, de bolivianos em São Paulo, e a exploração da diferença de gênero, por exemplo, de prostitutas brasileiras na Espanha. Também pode levar a formas mais lúdicas, como de jogadores brasileiros de futebol em clubes estrangeiros;

---

full employment of our productive resources from the long-run, secular standpoint was upon us, were we compelled to give serious consideration to those factors and forces in our economy which tend to prolong and deepen the course of depressions. This is the essence of secular stagnation – sick recoveries which feed on themselves and leave a hard and seemingly immovable core of unemployment.

3. Colonização: a colonização militar ainda existe especialmente por parte dos norte-americanos que tem bases e frotas (cada uma com um gigantesco porta-aviões) espalhadas pelo mundo. Além disso, os EUA ainda intervêm militarmente em outros países como Afeganistão e Iraque, ameaçando também o Irã, e bloqueando comercialmente Cuba. Outros países ainda detêm enclaves remanescentes de seus antigos impérios coloniais, como as ilhas Falklands da Inglaterra, e a Guiana francesa;
4. Colonização pelos mercados: os produtos também são uma forma de colonização, como os chips da Intel, o Ipad da Apple, o petróleo árabe, o desenho industrial italiano, a tecnologia eletrônica japonesa, a mão-de-obra chinesa, os remédios dos laboratórios multinacionais. Pelo lado perverso está a questão da droga.

Um exemplo patológico, entretanto, é dado pelo sistema mundial da droga, que vê empenhado em concorrência pela conquista de mercados países como Colômbia e Laos, Tailândia, Birmânia e Afeganistão. Em volta do ópio, da maconha, da heroína, jogam-se partidas “globais” até a morte, conduzidas sobre os terrenos mais diferentes: “as chancelarias, os corredores ou assembleias gerais das organizações internacionais, os vilarejos da selva, os prostíbulos, os edifícios das grandes cidades. Segundo as circunstâncias, assumem aspectos diplomáticos, econômicos, policiais, militares ou a forma de choques políticos diretos.” (LAMOURE & LAMBERTI, 1973, p. 4). À globalização do crime corresponde a globalização das polícias e dos serviços secretos (DEMASI, 1999, p. 187).

5. Financeira: as bolsas de valores interligadas, os fluxos de capitais entre países, a criação de moedas internacionais como o Euro, o Dólar como moeda de referência, a ascensão do Yuan chinês, os bancos centrais e o FMI, as informações e os investimentos pela Internet;
6. Multinacionais: o deslocamento de parte das estruturas produtivas para regiões distantes, dependendo da disponibilidade de recursos locais, do baixo custo do trabalho (como é o caso da China, que após sua integração ao mercado mundial, sugou parte da indústria mundial para seu território), da possibilidade de controle em tempo real através da telemática, e da demanda local;
7. Ideias: a indústria norte-americana do cinema, os verbetes da enciclopédia britânica e da Wikipédia, as redes sociais como o Facebook, as religiões, a difusão do pensamento gerencial, a TV a cabo, o comunismo, o neoliberalismo;
8. Regulamento: a constituição de um corpo de organizações internacionais, e reuniões periódicas dos países, antecipando a existência de um governo mundial distribuído pelo mundo, como a ONU, a OCDE, a OMC, e as reuniões sobre o clima. “Já há vinte anos ou quase, Taylor & Groom (1978, p. 81) observavam que o número de organizações internacionais tinha subido de 176 em 1909 para 2.173 em 1972.” (DEMASI, 1999, p. 189);

9. Ligações: por trás dos fluxos materiais de troca entre os mercados globais existem fluxos virtuais que os conectam, invisivelmente para a maioria das pessoas.

Quando a companhia Cargill vende milho a um industrial holandês, o grão é transportado pelo Mississippi, embarcado em Bâton Rouge e enviado a Roterdã, mas no papel e para o fisco a mercadoria segue caminho bem mais complicado. Cargill vende o milho à Tradax International, do Panamá (lembramos que a Tradax é uma empresa da Cargill). A Tradax do Panamá torna seu agente temporário a Tradax de Genebra, que poderá em seguida acertar a venda com um comerciante de farinha holandês, passando pela sua filial nos Países Baixos, ou seja, a Tradax Holanda. Todo o lucro será creditado à Tradax Panamá, companhia instalada naquele paraíso fiscal, e a Tradax Genebra receberá honorários por ter servido de intermediária à Tradax Panamá e à Tradax Holanda (DEMASI, 1999, p. 190).

10. Identificação: pela primeira vez as pessoas tem acesso às notícias internacionais e nacionais em tempo real, e podem acompanhar os fenômenos do clima como tornados, furacões, enchentes, e secas, em lugares distantes, bem como o sofrimento dos desabrigados. Isto e mais as nove formas de globalização anteriores criam uma cultura comum, e as pessoas passam a se identificar umas com as outras, aperfeiçoando um consenso sobre que formas de comportamento são as mais desejáveis para as pessoas e para as instituições nacionais e internacionais.

Ao final das dez formas de globalização, percebe-se que é possível que a expansão dos mercados tenha continuidade, junto com a sexta onda de desenvolvimento. Arriscando uma previsão, a grande inovação que “puxaria” a nova onda seria a nanotecnologia, acompanhada pela preocupação com uma economia verde e sustentável. Assim se usaria energia eólica e do gás natural, e formas sustentáveis de desenvolvimento como a reciclagem do lixo, cogeração (queima de lixo) de energia, mercados de crédito de carbono e reflorestamentos.

Contraditoriamente, a expansão dos mercados e da população aparentemente seria em direção à ocupação da Amazônia e do Pantanal, e provavelmente não seria sustentável, destruindo a floresta. Porém, segundo a cronologia das ondas, seriam necessários uns vinte anos da fase de estagnação da quinta onda, até 2028, para que a fase expansiva da sexta onda começasse. Este período de estagnação seria acompanhado por grande desemprego em todo o mundo, até que a quinta onda, ainda baseada na energia do petróleo, se esgotasse.

A questão é: a fase depressiva da quinta onda já teria ligação com a estagnação secular? Teria a expansão dos mercados mais a fase expansiva da sexta onda força suficiente para amenizar o desemprego causado pela alta produtividade, já que as necessidades são limitadas? E este desemprego poderia provocar o ressurgimento de governos autoritários e racistas? Alguns

economistas como Ignácio Rangel acreditavam que as fases recessivas das ondas longas, devido ao elevado desemprego, apresentassem uma conexão com o aparecimento de governos ditatoriais.

Este “replay” de fascismo que aí temos – com reflexos fáceis de constatar em todo o mundo, inclusive no Brasil – ocorre também simetricamente com os balanços do ciclo longo. Tomara que Marx tenha razão, quando diz que a história não se repete, a menos que se repita como farsa, o que antes foi tragédia. Porque, se ele não tiver razão, fica aberta a possibilidade de que se cumpram os prenúncios de Jorge Dimitrov, de que esta nova vaga fascista promete ser tão trágica, que a anterior, ligada ao nome de Hitler, não terá passado de um ensaio (RANGEL, 1990).

### 3.1.5 O caminho para o estado estacionário

Uma vez estabelecido que a tendência de longo prazo da Era Industrial é a substituição de humanos por máquinas na produção (ou de trabalho por capital), e aceito que esta substituição pode-se processar na totalidade, é preciso examinar esta tendência no gráfico<sup>35</sup> da microeconomia de escolha do produtor.

No gráfico da figura 3.1, os eixos horizontal e vertical medem respectivamente os fatores de produção, trabalho e capital. O primeiro elemento do gráfico é a curva isoquanta, que representa um nível de produção. Os pontos dessa curva representam as combinações de trabalho e capital que geram uma mesma quantidade de produto. A isoquanta faz parte de um conjunto de isoquantas, denominado mapa (que só aparece no gráfico da figura 3.2), onde quanto mais afastada da origem estiver a isoquanta, maior a quantidade do produto.

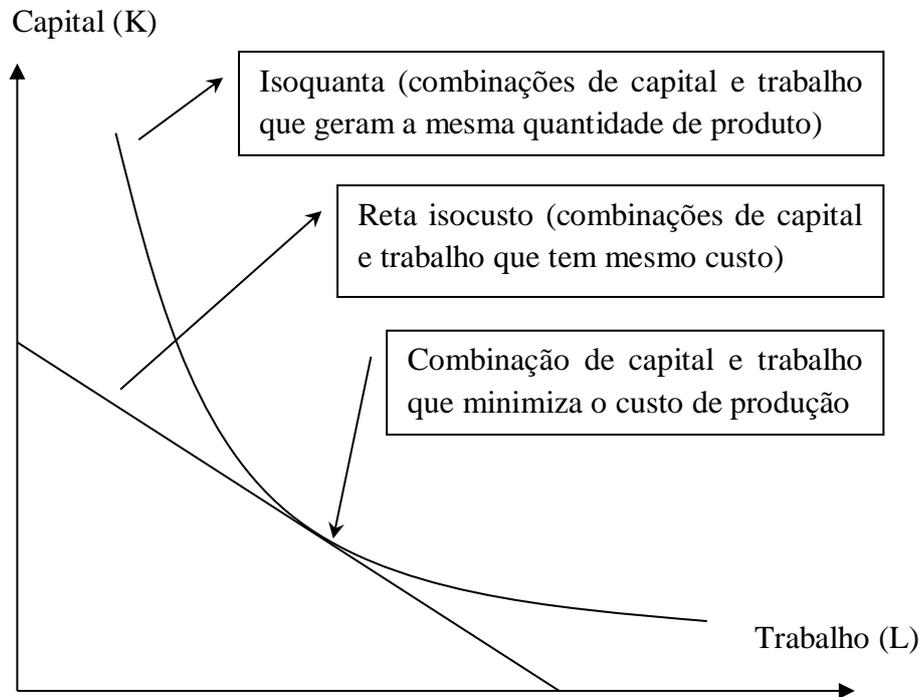
O segundo elemento do gráfico é a reta isocusto, que representa um nível de custos. Os pontos dessa reta representam as combinações de trabalho e capital que tem o mesmo custo. Isto é expresso na equação  $C = rK + wL$ , onde  $C$  é um determinado custo de produção,  $L$  é a quantidade de horas trabalhadas,  $w$  é o preço do trabalho (salário por hora),  $K$  é a quantidade de horas de máquina utilizadas, e  $r$  é o aluguel da máquina por hora. Rearranjando a equação anterior, chega-se na equação da reta isocusto, cuja inclinação é  $(w/r)$ .

$$K = \frac{C}{r} - \left(\frac{w}{r}\right) \times L \quad 3.1$$

Este modelo matemático microeconômico representado na figura 3.1, é usualmente utilizado para apresentar como a empresa escolhe a quantidade de capital e trabalho que será utilizada para produzir certa quantidade de produto (representado pela isoquanta), dados os preços do

<sup>35</sup> A utilização deste gráfico para analisar uma tendência de longo prazo da economia foi uma sugestão do Professor Luís Pinguelli Rosa.

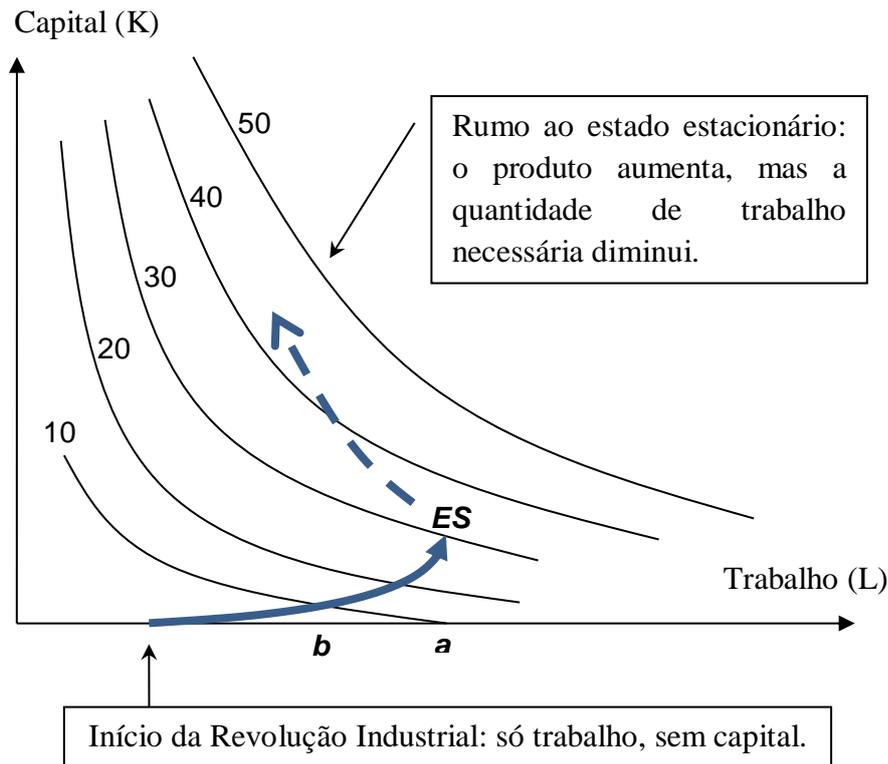
capital e do trabalho. Dada certa quantidade de produto, representada pela isoquanta, o ponto escolhido é sempre o de mínimo custo, dado pela tangência da isocusto com a isoquanta, isto é, a isocusto mais próxima da origem.



**Figura 3.1 – Gráfico da escolha do produtor**

O que se quer analisar aqui é o que acontece ao mercado mundial na situação em que as máquinas vão paulatinamente substituindo os trabalhadores. A quantidade total do produto depende das flutuações de curto prazo, que formam o ciclo de negócios; da emergência de inovações que causam a tendência de aumento da produtividade, e também o ciclo de longo prazo, as ondas longas do desenvolvimento; e da incorporação de novos mercados ao mercado mundial, a globalização, a qual vem junto com o crescimento da população;

No gráfico da figura 3.2 a linha cheia mostra a trajetória do produto, do capital e do trabalho, desde o início da Revolução Industrial - quando só havia trabalho, mas não capital - até a estagnação secular (*ES*). Para simplificar não foram desenhados os efeitos de ciclo de negócios e de ondas longas, só a tendência de crescimento do produto devido à ação combinada da expansão das fronteiras do mercado mundial (globalização), com o aumento de produtividade (substituição do trabalho por capital).



**Figura 3.2 - Gráfico do caminho para o estado estacionário**

A inclinação crescente da linha cheia mostra que o crescimento do produto devido à incorporação de novos mercados na globalização, é ampliado cada vez mais pela substituição de trabalho por capital nas inovações, a qual determina o aumento da produtividade. Podem-se ver agora as duas perspectivas da produtividade mencionadas na página quarenta e sete. Seguem-se o aumento de produtividade como:

1. Aumento do produto: a diferença entre o produto da terceira isoquanta (30) e o produto da primeira isoquanta (10) é 20, que é o quanto se ganhou de produtividade por ir do ponto *a* (só trabalho) na primeira isoquanta, até o ponto “ES”, na terceira isoquanta, adicionando somente capital;
2. Diminuição do emprego: supondo as quantidades de horas de trabalho  $a = 500$ , e  $b = 200$ , a diferença de 300 corresponde às horas de trabalho dispensadas ao se mover sobre a primeira isoquanta, do ponto “*a*” (só trabalho) até o ponto exatamente acima do ponto “*b*”. Em ambos os pontos se produz a mesma quantidade, por estarem na mesma isoquanta.

### **Da estagnação secular ao estado estacionário**

A estagnação secular corresponde ao ponto do gráfico “ES” em que o produto não cresce mais, por que sendo a distribuição de renda na sociedade relativamente rígida, e a necessidade

por bens de consumo limitada, os aumentos de produtividade fazem com que o aparecimento de novos postos de trabalho trazido pela globalização, adicionada ao aparecimento de novos postos de trabalho trazidos pela inovação, não seja suficiente para compensar a perda de postos de trabalho devido às atividades que foram abandonadas, mesmo na fase expansiva da onda. Nesta situação, a produtividade passa da primeira para a segunda perspectiva.

Em outras palavras, no capitalismo, o mercado mundial precisa sempre se expandir geograficamente (e concomitantemente em população) para dar vazão ao aumento de produção de bens de consumo trazido pelo aumento de produtividade. Mas o mercado mundial sempre aumenta de tamanho (população) com as sucessivas expansões e conquistas tecnológicas, de modo que as expansões precisariam ser crescentes, para manter o capitalismo assim como é conhecido, o que não pode acontecer, por que o planeta é limitado. Na verdade as expansões devem decrescer e findar, advindo então as crises, e em algum momento do período final da globalização, a estagnação secular.

É justamente pela estagnação secular que se pode distinguir entre desejo e necessidade. Existem ainda muitas pessoas excluídas dos benefícios da era industrial, e, portanto em estado de necessidade, e, no entanto a economia entra em estagnação por que estas pessoas não tem renda para consumir. O que impede uma melhor distribuição de renda não é a necessidade, ou seja, a escassez, mas sim o desejo impossível, percebido aqui como uma luta inconsciente por puro prestígio.

É bem verdade que as necessidades dos seres humanos podem parecer inesgotáveis. Elas, todavia, dividem-se em duas categorias: as necessidades absolutas, no sentido de que as sentimos quaisquer que sejam as condições dos seres humanos semelhantes a nós; e as relativas, no sentido de que existem apenas na medida em que a satisfação delas nos eleva e nos faz sentir superiores a nossos semelhantes. As necessidades da segunda categoria, as que satisfazem o desejo de superioridade, podem verdadeiramente ser inesgotáveis, já que – quanto mais alto for o nível geral – tanto maiores elas se tornarão. Mas isso não é verdade das necessidades absolutas: aqui podemos cedo atingir, talvez muito mais cedo do que pensamos, o momento no qual essas necessidades resultarão satisfeitas, no sentido de que preferiremos dedicar as energias restantes a finalidades não econômicas (KEYNES, 2010, p. 35).

Ainda mais por que quando a economia atingir a estagnação secular, prosseguir na direção de uma melhor distribuição de renda tende a ser um ótimo de Pareto, ou seja, pode ser melhor para todos, pois desta forma o produto pode continuar a aumentar (como no gráfico da figura 3.2), e assim também a riqueza dos pobres e dos ricos.

Imaginemos que, graças à tecnologia, uma única pessoa fosse capaz de produzir todo o PIB da Itália: seguindo a lógica das empresas, esta única pessoa deveria reter todo o trabalho e toda a riqueza dele derivada, deixando morrer de fome os outros cinquenta e sete milhões de italianos (DEMASI, 2000, p. 244).

Então no ponto “ES”, o crescimento do produto pela incorporação de novos mercados chega ao fim. Daí em diante o crescimento do produto só poderá ocorrer pela incorporação dos pobres ao mercado mundial, ou seja, pela redistribuição de renda, ocorrendo simultaneamente à diminuição da necessidade de trabalho no processo produtivo, devido ao aumento da produtividade. É isto que a linha tracejada do gráfico mostra, do ponto “ES” em diante, quando ainda existe crescimento do produto devido à redistribuição de renda, só que agora enquanto a quantidade de produto e de capital aumenta, a quantidade de trabalho diminui.

Finalmente, quando os mais pobres tiverem suas necessidades atendidas, o produto deixa de crescer, atingindo-se o estado estacionário, de produto constante. Mesmo assim, a quantidade de trabalho continua diminuindo, enquanto a de capital aumenta, ao longo de uma mesma isoquanta (como no gráfico da figura 3.3 adiante), pois as inovações continuam emergindo, e a produtividade do trabalhador continua aumentando. O mundo então passa a caminhar para o fim do trabalho humano.

Recapitulando, são três as hipóteses que orientaram a construção do gráfico da figura 3.2: a primeira de que a produtividade sempre aumenta e em consequência um dia o trabalho deixará de ser necessário; a segunda, de que as necessidades humanas são limitadas; e a terceira, que existe um limite físico de crescimento da população. A estagnação secular ocorre quando o processo de globalização chega perto do fim, e são relativamente pequenas as novas fronteiras a incorporar. Com isso o produto só pode crescer com a incorporação dos pobres ao mercado mundial. Com as necessidades dos mais pobres atendidas, o produto deixará de crescer, atingindo o estado estacionário.

Onde o mundo está hoje, na linha cheia do gráfico da figura 3.2? Já em 1936, Keynes se perguntava sobre a questão da estagnação secular, analisando que o acréscimo de lucro resultante de um acréscimo de capital (a eficiência marginal do capital) tende a diminuir.

Hoje, e provavelmente no futuro, a curva da eficiência marginal do capital está, por diversas razões, muito abaixo do que era no século XIX (KEYNES, 1996, p. 289). (Keynes) Sugeriu que o crescimento da população, a invenção, as guerras e a expansão territorial, que uma vez serviram para estimular as oportunidades de investimento rentável, atualmente são fontes menos confiáveis de nova procura de capital (RIMA, 1977, p. 492).

Agora, após a crise de 2008 e a crise do Euro, e supondo que o mundo já está na fase de estagnação da quinta onda, é tentador afirmar que o mundo deve estar próximo da estagnação secular, mas mesmo que não seja assim, a redistribuição da renda pode reativar as economias estagnadas da Europa e dos Estados Unidos, independentemente de elas estarem ou não na

estagnação secular. Esta redistribuição já é feita em alguma medida no Brasil, com resultados positivos sobre a economia.

Outra questão é a situação da China. Este país desempenhou papel muito importante na fase expansiva da quinta onda, sugando empregos e indústrias do mundo todo para dentro de seu território. Pelo enorme tamanho de sua população, e devido a estar a economia mundial fragilizada com a situação norte-americana e europeia, se acontecer da crise mundial atingir a China - e isto de acordo com a teoria das ondas longas, também chamada de ciclos de Kondratiev, certamente acontecerá - então o mundo entrará direto na estagnação secular, em bem pouco tempo.

Porém a humanidade demora a se aperceber da tendência de extinção do trabalho, devido a cinco fatores: (1) a ciência monitora a economia e a demografia dos países, e não a do mercado mundial, que vem se expandindo desde a Revolução Industrial na Inglaterra; (2) o período de vida das pessoas é muito curto, se comparado à evolução da tendência, mais extensa; (3) as guerras, que aumentam a quantidade do produto e do trabalho, ao mesmo tempo em que elimina parte da população; (4) as flutuações do produto trazidas pelas inovações, pelas flutuações econômicas de curto prazo, e mais recentemente pelas bolhas especulativas; (5) a expansão geográfica que resulta na incorporação pela globalização de novos mercados ao mercado mundial.

Como eu já disse, quando se passou da sociedade rural à sociedade industrial foram necessários muitos anos para que pudesse ser apreciado o núcleo da metamorfose que tinha se dado. Nem Proudhon, nem Owen, que era um proprietário de fábrica, fala de “sociedade Industrial”. Só na segunda metade do século XIX se tomará consciência da totalidade da mudança não apenas dos códigos, dos modos de produzir, ou da maneira de iluminar as cidades. Hoje nós somos igualmente lentos para compreender. Até porque a sociedade industrial veio depois de uma sociedade rural, a qual durou milênios, enquanto a sociedade pós-industrial chega somente depois de duzentos anos. É difícil acreditar que toda uma época histórica tenha se exaurido em apenas dois séculos. Alguns como Alvin Toffler, se arriscam a considerar a sociedade industrial como um simples e breve parêntese entre os milênios do mundo agrícola que a precederam e os milênios do mundo pós-industrial que a sucederão (DEMASI, 2000, p. 72).

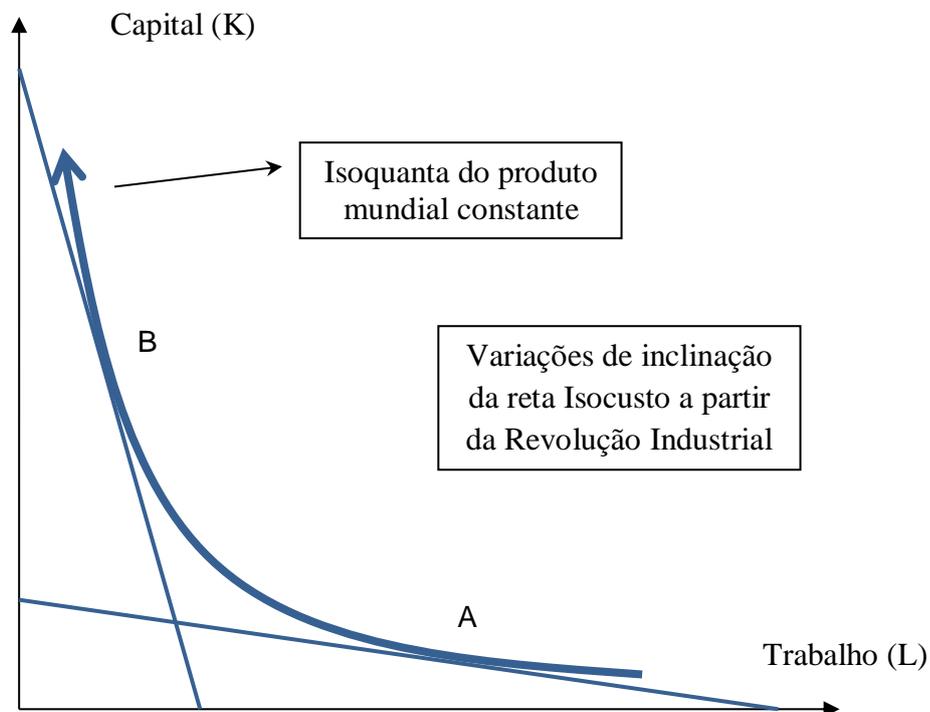
### **3.1.6 A substituição do trabalho**

No modelo em que se baseou o gráfico da figura 3.2, existem cinco fatores que afetam o produto e o trabalho: (1) as guerras e morticínios; (2) o ciclo de negócios; (3) a emergência das inovações (4) a globalização; (5) a redistribuição de renda. Um sexto fator seria a

população, que por simplicidade foi considerada dependente da globalização e da emergência das inovações, ou seja, do progresso econômico.

Se forem retiradas as guerras - por eventuais que sejam, e o ciclo de negócios - que no longo prazo é apenas um afastamento temporário da tendência, restam então a globalização, a emergência das inovações, e a redistribuição de renda, utilizadas na construção do gráfico da figura 3.2. Destas três, a globalização (expansão dos mercados) e a redistribuição de renda são responsáveis pela expansão do produto, agindo a primeira no trecho em linha cheia, e a segunda no trecho em linha tracejada (pois ainda não aconteceu).

Somente a emergência das inovações age em todo o percurso, tanto na linha cheia quanto na tracejada. Entretanto seu efeito sobre o produto, isolado da expansão dos mercados, embora importante, é aproximadamente neutro na média, existindo fases expansivas e contracionistas das ondas longas do desenvolvimento. O efeito principal das inovações é o da substituição de trabalho por capital (ou aumento de produtividade), e, portanto é sobre o desemprego. No gráfico da figura 3.3, está apresentada a tendência principal, não observável devido às demais influências sobre o produto e sobre o emprego, a qual ocorre durante todo o trajeto da figura 3.2, tendência esta que é a substituição do trabalho por capital.



**Figura 3.3 - Gráfico da substituição do trabalho**

O primeiro elemento do gráfico é a isoquanta do produto mundial constante, que começa no lado direito, com muito trabalho e pouco capital, e termina do lado esquerdo ao alto, com pouco trabalho e muito capital. Caminhando-se ao longo da isoquanta, de produto constante, da Revolução Industrial até a Era pós-industrial vai-se substituindo trabalho por capital, mantendo-se o produto constante. O ponto “A” representa a Revolução Industrial com trabalho abundante e capital escasso, enquanto o ponto “B” representa a era pós-industrial, com trabalho escasso e capital abundante.

A produtividade é dada pela quantidade de produto por hora trabalhada. Como esta quantidade é suposta aumentar proporcionalmente à quantidade de máquinas (capital), tem-se que a produtividade é dada pela quantidade de capital utilizada por unidade de trabalho, portanto a produtividade do trabalho ( $K/L$ ) aumenta do ponto “A” até o ponto “B”.

A condição de minimização de custos acontece quando a inclinação da isoquanta é igual à inclinação da reta isocusto (à página sessenta e um), ou seja:

$$\frac{dK}{dL} = \frac{w}{r} \quad 3.2$$

No ponto “A”, onde a inclinação da isoquanta ( $dK/dL$ ) é pequena, o custo do trabalho  $w$  é baixo relativamente ao custo do capital  $r$ , pois o trabalho é abundante e o capital escasso. Neste ponto a produtividade é baixa. E no ponto “B” onde a inclinação da isoquanta ( $dK/dL$ ) é alta, o custo do trabalho  $w$  é alto relativamente ao custo do capital  $r$ , pois o trabalho é escasso e o capital abundante. Neste ponto a produtividade é alta. Desta forma a tendência é para que ao longo do tempo  $r$  diminua e  $w$  aumente.

### **O taxa de retorno $r$ dos investimentos**

O que foi apresentado antes como sendo  $K$  a quantidade de horas de máquina utilizadas, e  $r$  o aluguel da máquina por hora, também pode ser visto como sendo  $K$  o valor do capital empregado, e  $r$  a taxa de lucro, ou a taxa de retorno dos investimentos de capital. Do gráfico anterior depreende-se que uma tendência da era industrial é a queda da taxa de lucro, ou taxa de retorno dos investimentos, resultado este que é o mesmo que Marx obteve a partir de premissas ligeiramente diferentes<sup>36</sup>, e que foi por ele chamado de declínio secular da taxa de lucro. Mandel atualizou no século XX a teoria marxista para adicionar uma componente cíclica à tendência de queda da taxa de lucro, que englobasse o efeito das inovações.

---

<sup>36</sup> Pode-se dizer que esta é uma formulação neoclássica da perspectiva marxista.

O mesmo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se expressa no progresso do modo de produção capitalista, por um lado, numa tendência de queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais valia ou do lucro apropriado; de forma que, no todo ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos (MARX, 1988, p. 162, Livro III, seção III) apud (PAGOTTO, 2011, p. 101).

Entretanto, a tendência de queda na taxa de lucros não significa que os lucros necessariamente diminuam, pois o lucro total ( $K \times r$ ) pode continuar aumentando, já que o capital ( $K$ ) aumenta ao longo do tempo.

Porém, quando ciclicamente os valores efetivos (e não a tendência) das taxas de lucro chegam a valores muito baixos, o sistema capitalista entra em crise, que Marx denominou como crises de superprodução e de subconsumo, devido ao fato já apontado de que existem pessoas sem renda para consumir, e fábricas sem produzir.

E aqui se abre todo um campo de discussão sobre o caráter tendencial da queda da taxa de lucros, definida, por Marx, como elemento fundamental da crise constitutiva do capitalismo. Quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente (PAGOTTO, 2011, p. 101).

No contexto deste trabalho, a tendência de queda da taxa de retorno dos investimentos faz com que os investidores passem a buscar o retorno de investimentos em curto prazo no mercado de ações, acentuando a instabilidade (ou volatilidade) dos ganhos nas bolsas de valores, e o caráter financeiro do capitalismo. Como o ganho de uns no curto prazo das bolsas, é a perda de outros, se acentua a ação da perversão e violação da lei social, em um acirramento do dilema do prisioneiro, tratadas ainda nesta subseção.

(...) a análise das formas produtivas sob uma visível regência do capital financeiro e de como ela redesenha a condição das classes subalternas aparece como desafio central nos dias atuais. Trata-se daquilo que Chesnais (2003, p. 46) chama de um “regime de acumulação com dominância financeira”, que “designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo compreendida como a dominância interna e internacional do capital financeiro” (PAGOTTO, 2011, p. 125).

### **A remuneração $w$ do fator trabalho**

O fator trabalho e sua remuneração apresentam ao longo do tempo a tendência de diminuição de pessoal e de aumento da remuneração. O fato de haver uma tendência para a diminuição da necessidade de pessoal está em linha com o apresentado aqui, isto é, de que o desemprego tem uma tendência a aumentar. Marx chamou a este grupo de desempregados que se formam em decorrência do aumento da produtividade de exército industrial de reserva.

Neste sentido é que encontram solo fértil e proliferam as teses em defesa de políticas públicas de inclusão social, da mesma maneira que órgãos não governamentais reeditam os termos assistencialistas tão organicamente ligados à estrutura de acumulação primitiva do capital nos séculos XVIII e XIX. Passou-se a socializar a responsabilidade pela reprodução do exército industrial de reserva com cada indivíduo isolado – e suficientemente sensibilizado pelos apelos humanitários por uma sociedade organizada por uma solidariedade humana abstrata e idealista – que a eles respondesse com maior aquiescência. Abstração do antagonismo, abstração do capital, abstração da própria política, é isto o que está em jogo na atual conjuntura capitalista (PAGOTTO, 2011, p. 32).

Observa-se então a formação de dois grupos dentre as pessoas ligadas ao fator trabalho. O primeiro grupo, a classe média, tende a diminuir em termos relativos, e a aumentar de remuneração, que são os empregos ligados: às novas atividades técnicas surgidas em decorrência da inovação - como a computação; às atividades gerenciais que supervisionam as antigas atividades em processo de enxugamento de pessoal; e a uma parte do funcionalismo público, essencial ao controle do Estado.

Neste ponto podemos inserir um primeiro deslocamento que a obra de Marx permite no que se concerne à formação de uma classe de trabalhadores que não está diretamente ligada às atividades produtivas, nem mesmo na condição de exército industrial de reserva. Em primeiro lugar, lembremos, ele demonstra que, como corolário da própria formação do Estado, desenvolve-se um corpo de funcionários que operacionalizam as políticas do poder executivo e seu “arsenal de políticas que fragmentam os subalternos” (DIAS E. F., 2008, p. 31) apud (PAGOTTO, 2011, p. 88).

O segundo grupo é composto pelos que expulsos da agricultura em virtude da mecanização, expulsos da indústria em virtude da automação, e expulsos dos serviços administrativos em virtude do micro processamento, e que passam a fazer parte do que é chamado de precarização do trabalho, inchando as cidades dos países em desenvolvimento, como uma atualização do termo marxista “exército industrial de reserva” para os tempos pós-industriais.

Todas as grandes revoluções tecnológicas que mudaram o rumo e a velocidade da expansão do capitalismo passaram invariavelmente por modificações qualitativas no campo das comunicações. E ninguém pode desconhecer a natureza espetacular da mudança ocorrida – depois de 1970 – no campo da microeletrônica, dos computadores e da telecomunicação, assim como seu impacto no funcionamento dos mercados financeiros e das “autoestradas” de informação. Mas não há nenhuma evidência de que estas modificações tenham alterado as relações sociais e as leis básicas e de longo prazo do sistema capitalista. Hoje um terço da força de trabalho mundial – algo em torno de um bilhão de pessoas – está sem emprego, mas não vive em “cabanas eletrônicas”, não está no “setor de serviços” nem se dedica, aparentemente, ao ócio criativo. Pelo contrário, o que as estatísticas mostram é que esses milhares de desempregados seguem ligados ao mesmo “paradigma do trabalho”, só que agora como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e cada vez mais alheios ao mundo das organizações sindicais. Uma transformação social gigantesca, mas que não foi o resultado natural, nem muito menos benéfico, das novas tecnologias informacionais. Foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970 (FIORI, 2000) apud (PAGOTTO, 2011, p. 128).

### O acirramento do dilema do prisioneiro

No gráfico da figura 3.3 estão implícitas três classes, a primeira de capitalistas que recebem a remuneração do capital  $r$ ; a segunda, uma classe média a qual recebe a remuneração do trabalho  $w$ ; e a terceira, uma classe baixa, do trabalho precário, a qual recebe um valor próximo à subsistência. Este é o gráfico que mostra um acirramento do dilema do prisioneiro, pois a classe alta capitalista recebe uma remuneração decrescente, o que representa um estímulo para a perversão e violação da lei social na forma do dilema do prisioneiro (evasão de impostos, corrupção e tráfico de influência). O mesmo acontece com as classes ligadas ao trabalho, a classe média e a classe baixa. A remuneração da classe média aumenta, mas sua proporção diminui na população trabalhadora, e isto representa um duplo estímulo para as perversões econômicas, pois forma-se um funil onde todos os da classe média lutam para não cair para a classe baixa, assim como os da classe baixa lutam para ingressar na classe média.

(...) basta um computador novo e uma categoria inteira de trabalhadores é liquidada. Quando o Concílio do Vaticano II modificou a liturgia, faliram umas quatro ou cinco empresas na Itália que produziam *harmonium*. Some-se a esta incerteza os caprichos da economia planetária: pode ser que de um momento para o outro uma fábrica de botões tailandesa faça com que uma fábrica de botões, na Itália, ou no Brasil, se torne obsoleta. O que acontece é que uma grande parte das energias vem sendo usada na gestão desta ansiedade. De improviso se toma conhecimento de que dez, cem, ou mil pessoas são excedentes e começa a loteria para saber quem será demitido. E aí começam as trapaças recíprocas, pelo salve-se quem puder da dizimação (DEMASI, 2000, p. 243).

A luta de classes também está representada nesta análise, pois ela acontece no ponto “A” pela tentativa dos capitalistas em aumentar sua remuneração  $r$ , reduzindo a remuneração  $w$  da classe média até a subsistência, o que é facilitado pela concorrência do exército de reserva da classe baixa. No passado, quando o capitalista era o único dono da empresa, era esta a mecânica da luta de classes. Entretanto, hoje no ponto “B”, tanto a universalização da educação reduziu muito a distância cultural entre as classes, facilitando a movimentação entre elas, como também a maioria das grandes empresas tem acionistas minoritários, e a luta de classes se transformou em um dilema do prisioneiro, pois o sócio controlador, ou o gestor, em vez de explorar o empregado, busca antes maneiras semilegais (como perversões da lei, em jogos dentro do jogo) de retirar ganhos para si de dentro da empresa - como foi o caso da Enron, na segunda citação ao final da página trinta e oito - à custa dos acionistas minoritários e do governo, em vez de aumentar o lucro à custa do salário do empregado.

Ainda persiste a pergunta: que fim teve as classes? O que significa o termo “classe”? Marx definiu o conceito, junto com a teoria do conflito que dele decorre, numa época em que países como a Inglaterra, mas também os Estados Unidos, a França e a Alemanha eram caracterizados pela clara dicotomia entre poucos ricos e um

número infinito de pobres. (...). Desde o final do século XIX e durante todo o século XX, esta situação mudou: cresceu o grupo intermediário, que não é composto nem pela alta burguesia nem pelo proletariado. Trata-se de uma classe média indiferenciada, na qual confluem os artesãos abastados, o proprietário de terras não latifundiário e, sobretudo, os “técnicos”. Aqueles tipos de pessoas cujo poder reside não naquilo que “possuem”, mas no que “sabem” (DEMASI, 2000, p. 181).

Mesmo no século XIX a luta de classes poderia ser considerada indiretamente um caso particular do dilema do prisioneiro, pois os capitalistas exploravam os empregados como parte da concorrência que havia entre os próprios capitalistas, ou seja, da não cooperação que havia entre todos. O dilema do prisioneiro é ontológico, é a essência do comportamento do sujeito (o que será mostrado no capítulo quatro), e a luta de classes é uma das etapas históricas do dilema do prisioneiro. Marx e Engels, muito antes do dilema do prisioneiro ser teorizado, perceberam a característica ontológica da cooperação versus não cooperação.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra outra classe; fora disso, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes dada [*angewiesen*] pela classe a sua posição na vida e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal; estão subsumidos a ela. É esse o mesmo fenómeno que a subsunção de cada um dos indivíduos à divisão do trabalho, e só pode ser eliminada por meio da superação da propriedade privada e do próprio trabalho (MARX & ENGELS, 2009, p. 93).

### 3.1.7 A teoria econômica e suas perversões

Nesta seção se busca mostrar as perversões que se originam das teorias econômicas, por intermédio de seus três principais expoentes: Adam Smith, Karl Marx, e John M. Keynes.

#### **Adam Smith**

Adam Smith, nascido na Escócia (1723-1790), onde “Na infância, sua constituição era fraca e doentia” (STEWART, 2002), foi por muitos anos professor na Universidade de Glasgow, e escreveu dois livros em sua vida: “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759) e a “Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações” (1776), tendo destruído antes de sua morte todos os outros escritos remanescentes. Seu livro “A riqueza das nações” é considerado a obra fundadora da ciência econômica, e teoriza a pujante expansão dos mercados no início da Revolução Industrial. Como um dos economistas clássicos, o elemento fundamental de sua obra é o progresso e a expansão, e não o equilíbrio matemático dos mercados, que era uma preocupação que veio depois com os economistas neoclássicos.

De uma maneira sintética, sua contribuição econômica marcante na “Riqueza das Nações” é que as quantidades e preços negociados nos mercados se regulariam automaticamente, no que

ficou conhecido como a “mão invisível” dos mercados. O mecanismo subjacente a esta mão invisível pode ser descrito como o interesse particular de cada um.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, ou do padeiro que nós esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas ao seu amor próprio, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, mas sim de suas vantagens (SMITH A. , 1952, p. 7) <sup>37</sup>.

O trecho acima é muitas vezes interpretado como querendo dizer que a solução harmoniosa da questão econômica, dada pela mão invisível do mercado, é fruto de um mecanismo movido pelo interesse egoísta de cada um. A partir daí surge o que é chamado pela escola histórica alemã (GANEM, 2000b, p. 139) de “*Das Adam Smith Problem*”, ou o problema de Adam Smith. Este problema consiste em saber se existe uma ruptura ou uma unidade entre sua primeira obra (Teoria dos Sentimentos Morais ou TSM) e sua segunda obra (Riqueza das Nações ou RN) de Adam Smith. Esta ruptura ou unidade das duas obras gira em torno do homem virtuoso da TSM e do homem prudente da RN.

Adam Smith define o homem prudente como aquele capaz de agir com autocontrole, de cuidar da sua vida e do seu trabalho e de lutar para melhorar a sua própria condição. Ele tem amor próprio e age em perfeita adequação. No entanto, Adam Smith sublinha, em várias passagens que a prudência, embora respeitável, não é a virtude mais nobre. O homem sábio e virtuoso se destaca do prudente porque o primeiro tem o desejo magnânimo de melhorar a condição da comunidade. Nesse sentido fica clara a distinção entre o homem virtuoso, o homem que deveria ser ou o homem do tratado moral da TSM, e o homem prudente, o homem adequado à moralidade vigente, que age de acordo com ela para obter aprovação, em suma o homem da RN. O que *deveria ser* através das normas morais ideais e o *homem como realmente é*, objeto de uma importante questão da modernidade (GANEM, 2000b, p. 141).

Uma solução possível do problema de Adam Smith depende da interpretação do termo amor próprio na primeira citação desta página. Se a interpretação deste termo é autoestima como em Ganem (2000a, p. 27), é possível um entendimento ao que se saiba original, e estreitamente ligado ao objetivo desta tese. Adam Smith veio logo depois do mercantilismo, onde ainda havia forte a ideia de intervenção do estado na ordem econômica, e provavelmente nos preços. Para os fisiocratas franceses, primeiros pensadores não mercantilistas e antecessores de Adam Smith, a atividade criadora do valor dos bens era somente a agropastoril, sendo as demais atividades incluindo o comércio, estéreis. Portanto nessa etapa ainda havia forte discriminação contra o comércio.

---

<sup>37</sup> Traduzido de: It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages.

Adam Smith substituiu os reis coroados com a benção da Igreja pela mão invisível, a qual agia diretamente no mercado como uma ordem natural divina, e por isso mesmo prescindia de qualquer intermediação real. A ordem econômica então se autonomiza. Este é um passo da abordagem de Adam Smith. O outro passo é declarar que as pessoas poderiam negociar preços em defesa de seus interesses, como fazem o açougueiro, o cervejeiro ou o padeiro, em função de seu amor próprio, entendido como autoestima, pelos resultados de seu trabalho.

Observe-se então que Adam Smith estaria “dando uma permissão”, não para o egoísmo, mas para as pessoas se ampararem na autoestima e negociarem preços sem se sentirem culpadas por serem de uma classe estéril, já que a ordem econômica resultante do mercado era boa, pois era a ordem natural divina.

Para muitos, entretanto, ficou a mensagem que o egoísmo de cada um conduziria ao ótimo econômico. Mas provavelmente não foi isto que Adam Smith quis dizer. O que estava implícito no sujeito smithiniano era o sujeito cartesiano solitário, e não um sujeito mais complexo capaz de entrar em conluíus para manipular preços. O sujeito smithiniano poderia apenas negociar os preços de seu trabalho, amparado pela sua autoestima / amor-próprio, pois isto conduziria ao melhor para todos. Assim completa-se a unidade da obra de Adam Smith, pois o homem virtuoso da TSM é então o mesmo homem prudente da RN, moralmente correto, mas com amor-próprio, livre para negociar preços e intermediar a ordem divina.

Adam Smith provavelmente não queria dizer que ações imorais, perversas e violadoras da ordem econômica por meio de conluíus, conduzissem a um resultado econômico bom e harmonioso, a qual é uma interpretação de mercado que hoje existe<sup>38</sup>, de que o mercado sempre se regula automaticamente. Exemplos destas ações, não cobertas pelo sujeito solitário cartesiano e smithiniano, é (1) o cartel, quando existe combinação entre vendedores para reter estoques e forçar uma alta dos preços; ou (2) quando existe um único atravessador que compra de vários produtores pequenos, exercendo assim poder de determinação de preços na compra dos produtos, em detrimento dos produtores.

### **Karl Marx**

Quase cem anos depois de Adam Smith, nasceu Karl Marx (1818 – 1883), alemão de origem judaica, e doutor em filosofia. Suas obras mais conhecidas foram “O Manifesto Comunista” (1848), e “O Capital” (1867). Em sua obra, apoiado na teoria de que o valor de um bem é dado pelo valor do trabalho nele empregado, conclui pela exploração do trabalhador, pois o

---

<sup>38</sup> Ver na página oitenta e nove as quatro visões da equidade.

salário é inferior ao valor de venda do bem que ele produz, sendo a diferença chamada de mais-valia. Como o capitalista quer sempre produzir mais mais-valia, busca aumentar a produtividade do trabalhador (chamado de capital variável) introduzindo máquinas (chamadas de capital constante), o que causa o declínio das taxas de lucro. Este mecanismo também causa o desemprego e a constituição do exército industrial de reserva, o qual mantém os salários baixos, e em decorrência ocorrem as crises de superprodução e subconsumo do capitalismo.

Para resolver a situação descrita no parágrafo anterior, e sendo a classe abastada de capitalistas em número muito pequeno se comparada às multidões empobrecidas, Marx estabelece o comunismo como o regime a ser alcançado, onde a propriedade dos bens de produção seria comum. Para efetivar o comunismo, existiria um partido, o comunista, o qual, subvertendo a ordem burguesa, lideraria os operários na revolução, e em todas as transformações subsequentes, do socialismo ao comunismo.

Com a nomeação do partido comunista surge então a possibilidade de perversões na ordem econômica, enquanto a ordem comunista (o correspondente marxista do ótimo econômico neoclássico) não chega<sup>39</sup>, pois quando um grupo pode utilizar de quaisquer meios (perversos inclusive) para atingir um fim idealizado, é muito provável que este grupo queira antes beneficiar a si próprio, enquanto o final idealizado não ocorre.

A estrutura deste argumento se parece muito com a da perversão em Adam Smith, aonde o mal conduz ao bem. Entretanto em Marx o mal é representado pelos conluíus do partido comunista, no lugar do egoísmo insensível liberal, enquanto o bem é uma idealização (a ordem comunista futura), em vez da realidade progressista de Adam Smith, possivelmente também uma idealização. A lição a ser observada aqui é que o fim não justifica os meios.

**Gabriela Carelli:** Na sua visão, quais foram as razões que levaram ao fracasso os sistemas políticos movidos pela ideia de estabelecer a igualdade entre os homens?

**Steven Pinker:** O comunismo e outros governos fundados sobre utopias encorajaram as pessoas a ser violentas quando as convocaram para lutar por um sonho. Pelo sonho vale tudo. Aqueles sistemas políticos levaram as pessoas a acreditar que fora da utopia não existe o bem. Por essa razão tanto o comunismo como o nazismo e o fascismo degeneraram no assassinato coletivo de enormes proporções. A lição aqui é que a violência inata do homem está sempre à espreita e

---

<sup>39</sup> De modo muito semelhante à religião, o bolchevismo tem de compensar seus fiéis pelos sofrimentos e privações da vida presente com a promessa de um Além melhor, em que todas as necessidades serão satisfeitas. No entanto, esse paraíso deverá ser aqui, estabelecido na terra e inaugurado num tempo não muito distante. Mas recordemos que também os judeus, cuja religião nada fala sobre uma vida no Além, aguardaram a chegada do Messias na terra, e que a Idade Média cristã acreditou repetidamente que o reino de Deus era iminente (FREUD, 2010a, p. 352)

que os governos democráticos são a forma mais eficaz de impedir que ela se manifeste na sua pior forma (PINKER, 2012, p. 15)

### **John M. Keynes**

Nascido em 1883, mesmo ano em que morreu Karl Marx, e falecido em 1946, John Maynard Keynes era inglês, e sua obra mais influente foi “A Teoria Geral do Juro, de Emprego e da Moeda” (1936). Durante a grande depressão de 1929, Keynes examinou a questão do grande e prolongado desemprego, chegando à conclusão, em discordância com os neoclássicos, que o pleno emprego não era um estado natural da economia. Diagnosticou que a causa do desemprego era a insuficiente demanda agregada por investimentos, e para corrigir isso, receitou que os governos intervissem no livre mercado neoclássico, investindo em obras públicas e de infraestrutura. Assim com essa correção da demanda, os empregos e o consumo das famílias aumentariam.

Keynes se tornou o mais influente economista do pós-segunda guerra mundial, quando praticamente todos os governos eram de inspiração keynesiana, e isto durou até a década de 1970, quando os governos Thatcher (1979-1990) na Inglaterra, e Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos abandonaram o receituário keynesiano, em prol do que foi chamado o receituário neoliberal, o que durou até a crise financeira de 2008, sendo que depois disso permanece certa perplexidade em relação a como enfrentar a crise e o desemprego.

São duas então as questões que as ideias de Keynes suscitaram: (1) se as economias nacionais tendem ou não ao pleno emprego, e (2) se a intervenção do governo é capaz de reativar uma economia estagnada, as quais serão respondidas nesta seção, seguindo a linha do que foi apresentado até agora, que poderia ser chamada de um sincretismo entre as vertentes neoclássica, marxista e keynesiana do pensamento econômico.

Em defesa do pleno emprego, o raciocínio o qual se poderia chamar de neoclássico, é que sempre existirá alguma renumeração do trabalho – que por simplificação será chamada aqui de salário - pequena o suficiente para garantir o pleno emprego, ainda que não se possa garantir a subsistência. Assim, em resposta à Keynes, o qual propôs que pudesse haver equilíbrio com desemprego, Hicks, prêmio Nobel de economia em 1972, argumentou:

A diferença mais óbvia era que meu modelo era de preços flexíveis (*flex price*), um modelo de concorrência perfeita, no qual todos os preços eram flexíveis, enquanto no modelo de Keynes o nível dos salários nominais (pelo menos) era determinado exogenamente. Portanto o modelo de Keynes era consistente com o desemprego, enquanto o meu, em seus termos, era um modelo de pleno emprego (HICKS, 1997, p. 160).

Para Hicks, e subsequentemente para os neoclássicos, o pleno emprego não era atingido por que os salários poderiam subir, mas não cair, isto é, havia rigidez de preços (do salário). Mas segundo a linha de raciocínio apresentada nesta tese, de substituição do solitário sujeito cartesiano pelo laciano / hegeliano, se os salários caíssem muito, o resultado não seria o pleno emprego, mas a perversão da lei. Por exemplo, supondo um limpador do banheiro de um clube que ganhasse muito pouco. Ele poderia então quebrar os chuveiros e suportes de sabonete com frequência, colocando a culpa nos frequentadores do clube, e partilhar com a firma que faz a manutenção dos banheiros o ganho nas vendas de peças para o clube. De modo que a diminuição extrema dos salários conduziria não ao pleno emprego, mas ao aumento da perversão da lei, e da constituição de grupos criminosos (ou máfias) na sociedade humana, pois os humanos se reúnem em grupos para sobreviver, o que está fora do alcance do sujeito cartesiano.

A resposta à questão de se o pleno emprego é possível, depende da questão de como é o objeto da ciência, tratada no capítulo cinco. Resumidamente, na física os resultados de uma experiência corretamente planejada são sempre os mesmos. Na economia, embora se queira proceder como na física, o objeto da ciência vai mudando lentamente de características, sem ser percebido. Assim, o debate entre neoclássicos e keynesianos é tratado como se a questão fosse invariante no tempo, quando o que acontece é que sua resposta foi mudando ao longo do tempo. Conforme o gráfico da figura 3.3, existe uma tendência para que a produtividade e o desemprego aumentem, e para que a taxa de lucro decline.

Assim, o século XIX, quando a produtividade ainda não era tão alta, foi o século do pleno emprego neoclássico nos países desenvolvidos, conforme a citação da página cinquenta e seis. É claro que no mercado mundial havia desemprego, porque o processo de aumento de produtividade e a globalização deveriam considerar o mercado mundial, e não as economias nacionais, mas os estudos dos economistas focavam antes as economias nacionais desenvolvidas, e se supunha que a insuficiente industrialização era a fonte dos males dos países pobres. Eles não viam o mundo como uma unidade em processo de globalização.

Mas seguindo a ideia desta tese, com a produtividade aumentando, e as necessidades limitadas, o desemprego permanente acabaria surgindo também nos países desenvolvidos, e foi o que aconteceu em 1929, na grande depressão. Então o século XX foi o século do combate ao desemprego permanente. A ideia de Keynes era que haveria uma demanda

insuficiente por investimentos, e o Estado deveria estimulá-la por meio de obras públicas e de infraestrutura, com isso reativando a economia e combatendo o desemprego.

Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel moeda, as enterrasse a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do *laissez-faire*, a tarefa de desenterrar novamente as notas (naturalmente obtendo o direito de fazê-lo por meio de concessões sobre o terreno onde estão enterradas as notas), o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade, o são. Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada (KEYNES, 1996, p. 145).

Assim dentro do raciocínio desenvolvido nesta tese, o equilíbrio econômico com desemprego não só é possível, como também o desemprego permanente na forma de trabalho precarizado deve aumentar à medida que a produtividade aumenta. A solução keynesiana para o desemprego só pode resolver o problema temporariamente, por que devido ao aumento da produtividade, mesmo as obras públicas e de infraestrutura empregam cada vez menos gente, em relação ao porte da obra. É como se na citação anterior os métodos para desenterrar garrafas e liberar as notas das garrafas fossem ficando cada vez mais automatizados, e empregando cada vez menos gente. Keynes mesmo percebia a natureza deste problema.

Naquele ótimo e agradável artigo de 1930, ao qual já nos referimos, “Perspectivas Econômicas para os Nossos Netos”, Keynes escreveu que “A eficiência técnica veio se intensificando a um ritmo muito mais rápido do que aquele com o qual conseguimos resolver o problema da absorção da mão-de-obra (...) A desocupação devida à descoberta de instrumentos que fazem com que se economize mão-de-obra progride a um ritmo mais rápido que o ritmo com que conseguimos criar novos empregos para esta mesma mão-de-obra (...) Observado numa perspectiva mais ampla, isto significa, que a *humanidade está progredindo em direção à solução do seu problema econômico* (...) Expedientes de três horas, com uma carga semanal de quinze horas, podem manter o problema sobre controle por um razoável período de tempo”. Portanto, já em 1930 Keynes sustentava que “o problema econômico pode ser resolvido ou pelo menos obter uma solução, até a virada do século”. E neste ponto, “pela primeira vez, desde a sua criação, o homem se verá diante do seu verdadeiro e constante problema: como utilizar a sua liberação dos problemas mais opressores ligados à economia, como empregar o tempo livre que a ciência lhe proporciona para viver bem, prazerosamente e com sabedoria” (KEYNES, 2010, p. 32-37) apud (DEMASI, 2000, p. 312-313).

O que a solução macroeconômica dos investimentos governamentais de Keynes ressaltava era a necessidade de distribuição de renda, mesmo através de obras desnecessárias, como por exemplo, pirâmides. “A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica for um empecilho a uma solução melhor” (KEYNES, 1996, p. 144).

Porém a solução de Keynes acabou constituindo-se, assim como aconteceu com Adam Smith, Karl Marx e John Hicks, em um incentivo para a perversão da ordem econômica, embora Keynes tenha ressaltado que seria mais ajuizado construir casas do que empregar recursos em algo desnecessário. Ficou, entretanto a ideia de que o governo dar dinheiro para as empresas fazer algo desnecessário seria bom para a economia. Mas uma vez que as empresas recebem a incumbência desnecessária, nada impede que os recursos sejam utilizados em primeiro lugar para beneficiar os donos das empresas, e os contratantes pelo governo, em uma clássica situação de conluio, estruturada como um dilema do prisioneiro.

E mais ainda, sejam de direita, sejam de esquerda, os ministros responsáveis pela área econômica continuam a ter esperanças de que o desemprego possa ser debelado com a clássica arma dos novos investimentos e para isso fazem a corte aos empresários, oferecendo-lhes incentivos fiscais e empréstimos a prazos indeterminados. Apesar disso, os empresários investem cada vez menos e, quando o fazem, preferem jogar na Bolsa, comprar um robô ou abrir uma fábrica num país do terceiro mundo (DEMASI, 2000, p. 97).

### 3.1.8 A perversão na bolsa de valores

Na parte anterior foram apresentadas quatro formas principais de perversão da ordem econômica, todas com a mesma estrutura, a de que um mal, se corretamente aplicado, pode levar ao bem. A primeira perversão é a de Adam Smith, onde a ação egoísta de cada um pode ser transformada pelo mercado em uma solução harmoniosa para todos. A segunda perversão é a de Hicks, onde o pagamento de salários muito baixos pode levar ao pleno emprego. A terceira perversão é a de Marx, onde a ação subversiva de um grupo de pessoas, o partido comunista, pode conduzir a uma sociedade melhor. A quarta perversão é a de Keynes, onde a indução de ações empresariais ineficientes pode reaquecer a economia. Todas estas perversões desembocam em conluios estruturados como dilemas do prisioneiro, para benefício das partes conluídas, e cujo resultado final não é ótimo econômico de Pareto.

A quinta forma de perversão acontece na bolsa de valores, e é um refinamento da primeira forma, a perversão de Adam Smith, só que acontece no mercado de capitais, e não no mercado de bens. Este tipo de perversão se deve aos conluios entre especuladores, tais como: (1) quando no mercado de capitais um investidor no mercado de opções usa dois laranjas (termo que designa um “auxiliar” do investidor) para puxar preços de ações no mercado a vista (travando-se então a famosa luta entre comprados e vendidos no mercado de opções) e assim, ganhar dinheiro no mercado de opções; ou (2) como quando um investidor consegue

informações privilegiadas sobre uma empresa, e as utiliza para realizar ganhos no mercado a vista, o que é ilegal, dividindo o ganho resultante com os fornecedores da informação.

Porém o investidor tem também um papel benéfico, e neste caso este seria mais bem chamado de previsor: a ação dos investidores no mercado de ações contribui para que se atinja o preço de equilíbrio através de um mecanismo conhecido como arbitragem. Resumidamente, se o preço está alto, o investidor vende, e o preço tende a cair para o preço de equilíbrio. Se o preço está baixo, o investidor compra, e o preço tende a subir para o preço de equilíbrio.

Como a teoria econômica não considera a violação e a perversão da lei social, normalmente não fica clara a distinção entre os dois papéis que pode assumir o investidor no mercado de ações, o de especulador e o de previsor. Para Keynes o trabalho do bom previsor era bastante árduo.

A isto convém responder, desde logo, que existem na verdade, pessoas com este tipo de mentalidade séria e que, de fato, para um mercado de investimentos haverá uma enorme diferença, dependendo da influência que essas pessoas exerçam sobre a opinião dos jogadores. Mas devemos acrescentar que diversos fatores afetam a predominância de tais pessoas nos modernos mercados de capital. O investimento baseado nas previsões autênticas a longo prazo é hoje tão difícil que mal pode ser posto em prática (KEYNES, 1997, p. 121).

E sobre o papel dos especuladores:

A finalidade social do investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeiam o nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habilmente efetuados em nossos dias é “sair disparado na frente”, como se diz coloquialmente, estimular a multidão a transferir adiante a moeda falsa ou em depreciação. Esta luta de esperteza para prever com alguns meses de antecedência as bases da avaliação convencional, muito mais do a renda provável de um investimento durante anos, nem sequer exige que haja idiotas no público para encher a pança dos profissionais: a partida pode ser jogada entre estes mesmos. (KEYNES, 1997, p. 120).

### **3.1.9 Redução da jornada ou redistribuição de renda?**

Em DeMasi (2000, p. 170) se preconiza uma redução da jornada de trabalho, para que todas as pessoas tenham empregos, e tenham mais tempo de gozar a vida, no ócio criativo. Entretanto sem uma redistribuição de renda que independesse da jornada de trabalho, isto seria impossível. Supondo-se que as pessoas concordassem em trabalhar meia jornada ganhando metade do salário, para que todas as pessoas tivessem empregos, as pessoas que burlassem o acordo e trabalhassem a jornada inteira, por exemplo, em dois empregos iguais de meia jornada, ganhariam seu rendimento original, em detrimento de outra que ficaria sem emprego, de modo que todas acabariam por burlar o acordo original. O mesmo acontece se as

empresas concordassem em pagar a jornada inteira, mantendo a remuneração, para que as pessoas trabalhassem meia jornada. Neste caso, as empresas que burlassem o acordo, pagando remunerações menores, teriam menores custos, e seriam mais competitivas.

Assim, no quadro geral da redução de postos de trabalho, o qual é mostrado no gráfico da figura 3.3, onde ao longo da tendência de aumento de produtividade a classe média tem sua remuneração aumentada, mas diminui em número, enquanto que o desemprego na forma de trabalho precário se torna a norma para a maioria, não é possível uma redução na jornada de trabalho, para que todos tenham emprego, sem que antes haja uma redistribuição de renda, garantindo uma renda mínima para todos. E esta redistribuição de renda, no caso em que a China entre na crise mundial e o mundo caia na estagnação secular, é o remédio para o reaquecimento das economias nacionais, conforme mostrado no gráfico da figura 3.2.

Pagotto, socióloga de linha marxista, diz algo surpreendida, que fora do quadro da luta de classes, só resta a alternativa de uma renda para as pessoas, tendo em vista a redução de postos de trabalho.

Mas os teóricos do trabalho imaterial são imbuídos de profundo otimismo, nascido da amplificação do polo positivo da crise do capital, que resulta da compreensão de uma crise da dialética. Essa noção lhes permite suprimir a dimensão da negação como elemento que estrutura a realidade, restando, portanto, apenas a dimensão da afirmação. Se o capital suprime o trabalho vivo, seguindo essa lógica de causa e efeito que passa a alicerçar o raciocínio dos autores, eis que é chegada a era do tempo livre e a única via razoável para a libertação social é a reivindicação de uma renda de vida garantida que pudesse confrontar-se, ou atuar como contrapeso dos limites do capitalismo em subsumir os saberes e transforma-los em capital cognitivo, ou seja, capital disponível à humanidade para que leve a efeito todas as suas potencialidades criativas (PAGOTTO, 2011, p. 277-278).

Porém a própria redistribuição de renda é um dilema do prisioneiro, conforme mostra a tabela 3.2. Caso as pessoas optem todas por repartirem a renda (12, 12) para aumentar o consumo, não se cai nas crises econômicas e na estagnação secular, e se estimula a cooperação. Mas existe a tentação de deixar o Outro repartir sozinho, ganhando o valor da tentação de não repartir (17, 6), e então todos acabam não repartindo, e enfrentando a não cooperação, as crises e a estagnação (8, 8).

Assim uma solução para as crises econômicas e a estagnação secular é a redistribuição de renda, mas não espontaneamente através da caridade, e sim através de uma política institucional de redistribuição de renda, a qual aumentará os níveis de cooperação na sociedade, bem como retirará as economias da crise e da estagnação secular.

**Tabela 3-2 - O dilema da repartição**

		Outro	
		Reparte	Não reparte
Eu	Reparte	12, 12	6, 17
	Não reparte	17, 6	8, 8

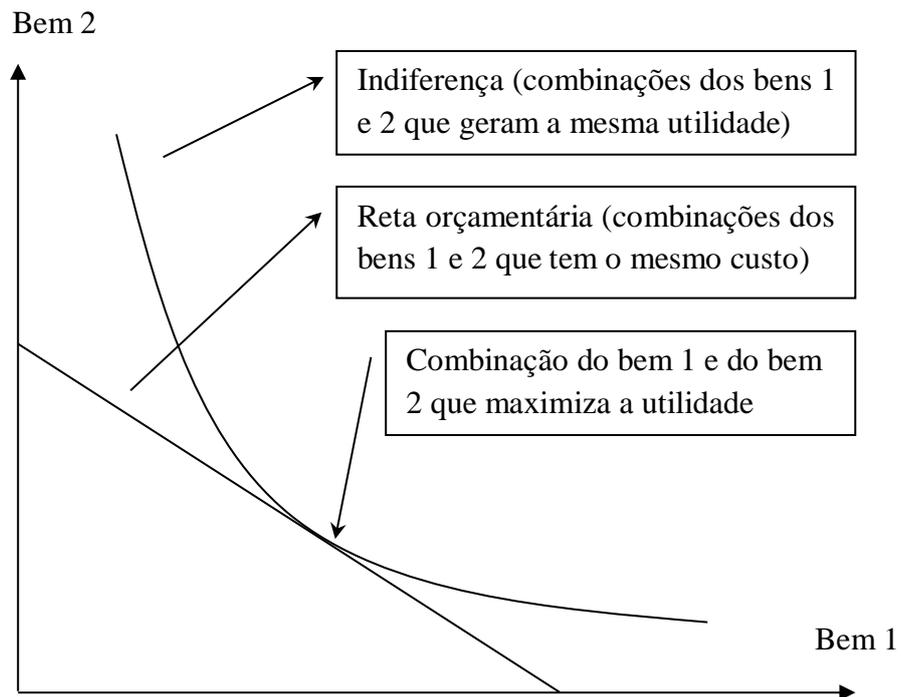
E aqui se volta ao dilema da sociedade na tabela 2.17. Do ponto de vista da tendência secular, o melhor para todos, capitalistas, classe média e trabalhadores precarizados, é que haja redistribuição de renda ao longo da substituição de trabalho por capital, como preventivo para as crises econômicas. Mas a perversão e violação da lei social, na forma da evasão de impostos, da corrupção e do tráfico de influência, e as perversões econômicas da lei social, como a perversão da opulência em face da miséria (Adam Smith), da luta sem limites pelo poder (Marx), dos salários em situação de semiescravidão (Hicks), do favorecimento a empresários (Keynes), e dos golpes no mercado de capitais, podem fazer com que as pessoas prefiram permanecer grupadas em torno do ganho dos conluíus, em um contexto de acirramento do dilema da sociedade, do que conectadas ao bem maior da redistribuição de renda. Em última análise esta é uma questão cultural, que só o tempo pode fazer evoluir.

## 3.2 O EQUILÍBRIO GERAL

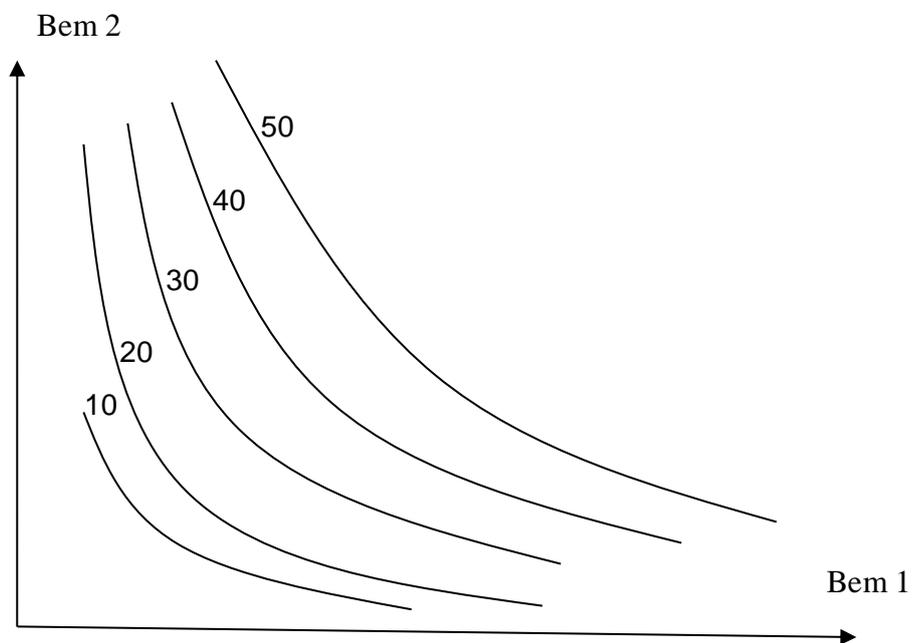
Nesta seção se apresenta um resumo do equilíbrio geral em um mercado competitivo.

### 3.2.1 A escolha do consumidor

No gráfico da figura 3.4, os eixos horizontal e vertical medem respectivamente as quantidades dos bens “um” e “dois”, respectivamente. O primeiro elemento do gráfico é a curva de indiferença, que representa um nível de satisfação do consumidor, chamado de utilidade. Os pontos dessa curva representam as combinações dos bens “um” e “dois” que proporcionam a mesma utilidade para o consumidor. A indiferença faz parte de um conjunto de curvas, denominada mapa. Na figura 3.5 aparece o mapa das curvas de indiferença, desde a que proporciona menor utilidade, de 10, até a que proporciona maior utilidade, de 50.



**Figura 3.4 - Gráfico da escolha do consumidor**



**Figura 3.5 - Mapa das curvas de indiferença**

O segundo elemento do gráfico da figura 3.4 é a reta ou restrição orçamentária, que representa um nível de renda do consumidor. Os pontos dessa reta representam as combinações dos bens “um” e “dois”, os quais para serem adquiridos necessitam da mesma renda. Isto é expresso na equação  $m = p_1x_1 + p_2x_2$  onde  $m$  é a renda disponível para consumo,  $p_1$  e  $p_2$  são os preços dos bens “um” e “dois”, e  $x_1$  e  $x_2$  são as quantidades consumidas dos bens “um” e “dois”.

Rearranjando a equação anterior, chega-se na equação da reta orçamentária, cuja inclinação é  $(p_1/p_2)$ .

$$x_2 = \frac{m}{p_2} - \left(\frac{p_1}{p_2}\right) \cdot x_1 \quad 3.3$$

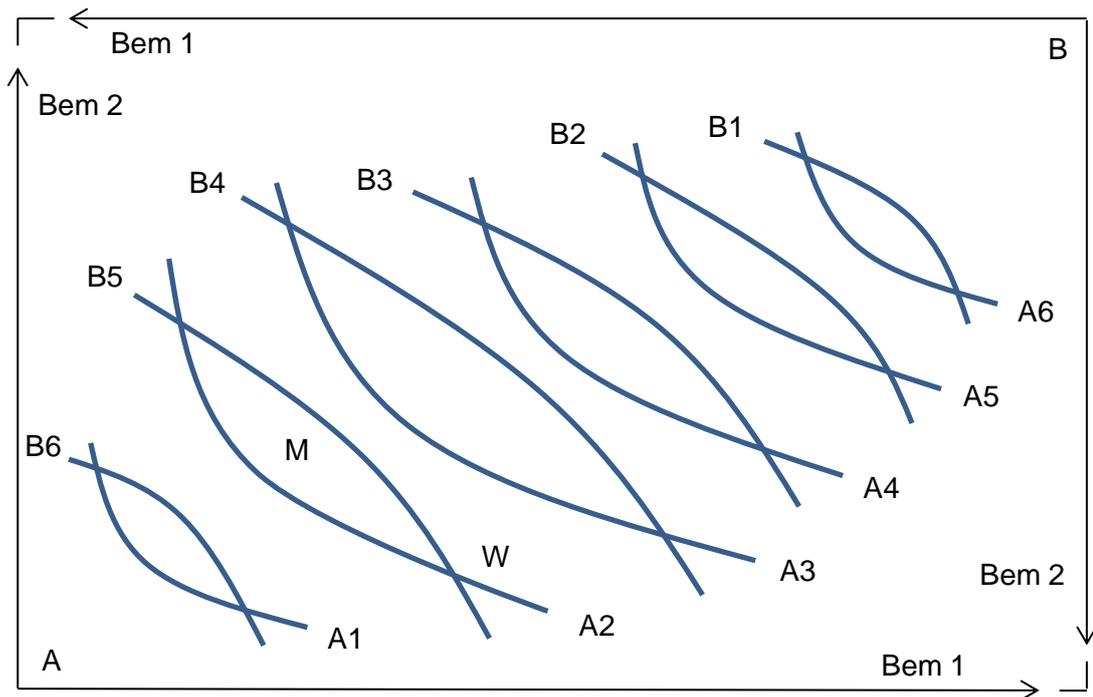
Este modelo matemático microeconômico representado na figura 3.4, é usualmente utilizado para representar como o consumidor escolhe as quantidades dos bens “um” e “dois” que irá consumir, dados os preços dos bens. Considerada certa renda  $m$  para consumo, o ponto escolhido é sempre o de máxima utilidade dentre as curvas de indiferença, dado pela tangência da reta orçamentária com a curva de indiferença.

Indo agora para o equilíbrio geral, utiliza-se a caixa de Edgeworth para representar dois consumidores, ao invés de um. A caixa de Edgeworth é montada por duas figuras 3.5, uma de cabeça para baixo em relação à outra, como na figura 3.6. A largura da caixa mede a quantidade total do bem “um”, e a altura da caixa mede a quantidade total do bem “dois”.

### 3.2.2 A caixa de Edgeworth

Na caixa existem dois consumidores, “A” embaixo à esquerda, e “B” acima à direita. As quantidades do bem “um” são medidas horizontalmente para a direita, no caso do consumidor “A”, e horizontalmente para a esquerda, no caso do consumidor “B”. Da mesma forma, as quantidades do bem “dois” são medidas verticalmente para cima, no caso do consumidor “A”, e verticalmente para baixo, no caso do consumidor “B”.

Dentro da caixa de Edgeworth estão infinitas curvas de indiferença, de “A” e de “B”. As curvas de indiferença de “A” crescem em utilidade de baixo para cima, e da esquerda para a direita, sendo  $A1 < A2 < A3 < A4 < A5 < A6$ . As curvas de indiferença de “B” crescem em utilidade de cima para baixo, e da direita para a esquerda, sendo  $B6 > B5 > B4 > B3 > B2 > B1$ .



**Figura 3.6 - A caixa de Edgeworth**

Apresentada a caixa de Edgeworth, o próximo passo é como chegar ao equilíbrio geral entre os consumidores “A” e “B”. Destacando na figura 3.6 as curvas de indiferença A2 e B5, e supondo que inicialmente ambos os consumidores estejam localizados no ponto “W”, chamado de dotação inicial, tem-se a figura 3.7.

A dotação inicial “W” (de salário em inglês - wage) é o ponto de partida tanto para o consumidor “A”, como para o “B”. Neste ponto o consumidor “A” tem as quantidades  $w_A^1$  do bem “um” e  $w_A^2$  do bem “dois”, e o consumidor “B” tem as quantidades  $w_B^1$  do bem “um” e  $w_B^2$  do bem “dois”.

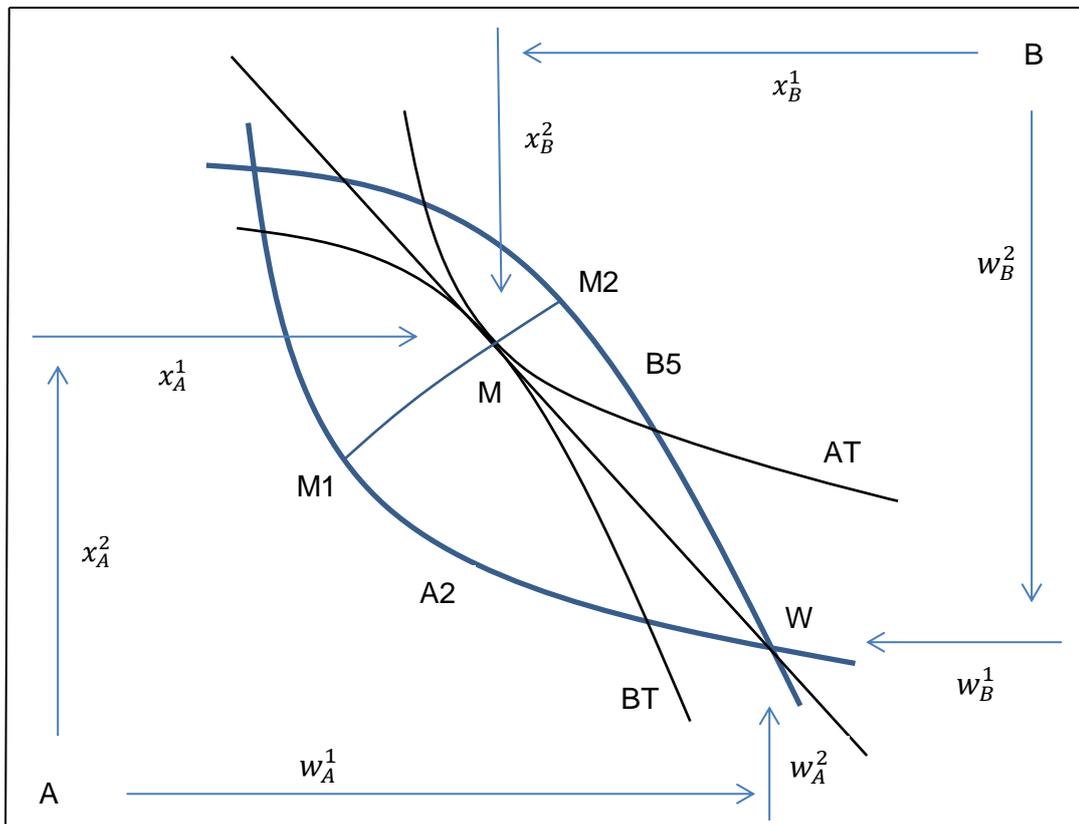
A alocação final dos bens é dada pelo ponto “M” (de mercado em inglês – Market). Neste ponto o consumidor “A” tem as quantidades  $x_A^1$  do bem “um” e  $x_A^2$  do bem “dois”. Da mesma forma o consumidor “B” tem as quantidades  $x_B^1$  do bem “um” e  $x_B^2$  do bem “dois”.

Na caixa de Edgeworth não existem bens livres, de modo que todos os bens devem pertencer a “A” ou a “B”. A quantidade total do bem “um” é sempre a mesma, seja no ponto “W” ou no ponto “M”. O mesmo é válido para o bem “dois”, de modo que, algebricamente:

$$\left\{ \begin{array}{l} w_A^1 + w_B^1 = x_A^1 + x_B^1 \\ w_A^2 + w_B^2 = x_A^2 + x_B^2 \end{array} \right\} \quad 3.4$$

### Da dotação inicial W até a alocação final M

A figura 3.7 mostra como duas pessoas “A” e “B” que recebem uma dotação inicial “W” trocam unidades do bem “um” por unidades do bem “dois”, até a alocação final do mercado “M”. O primeiro passo é que “W” está sobre o cruzamento das curvas de indiferença A2 e B5. Assim qualquer ponto da área delimitada e interior a estas curvas é uma alocação final factível, por que proporcionam mais utilidade tanto para “A” como para “B”.



**Figura 3.7 – A alocação final M da dotação inicial W**

O segundo passo é encontrar as curvas de indiferença que se tangenciam, como AT e BT. Todos os pontos de tangência que estão no trecho  $\overline{M1M2}$ , são alocações eficientes no sentido de Pareto, ou ótimos de Pareto, uma vez que nestas alocações só se pode aumentar a utilidade de uma das pessoas, pela diminuição da utilidade da outra.

O terceiro passo é determinar qual das alocações no trecho  $\overline{M1M2}$  é a alocação final. Isto se faz partindo do ponto “W” e traçando a reta orçamentária de inclinação  $(p_1/p_2)$ , que tangencia a curva de indiferença de maior utilidade possível, como na figura 3.4. Observa-se que pela construção da caixa, a mesma reta que maximiza a utilidade da pessoa “A”, tangenciando a curva de indiferença AT em M, é de cabeça para baixo, também a reta que maximiza a utilidade da pessoa “B”, tangenciando a curva de indiferença BT em M.

### As alocações eficientes de Pareto

Trazendo da figura 3.7 os pontos “W” da dotação inicial, a reta orçamentária que passa por “W” e por “M”, e as curvas de indiferença AT, da pessoa “A”, e BT, da pessoa “B”, as quais se tangenciam, encontra-se uma das alocações eficientes de Pareto, no ponto “M” da figura 3.8. Buscando-se os demais pontos de tangência das curvas de indiferença de “A” e de “B”, são obtidas as demais alocações eficientes de Pareto, onde não se pode melhorar a utilidade de uma das pessoas, sem piorar a utilidade da outra. Estas alocações da caixa de Edgeworth na figura 3.8 são conhecidas como conjunto de Pareto, ou curva de contrato, por que são os pontos de equilíbrio onde terminam as trocas entre “A” e “B”, daí a ideia de um contrato final. São os pontos da economia onde as pessoas preferem estar.

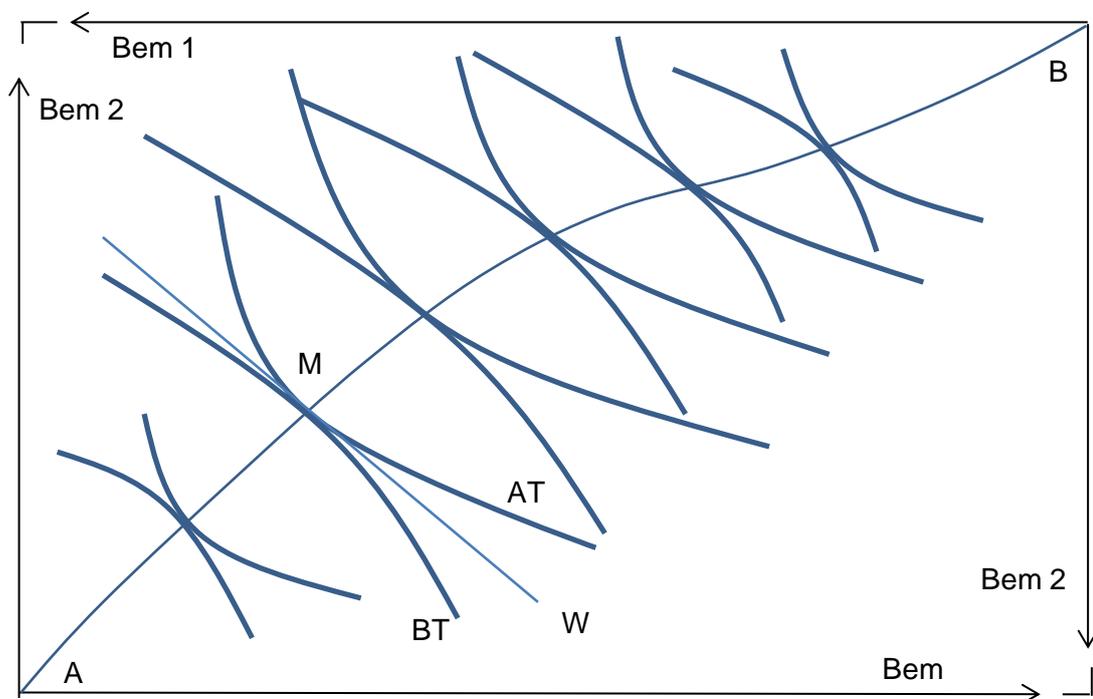


Figura 3.8 - A curva de contrato

### 3.2.3 Os teoremas do bem estar social

#### O primeiro teorema

Pelo primeiro teorema, um equilíbrio de mercado “M” é também uma alocação eficiente de Pareto, isto é, a alocação da pessoa “A” só pode melhorar se a alocação da pessoa “B” piorar. Uma exceção importante é a das externalidades de consumo (VARIAN, 2006, p. 625). Suponha-se agora “B” é fumante, e que “A” se incomoda com o cheiro da fumaça de cigarro. Neste caso, “A” ainda pode pagar para “B” parar de fumar, e se “B” aceitar é por que ambos ficaram mais felizes, de modo que a alocação anterior de mercado “M” não era eficiente de Pareto, por que eles fizeram mais uma troca que melhorou a ambos. A fumaça do cigarro é uma externalidade de consumo, por que um fumante ao comprar o cigarro, não paga pela poluição que provoca, a qual é externa ao sistema de preços.

De forma semelhante à externalidade de consumo, as perversões<sup>40</sup> da lei social na forma do dilema da sociedade, também são uma exceção ao primeiro teorema, por que fazem com que o equilíbrio de mercado “M” não seja uma alocação eficiente de Pareto, isto é, a sociedade não está tão satisfeita com as perversões quanto poderia estar sem elas, o que é um resultado coerente. Observa-se que não se está modificando em nada a teoria econômica com esta afirmação, por que esta não tratava até agora da perversão da lei social, provavelmente por considerar esta perversão um ato de irracionalidade para o sujeito cartesiano. Pela substituição do solitário sujeito cartesiano por um sujeito lacaniano / hegeliano capaz de abranger a questão dos conluios formatados como um dilema do prisioneiro, a ordem econômica pode passar a adicionar a emergência da lei social como um dos seus tópicos de estudo.

#### O segundo teorema

Pelo segundo teorema, com preferências convexas, toda alocação eficiente de Pareto que se queira obter pode ser alcançada como um equilíbrio competitivo. Este teorema tem a importante implicação que eficiência pode ser separada da distribuição, isto é, que a partir de qualquer dotação inicial se pode obter uma alocação final Pareto eficiente.

Os preços desempenham dois papéis no sistema de mercado: um referente à *alocação* e outro referente à *distribuição*. O papel alocativo dos preços consiste em indicar a escassez relativa; já o papel distributivo consiste em determinar quanto dos diferentes bens os vários agentes podem comprar. O Segundo Teorema de Bem-Estar afirma que esses dois papéis podem ser separados: podemos redistribuir as dotações de bens para avaliar a riqueza dos agentes e usar os preços para indicar a escassez relativa. (...) Do ponto de vista da teoria pura, não há razão pela qual o governo não possa transferir poder de compra - dotações - entre os consumidores da maneira que julgar mais adequada (VARIAN, 2006, p. 627).

<sup>40</sup> Deste ponto em diante, a perversão abrangerá também a violação, evitando-se assim a repetição.

O segundo teorema tem um papel importante nesta tese, por que para se redistribuir renda, teoricamente não se deve manipular preços, como por exemplo, com o lançamento de impostos sobre o consumo de bens, usando-os para dar subsídios a categorias específicas de cidadãos, por que este procedimento distorce o sistema de preços, interferindo na eficiência alocativa. Os impostos devem ser sobre as dotações, e as redistribuições devem ser feitas em dinheiro.

Mas a mensagem do Segundo Teorema de Bem-Estar é importante. Os preços devem ser utilizados para refletir escassez. As transferências de montante fixo da riqueza devem ser utilizadas para ajustar metas de distribuição. Em larga escala, essas duas decisões políticas podem ser separadas. A preocupação das pessoas com a distribuição de bem-estar pode leva-las a defender várias modalidades de manipulação de preços. Tem-se argumentado, por exemplo, que os cidadãos idosos deveriam ter acesso a um serviço telefônico mais barato, ou que pequenos usuários de eletricidade deveriam pagar taxas mais baixas que os grandes usuários. Isso constitui basicamente tentativas de redistribuir renda através do sistema de preços ao oferecer a algumas pessoas preços menores do que os oferecidos a outras. Quando refletimos sobre isso, vemos que é uma forma terrivelmente ineficiente de redistribuir renda. Se desejamos redistribuir a renda, por que simplesmente não redistribuímos renda? Se dermos a uma pessoa um dinheiro extra para gastar, ela poderá escolher consumir mais de qualquer um dos bens que deseja consumir – não necessariamente do bem subsidiado (VARIAN, 2006, p. 628-629).

### 3.2.4 As quatro visões da equidade

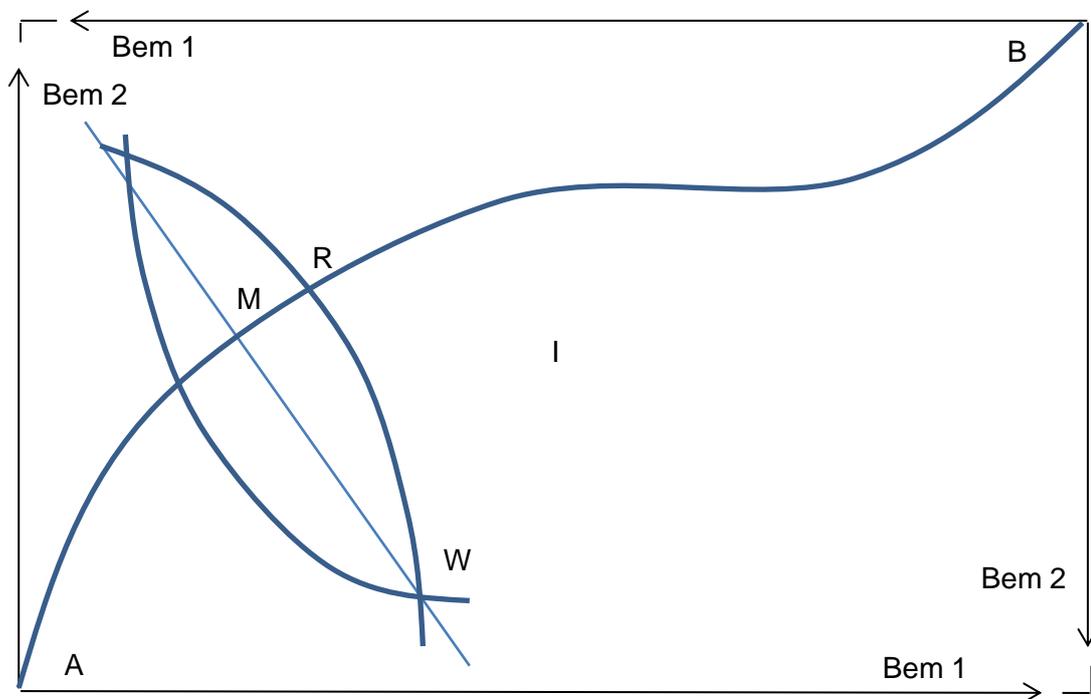


Figura 3.9 - Visões da equidade

Os pontos da curva de contrato na figura 3.9 são os pontos de eficiência econômica. Porém um ponto fora da curva pode ser mais equitativo do que um ponto na curva. Tome-se como

exemplo o ponto “I” fora da curva de contrato, onde todos detêm a mesma quantidade de bens. Para a pessoa “A”, este ponto pode ser mais equitativo do que o ponto “M”, situado sobre a curva de contrato, por que tem muito maior quantidade do bem “um”. Inversamente a pessoa “B” pode achar o ponto “M” mais justo do que o ponto “I”, também pelo mesmo motivo. A mensagem do segundo teorema é que as decisões sobre a eficiência econômica são separáveis de decisões sobre a equidade. Mas enquanto a eficiência pode ser determinada matematicamente como sendo os pontos da curva de contrato, a equidade depende de juízos de valor.

Pindyck & Rubinfeld (2010, p. 534) apresentam quatro destes juízos de valor da equidade, conforme a tabela 3.3, ordenadas da mais igualitária para a menos igualitária.

**Tabela 3-3 - Quatro visões da equidade**

Ordem	Nome	Explicação
1	Igualitária (I)	Todos os membros da sociedade recebem iguais quantidades de mercadorias
2	Rawlsiana (R)	Maximiza a utilidade da pessoa de menor posse
3	Utilitária (U)	Maximiza a utilidade total de todos os membros da sociedade
4	Orientada para o Mercado (M)	O resultado alcançado pelo mercado é considerado o mais equitativo

1. A visão igualitária pode ser associada ao comunismo, onde todos detêm as mesmas quantidades de bens. Existem duas questões associadas ao comunismo, dentro da visão igualitária. A primeira questão é como fazer para, a partir da dotação inicial “W”, alcançar a alocação final “I”? A solução marxista do partido comunista descamba para uma perversão da ordem econômica, conforme analisado anteriormente. Mas dentro da lei, uma vez que o governo intervenha no sistema de preços com impostos e subsídios, é difícil saber para onde a economia está indo, em termos de eficiência e equidade. A segunda questão é que a perspectiva igualitária pode não ser a desejada pelas pessoas, ou seja, esta pode não estar sobre a curva de contrato, como acontece na figura 3.9;
2. A segunda perspectiva é a Rawlsiana. O nome deriva de John Rawls, o qual “tem sido considerado o mais importante pensador político da segunda metade do século XX.” (OLIVEIRA, 2003, p. 7). Na perspectiva rawlsiana, na figura 3.9 deve-se ir do ponto “W”

até o ponto “R”, e não até o ponto “M”, para maximizar a utilidade dos mais pobres, representados na pessoa “A”, mantendo a utilidade dos mais ricos, representados na pessoa “B”. A dificuldade é como se operacionalizar este tipo de redistribuição. Na sequência desta tese o conceito da equidade rawlsiana será utilizado para mostrar a melhor solução para o dilema da sociedade.

3. A visão utilitarista “dá pesos iguais à utilidade de cada pessoa e, conseqüentemente, propõe que se deve maximizar a utilidade total de todos os membros da sociedade. As diferentes funções de bem-estar social<sup>41</sup> podem ser associadas a pontos de vista específicos a respeito do que é equidade” (PINDYCK & RUBINFELD, 2010, p. 533). A dificuldade com a visão utilitarista é como comparar as utilidades de diferentes indivíduos, de modo que esta visão resulta em pouco efeito prático, e não pode ser representada na figura 3.9, sem que se estabeleça a função utilidade das pessoas “A” e “B”.
4. A visão orientada para o mercado é representada na figura 3.9 pelo ponto “M”, e nela se “argumenta que o resultado alcançado pelo processo de mercado é equitativo, pois recompensa os mais capazes e os que trabalham com maior afinco” (PINDYCK & RUBINFELD, 2010, p. 533). A grande dificuldade nesta afirmação é como medir capacidade ou afinco, sendo que por vezes o argumento dos partidários de uma visão ideológica neoliberal dos mercados descamba para uma circularidade: o mercado recompensa os mais capazes, logo os mais capazes são aqueles recompensados pelo mercado. Outras vezes a capacidade é associada não com uma meritocracia, mas com o darwinismo social<sup>42</sup>, sendo que aí capacidade significa a lei do mais forte, incluindo a possibilidade de perversão da lei social, que conduz no capítulo quatro ao exame das hierarquias humanas.

---

<sup>41</sup> Função social que descreve o bem-estar da sociedade como um todo em termos das utilidades dos membros individuais (PINDYCK & RUBINFELD, 2010, p. 533).

<sup>42</sup> Fundamentalmente o darwinismo social pode ser resumido nas seguintes palavras de William Graham Sumner (1840-1910, nascido em Paterson, New Jersey, EUA), que foi considerado o mais fervoroso e extremado defensor dessa doutrina: “Deve ficar bem claro que não podemos sair desta alternativa: liberdade, desigualdade, sobrevivência do mais apto; não liberdade, igualdade, sobrevivência do menos apto. O primeiro termo da alternativa faz com que a sociedade avance e favorece todos os seus melhores membros; o segundo leva-a a regredir e favorece seus piores membros” (HOFSTADTER, 1944, p. 37) apud (MORA, 2004, p. 638).

### 3.3 O DILEMA NO EQUILÍBRIO GERAL

#### 3.3.1 A questão cultural

O primeiro passo da resolução do dilema da sociedade, no tocante às guerras, à evasão de impostos, à corrupção, ao tráfico de influência, à opulência em face da miséria, a luta pelo poder, ao pagamento de salários em condições de semiescavidão, ao favorecimento a empresários, e aos golpes no mercado de capitais, é entender que todos estes fenômenos fazem parte de uma mesma ontologia do ser, e é esta ontologia que se busca entender no capítulo quatro. Mas agora é suficiente pensar que um humano se sente ameaçado inconscientemente em sua sobrevivência por outro humano com quem não se identifique. Desta ameaça, cujo grau é produto de uma determinada evolução histórico-cultural, surge a perversão da lei social.

A própria estagnação secular que causa o acirramento do dilema da sociedade, também é uma consequência desta ontologia do ser, onde se vê o Outro como ameaçador. Assim existe uma dificuldade do sujeito em cooperar e repartir, a não ser com seu grupo mais próximo, isto por que o ser humano vive hoje como se a escassez fosse ainda uma verdade absoluta, e não relativa de uns em relação a outros, advindo daí o seu comportamento competitivo. Por causa disso há pessoas que produzem demais, e outras pessoas que não tem renda para consumir. Assim, a mesma solução do dilema da sociedade, é também a solução da estagnação secular, e esta solução é a redistribuição de renda, que pode movimentar a economia no caso da estagnação secular, e quebrar o comportamento de bando (conluio) presente nas perversões da lei, no caso do dilema da sociedade.

Porém, o que deve ficar claro nesta tese é que a estagnação secular, e o dilema da sociedade (tabela 2.17) - em que as pessoas se agrupam para obter vantagens em detrimento do conjunto da sociedade, resultando em um final em que todos ficam em pior situação, dado que os agrupamentos descambam para a perversão da lei social, em uma guerra de todos contra todos – não tem uma solução fora da evolução cultural. Isto é evidenciado pelo dilema da repartição (tabela 3.2), quando ao se tentar uma repartição com base, por exemplo, na caridade - ou qualquer outra forma de ação individual, as pessoas se veem nada mais nada menos do que enfrentando outro dilema do prisioneiro, mostrando que apenas a ação coletiva decorrente da evolução cultural pode alcançar o resultado cooperativo de um dilema do prisioneiro.

Um exemplo de evolução cultural está ao se comparar o funcionamento do metrô de duas sociedades hipotéticas “X” e “Y”. Na sociedade “X”, mais avançada culturalmente, não são

necessárias catracas ou vigilantes nas estações, por que as pessoas só pegam os trens após comprarem o bilhete. Na sociedade “Y”, mais atrasada culturalmente, as estações tem catracas e vigilantes para assegurar o cumprimento da lei, para que só os que tenham bilhetes possam embarcar. Pela microeconomia tradicional, ambas as sociedades estão escolhendo como controlar a entrada no metrô de acordo com suas preferências, e estão atingindo alocações eficientes de Pareto na curva de contrato.

Mas agora ao se considerar a violação e a perversão da lei como alocações não eficientes, que não estão na curva de contrato, as duas sociedades hipotéticas podem ser comparadas, e se afirmar que a sociedade “X”, a qual é uma alocação eficiente de Pareto, está mais satisfeita que a sociedade “Y” no que tange ao controle de entrada no metrô, por que na sociedade “X” não ocorrem violações espontâneas da lei na entrada no metrô. Isto implica que a sociedade “Y” poderia até querer ser como a sociedade “X”, mas não consegue por que tem uma cultura diferente, mais patriarcal e menos equitativa, o que será analisado no capítulo quatro.

Uma ordem mais patriarcal é menos equitativa, já que tudo depende em maior grau da vontade do patriarca ou pai, o que é mais injusto ou menos equitativo.

A primeira forma de propriedade é a propriedade tribal (...). A divisão do trabalho está nessa fase ainda muito pouco desenvolvida (...). A estrutura social limita-se, por isso, a uma extensão da família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos. A escravatura latente na família só se desenvolve gradualmente com o aumento da população e das necessidades e com o alargamento do intercâmbio externo, tanto de guerra quanto de comércio de troca. (MARX & ENGELS, 2009, p. 26-27).

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade, a qual tem seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade (...) (MARX & ENGELS, 2009, p. 46)

Outro aspecto é que em sociedades mais patriarcais as pessoas podem se sentir mais pressionadas a fazer coisas que preferem não fazer, por que a isto são impulsionadas pela cultura do grupo. Um exemplo radical é o juramento de obediência que os soldados alemães prestaram a Hitler. Aqui muitos militares provavelmente prefeririam não ter prestado o juramento, mas poderia ser perigoso para a sobrevivência não o fazer, dado o caráter feroz do totalitarismo nazista. Neste caso o führer (líder) Adolf Hitler faz claramente o papel do patriarca feroz, que faz a lei social retroceder para a antiga e mítica lei do bando.

Mas Hitler agora estava livre para exigir sua parte no trato, e no dia 1<sup>o</sup> de agosto o Presidente Hindenburg morreu. No mesmo dia, sem consultar ninguém, mas certo de que o exército cumpriria seu acordo verbal, e decidido a não lhe dar tempo para reconsiderar, Hitler anunciou a fusão dos cargos de Presidente e Chanceler do Reich. A 2 de agosto aceitou o juramento de fidelidade, incondicional e pessoal, dos chefes das forças armadas e providenciou para que o mesmo fizessem todos os soldados e marinheiros da Alemanha. Agora eram *seus* homens (KEEGAN, 1973, p. 47).

Este aspecto do grupo poder pressionar sub-repticiamente pessoas a fazer o que prefeririam não fazer, é um aspecto que distingue o comportamento dos grupos do comportamento individual, e claramente diferencia o sujeito lacaniano / hegeliano do sujeito cartesiano. Assim as perversões e violações da lei social por meio de conluios representam situações que não são ótimas de Pareto, onde existem pessoas constringidas a situações que tem origem na cultura do grupo. “Quer nos parecer que nos achamos no caminho correto, que pode esclarecer o principal fenômeno da psicologia das massas, a ausência de liberdade do indivíduo na massa.” (FREUD, 2011, p. 49)

A melhor síntese desta situação é o fascismo. Fâscio significa feixe e este símbolo do poder da Roma antiga representa a força através da unidade, e quer dizer que um feixe de varetas atadas não pode ser quebrado, enquanto que uma vareta sozinha pode ser quebrada com facilidade. Em outras palavras, no grupo se é mais forte. Porém quem está no grupo está atado, ou seja, é prisioneiro. Assim no grupo se é forte, mas também se é prisioneiro.

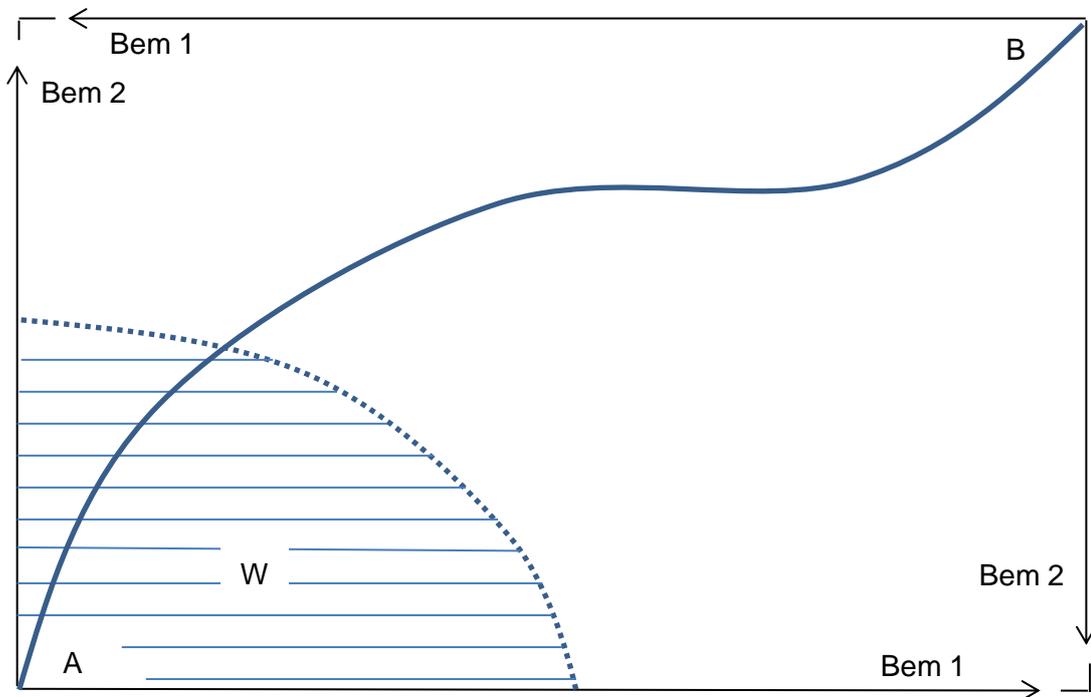
No ano seguinte, em Milão, numa reunião que contou com a presença de cerca de duzentos socialistas e sindicalistas descontentes, republicanos, anarquistas, revolucionários sem classificação e soldados desmobilizados, formou-se uma nova força, na política nacional, que empurrou para adiante aquele candidato a ditador. Mussolini chamou esta força de *Fascio di Combattimento* (Fâscio ou Feixe de Combate), um grupo de lutadores. Estes deveriam ligar-se entre si por laços tão estreitos quanto os que uniam as *fascinae* dos lictores, os símbolos da autoridade romana. Assim foi criado o fascismo e imaginado seu símbolo (HIBBERT, 1974, p. 14).

### 3.3.2 O equilíbrio geral revisitado

Na subseção anterior chegou-se a conclusão de que a inclusão dos comportamentos de grupo na teoria econômica, visando o melhor entendimento da violação e da perversão da lei social através de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro resulta em que a sociedade não consegue atingir alocações eficientes de Pareto, ou seja, não pode atingir suas preferências. Propôs-se que isto esteja correlacionado com o grau de ordem patriarcal entranhado na sociedade, considerado um sinal de inequidade. Na ciência econômica, a inequidade de uma sociedade tem representação como concentração de renda, portanto se for

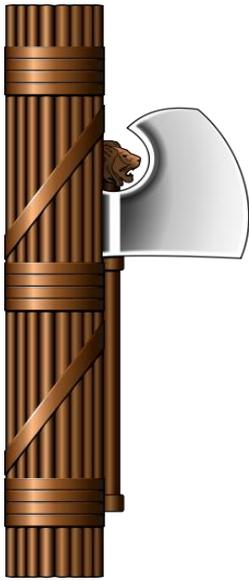
considerado que as perversões e violações da lei social são mais frequentes em situações de menor equidade, pode-se representar isto na caixa de Edgeworth como na figura 3.10.

Nesta caixa de Edgeworth, “A” representa os 99% mais pobres da população, e “B” representa os 1% mais ricos. A dotação inicial “W” mostra que a renda é altamente concentrada em “B”, nos 1% mais ricos da população, que tem mais de 50% da renda. A região hachuriada é um exemplo de inequidade, onde os 1% mais ricos teriam mais de 50% da renda. Nesta situação, em que 99% da população têm muito pouco, a região de inequidade é onde as perversões e violações da lei social acontecem com mais frequência, e por isso é a região onde alocações eficientes de Pareto na curva de contrato não são atingidas.



**Figura 3.10 – Exemplo de região de inequidade**

O fato das alocações eficientes sobre a curva de contrato na região de inequidade não serem atingidas, indica que uma sociedade com grande concentração de renda não consegue chegar a acordos sobre a alocação final dos bens. É, pois nesta região de injustiça como inequidade que acontecem as revoluções, os crimes de gangues, as máfias, o desemprego como trabalho precarizado, a miséria, e a violência em geral. Isto é facilmente visualizado pela perversão de Hicks, aonde a diminuição do salário até um nível muito baixo não conduz ao pleno emprego, mas sim a perversões da lei social. Porém a violência não está restrita às camadas mais baixas da sociedade, como pode fazer parecer a perversão de Hicks. Em uma sociedade patriarcal pouco equitativa as pessoas atam-se umas as outras como no fascismo, em busca da



**Figura 3.11 - O Fásccio romano**

sobrevivência, criando chefes e hierarquias na sociedade, onde em vez do mérito, impera a lei do mais forte, ou lei do bando, e conseqüentemente todas as perversões da lei social.

O que ata as hierarquias nos grupos que buscam a sobrevivência do mais forte é a fidelidade ao bando. No fascismo, quanto mais iguais forem as varetas do feixe da figura 3.11 (WIKIPEDIA, 2012, verbete “fascis”), mais forte o feixe se torna, de modo que as individualidades devem ser suprimidas para o bem do bando. Mas teoricamente qualquer um pode se tornar um adepto do fascismo e passar a integrar o bando. O nazismo torna a fidelidade ao bando mais radical ao incluir a questão racial. No bando nazista somente os alemães raciais poderiam tomar parte, excluindo judeus e ciganos, e então o pertencimento ao bando se torna ainda mais forte. A aparência física passa a ser um

demarcador da obrigação de fidelidade no caso dos alemães raciais, e de exclusão no caso dos não alemães raciais.

Na figura 3.12 (KEEGAN, 1973, p. 149) aparecem túmulos de guerra das Waffen-SS, o grupamento de combate das SS nazista. Encimando os túmulos aparece uma cruz com a inscrição *Unsere Ehre hiess Treue*, o que significa “Nossa honra chama-se fidelidade”, embora a palavra *Treue* em alemão signifique tanto fidelidade quanto lealdade. Nesta síntese nazista do fascismo, a fidelidade ao bando significa literalmente a morte do indivíduo.

“É claramente perigoso estar em oposição à massa; sente-se mais segurança ao seguir o exemplo que aparece ao redor, até mesmo ‘uivando com os lobos’ eventualmente” (MCDUGALL, 1920) apud (FREUD,

2011, p. 36). Entretanto pode ser tão perigoso uivar com os lobos como não uivar, como mostra a figura 3.12. Normalmente o perigo imediato é contrariar o poder do grupo, e daí as pessoas preferem aderir ao grupo. Mas aderir a um grupo muito perverso pode ser perigoso a longo prazo.



«Sua Honra chamava-se Fidelidade»  
Túmulos de campanha para «super-homens».

**Figura 3.12 - A síntese nazista**

### 3.3.3 A visão rawlsiana revisitada

Uma vez aceito que as perversões da lei social - onde algumas pessoas muitas vezes fazem o que não querem fazer - é um vestígio da ordem patriarcal, onde existe pouca equidade, muita violência, e concentração de renda, acirradas pela tendência de queda da taxa de lucro e de precarização do trabalho, está-se em condição de situar o que seja uma política ética dentro da teoria econômica, como queria Buarque (2007, p. 58). A política econômica ética consiste em tentar sair da zona de inequidade, e tal só pode ser feito pela transferência de renda para ajustar metas de distribuição, conforme o segundo teorema do bem estar social. O ideal é que isto seja feito por uma redistribuição rawlsiana da renda, onde se aumenta a utilidade dos mais pobres, mantendo a dos mais ricos (figura. 3.10).

O mais difícil na visão rawlsiana da equidade é situar o que significa manter a utilidade dos mais ricos, dado que há uma transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres. O que pode ser oferecido em troca? Basicamente manter a utilidade dos mais ricos significa diminuir necessidade dos ricos se defenderem dos pobres, da violência e das revoluções. Isto implica que a fidelidade ao bando deve ser substituída pela fraternidade entre as pessoas, eliminando as perversões da lei social, e assegurando aos mais pobres os valores básicos para uma vida digna.

Das revoluções que começaram na zona de inequidade, a revolução francesa consagrou a liberdade, e a revolução russa consagrou a igualdade. Mas falta à sociedade humana um elo entre a liberdade e a igualdade, o qual é a fraternidade. A revolução que consagrará a fraternidade tem de ser, ao contrário das outras, incruenta, por que qualquer revolução violenta conduz, como se viu nesta tese, a uma alocação ineficiente de Pareto, pois as pessoas se aproveitariam de uma revolução violenta para realizar ganhos de grupos, em conluios estruturados como um dilema do prisioneiro, como perversões da própria lei revolucionária.

A revolução da fraternidade provavelmente terá início durante a estagnação secular, possivelmente agravada pela crise do meio ambiente, que determinaria que novas expansões geográficas para áreas de floresta são indesejáveis. Esgotadas as tentativas tradicionais de estabilizar o crescimento econômico pelo receituário neoliberal e neokeynesiano durante a estagnação secular - que poderia começar, por exemplo, pela entrada da China na crise econômica global deflagrada em 2008 - o mundo aos poucos se voltaria para a redistribuição de renda dentro e entre países.

Um exemplo de redistribuição de renda<sup>43</sup> proposto neste trabalho seria, por exemplo, uma renda saúde em que cada brasileiro ganhasse duzentos reais para pagar um plano de saúde. O dinheiro para cobrir tal redistribuição feita pelo Estado viria de uma taxa sobre a movimentação financeira tipo CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira). Desse modo todos pagariam o mesmo percentual, mas os ricos pagariam maior valor absoluto por que movimentam mais dinheiro. Isto é justo, por que em uma economia em que há divisão do trabalho, os ricos demandam mais da estrutura de trocas. As empresas que venderiam estes planos de saúde precisariam ser companhias abertas e do Novo Mercado, de modo que sua propriedade fosse negociada em bolsa e pulverizada entre muitos acionistas, até de fora do Brasil, como garantia de transparência. Seus gestores precisariam ser administradores especializados e não representantes de um grupo de controladores, e o estado poderia ter uma “golden share”<sup>44</sup> para acompanhar de dentro a evolução das empresas.

Em meio à estagnação secular, todos poderiam ganhar com a redistribuição anterior, pois a economia cresceria pelo efeito multiplicador, e assim os ricos não veriam seus ativos se desvalorizarem nas bolsas de valores. Os ricos também poderiam ganhar participando do capital das empresas que venderiam os planos de saúde. Os pobres ganhariam, pois haveria concorrência entre as empresas que vendessem planos de saúde, e assim eles poderiam ser agentes da própria melhoria de qualidade do atendimento recebido. Os médicos ganhariam tanto pela concorrência que os faria receber melhores salários, como pela grande demanda por seus serviços. Os planos de saúde seriam mais baratos do que a medicina estatal, por que planos de saúde privados são eminentemente preventivos. E a medicina estatal ganharia por atender menos casos, mas mais complexos, que exigissem maiores recursos e pesquisa.

Redistribuições como essas seriam feitas, para permitir uma renda-família básica para alimentação, vestuário, transporte, lazer, moradia (aluguel, energia elétrica, gás, drenagem, saneamento e água potável), e uma renda-escola para pagar à escola. Todas com o mesmo espírito da renda saúde, o qual seria tornar as pessoas agentes de sua própria melhoria, permitindo que pagassem e controlassem o serviço recebido.

Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social. Essa é a abordagem básica que este livro

---

<sup>43</sup> Segundo o professor e economista Elcyon Caiado Rocha Lima, pelo teorema da impossibilidade de Arrow é impossível agregar preferências sociais de modo a calcular uma distribuição de renda ideal. Logo, a redistribuição de renda será, assim como a equidade, dependente de juízos (arbitrários) de valor. Porém em países onde exista uma grande população desassistida, a redistribuição de renda pode começar pelas necessidades básicas das famílias, como as citadas nesta página.

<sup>44</sup> A golden share é uma ação que dá direitos especiais sobre a companhia emitente, a seu detentor, o Estado.

procura explorar e examinar. A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio de desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (SEN, 2002, p. 10).

Em todos os casos as pessoas receberiam valores básicos, de modo a manter a necessidade de trabalhar, porém trabalhar menos e dedicar parte do seu tempo para treinamento, educação e lazer, sem a mesma necessidade de entrar em conluio, pois teriam sua sobrevivência praticamente assegurada. Isto deslocaria aos poucos o funcionamento básico da sociedade da competitividade-conluio, transgressora da lei social, para a competitividade-solidária, participante da lei social.

### **3.3.4 A emergência da redistribuição**

Nesta subseção se analisa os sinais da emergência de uma redistribuição nos moldes propostos na subseção anterior. A subseção foi dividida em duas partes, uma contemplando a emergência na prática, e a outra contemplando a emergência na teoria.

#### **3.3.4.1 A redistribuição como prática**

O objetivo da redistribuição de renda é mudar as dotações iniciais de renda, de modo a retirar a economia da região de inequidade, e ao mesmo tempo, da estagnação secular. Existem dois aspectos práticos a considerar na redistribuição de renda, os quais são o tipo de imposto utilizado para arrecadar o montante que será redistribuído, e o pagamento dos benefícios. Estes dois aspectos veem emergindo separadamente, embora no Brasil eles quase tenham se conectado.

#### **O imposto sobre a movimentação financeira**

A solução apresentada na subseção anterior vem emergindo aos poucos, mas rapidamente. Em relação ao imposto sobre a movimentação financeira, James Tobin, prêmio Nobel em economia de 1981, sugeriu em 1972 (WIKIPEDIA, 2012, verbete “James Tobin”) a criação de uma taxa que ficou conhecido como a taxa Tobin. Esta taxa com alíquota de 0,1% incidiria sobre os fluxos financeiros entre países, e o valor recolhido seria usado para ajudar os países pobres. Como vantagem adicional contribuiria para diminuir os fluxos especulativos que causam sérios danos às economias nacionais que estejam em situação de fragilidade financeira.

É interessante observar que a aplicação de uma taxa sobre os fluxos financeiros entre países era possível mesmo antes da era da telemática, mas que a incidência deste tipo de imposto dentro de um país depende da existência de redes de computadores e da internet, e, portanto não seria viável no Brasil antes da década de 90. Mas logo que as condições técnicas estiveram disponíveis, a emergência deste tipo de imposto sobre a movimentação financeira no Brasil foi rápida, e a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) esteve em vigor de 1993 a 2007 (CINTRA, 2009, p. 12), sendo utilizada principalmente para custear o sistema de saúde público.

Cintra (2009) toma parte nesta emergência, analisando a experiência brasileira com a CPMF, e propondo que uma taxa sobre transações bancárias se torne o único imposto na economia brasileira, substituindo todos os outros. Afirma que embora teoricamente este tipo de taxa altere os preços relativos na economia, na prática este efeito é pequeno, se comparado à distorção dos preços relativos causados pela evasão - do tipo dilema do prisioneiro - existentes em todos os outros tipos de imposto.

A CPMF é universal, à prova de sonegação, e incide sobre todos os agentes econômicos, eliminando a inequidade das taxas orientadas para formulários, preenchida pelo agente, e que impõem encargos fiscais elevados em alguns contribuintes, enquanto favorecem sonegadores e especialistas em planejamento tributário, que buscam acentuadamente menores encargos individuais. A CPMF é capaz de eliminar a maior anomalia presente no sistema tributário atual, que são as diferenças artificiais no custo de produção, e conseqüentemente a concorrência desleal causada pela sonegação de impostos generalizada. Fraude e evasão fiscal distorcem os padrões desejáveis de distribuição da carga tributária, e essa distorção é mais grave e perturbadora do que as alegadas distorções nos preços relativos que um imposto sobre o faturamento, como a CPMF, poderia estar causando para a economia do Brasil (CINTRA, 2009, p. 61) <sup>45</sup>.

### **O pagamento dos benefícios**

Em relação às políticas públicas de distribuição de renda, programas importantes e pioneiros foram implantados durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Entre estes programas estavam o Bolsa-Escola, o Auxílio-Gás, e o Cartão-Alimentação. Durante o Governo Luís Inácio “Lula” da Silva estes três programas foram unidos e ampliados na forma da Bolsa-Família, que continuou a ter sua cobertura ampliada no governo Dilma Rousseff.

---

<sup>45</sup> Traduzido de: The CPMF is universal, evasion-proof, and it grasps all economic agents, eliminating the inequity of self-assessed, paper-driven taxes that impose high tax burdens on some taxpayers while favoring tax evaders and experts tax planners who enjoy markedly lower individual burdens. The CPMF is able to eliminate the greatest anomaly present in the current tax system, which is artificial production cost differences and consequently unfair competition caused by widespread tax evasion. Tax avoidance and evasion distort desirable patterns of distribution of the tax burden, and this distortion is more serious and disrupting than the alleged distortion in relative prices that a turnover tax, such as the CPMF, might be causing to Brazil's economy.

O Programa Bolsa Família foi criado para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Em todo o Brasil, mais de 11 milhões de famílias são atendidas pela Bolsa-Família. A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2012).

Finalmente o Senador Eduardo Suplicy defende que o programa bolsa família tome a forma de uma renda família, isto é, que se torne uma distribuição permanente, e não condicional.

### **3.3.4.2 A redistribuição como teoria**

Na origem da redistribuição de renda estão conceitos interligados como liberdade, justiça, e equidade. Pode-se regredir a emergência desta redistribuição nos tempos modernos tão longe quanto 1941, em discurso do presidente Roosevelt.

O ex-presidente Lula recebeu o “Prêmio Internacional das Quatro Liberdades” (Four Freedoms Awards 2012), homenagem da fundação holandesa Roosevelt Stichting em referência ao discurso proferido em 1941, no Congresso Americano, por Franklin Roosevelt, no qual o presidente dos EUA definiu os tipos de liberdade necessários a um mundo seguro: de opinião e de expressão, de culto, liberdade das privações e dos temores. O Four Freedoms Awards é concedido desde 1982 a pessoas e instituições que se engajaram para proteger a liberdade usando instrumentos pacíficos e já foi dado a Nelson Mandela, ao bispo Desmond Tutu, e ao ex-presidente Jimmy Carter (PEREIRA, 2012).

### **A justiça como equidade**

O próximo passo dessa emergência foi o da concepção rawlsiana da “justiça como equidade”, a qual enfatiza o papel da cooperação social, e vem de encontro a várias das concepções defendidas nesta tese.

Parto da descrição do papel da justiça na cooperação social e de uma breve explanação do objeto principal da justiça, a estrutura básica da sociedade. Apresento, então, a ideia central da justiça como equidade, uma teoria da justiça que generaliza e eleva a um nível mais alto de abstração a concepção tradicional do contrato social (RAWLS, 2008, p. 3).

Para Rawls a utilidade, a qual é a base para a distribuição ponderada pela renda feita pelo mercado, é incompatível com a ideia de cooperação social, e da reciprocidade necessária à cooperação (ver página vinte e quatro). Isto vem de encontro ao apresentado nesta tese relativo ao dilema do prisioneiro, onde os conluios impedem que a situação cooperativa do ótimo de Pareto seja atingida.

Assim, parece que o princípio da utilidade é incompatível com a concepção de cooperação social entre iguais para se obterem vantagens mútuas. Parece incompatível com a ideia de reciprocidade implícita na ideia de sociedade bem-ordenada. Ou, pelo menos, será essa minha argumentação (RAWLS, 2008, p. 17).

Outro aspecto da justiça como equidade é que esta implicitamente considera a diversidade do sujeito, e, portanto vai além do sujeito cartesiano uniformemente distribuído pela sociedade.

Uma segunda diferença reside no fato de que, embora o utilitarismo estenda a toda a sociedade o princípio de escolha para uma única pessoa, a justiça como equidade, por ser contratualista, supõe que os princípios da escolha social, são eles próprios o objeto de um acordo original. Não há motivo para supor que os princípios que devem reger uma associação de seres humanos seja uma simples extensão de princípio de escolha para um único indivíduo (RAWLS, 2008, p. 34-35).

A justiça como equidade reconhece o papel da perversão da lei social, como quando se sente prazer em ver outros em situação de menor liberdade. Nesta tese, a perversão da lei social foi introduzida na teoria microeconômica através do dilema do prisioneiro.

Na justiça como equidade, por outro lado, as pessoas aceitam de antemão um princípio de liberdade igual, e sem conhecer seus próprios objetivos específicos. Implicitamente concordam, portanto, em adaptar as concepções de seu próprio bem àquilo que os princípios de justiça exigem, ou pelo menos em não reivindicar nada que os transgrida. O indivíduo que descobre gostar de ver outros em situação de liberdade menor compreende que não tem direito algum a essa satisfação. O prazer que sente com as privações alheias é errado em si mesmo (RAWLS, 2008, p. 37).

Com a redistribuição de renda a posteriori proposta nesta tese, o equilíbrio econômico pode se aproximar de ser um ótimo de Pareto, situação perdida ao se incluir na teoria microeconômica a questão da perversão da lei por meio de conluios, a qual gera a região de inequidade na caixa de Edgeworth. Com isto esta teoria se aproxima da justiça como equidade, onde esta preocupação (com a equidade) existe a priori.

Implícita nas comparações entre o utilitarismo clássico e a justiça como equidade há uma diferença nas concepções fundamentais da sociedade. Em um caso, pensamos a sociedade bem-ordenada como um sistema de cooperação para vantagens recíprocas, regulado por princípios que seriam escolhidos em uma situação inicial equitativa; no outro, como a administração eficiente dos recursos sociais a fim de elevar ao máximo a satisfação do sistema de desejos (...) (RAWLS, 2008, p. 40-41).

O núcleo da justiça como equidade está na redação dos dois princípios, apresentados abaixo (RAWLS, 2008, p. 73). O segundo princípio apresenta duas alíneas (a) e (b). A redação dos princípios não está ainda na forma final, e foi feita de modo a permitir a existência de quatro interpretações apresentadas na tabela 3.4: a liberdade natural, a igualdade liberal, a aristocracia natural, e a igualdade democrática. Depois de analisadas estas interpretações, cuja conclusão é a superioridade da igualdade democrática, o segundo princípio receberá sua redação final.

1. Liberdade igual: “Cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para as outras pessoas”.
2. “As desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de modo que:”.
  - a. “Tanto se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos”.
  - b. “Como estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos”.

Cada uma das expressões “acessíveis a todos” do item (b), e “benefício de todos” do item (a) podem ter duas possibilidades, apresentadas respectivamente no título das linhas e colunas da tabela 3.4. Por serem esses sentidos independentes entre si, o segundo princípio tem quatro significados possíveis, apresentados na tabela 3.4 (RAWLS, 2008, p. 79).

**Tabela 3-4 - Interpretações do segundo princípio**

	(a) Benefício de todos	
(b) Acessíveis a todos	Princípio de eficiência	Princípio de diferença
Igualdade na forma de carreiras acessíveis aos talentos	Liberdade natural	Aristocracia natural
Igualdade na forma de oportunidades equitativas	Igualdade liberal	Igualdade democrática

Como entender esta tabela? Em primeiro lugar, quando por “benefício de todos” é interpretado como sendo o princípio de eficiência, está-se referindo ao princípio bem conhecido em economia, já apresentado nesta tese, do ótimo ou eficiência de Pareto.

Analisando a liberdade natural, esta “afirma, então, que a estrutura básica que satisfaça ao princípio de eficiência e na qual os cargos estejam abertos aos que estão capacitados e dispostos a lutar por eles levará à distribuição justa” (RAWLS, 2008, p. 80). Porém, na liberdade natural, aqueles que têm capacidades e habilidades similares não têm necessariamente oportunidades similares de vida. Estas oportunidades irão depender também dos fatores distribuição inicial de riqueza e posição social. “Intuitivamente, a injustiça mais evidente do sistema da liberdade natural é permitir que as parcelas distributivas recebessem uma influência indevida desses fatores tão arbitrários de um ponto de vista moral” (RAWLS, 2008, p. 87).

Analisando agora a igualdade liberal, esta “tenta corrigir isso acrescentando ao requisito das carreiras abertas aos talentos a condição adicional do princípio de igualdade equitativa de oportunidades” (RAWLS, 2008, p. 87). Por exemplo, na igualdade liberal “As oportunidades de adquirir cultura e qualificações não devem depender da classe social e, portanto, o sistema educacional, seja ele público ou privado, deve destinar-se a demolir as barreiras entre as classes.” (RAWLS, 2008, p. 88).

O problema quando se interpreta “benefício de todos” como o princípio de eficiência, e, portanto se cai na liberdade natural, ou na igualdade liberal, é que pode acontecer que as diferenças de riqueza e posição social no nascimento sejam tão grandes, que mesmo a tentativa liberal de garantir oportunidades equitativas seja inócua.

Na prática, é impossível garantir oportunidades iguais de realização da cultura para os que têm aptidões semelhantes e, por conseguinte, talvez convenha adotar um princípio que reconheça esse fato e também amenize os resultados arbitrários da própria loteria natural. O fato de que a concepção liberal fracassa nesse ponto nos incentiva a procurar outra interpretação dos dois princípios de justiça (RAWLS, 2008, p. 89).

Tendo em vista a insuficiência apresentada pelo princípio de eficiência, vai-se interpretar “benefício de todos” como sendo o princípio de diferença, o qual tenta reduzir as diferenças de riqueza e posição social, inicialmente começando-se pela aristocracia natural. Nesta, “não se tenta regular as contingências sociais além do que exige igualdade formal de oportunidades, mas as vantagens dos que tem dotes naturais maiores devem limitar-se àqueles que promovem o bem dos setores mais pobres da sociedade.” (RAWLS, 2008, p. 89).

O ideal aristocrático se aplica a um sistema que é aberto, pelo menos do ponto de vista jurídico, e a situação melhor daqueles que são favorecidos por esse sistema só é considerada justa quando aqueles que estão em situação inferior ficariam com ainda menos caso as vantagens dos primeiros fossem reduzidas. Assim, a ideia de *noblesse oblige* é transferida para a concepção de aristocracia natural (RAWLS, 2008, p. 89-90).

Assim, embora a igualdade liberal e a aristocracia natural sejam mais justas do que a liberdade natural, a primeira não corrige o acaso natural do nascimento, e a segunda não corrige as contingências sociais que estruturam o acesso às posições na sociedade.

Tanto a concepção liberal quanto a de aristocracia natural são instáveis, pois, se nos perturba a influência de um dos dois elementos, seja das contingências sociais, seja do acaso natural, na determinação de parcelas distributivas, estamos fadados, após reflexão, a também nos incomodar com a influência do outro elemento (RAWLS, 2008, p. 90).

Então, para a justiça como equidade de John Rawls, a situação mais justa é a da igualdade democrática, “por meio da combinação do princípio da igualdade equitativa de oportunidades com o princípio de diferença” (RAWLS, 2008, p. 91).

Este (o princípio de diferença) elimina a indeterminação do princípio de eficiência selecionando uma posição específica a partir da qual as desigualdades sociais e econômicas da estrutura básica devem ser julgadas. Presumindo-se a estrutura de instituições exigidas pela liberdade igual e pela igualdade equitativa de oportunidades, as expectativas mais elevadas dos que estão em melhor situação serão justas se, e somente se, fizeram parte de um esquema que eleve as expectativas dos membros mais desfavorecidos da sociedade. A ideia intuitiva é que a ordem social não deve instituir e garantir as perspectivas dos que estão em melhor situação, a não ser que isso seja vantajoso também para os menos afortunados (RAWLS, 2008, p. 91).

Assim, após estabelecer a igualdade democrática como a situação mais justa, consagrando o princípio de diferença no item (a) da página cento e um, a redação do segundo princípio toma a seguinte forma (RAWLS, 2008, p. 100):

2. “As desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de modo que:”.
  - a. “Tanto propiciem o máximo benefício esperado para os menos favorecidos”.
  - b. “Como estejam vinculadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades”.

A partir desta redação do segundo princípio, e mantendo-se a redação do primeiro princípio, alcança-se a visão da equidade rawlsiana na tabela 3.3 e na figura 3.9.

### **Aspectos notáveis da justiça como equidade**

A teoria de mercado, que maximiza a utilidade, é uma teoria teleológica, se se considerar que a visão da equidade orientada para o mercado é justa, ou seja, que a distribuição de bens feita pelo mercado é equitativa.

Os dois conceitos principais da ética são os do justo e do bem; creio que deles provém o conceito de pessoa moralmente digna. A estrutura da teoria ética é, então, em grande parte definida pelo modo como define e interliga essas duas ideias elementares. Parece, então, que a maneira mais simples de interliga-las é adotada pelas teorias teleológicas: define-se o bem independentemente do justo e, então, define-se o justo como aquilo que eleva o bem ao máximo (RAWLS, 2008, p. 29).

A incorporação na teoria microeconômica de mercado, por meio do dilema do prisioneiro, da questão da perversão da lei pelos conluios, resultou que o equilíbrio econômico não é mais (Pareto) eficiente, e que só pode tornar a sê-lo se incorporar a noção de equidade, ou seja, a noção de justo. Isto faz com que o equilíbrio de mercado só possa ser eficiente de Pareto, se for equitativo ou justo. Portanto a teoria de mercado deixa de ser teleológica, e passa a ser

para a economia, o que a justiça como equidade é para a filosofia, isto é, uma teoria em que o justo precede o bem.

Outro aspecto é que deixa de existir na economia a ideia trazida por Adam Smith de que o egoísmo de cada um pode levar ao melhor para todos. Conforme apontado pela análise precedente, isto só acontece para o solitário sujeito cartesiano, e quando o dito egoísmo se confunde com a autoestima do sujeito. O que em verdade acontece é que o egoísmo de cada um conduz a economia para as ações de grupos, para as perversões da lei social, para a inequidade, e para a não cooperação. A partir desta constatação, a teoria econômica pode se tornar explicitamente ética e cooperativa como a justiça como equidade, pela distribuição de renda no sentido da visão de equidade rawlsiana.

Na justiça como equidade, a sociedade é interpretada como um empreendimento cooperativo para o benefício de todos. A estrutura básica é um sistema de normas públicas que define um esquema de atividades que conduz os homens a agirem juntos a fim de produzir um total maior de benefícios e atribui a cada um deles certos direitos reconhecidos a uma parte dos ganhos (RAWLS, 2008, p. 102).

O que faz da justiça como equidade um empreendimento cooperativo é o princípio de diferença, que garante a reciprocidade, um dos requisitos da cooperação (ver página vinte e quatro).

Um outro ponto é que o princípio de diferença expressa uma concepção de reciprocidade. É um princípio de benefício mútuo. (...) Assim, os mais favorecidos, quando analisam o problema partindo de uma perspectiva geral, reconhecem que o bem-estar de cada um depende de um esquema de cooperação social sem o qual ninguém teria uma vida satisfatória; reconhecem também que só podem esperar a cooperação voluntária de todos se as condições do esquema forem razoáveis (RAWLS, 2008, p. 122-123).

O princípio de diferença, passando pela reciprocidade, também permite incorporar ao bojo da justiça como equidade uma interpretação do princípio de fraternidade.

O princípio de diferença, entretanto, parece de fato corresponder a um significado natural de fraternidade: ou seja, à ideia de não querer ter vantagens maiores, a menos que seja para o bem de quem está em pior situação. (...) Nessa interpretação, portanto, o princípio de fraternidade é um padrão perfeitamente exequível. Ao aceita-lo, podemos associar as ideias tradicionais de liberdade, igualdade e fraternidade à interpretação democrática dos dois princípios de justiça da seguinte maneira: a liberdade corresponde ao primeiro princípio; a igualdade, à ideia de igualdade contida no primeiro princípio juntamente com a igualdade equitativa de oportunidades; e a fraternidade, ao princípio de diferença. (...) essa concepção impõe um exigência definida à estrutura fundamental da sociedade (RAWLS, 2008, p. 126-127).

## O desenvolvimento como liberdade

John Rawls e a justiça como equidade influenciaram muitos economistas, inclusive vários ganhadores do prêmio Nobel. Um deles foi Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998. Sua obra mais importante é *Desenvolvimento como Liberdade* (2002), onde se desenvolve a ideia de que não é o desenvolvimento que conduz à liberdade, mas sim a liberdade que conduz ao desenvolvimento, isto é, “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2002, p. 17).

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2002, p. 18).

Sen especifica liberdade como mais do que as liberdades formais de um regime democrático, e as chama de liberdades substantivas. Estas liberdades também são instrumentais, pois são ao mesmo tempo um fim e um instrumento para se alcançar este fim.

Cinco tipos de liberdade vistos de uma perspectiva “instrumental” são investigados particularmente nos estudos empíricos a seguir. São eles: (1) *liberdades políticas*, (2) *facilidades econômicas*, (3) *oportunidades sociais*, (4) *garantias de transparência* e (5) *segurança protetora*. Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa. Eles podem ainda atuar complementando-se mutuamente. As políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas, mas inter-relacionadas. (...) Na visão do “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral (SEN, 2002, p. 25).

Finalmente Sen enfatiza como as liberdades instrumentais reforçam-se mutuamente, ajudando as pessoas a tornarem-se agentes de seu próprio destino, o qual é um dos papéis destinados à redistribuição de renda proposta nesta tese.

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. (...) Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva (SEN, 2002, p. 25-26).

## 4 A EMERGÊNCIA DA LEI SOCIAL

Neste capítulo analisa-se a emergência da lei social, isto é, como ela surgiu. Esta emergência se faz de acordo com uma lei psíquica ou mental, e, portanto cabe começar pelo conceito de inconsciente, e depois mostrar como se faz o recorte do sujeito no discurso da ciência, chegando enfim à antropologia da humanidade inscrita na matriz de ganhos do dilema do prisioneiro.

### 4.1 DO INCONSCIENTE AO GRANDE OUTRO

#### **O conceito de inconsciente**

Para iniciar este assunto há que se retornar à citação da página três, de Buckle, pela qual a emergência da lei psíquica também é a emergência da lei social. Portanto é preciso conhecer a mente (segundo os filósofos da ciência), ou a psique (segundo os psicanalistas) para determinar a emergência da lei social. Para Descartes a mente é principalmente o lugar da memória, do pensamento, e do raciocínio. Porém para Freud o psiquismo é algo muito mais complexo. Segundo ele, existem na mente processos conscientes, pré-conscientes e inconscientes (FREUD, 1974a, p. 113) que transitam pelo aparelho psíquico composto por id, ego e superego (FREUD, 1974a, p. 103-104), também conhecidos como isso, eu e supereu. No isso, o mais antigo dos três, todos os processos são inconscientes, e por estes motivos, toma-se muitas vezes o isso pelo inconsciente.

O inconsciente de um sujeito, com efeito, não é habitado apenas por representações familiares, ele o é também por representações sociais; sobretudo, ele se articula com interações entre o ambiente social e os primeiros outros – habitualmente seu pai e sua mãe – a partir dos quais se organiza sua realidade psíquica. Esquematizemos nossa reflexão postulando um tríplice escalonamento de representações que organizam o inconsciente: um primeiro estrato que contém os traços da espécie humana, a terceiridade, o fato de habitar a linguagem, a competência metafórica; um segundo no qual se encontram os traços definitórios do humano, mas tais que são transmitidos ao sujeito por uma sociedade e uma cultura dada para que, por sua vez, ele possa transmiti-los; um terceiro, enfim, no qual é por meio de representações fornecidas pelos primeiros outros encontrados – pai, mãe, família... – que se constrói a realidade psíquica desse mesmo sujeito (LEBRUN, 2010, p. 30).

Portanto o inconsciente é um grande depositário do passado do sujeito e até da espécie humana, que influencia e mesmo determina a vida do sujeito, à sua revelia. Ao invés do aforisma cartesiano, “penso, logo sou, ou existo” (DESCARTES, 1973, p. 168), a existência do inconsciente permite o aforisma lacaniano “penso onde não sou, sou onde não penso”, o qual tem origem em Lacan (1998b, p. 39), e que se refere ao caráter determinístico do inconsciente sobre a vida do sujeito.

### Desamparo, pulsões, e isso

O inconsciente humano se desenvolve durante o prolongado período de dependência da criança humana em relação aos seus pais. Enquanto os outros mamíferos rapidamente se tornam capazes de se movimentar para a mama da mãe, o bebê humano é inacabado, o que dá origem ao estado de desamparo. “O atraso do desenvolvimento do sistema nervoso central durante os seis primeiros meses provoca no bebê um estado de impotência vital, de miséria psicológica, ligado à descoordenação motora” (JALLEY, 2009, p. 39). Do estado de desamparo resultante da imaturidade física, surge a precocidade sexual.

Sobretudo como Laplanche ressalta, é no terreno dessa organização inacabada das funções vitais no humano jovem que se introduz, como produto marginal, floração precoce, a sexualidade<sup>46</sup>. É nesse ser *imaturus* que surge, de modo *prematurus*, a sexualidade (JALLEY, 2009, p. 252).

Esta sexualidade surge em “dois tempos”, um tempo alo-erótico, da “irrupção do mundo adulto na organização infantil” (JALLEY, 2009, p. 278), e um tempo auto-erótico, “o da reprodução precoce da experiência de satisfação, dessa experiência vinda primeiramente do outro” (JALLEY, 2009, p. 278). Conforme Jalley (2009, p. 279), “Freud descreve a conexão entre os dois tempos “alo-“ e “auto-“, a do *primeiro* tempo específica à experiência do objeto erógeno (a sucção do leite quente), tempo do princípio, logo seguido pelo *segundo* tempo, da repetição *in absentia* (chupetar)<sup>47</sup>”. Estes dois tempos da sexualidade caracterizam o aparecimento da pulsão sexual, que funciona como uma pulsação.

Se é verdade que o estado de desamparo infantil inclui, para a construção do sujeito, dois registros de consequências – por um lado, o recuo, a inflexão auto erótica, e, por outro, o enxerto, o implante de uma sexualidade alógena -, então o conjunto do desenvolvimento libidinal aparece regido por um tipo especial de pulsação, um processo duplo de recentração e de excentração (JALLEY, 2009, p. 277).

Assim o desamparo biológico que resulta na prematuridade sexual, gera tanto as pulsões sexuais, quanto de modo semelhante, as pulsões de auto-conservação, desaguando por fim no desamparo psíquico, visto que “O pequeno ser da primeiríssima infância, escreve Freud, não está efetivamente equipado para dominar psiquicamente as grandes quantidades de excitação que lhe chegam do exterior ou do interior” (FREUD, 1965, p. 72) apud (JALLEY, 2009, p. 261). O desamparo psíquico por sua vez leva à formação do eu, separando-o do isso.

Diante de uma situação como essa, o organismo constrói para si uma película periférica protetora, que Freud, em várias ocasiões, qualificou como pára-excitações e que nada mais é que a estrutura primitiva do eu, como órgão de percepção. “A

<sup>46</sup> (LAPLANCHE, 1970, p. 45, 53, 84, 214).

<sup>47</sup> (FREUD, 1962, p. 75, 72: anfangs... nun, G. W., V, 82).

diferenciação entre o eu e o isso, explica Freud, é adquirida precocemente<sup>48</sup>, em relação direta com o estado de inacabamento neonatal e a vulnerabilidade que disso resulta para o organismo em relação ao excitante anterior (JALLEY, 2009, p. 260).

Desse modo, “O isso é concebido como um conjunto de conteúdos de natureza pulsional” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 399), do qual surge o eu como um mecanismo de defesa. Além disso, enquanto o eu é jovem e débil, é obrigado a rejeitar para o isso parte do material com o qual não pode lidar. “Em consideração à sua origem, falamos desta última parte do id (isso) como o *reprimido*” (FREUD, 1974a, p. 116). Assim, o isso é composto de duas partes, uma reprimida (ou recalçada), e a outra inata.

### **Falta, trauma, angústia e desejo**

A experiência do desamparo psíquico pela criança tem diversas consequências para o aparelho psíquico. A primeira é a noção de falta, isto é, entre o seio da mãe e a chupeta, existe a falta, que é estruturante do desejo. Na verdade, a própria chupeta, e mesmo as repetidas experiências com o seio deixam a sensação de que algo falta, que é a primeira experiência do seio materno, a mais próxima do que se poderia imaginar de uma sensação de fusão com a mãe.

O “*primeiro*” e o “*segundo*” tempo da experiência sexual precoce resultam, a título de consequências complementares, da *estrutura* própria do estado de desamparo. Mas, pelo ponto de vista *funcional* também, é a experiência da falta, vivida pela criança como desamparo, que realiza a articulação entre os dois tempos. Por um lado, a experiência da falta leva, a partir de um certo grau de insatisfação, ao recuo auto-erótico. Mas, por outro lado, a partir de um limiar de intensidade mais elevado, ela reconduz também para a experiência de satisfação efetiva, pelo viés da expressão emocional, de apelo ao outro. A experiência vivida da falta é, dessa maneira, o elo funcional que restabelece sem parar o laço na alternância das duas modalidades, *in praesentia* e *in absentia*, da satisfação libidinal (JALLEY, 2009, p. 280).

A situação de desamparo psíquico é vivida pela criança como trauma, o qual é recalçado no isso. Este trauma gera angústia, e de tanto se repetir, a criança passa a antecipar estes momentos traumáticos como situações de perigo, reproduzindo a angústia como sinal de alarme.

(...) a situação de perigo, escreve Freud, é a situação de desamparo reconhecida, lembrada, esperada. A angústia, reação originária ao desamparo no trauma, é reproduzida em seguida na situação de perigo como sinal de alarme (*Hilfssignal*) (FREUD, 1965, p. 96) apud (JALLEY, 2009, p. 262).

A criança, que é totalmente incapaz do ponto de vista motor, só tem uma saída para tentar evitar a angústia e o trauma, que é desenvolver um extraordinário arsenal de expressões destinadas a estabelecer uma comunicação preferencialmente com a mãe, ou qualquer outro que esteja em seu lugar. Isto estabelece definitivamente para o bebê o que é ser humano.

---

<sup>48</sup> (FREUD, 1965, p. 82).

Enquanto os esforços dos outros filhotes de mamíferos se destinam a alcançar a mama da mãe, os esforços do filhote humano se destinam a estabelecer uma comunicação com seu semelhante.

Uma assistência permanente lhe é indispensável. É um ser para quem todas as reações precisam ser completadas, compensadas, interpretadas. Incapaz de fazer qualquer coisa por si só, ela é manipulada por outrem, e é nesses movimentos alheios que suas primeiras atitudes tomarão forma (WALLON, 1946, p. 89) apud (JALLEY, 2009, p. 304).

O único ato útil que a criança pode fazer então é, através de seus gritos, suas atitudes, suas gesticulações, chamar sua mãe a seu socorro. Então os primeiros gestos que são úteis à criança não são gestos que lhe permitirão se apropriar dos objetos do mundo exterior, ou evitá-los, são gestos voltados para as pessoas, são gestos de expressão (WALLON, 1952) apud (JALLEY, 2009, p. 304-305).

Entre a criança e elas (as pessoas) devem ser estabelecidos sistemas de previsão e de acordo mútuo. As primeiras relações utilitárias da criança não são relações com o mundo físico, que quando aparecem, começam por ser apenas lúdicas; são relações humanas, relações de compreensão, cujos instrumentos necessários são os meios de expressão e é por isso que a criança, se não é sem dúvida um membro consciente da sociedade, não deixa de ser um ser primitiva e totalmente orientado para a sociedade (WALLON, 1947) apud (JALLEY, 2009, p. 305).

Aqui então retorna a diferença entre desejo e necessidade, cuja existência foi aludida na primeira e segunda página desta tese. As necessidades são limitadas, mas o desejo é impossível, por que é um desejo por um objeto perdido, a fusão com a mãe no seio materno, isto é, trata-se de uma falta. Buscando suprir esta falta, a criança tem o desejo por ser o desejo do outro (da mãe), e como o desejo do outro também é da ordem de uma falta e não pode resolver o problema da criança, começa a busca por objetos substitutos do objeto para sempre perdido. “As crianças estão preocupadas em assegurar um lugar (para si mesmas), tentar ser o objeto do desejo de seus pais” (FINK, 1998, p. 77). Este desejo é o desejo de reconhecimento, que antecede as simples necessidades fisiológicas, no caso dos humanos.

O que prepara o estágio seguinte, o da impulsividade motora, é o caráter expressivo que tomam as reações condicionais. Os gritos da criança, como são frequentemente acalmados pela mamadeira, se tornam o sinal do desejo alimentar. Como a atitude da mãe pode ser de anuência ou de recusa, a criança elabora entre a mãe e ela um sistema de compreensão mútua por gestos, atitudes ou mímicas, cuja base é nitidamente afetiva. No estado de total imperícia em relação às coisas em que a criança se acha, as relações desse gênero com outrem são o único meio de que ela dispõe para alcançar as satisfações mais essenciais de sua existência. Elas passam para o primeiro plano de sua vida psíquica. Já com a idade de seis meses, ela consegue expor um longo repertório de matizes emocionais: cólera, dor, tristeza, alegria. Já há muito tempo que ela responde por um sorriso ao da mãe... é uma verdadeira simbiose afetiva após a simbiose orgânica da vida fetal (WALLON, 1956) apud (JALLEY, 2009, p. 306).

### **Dependência, ambivalência, supereu e o grande outro (Outro)**

Em virtude do seu desamparo motor inicial, a criança desenvolve seu lado emocional e afetivo, como visto na citação anterior, em um grau sem paralelo nos outros mamíferos. E faz isso para assegurar sua sobrevivência, ofertando e demandando amor de um terceiro. A intervenção do amor protetor do pai ou da mãe permite que a criança continue seu desenvolvimento psíquico / afetivo, mas com a criação de um período de dependência que vai até o final do quinto ano de idade.

Essa intervenção do objeto do amor protetor permite que se ultrapasse o desamparo psíquico resultante do perigo pulsional, mas ao preço de acomodar esse desamparo sob uma nova forma que Freud chama de estado de *dependência* infantil (*Abhängigkeit, Unselbständigkeit*). Postas de lado as formas iniciais do desamparo (motora e psíquica), esse período de dependência cobre, diz Freud, os “primeiros anos de infância”, ou seja, de fato, o conjunto do desenvolvimento pré-edipiano. A este corresponde, segundo ele, uma terceira forma de perigo e de angústia anexada: o perigo da perda do objeto (ou do amor)<sup>49</sup> (JALLEY, 2009, p. 262).

Pelo final do quinto ano de idade aproximadamente a criança finaliza o período edipiano, onde a criança recebe psicologicamente de seu pai a lei social (da proibição do incesto e da diferença entre gerações) e a castração. Dependendo de como tiver sido o desenvolvimento psíquico da criança até então, esta assumirá no futuro um caráter básico da personalidade psicótico, perverso, neurótico, ou ainda normal.

Devido à importância do pai para o desenvolvimento psíquico da criança, e por que o pai tem dois papéis, um protetor e o outro regulador, a criança desenvolve uma ambivalência de sentimentos com relação a ele. Por um lado o ama, pelo seu caráter protetor; por outro lado o hostiliza, por limitar suas vontades, o que a faz sentir culpa. Para evitar a culpa, no final do período edipiano, a criança recalca (ou reprime) no inconsciente este sentimento hostil, e internaliza as restrições paternas no supereu, que representa a consciência moral do sujeito. A partir daí, não existem mais restrições externas ao sujeito, pois ele mesmo se restringe. “O supereu mergulha suas raízes no isso e, de uma maneira implacável, exerce as funções de juiz e censor em relação ao eu” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 744).

Tínhamos razões para temê-los, sobretudo nosso pai, mesmo que ao mesmo tempo estivéssemos certos de sua proteção contra os perigos (...). A relação com o pai é afetada por uma ambivalência especial. O próprio pai constituía um perigo, talvez em virtude da relação primitiva com a mãe. Dessa maneira, ele inspira tanto temor quanto nostalgia e admiração (FREUD, 1971a, p. 24, 33) apud (JALLEY, 2009, p. 263).

Com efeito, em *O ego e o id*, Freud apresenta o nascimento do supereu como “o resultado de dois fatores da maior importância: um de natureza biológica, o outro de natureza histórica”. O primeiro consiste precisamente “no longo estado de

---

<sup>49</sup> (FREUD, 1965, p. 66)

desamparo e de dependência infantis do ser humano”, o segundo, no complexo de Édipo e seu recalque, em relação com a “instauração bifásica” do desenvolvimento libidinal. No mesmo texto, algumas páginas mais adiante, ele afirma que o supereu é “o memorial da fraqueza e da dependência antigas do eu” e que a esse título que ele “perpetua seu domínio, mesmo no eu amadurecido (*reife Ich*)”<sup>50</sup> (JALLEY, 2009, p. 264).

Conforme Freud (1974a, p. 108-109), o início da vida sexual dos humanos é difásico (ou bifásico como na citação anterior), isto é, ele ocorre em duas ondas, uma durante o período de desamparo / dependência (até os cinco anos de idade), e a outra durante a puberdade. O período intermediário é conhecido como período de latência, onde o progresso da sexualidade se interrompe. Curiosamente o início do período de latência, aos seis anos de idade, coincide aproximadamente com a idade escolar, em um sinal que o desenvolvimento psíquico básico se concluiu, e que o desenvolvimento escolar pode começar. Este tipo de desenvolvimento em duas ondas é desconhecido nos animais, “exceto no homem, e que, evidentemente, tem uma relação importante com a hominização. Não é um fato sem importância que os acontecimentos deste período primitivo, exceto uns poucos resíduos, sejam vítimas da *amnésia infantil*.” (FREUD, 1974a, p. 109).

Lacan, em virtude da importância do estado de desamparo / dependência, e, portanto de um terceiro na formação do inconsciente, denominou o inconsciente como o grande outro, ou Outro. Este terceiro é primitivamente a mãe, e depois o pai, mas pode ser qualquer um que ocupe estes papéis junto ao desenvolvimento psíquico da criança.

Dessa maneira, a mãe, que satisfaz à fome, se torna o primeiro objeto de amor (...) a primeira proteção contra todos os perigos (...) a primeira proteção contra a angústia. A mãe é logo substituída nesse papel pelo pai, mais forte, e esse papel permanece entregue ao pai durante todo o curso da infância (FREUD, 1971a, p. 33) apud (JALLEY, 2009, p. 262).

Dado que para Lacan a fala tem primazia sobre a visão na formação deste Outro do inconsciente, ele cunhou então os aforismos: “o inconsciente é o discurso do Outro” (LACAN, 1978c, p. 22), e “o desejo do homem é o desejo do Outro” (LACAN, 1978d, p. 297). Assim, na perspectiva cartesiana solitária o sujeito é o eu que pensa que existe. Já na perspectiva lacaniana / hegeliana desta tese o sujeito é o eu mais o Outro, sendo que o eu não sabe da existência desse Outro, que é inconsciente, porém atuante. É através do prisma desse sujeito composto (o eu mais o Outro), mas dividido (entre consciente e inconsciente), que é apresentado o recorte no discurso na próxima seção.

<sup>50</sup> (FREUD, 1981, p. 247, 263; G. W., XIII, p.277)

## 4.2 O RECORTE NO DISCURSO

### 4.2.1 A analogia computacional <sup>51</sup>

Como foi visto até agora, a criança passa por uma fase inicial de desenvolvimento psíquico, até os cinco anos de idade, em que tudo se passa como se uma linguagem particular do desejo / emoção estivesse sendo implantada ou programada nela, a qual é o inconsciente. Depois há uma fase de latência em que uma segunda linguagem do cotidiano é ensinada na escola. Durante este período a fase inicial é esquecida. Este primitivo sistema de expressões implantado por um grande outro (ou Outro) aparece abaixo.

Os laços da criança com o meio não são de raciocínio ou de intuição lógica, mas de participação nas situações em que se encontra ou poderia ser implicada e em tudo que pode motiva-las. De alguma maneira ela se confunde com elas. Insisti muitas vezes na importância que tomam, já nos primeiros meses, suas reações emocionais e as de seu meio. Por ela se estabelece uma espécie de comunhão afetiva que precede, na criança como sem dúvida na história da humanidade, as relações ideológicas. O papel das emoções é sem dúvida o de ser um sistema de expressão anterior à linguagem articulada: aquele que seria necessário para encadear, por meio de uma espécie de contágio, poderosas reações coletivas. Elas foram cultivadas como tais pelos ritos dos povos primitivos e permanecem atualmente o meio de provocar reações gregárias. Determinando nos que elas conquistam impulsos convergentes ou complementares, elas os fundem em uma única massa sensitiva e atuante. Por elas, o indivíduo pertence a seu meio antes de se pertencer a si mesmo. No plano psicológico, é um tipo de comunidade primitiva. É essa, sem dúvida, a primeira fase pela qual passa a consciência da criança (WALLON, 1947, p. 307) apud (JALLEY, 2009, p. 307-308).

O sistema de emoções mencionado na citação se torna o Inconsciente, que tem seu similar nos computadores, como pode ser visto na tabela 4.1.

**Tabela 4-1 - A analogia computacional**

Níveis	Computadores	Humanos
Físico	Eletrônica (chips)	Cérebro (sinapses)
Lógico	Sistema Operacional	Inconsciente (Outro)
Conceitual	Sistemas Aplicativos	Consciência (eu)

Assim, nos computadores existe o nível físico da eletrônica, que atua nos chips de computadores. Este nível tem correspondência nas sinapses do cérebro, estudado pela neurociência. No nível conceitual estão os programas de alto nível orientados para uma

<sup>51</sup> A analogia computacional foi mencionada como sugestão durante o curso “Teorema de Godel”, e sofreu restrições de um aluno por se tratar de uma analogia. O professor Kubrusly, entretanto apoiou calorosamente a ideia, e assim com este minidebate, as implicações da analogia foram percebidas como importantes.

aplicação, os aplicativos como o Word, que correspondem à consciência nos humanos. Em um nível intermediário, aqui chamado de lógico, está o sistema operacional (SO), por exemplo, o Windows, que nos humanos corresponde ao inconsciente. Lacan apresenta o grafo do desejo, que corresponde praticamente a um algoritmo de como funciona o inconsciente, em Dor (1989, p. 179-191). Assim como o SO faz a ligação entre o nível físico e o conceitual nos computadores, o inconsciente (o Outro) faz a ligação entre o cérebro e a consciência (do eu).

Esta construção analógica do cérebro como um computador tem uma importante implicação. Os computadores são construídos modularmente para que sejam mais rápidos, suportem maior número de aplicativos, os quais são mais adaptáveis, reparáveis e substituíveis por uma versão mais nova. O mesmo acontece no cérebro humano, que em relação ao dos animais é mais modularizado. O Outro funciona como a parte determinista (o mundo) da mente, sendo o desejo (do Outro) a parte responsável pela aquisição de novos objetos substitutos do objeto perdido. Sobre a plataforma do Outro trabalha o eu, que representa a parcela de livre arbítrio e a evolução da consciência<sup>52</sup>. Assim os humanos, diferentemente dos animais, são em grande parte máquinas de aprender, pela aquisição de objetos psíquicos, determinada pelo desejo.

Dessa maneira, o sujeito, empenhado no ciúme por identificação, desemboca em uma nova alternativa em que se joga a sorte da realidade: ou ele encontra o objeto materno e vai se agarrar à recusa do real e à destruição do outro; ou então, conduzido a algum outro objeto, ele o recebe sob a forma característica do conhecimento humano, como objeto comunicável, pois que concorrência implica ao mesmo tempo rivalidade e acordo; mas, ao mesmo tempo, *ele reconhece o outro com o qual se trava a luta* ou o contrato, enfim, ele encontra ao mesmo tempo a outra pessoa e o objeto socializado. Aqui ainda, o ciúme humano se diferencia então da rivalidade vital imediata, pois que *forma seu objeto mais do que o determina*: ela se revela como o arquétipo dos sentimentos sociais (LACAN, 1984, p. 46) apud (JALLEY, 2009, p. 347).

O domínio do conhecimento está fundamentalmente inserido na dialética primitiva paranoica da identificação com o semelhante. É dali que parte a primeira abertura de identificação com o outro, isto é, um objeto. Um objeto se isola, se neutraliza e, como tal, se erotiza particularmente. É o que faz entrar no campo do desejo infinitamente mais objetos materiais do que entram na experiência animal (LACAN, 1981) apud (JALLEY, 2009, p. 383).

## O eu e o Outro

Existem duas grandes linhas derivadas do freudismo, e esta divisão se deve muito ao papel que o eu desempenha na psique: “Depois de Freud, o eu, sua concepção e as funções de que ele é supostamente a sede iriam constituir um desafio teórico e político a partir do qual se instituiriam correntes contraditórias no movimento psicanalítico” (ROUDINESCO & PLON,

<sup>52</sup> Assim nesta tese os humanos nem tem total livre arbítrio, como em Descartes, nem são totalmente determinados, como em Lacan.

1998, p. 212). Pode-se dizer que em uma corrente a abordagem do par eu-Outro do psiquismo se dá a partir do eu, e a outra em que esta abordagem se dá a partir do Outro.

Nos Estados Unidos se desenvolveu a abordagem do psiquismo pelo eu, influenciada pela corrente do annafreudismo, considerado legitimista, em virtude de Anna Freud ser filha de Freud. Da Inglaterra, onde ela trabalhou e viveu a partir da segunda guerra, veio sua influência para os Estados Unidos. A partir daí surgiram as escolas norte-americanas da Psicologia do Ego (Heinz Hartmann) e da Psicologia do Self (Heinz Kohut), dentre outras.

Na abordagem do psiquismo pelo Outro, que é a psicanálise propriamente dita, está o lacanismo (Jacques Lacan) na França, e o kleinismo (Melanie Klein) na Inglaterra, presentes na América do Sul. Melanie Klein trabalhava a psicanálise de crianças, onde o Outro era a mãe, e não o pai, como acontece no lacanismo. Para contrastar com o annafreudismo legitimista, e a psicologia do Ego norte-americana, Lacan cunhou a expressão de um retorno à Freud, para caracterizar sua fidelidade à Freud e ao inconsciente (o Outro).

Em linhas gerais nesta tese se está seguindo a escola lacaniana, devido à ênfase que Lacan deu à aproximação da psicanálise com a ciência e a filosofia.

Na América, a notícia do falecimento (de Lacan) não ocupou mais que algumas linhas do *New York Times*. Forma francês do freudismo, o lacanismo havia ganho plenamente a batalha para implantar a descoberta do inconsciente em solo nacional (a França). Mais do que isso, a obra desse mestre incomum era a única no mundo a ter dotado o freudismo de uma verdadeira arquitetura filosófica. Mas faltava ao movimento lacaniano a conquista dos grandes bastiões do freudismo legitimista que dominavam o Novo Mundo (ROUDINESCO, 2008, p. 554).

Entretanto para Lacan o sujeito é totalmente determinado pelo Outro, e ele denominou este sujeito do inconsciente de [Je]. Já o eu, que Lacan chama de [moi], é apenas uma imagem, ou superposição de imagens. “Em contraposição a Freud, Lacan mantém que a cristalização do eu não constitui uma instância, mas um objeto” (FINK, 1998, p. 108). Porém nesta tese, em conformidade com a tabela 4.1, considera-se que exista uma instância que é o eu atuando sobre a plataforma do Outro, sendo o eu a parcela de livre arbítrio e o Outro a parcela de determinismo do sujeito.

O Outro, isto é o inconsciente, o qual equivale a uma programação básica, se constitui completamente com o fim do período do Édipo, por volta dos cinco anos de idade, e continua assim até o fim da vida. Dependendo de como se dá a passagem pelo Édipo, o Outro pode apresentar “defeitos”, o que equivale ao humano assumir um caráter básico psicótico, perverso, neurótico ou normal, neste último caso sem “defeitos”. Para “consertar” estes

defeitos, é necessária a psicanálise voltada para o inconsciente (o Outro), como preconizada por Lacan.

Já o eu, isto é a consciência, depende também do caráter básico assumido pelo inconsciente. Por isto compreende-se a formulação lacaniana do eu como um objeto, já que em caso de mau funcionamento, os dois sistemas, inconsciente e consciência, aparecem imbricados<sup>53</sup>. Mas uma vez que o inconsciente assuma um caráter básico normal, o eu pode desenvolver-se pela aquisição / aprendizado dos objetos até o fim da vida. O “defeito” específico que pode atingir a consciência em seu desenvolvimento é o narcisismo, tratável pela abordagem do par eu-Outro a partir do eu (ego), como na Psicologia do Self.

Freud destacou a questão de quando o inconsciente trabalha bem, isto é, não existe uma imbricação com a consciência, ele passa despercebido. É nas situações psicopatológicas e nos sonhos que se percebe sua existência.

Uma investigação de estados estáveis, normais, em que as fronteiras do ego são resguardadas contra o id mediante resistências (anticatexias) e se aguentam firmes e nos quais o superego não se distingue do ego, por trabalharem juntos harmoniosamente – uma investigação deste tipo pouco nos ensinaria. A única coisa que pode ajudar-nos são os estados de conflito e tumulto, quando os conteúdos do id inconsciente têm perspectiva de forçar caminho para o ego, e a consciência e o ego mais uma vez se põem na defensiva contra essa invasão. É somente nestas condições que podemos fazer as observações que confirmarão ou corrigirão nossas afirmações sobre os dois parceiros. Ora, nosso sono noturno é precisamente um estado desse tipo, e, por essa razão, a atividade psíquica durante o sono, que percebemos como sonhos, é o nosso objeto de estudo mais favorável (FREUD, 1974a, p. 117).

A analogia computacional e a abordagem do par eu-Outro pareceram ser um desenvolvimento útil para se apresentar um painel teórico simplificado dos modelos de funcionamento e tratamento da psique. Ambas as correntes do tratamento da psique podem tratar de neuroses e do narcisismo, embora de fato exista uma distinção entre elas de acordo com o que foi apresentado. A analogia computacional pode contribuir também para que se conceba uma unificação da psique em torno de um modelo mais geral onde as diferentes escolas seriam as ramificações ou ênfases.

Tamanha é a dificuldade humana de alcançar a alteridade que até mesmo os grandes mestres da Psicologia, Freud e Jung, não conseguiram conciliar suas diferenças, fazendo naufragar a possibilidade de uma psicologia que desse conta das intuições e observações geniais dos dois grandes pensadores. Com o fim de sua relação, iniciou-se um diálogo de surdos (FERNANDES, 2102, p. 256).

<sup>53</sup> Alexander Lowen estabelece com propriedade a ligação entre as neuroses e o destino do indivíduo. (...) A atitude neurótica leva à repetição de um comportamento inconsciente que, até tornar-se consciente, mantém o indivíduo refém de um padrão de comportamento enfeitado por ele. A neurose, quando não conscientizada, imprime as cores do destino (cf. LOWEN, 1986, p. 43-55) apud (FERNANDES, 2102, p. 100).

#### 4.2.2 Os eixos imaginário e simbólico

Lacan definiu em 1953 sua tópica do simbólico, do imaginário e do real. Pode-se entender esta estrutura teórica como os dois grandes eixos (simbólico e imaginário) sobre os quais o real da psique é delineado. Sendo o imaginário ligado à visão, e o simbólico ligado à fala, pode-se dizer que o real é revestido por uma trama do imaginário com o simbólico. O real que está situado fora desta trama é um resto, e está ligado ao objeto do desejo (o objeto perdido), sempre um algo além do que o objeto substituto.

#### O Imaginário

O imaginário está ligado à imagem, à visão, onde “foram alinhados os fenômenos ligados à construção do eu: captação, ilusão, antecipação” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 714-715). As relações imaginárias são relações horizontais em um grupo, isto é, não hierárquicas, que Lacan caracterizou como relações entre o eu e o outro (com minúscula para diferenciar do Outro do inconsciente).

As “relações imaginárias” não são relacionamentos ilusórios – relacionamentos que não existem *realmente* – mas relações entre eus onde tudo se passa apenas em termo de uma oposição: igual ou diferente. Elas envolvem outras pessoas que julgamos ser *como* nós por várias razões. (...) Correspondendo à principal oposição imaginária entre igual e diferente, as relações imaginárias são definidas por duas características proeminentes: amor (identificação) e ódio (rivalidade) (FINK, 1998, p. 109).

As pessoas que são como nós são objetos de amor, enquanto que os que são diferentes de nós são objetos de ódio. Porém mesmo em famílias com gêmeos idênticos onde haja muita identificação pode surgir a rivalidade. É o “narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 2010b, p. 81), muito comum no mundo moderno.

Isto também explica, de certa forma, o outro lado de tal identificação fechada: a tensão gerada por *la petite différence*. A diferença se insinua inevitavelmente até mesmo entre os gêmeos mais idênticos, seja devido ao tratamento diferencial dado pelos pais ou às mudanças na aparência com o passar do tempo, e quanto mais próximo o relacionamento no princípio, maior o ódio em relação às diferenças, por menores que sejam (FINK, 1998, p. 110).

Inicialmente as relações imaginárias se dão entre irmãos próximos em idade, e depois se estendem a todas as relações.

A rivalidade fraterna é o exemplo mais conhecido de relações imaginárias que envolvem o ódio. Considerando que as crianças muito pequenas não questionem de maneira geral sua subordinação aos pais – percebendo uma nítida diferença entre os pais e elas -, elas estão sempre questionando, desde muito jovens, sua posição e seu status entre os irmãos. (...) Com o passar do tempo, esse mesmo tipo de rivalidade, em geral, se estende aos colegas de classe, primos, amigos e assim por diante (FINK, 1998, p. 110).

Outro aspecto que propicia identificação e rivalidade nas relações imaginárias entre o eu e o outro, são as relações hierárquicas com o Outro, as quais também são fatores de distinção imaginária, para o resto da vida. É através da relação (simbólica) com o Outro que se faz muito da relação imaginária com o outro.

Aqueles que consideramos parecidos conosco, de certa forma, compartilham de uma relação com o Outro semelhante à nossa. E uma vez que o Outro generaliza – de nossos pais ao Outro acadêmico, a lei, a religião, Deus, a tradição e assim por diante – as relações imaginárias, não são apenas características da primeira infância e, de alguma forma, superadas psicologicamente com o tempo. Elas permanecem importantes durante toda a nossa vida (FINK, 1998, p. 110).

### **O estágio do espelho**

O ponto inicial do desenvolvimento do imaginário é o eu, no que Lacan qualificou como estágio do espelho “a fase de desenvolvimento situada entre seis e dezoito meses, até mesmo dois anos; quiçá dois anos e meio<sup>54</sup>” (JALLEY, 2009, p. 39). Durante este período, a criança que inicialmente tem uma sensação de corpo despedaçado, devido à descoordenação motora, desenvolve uma tendência de rejuntamento do corpo próprio.

O estágio do espelho se dá em três tempos (DOR, 1989, p. 79). Inicialmente a criança percebe a imagem do espelho como a de um ser real. Neste primeiro tempo, existe a confusão entre si e o outro. “A criança que bate diz ser batida, a que vê a outra cair, chora” (LACAN, 1966a, p. 113) apud (DOR, 1989, p. 79). No segundo tempo a criança percebe que o outro do espelho não é um outro real, mas uma imagem. Finalmente, com grande regozijo, no terceiro tempo, a criança adquire a convicção de que o reflexo no espelho nada mais é que uma imagem, e é dela. “A imagem do corpo é, portanto, estruturante para a identidade do sujeito, que através dela realiza assim sua *identificação primordial*” (DOR, 1989, p. 80).

### **O simbólico**

Para Lacan (1998b, p. 25), “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”, e isso define bem o que é o simbólico. É a fala estruturada no inconsciente como símbolos durante o período de desamparo / dependência da criança, a qual forma a ligação entre o cérebro e a consciência. O substantivo simbólico é utilizado “para designar um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele, consciente e inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 714).

---

<sup>54</sup> (LACAN, 1984, p. 41-43)

Ao neutralizar o real, o simbólico cria a “realidade”, a realidade entendida como aquilo que é nomeado pela linguagem e pode, portanto, ser pensado e falado. A “construção social da realidade” implica em um mundo que pode ser designado e falado com as palavras fornecidas pela linguagem de um grupo social (ou subgrupo). O que não puder ser dito na sua linguagem não é parte da realidade desse grupo; não *existe*, a rigor. Na terminologia de Lacan, a existência é um produto da linguagem: a linguagem cria coisas (tornando-as parte da realidade humana) que não tinham *existência* antes de serem cifradas, simbolizadas ou verbalizadas (FINK, 1998, p. 44).

Um exemplo da importância do simbólico, e de como o inconsciente funciona está em Fink (1998). Suponha-se um homem fascinado por mulheres com olhos azuis, e cuja mãe também tivesse olhos azuis. Embora a cor azul tenha muitas tonalidades possíveis, e dois pares de olhos nunca sejam idênticos, a palavra azul faz a ligação entre os olhos da mãe e de uma parceira, “e, portanto, transfira sua fascinação com a primeira para a segunda. A linguagem permite tais equações, e, portanto, a substituição de um objeto amado por outro” (FINK, 1998, p. 44).

Um aspecto importante do inconsciente são os traumas ocorridos na infância e registrados no inconsciente. O trauma é uma fixação ou bloqueio de uma experiência que não foi simbolizada, e que, portanto impede deslocamentos e substituições como a do exemplo do parágrafo anterior. Assim na idade adulta haverá um retorno do reprimido (recalcado) em determinadas situações como nas fobias e neuroses, forçando o sujeito a repetições, mostrando que o inconsciente não está trabalhando bem.

As relações simbólicas são relações verticais ou hierárquicas originadas das relações com os pais ou seus representantes.

As relações simbólicas são aquelas que ocorrem com o Outro como linguagem, conhecimento, lei, carreira, academia, autoridade, moral, ideais, e assim por diante, e com os objetos designados (ou, em termos mais fortes, exigidos) pelo Outro: notas, diplomas, sucesso, casamento – todas essas coisas em geral associadas à angústia na neurose (FINK, 1998, p. 111-112).

No trabalho psicanalítico, o objetivo é examinar o inconsciente do analisado, e, portanto as relações simbólicas, através da livre associação de palavras, e da transferência para o analista, por parte do analisado, do papel do Outro.

No modelo de dois níveis (o imaginário e o simbólico) do enquadre analítico elaborado por Lacan e característico de sua obra do início até meados da década de 1950, o objetivo ao analisar os neuróticos é eliminar a interferência, nas relações simbólicas, criadas pelas relações imaginárias, em outras palavras, retirar as relações imaginárias do caminho para confrontar o analisado com seus problemas com o Outro como tal. No caso de neuróticos heterossexuais, por exemplo, isso em geral envolve, entre outras coisas, elaborar e, assim, dissipar as identificações imaginárias com membros do mesmo sexo (FINK, 1998, p. 112).

## O jogo do fort-da

O ponto inicial do desenvolvimento simbólico é representado pelo jogo do fort-da, o que em alemão significa “fora-aqui”. Neste jogo, uma criança, a qual era neta de Freud, atira um carretel atado a um barbante para baixo da cama, fazendo-o desaparecer, enquanto pronunciava “o-o-o-o” (fort). Depois puxava o barbante, fazendo reaparecer o carretel, pronunciando “da”.

(...) nunca chorava quando a mãe se ausentava, mas que adquirira o hábito de brincar com um carretel de madeira atado a um barbante. Ele lançava e tornava a apanhar o carretel, gritando “fort-da”, expressando assim o sofrimento que lhe causava a perda do objeto e o prazer que tinha em fazê-lo reaparecer (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 326).

Neste jogo, a ausência da mãe, em vez de causar um trauma na criança, é simbolizada pela brincadeira do carretel, pela qual a criança assume o controle da situação, e pode exprimir livremente seus sentimentos de prazer, quando a mãe volta, e hostilidade, quando a mãe vai embora.

Mediante essa brincadeira, Ernstl parecia transformar uma situação em que era passivo, e sofria o perigo ou o desprazer causado pela partida da mãe, numa situação da qual era senhor, fosse qual fosse o caráter doloroso do que se repetia nela. A essa primeira interpretação Freud acrescentou uma segunda, complementar: o menino, através daquela brincadeira, encontrava um meio de exprimir sentimentos hostis, inconfessáveis na presença da mãe, porém capazes de satisfazer seu desejo de vingança decorrente da partida dela. Em outras palavras, o menino não conseguiria suportar o desagrado acarretado no jogo pela repetição de uma separação, a não ser pelo fato de “um ganho de prazer de outra natureza, porém direto, estar ligado a essa repetição” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 486).

Pela simbolização da ausência da mãe, a criança passa a controlar o fato de não ser mais integralmente o desejo da mãe. Por este processo, a criança deixa de “ser” um objeto do desejo da mãe, e passa ao universo do “ter” objetos substitutos do objeto perdido.

De fato, a criança transformou a situação, posto que de agora em diante é ela que abandona sua mãe *simbolicamente*. A inversão simbólica operada é a justificativa mais evidente da atualização de um processo de controle: a *criança fez-se mestre da ausência* graças a uma identificação. Era a mãe que a repelia ausentando-se; agora é ela que repele a mãe ao arremessar o carretel. Daí a jubilação intensa da criança ao descobrir seu controle da ausência do objeto perdido (a mãe). Em outras palavras, o *fort-da* nos indica que ela consegue controlar fundamentalmente o fato de não ser mais o único e exclusivo objeto do desejo da mãe, isto é, *o objeto que preenche a falta do Outro, ou seja, o falo*. A criança pode então mobilizar seu desejo, como *desejo de sujeito*, para objetos substitutivos ao objeto perdido. Mas, antes de mais nada, é o advento da linguagem (o acesso ao simbólico) que irá tornar-se signo incontestável do controle simbólico do objeto perdido (...) (DOR, 1989, p. 90).

## Estádio do espelho & jogo do fort-da

O estágio do espelho representa a passagem da imagem especular ao conhecimento imaginário. Lacan define este conhecimento como o mais arcaico no homem (JALLEY, 2009,

p. 117), marcando o momento em que a cultura se sobrepõe à natureza, uma vez que muitos animais não são capazes de se reconhecer no espelho, embora o chimpanzé e o orangotango o sejam (JALLEY, 2009, p. 240-241). Em contraste, o conhecimento simbólico, que se dá pela fala, marca para Lacan o início do sujeito do inconsciente [je], que é distinto e posterior ao eu primordial imaginário do estágio do espelho [moi]<sup>55</sup>.

Nesse sentido, o estágio do espelho dá a regra da divisão entre o imaginário e o simbólico, ele produz a instância do eu no ponto de junção entre a natureza e a cultura e até, verdadeiramente, desde antes de sua determinação social. Em contraste e por apoio, pode-se dizer, nesse “Eu primordial”, o comportamento do *fort-da* representa o nascimento do símbolo, o momento em que a criança nasce para a linguagem, o ponto de inseminação de uma ordem simbólica, que “manifesta em seus traços radicais a determinação que o animal humano recebe da ordem simbólica<sup>56</sup>” (JALLEY, 2009, p. 119).

### 4.2.3 Mapeando o recorte do sujeito

Nesta seção se mostra na figura 4.1 o recorte do sujeito, mapeado sobre o dilema do prisioneiro. Esta figura resume sinteticamente o que se quer mostrar nesta tese. O primeiro passo foi colocar a matriz de ganhos do dilema do prisioneiro coincidindo com os eixos imaginário e simbólico, e isto foi feito simplesmente colocando o título (o Outro) e subtítulos (coopera e não coopera) horizontais para baixo da matriz de ganhos. O eu está situado no eixo imaginário e o Outro no simbólico, revelando que o eu não joga o dilema contra outro eu, mas joga sim com a lei social (o Outro) que determina o resultado tanto para um eu como para um outro (que é também um eu).

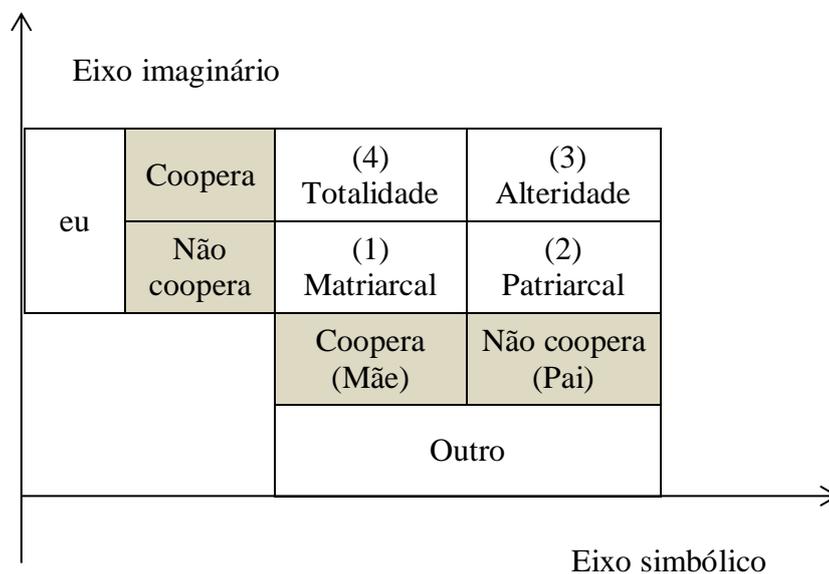
Ao que se vê que esse Outro não é nada mais do que o puro sujeito da moderna estratégia dos jogos, como tal perfeitamente acessível ao cálculo da conjectura, contanto que o sujeito real, para aí reger o seu, não tem aí que tomar em consideração nenhuma aberração dita subjetiva no sentido comum, isto é psicológica, mas somente da inscrição de uma combinatória cuja exaustão é possível (LACAN, 1978d, p. 289).

Interpretando a figura 4.1, os humanos pensam viver suas vidas no eixo imaginário dos eus e dos outros, mas por trás (perpendicularmente), sem o seu conhecimento, ou sem a sua percepção, está o eixo simbólico, do Outro (inconsciente), estabelecendo uma conexão entre o eu e o outro. O sujeito cartesiano vive no eixo imaginário, desconhecendo que existe um eixo simbólico. Aqui também se distingue a diferença entre realidade e real. Realidade é a vida

<sup>55</sup> Para Lacan, o sujeito é o sujeito do inconsciente, e o eu é apenas um objeto. Devido à analogia computacional, para esta tese o eu é uma instância como em Freud. Surgem então dois discursos: o do sujeito, no qual toma parte o eu, e o do sujeito do inconsciente, o qual pronuncia o discurso do Outro, e que aparece entremeadado no discurso do sujeito, em uma sessão de análise.

<sup>56</sup> (LACAN, 1966b, p. 53)

vivida supostamente no eixo imaginário, e que na verdade é vivida no real, o qual é revestido pela trama do simbólico com o imaginário.



**Figura 4.1 - Mapeamento do recorte do sujeito**

Quanto ao Outro, duas situações são possíveis, quando o Outro é a mãe e quando é o pai, sendo a mãe equiparada à cooperação e o pai equiparado à não cooperação, o que será explicado adiante nesta subseção. O dilema do prisioneiro então se completa com os resultados da matriz de ganhos, que são os tipos de consciência apresentados em Fernandes (2102): as consciências (1) matriarcal, (2) patriarcal, (3) da alteridade e (4) da totalidade, as quais, de acordo com esta tese, se sucedem historicamente nesta ordem, e explicadas na seção 4.5.

O resultado do dilema do prisioneiro quando jogado uma vez é sempre (não coopera, não coopera). Na figura acima isto significa que se está na época da consciência patriarcal (2), e que por isso o resultado do jogo é este. Já houve antes na história a consciência matriarcal (1), e então os resultados da matriz de ganhos eram outros. Isto já aconteceu na corrida armamentista da página trinta, quando o jogo evoluiu do armamentismo para o controle de armamentos pela simples mudança de números, representando uma evolução do jogo, e não um resultado diferente no jogo. O mesmo acontece aqui, e o jogo vai evoluindo da consciência matriarcal para patriarcal, e futuramente para as consciências da alteridade e totalidade.

Convém observar que as consciências apontadas na figura 4.1 são consciências no sentido realista, como em Hegel<sup>57</sup>, por que o Outro determina uma lei psíquica, a qual também é lei social. As consciências não são meros reflexos dos meios de produção, como em Marx. Na verdade, como em Buckle na citação da página três, a lei social e a lei mental são uma só, e assim as consciências e os meios de produção de uma época determinam-se mutuamente.

Sabe-se, não só pela psicologia social e disciplinas afins, mas também pela teoria psicanalítica construída por Freud, que os fenômenos de constituição do sujeito e de instituição do laço social (do grupo, da sociedade, da cultura) ocorrem simultaneamente. De acordo com a psicanálise, o individual e o coletivo obedecem às mesmas leis e são produzidos por mecanismos idênticos (DIAS M. d., 2009, p. 13).

### A sexuação e suas fórmulas

Na figura 4.1 o pai foi colocado como Outro não cooperativo, e a mãe como cooperativa. Pode-se pensar que no regime patriarcal o pai representa a luta, o princípio da liderança, uma reminiscência da dialética do senhor-escravo hegeliana, onde só pode haver um, examinada mais adiante. A mãe por outro lado representa o afeto, o princípio do consenso. As fórmulas da sexuação de Lacan na tabela 4.2 (DOR, 1995, p. 219) ajudam a esclarecer este ponto.

**Tabela 4-2 - A sexuação e suas fórmulas**

	Homens	Mulheres	
(1)	$\exists x \overline{\Phi x}$	$\overline{\exists x \Phi x}$	(2)
(4)	$\forall x \Phi x$	$\overline{\forall x \Phi x}$	(3)

Analisando primeiro as fórmulas do homem, (1) significa que existe pelo menos um homem que não está submetido à lei da passagem à cultura, a qual implica que o homem não pode ter todas as mulheres. Já (4) significa que qualquer que seja o homem, todos estão submetidos à lei. Lacan com estas duas fórmulas, aparentemente contraditórias, quer representar que a existência do homem implica em uma fantasia de ser o pai déspota da horda primitiva (FREUD, 1974b), que não estava submetido a nenhuma lei.

<sup>57</sup> Essa constatação é decisiva para a compreensão de Hegel. Porque, confundidos pela expressão hegeliana “idealismo absoluto” (*absoluter Idealismus*), muitos afirmaram que o sistema de Hegel é idealista. Ora, o idealismo absoluto hegeliano nada tem a ver com o que se costuma chamar de idealismo. Para empregar os termos usualmente utilizados, deve-se dizer que o sistema de Hegel é realista (KOJÉVE, 2002, p. 403).

Duas conclusões fundamentais podem então ser extraídas, quanto à sexuação dos homens. De um lado, os homens constituem um conjunto: o conjunto universal  $\forall x$  de todos aqueles que estão submetidos à castração. Essa universalidade justifica, portanto, legitimamente a utilização de uma expressão como “O homem”. De outro, a existência de *ao menos um* homem subtraído à função fálica, ou seja, o Pai simbólico, até mesmo mais geralmente a função paterna, institui, para todos os outros, o fantasma de um *gozo absoluto*, isto é, não submetido à castração. Em consequência, esse gozo de um único ordena para todos os outros um lugar de *gozo inacessível e proibido*. O gozo de todos os homens será, ao contrário, exclusivamente o *gozo fálico* marcado pelo limite da castração. Estas são portanto as prescrições fálicas que determinam a sexuação do homem, isto é, sua *identidade sexual* (DOR, 1995, p. 222).

Quanto à mulher, (2) significa que não existe mulher que não esteja submetida à lei, enquanto (3) expressa que não é para toda a mulher que a lei se aplica. Com isso Lacan quer dizer que embora submetida à lei da passagem à cultura, a mulher pode dela se evadir atingindo outro gozo além do gozo fálico. Isto por que a mulher não apresenta uma universalidade como o homem apresenta, no sentido lacaniano, de existir um homem que está fora da lei e que, portanto serve de limite para todos os outros. A mulher não tem este limite (mulher não existe).

Várias consequências resultam dessa particularidade. Diferentemente dos homens, *nada vem limitar, para as mulheres, o lugar de seu gozo como um gozo absoluto e proibido*. A interdição do incesto não se inscreve portanto logicamente da mesma maneira para os homens e para as mulheres. Além disso, devido à ausência desse “ao menos um” sujeito falante mulher que é exceção à castração, não poderia haver universalidade possível. Contrariamente aos homens, *as mulheres não constituem portanto um conjunto universal*, do ponto de vista da função fálica. Assim, não pode existir logicamente expressão geral legítima para designar as mulheres. Uma expressão universal como “A mulher” é inadmissível. E Lacan conclui: “*mulher não existe*” (DOR, 1995, p. 224).

Dessa forma, na sociedade patriarcal, segundo Lacan, a mulher escapa a qualquer definição, e, portanto representa maior facilidade de se moldar às situações, tendo por isso maior facilidade para passar da não cooperação para a cooperação. Já o homem é pautado por um gozo de exceção impossível de se alcançar, onde só pode haver um, que ele fantasia disputar com os outros homens, e por isso o homem tem mais dificuldade do que a mulher em passar à cooperação. Assim, na figura 4.1 se inclui também a diferença de gênero no recorte do sujeito lacaniano / hegeliano.

## 4.3 A EMERGÊNCIA DA LEI

### 4.3.1 Elementos da lei

#### O humano e os animais

A grande diferença exterior entre humanos e demais animais não é o uso de ferramentas, já que o chimpanzé, o orangotango e o corvo americano são capazes de utilizar ferramentas simples. Também não é a linguagem, por que golfinho e baleias são capazes de comunicação por ondas sonoras, ainda que os humanos não a compreendam. Até mesmo o índice da massa do cérebro em relação à massa corporal, que é um dos indicadores de inteligência, ocorre de ser próximo aos humanos, nas baleias e especialmente nos golfinhos (SAGAN, 1983, p. 23). “Mesmo assim, os maiores dinossauros possuíam cérebros com peso equivalente a um por cento daqueles dos cachalotes. O que é que a baleia faz com tanta massa cerebral? Existiriam pensamentos, perspectivas, artes, ciências e lendas no mundo dos cachalotes?” (SAGAN, 1983, p. 23).

A grande diferença exterior entre humanos e animais, é que em cada geração a vida de um humano é diferente da geração anterior, mesmo que quase imperceptivelmente. Já para os demais animais, a vida de uma geração repete a da geração anterior, com exceção das mutações evolutivas. Por isso, algebricamente, usando de uma analogia com as séries temporais (POLE, WEST, & HARRISON, 1999, p. 83), a situação dos animais poderia ser descrita por:

$$P_g = P_{g-1} + \epsilon_g, \quad \epsilon_g \sim N[0, \sigma^2] \quad 4.1$$

Onde  $P_g$  é a psique de um animal na geração  $g$ ,  $P_{g-1}$  é a psique de outro animal na geração  $(g-1)$ , e  $\epsilon_g$  é um desvio aleatório ocorrido de um animal para outro, devido a alguma causa desconhecida. Este desvio poderia ter distribuição normal com variância  $\sigma^2$ , apenas para completar a formalização matemática da psique animal.

#### Ciclos e Sazonalidade

Lemings são pequenos roedores herbívoros da tundra ártica, que se reproduzem rapidamente, e cuja população cresce aceleradamente (alguns dizem que a variação da população é caótica), dando-se depois um êxodo quando a comida da região escasseia. O êxodo é tão intenso que a população remanescente beira a extinção. Este comportamento deu origem à lenda do suicídio coletivo, pois em seu êxodo, os leminges arremetem e se atiram do alto de penhascos, no mar. Esta repetição de comportamento a intervalos mais ou menos

regulares de anos, incluindo o êxodo, no chamado ano-lemingue (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962) forma um ciclo, ou seja, um comportamento que se repete dentro de um determinado intervalo.

A sazonalidade ocorre quando o intervalo do ciclo é anual. Por exemplo, nas planícies do Serengeti ocorre a migração anual das zebras, gnus e gazelas (a grande manada), que vai de maio a junho, na busca por novas pastagens. Outro exemplo seria a migração anual de baleias-jubarte de que de julho a novembro migram da Antártida para mares mais quentes em Abrolhos, em busca de um local para dar cria. Um terceiro exemplo seriam os ursos, que hibernam no inverno.

Os humanos atingiram um alto grau de liberdade em relação à sazonalidade das safras agrícolas devido às tecnologias de estocagem e também através do comércio internacional, onde os países do Norte e do Sul se alternam na função de produtores / consumidores. Em relação aos ciclos, aparentemente os humanos não estão submetidos a nenhum comportamento cíclico. Mas existe um comportamento repetitivo importante que são as guerras. Atingir um grau mais elevado de consciência, como as consciências da alteridade e da totalidade, significa atingir um grau de liberdade mais alto e se livrar dos comportamentos repetitivos como as guerras, miséria e destruição.

### **Diferença entre dominante e superior**

A humanidade tem sido considerada por si própria como a espécie superior no planeta Terra. Mas na verdade o termo mais correto seria dominante, por que assim como na economia se deveria incluir a ética diretamente na teoria econômica, como foi feito nesta tese, assim também no domínio de um planeta uma espécie precisaria incluir a ética e a sustentabilidade no lidar com outras espécies e com o meio ambiente, para ser considerada superior. Até onde chegou, o ser humano reproduz, em escala muitas vezes ampliada, o papel do vírus, exaurindo seu hospedeiro, o meio ambiente do planeta Terra.

Por exemplo, a baleia azul, o maior animal que já existiu, poderia ser uma espécie superior no planeta Terra, pois é inteligente, tendo uma relação entre massa cerebral e corporal quase comparável à humana, tem uma vida longa e pacífica alimentando-se de minúsculos camarões oceânicos, o *krill*, e tem a orca como único inimigo natural, que tenta afogar seus gigantescos filhotes. O maior problema da baleia azul é a humanidade, que a caçou quase até a extinção. Assim, em termos de valores da própria espécie humana, a baleia azul é uma espécie superior dentre as espécies do planeta, embora não seja dominante.

### **Matriarcado e patriarcado entre os chimpanzés**

Os chimpanzés são os parentes vivos mais próximos dos humanos, compartilhando aproximadamente 94% do DNA. O ancestral comum de ambos viveu entre quatro e seis milhões de anos atrás. Existem duas espécies de chimpanzé, a comum ou robusta, que é chamada de chimpanzé, e a pigmeu ou grácil, que é chamada de bonobo, um pouco menor do que o chimpanzé. A separação entre as duas espécies, que data de um milhão de anos atrás, começou com a formação do rio Congo, entre um e meio e dois milhões de anos atrás. Como os chimpanzés não nadam, houve a separação em duas espécies, com o chimpanzé ao norte do rio, e o bonobo ao sul.

Junto com o chimpanzé comum, o bonobo é o mais próximo parente vivo dos humanos. Como as duas espécies não são nadadoras proficientes, a formação do rio Congo 1,5-2 milhões de anos atrás, possivelmente levou à especiação do bonobo. Eles vivem ao sul do rio, e, assim, foram separados dos ancestrais do chimpanzé comum, que vive ao norte do rio <sup>58</sup> (WIKIPEDIA, 2012, verbete “Bonobo”).

O mais interessante é que o chimpanzé e o bonobo desenvolveram estilos de vida completamente diferentes, sendo os primeiros patriarcais, onívoros, relativamente agressivos, capazes de enfrentarem-se em grupos, e mesmo devorarem inimigos, embora isto não seja habitual. Grupamentos diferentes de chimpanzés também podem apresentar diferenças culturais importantes, como os humanos. Já os bonobos são principalmente frugívoros, e sua sociedade é não violenta, igualitária, matriarcal, e resolvem suas diferenças sexualmente, isto é, quando surge uma altercação, logo aparecem parceiros de ambos os sexos dispostos a se relacionar sexualmente, e a contenda é rapidamente esquecida. Estima-se que a diferença cultural entre as espécies tenha ocorrido em função da disponibilidade e tipo de alimento.

As diferenças anatômicas entre o chimpanzé comum e o bonobo são pequenas, mas os comportamentos de ordem sexual e social são marcadamente diferentes. O chimpanzé comum tem uma dieta onívora, uma cultura de caça em grupo, baseada em machos betas liderados por um macho alfa, e relações sociais altamente complexas. O bonobo, por outro lado, tem uma dieta principalmente frugívora e um comportamento igualitário, não violento, matriarcal, e sexualmente receptivo. Os bonobos são bem conhecidos por fazer sexo com frequência e também por usar sexo para ajudar a prevenir e resolver conflitos. Diferentes grupos de chimpanzés também tem diferente comportamento cultural, nas preferências por tipos de ferramentas. O chimpanzé comum tende a apresentar níveis mais altos de agressão que o bonobo (WIKIPEDIA, 2012, verbete “Chimpanzee”) <sup>59</sup>.

<sup>58</sup> Traduzido de: Along with the common chimpanzee, the bonobo is the closest extant relative to humans. Because the two species are not proficient swimmers, the formation of the Congo River 1.5–2 million years ago possibly led to the speciation of the bonobo. They live south of the river, and thereby were separated from the ancestors of the common chimpanzee, which live north of the river

<sup>59</sup> Traduzido de: Anatomical differences between the common chimpanzee and the bonobo are slight, but sexual and social behaviours are markedly different. The common chimpanzee has an omnivorous diet, a troop hunting culture based on beta males led by an alpha male, and highly complex social relationships. The bonobo, on the

A disponibilidade de sexo na sociedade dos bonobos é abundante, e isso parece explicar por que os bonobos são pouco agressivos. A existência de sexo abundante parece ser possível devido à organização matriarcal da sociedade. Esta organização matriarcal significa que a paternidade tem pouca importância, e que a posição social de um macho é muitas vezes determinada pela posição social de sua mãe, como em um sistema de parentesco matrilinear<sup>60</sup>. As fêmeas dos bonobos entram em conluio, como na sociedade humana, e usam o sexo para manobrar as situações e controlar a agressividade dos machos.

O bonobo é popularmente conhecido por seu alto nível de empenho sexual. Sexo funciona no apaziguamento de conflitos, afeição, status social, excitação, e redução do estresse. Ocorre em virtualmente todas as combinações de parceiros e em uma variedade de posições. Este é um fator nos níveis mais baixos de agressão vistos no bonobo quando comparado com o chimpanzé comum e outros primatas. Bonobos são percebidos como sendo matriarcais; as fêmeas tendem a coletivamente dominar os machos, formando alianças e usando a sexualidade para controlá-los. A posição de um macho na hierarquia social é muitas vezes determinada pela posição de sua mãe (WIKIPEDIA, 2012, verbete “Bonobo”)<sup>61</sup>.

Supondo-se que os chimpanzés também apresentem desejo de reconhecimento, como os humanos, então por trás das situações potencialmente conflitivas que levam a conluio como no dilema do prisioneiro, estão o ciúme e o desejo de reconhecimento. O que acontece entre os bonobos é que estas situações são manobradas com o uso do sexo, o qual é uma maneira de dar o reconhecimento pedido. Assim a hierarquia matriarcal atua para que o desejo de reconhecimento seja atendido pelo sexo, que é a forma mais básica, direta e primitiva de dar reconhecimento.

De Waal alertou para o risco de romantizar os Bonobos: "Todos os animais são competitivos por natureza e cooperativos somente em circunstâncias específicas" e que "quando escrevendo pela primeira vez sobre o seu comportamento, eu falava de 'sexo para a paz', precisamente porque os bonobos tinham muitos conflitos. Obviamente, não haveria necessidade de pacificação se eles vivessem em perfeita harmonia." No entanto, não há relatos de testemunhas de agressão letal entre os bonobos, seja em cativeiro, seja na natureza (WIKIPEDIA, 2012, verbete “Bonobo”)<sup>62</sup>.

---

other hand, has a mostly frugivorous diet and an egalitarian, nonviolent, matriarchal, sexually receptive behaviour. Bonobos are well known to have frequent sex and also to use sex to help prevent and resolve conflicts. Different groups of chimpanzees also have different cultural behaviour with preferences for types of tools. The common chimpanzee tends to display higher levels of aggression than the bonobo.

<sup>60</sup> Em um sistema de parentesco matrilinear são as mulheres que dão o nome aos filhos.

<sup>61</sup> Traduzido de: The bonobo is popularly known for its high levels of sexual behavior. Sex functions in conflict appeasement, affection, social status, excitement, and stress reduction. It occurs in virtually all partner combinations and in a variety of positions. This is a factor in the lower levels of aggression seen in the bonobo when compared to the common chimpanzee and other apes. Bonobos are perceived to be matriarchal; females tend to collectively dominate males by forming alliances and use sexuality to control males. A male's rank in the social hierarchy is often determined by his mother's rank.

<sup>62</sup> Traduzido de: De Waal has warned of the danger of romanticizing bonobos: "All animals are competitive by nature and cooperative only under specific circumstances" and that "when first writing about their behavior, I spoke of 'sex for peace' precisely because bonobos had plenty of conflicts. There would obviously be no need for

Já entre os chimpanzés comuns, a hierarquia patriarcal atua para conter conflitos, mas indiretamente, nos direitos e deveres vinculados a cada posição social. Entretanto, o desejo de reconhecimento permanece sem ser atendido. Isto ainda é agravado pelo fato que o acesso às fêmeas por vezes é um atributo dos machos dominantes.

O chimpanzé comum vive em grupos que variam em tamanho de 15 a 150 membros, embora indivíduos viagem e forrem-se em grupos muito menores durante o dia. A espécie vive em hierarquia rigorosa, dominada pelo macho, o que significa que as disputas geralmente podem ser resolvidas sem a necessidade de violência. (...) Os machos dominantes de uma comunidade, por vezes restringem o acesso reprodutivo às fêmeas (WIKIPEDIA, 2012, verbete “Common Chimpanzee”) <sup>63</sup>.

Como o desejo de reconhecimento não é atendido pela hierarquia, os chimpanzés comuns manifestam essa necessidade fazendo coalizões, e por vezes mesmo rebelando-se contra a ordem dominante. A citação abaixo lembra muito a ordem patriarcal humana.

Os machos mantem e melhoram sua posição social através da formação de coalizões. Essas coalizões têm sido caracterizadas como "exploradoras" e são baseadas em influência de um indivíduo em interações competitivas. Estar em uma coalizão permite aos machos dominarem um terceiro indivíduo que não poderia ser dominado individualmente, enquanto chimpanzés politicamente aptos podem exercer poder em interações agressivas, independentemente da sua posição. Coligações também pode dar a um macho individual a confiança para desafiar um macho dominante. Quanto mais aliados um macho tem, melhor a sua chance de se tornar dominante. No entanto, a maioria das mudanças na posição hierárquica é causada por interações diádicas. Alianças de chimpanzés podem ser muito instáveis, e um membro pode se ligar em outra aliança se isto servir a ele (WIKIPEDIA, 2012, verbete “Common Chimpanzee”) <sup>64</sup>.

A semelhança do comportamento entre chimpanzés e humanos, e a importância das coalizões entre os chimpanzés patriarcais ressalta como é relevante para a economia o estudo das perversões da lei social por meio de conluíus. Devido ao sujeito humano ser composto pelo eu mais o Outro, as coalizões são na verdade o “estado natural” do ser humano, a ser modificado por meio do aperfeiçoamento da cultura.

---

peacemaking if they lived in perfect harmony." However, there are no eyewitness accounts of lethal aggression among bonobos, neither in captivity nor in the wild.

<sup>63</sup> Traduzido de: The common chimpanzee lives in groups which range in size from 15 to 150 members, although individuals travel and forage in much smaller groups during the day. The species lives in a male-dominated, strict hierarchy, which means disputes can generally be settled without the need for violence. (...) A community's dominant males sometimes restrict reproductive access to females.

<sup>64</sup> Traduzido de: Males maintain and improve their social ranks by forming coalitions. These coalitions have been characterized as "exploitive" and are based on an individual's influence in agonistic interactions. Being in a coalition allows males to dominate a third individual when they could not by themselves, as politically apt chimps can exert power over aggressive interactions regardless of their rank. Coalitions can also give an individual male the confidence to challenge a dominant male. The more allies a male has, the better his chance of becoming dominant. However, most changes in hierarchical rank are caused by dyadic interactions. Chimpanzee alliances can be very fickle and one member may turn on another if it serves him.

Chimpanzés machos vivem em uma hierarquia de dominância linear. Machos do alto escalão tendem a ser agressivos mesmo durante um período de dominância estável. Isto ocorre provavelmente devido à sociedade do tipo fissão-fusão em que os chimpanzés vivem, com chimpanzés machos deixando grupos e retornando depois de prolongados períodos de tempo. Com isso, um macho dominante não tem certeza se houve qualquer "manobra política", e precisa restabelecer seu domínio. Assim, uma grande quantidade de agressão ocorre 5-15 minutos após iniciada uma reunião. Durante estes encontros agressivos, as exibições de força têm preferência sobre os ataques (WIKIPEDIA, 2012, verbete "Common Chimpanzee")<sup>65</sup>.

Machos de baixo escalão comumente mudam de lado em disputas entre indivíduos mais dominantes. Estes machos se beneficiam de uma hierarquia instável pelo aumento das oportunidades sexuais. Além disso, os conflitos entre os machos dominantes faz com que eles se concentrem em si, em vez de nos machos de baixo escalão. Hierarquias sociais entre fêmeas adultas tendem a ser mais fracas. No entanto, o status de uma fêmea adulta pode ser importante para sua prole. Também foram registradas fêmeas em Tai formando alianças. Preparo social parece ser importante na formação e manutenção das coligações. É mais comum entre os machos adultos do que nas fêmeas adultas (WIKIPEDIA, 2012, verbete "Common Chimpanzee")<sup>66</sup>.

### 4.3.2 A evidência da lei

#### A lei social na psique humana

Ao contrário dos animais, aonde a vida de uma geração repete a geração anterior - o que é expresso pela equação 4.1 na página cento e vinte e cinco - nos humanos cada geração é levemente diferente da anterior, em um processo que se acelerou muito, depois da revolução industrial. Inicialmente a psique (ou a mente) humana foi dividida por Freud em três instâncias, o eu, o isso, e o supereu. Mas em um contexto lacaniano / hegeliano, a psique aparece como sendo o eu e o Outro, sendo que do Outro surge o "ideal do eu, que se tornará mais tarde o supereu" (JALLEY, 2009, p. 105). Assim a psique humana seria dada por:

$$P_g = E_g + O_g \quad 4.2$$

Onde  $P_g$ ,  $E_g$ , e  $O_g$  são respectivamente a psique humana, o eu e o Outro na geração g. Por sua vez, a lei no eixo simbólico da psique é dada por:

<sup>65</sup> Traduzido de: Male chimpanzees exist in a linear dominance hierarchy. Top-ranking males tend to be aggressive even during dominance stability. This is likely due to the chimp's fission-fusion society, with male chimps leaving groups and returning after extended periods of time. With this, a dominant male is unsure if there has been any "political maneuvering" and must re-establish his dominance. Thus, a large amount of aggression occurs 5–15 minutes after a reunion. During aggressive encounters, displays are preferred over attacks.

<sup>66</sup> Traduzido de: Low ranking males commonly switch sides in disputes between more dominant individuals. Low ranking males benefit from an unstable hierarchy and have increased sexual opportunities. In addition, conflicts between dominant males cause them to focus on each other rather than the lower ranking males. Social hierarchies among adult females tend to be weaker. Nevertheless, the status of an adult female may be important for her offspring. Females in Tai have also been recorded to form alliances. Social grooming appears to be important in the formation and maintenance of coalitions. It is more common among adult males than adult females.

$$O_g = -\Delta I_g + O_{g-1} \quad 4.3$$

Onde  $(-\Delta I_g)$  representa o decaimento do ideal do eu, ou seja, o decaimento do patriarcado, ou da imago paterna, durante a geração  $g$ .

Por função patriarcal nós entendemos precisamente o lugar do pai na vida de nossas sociedades ocidentais como se apoiando no lugar reconhecido à transcendência. Que esse lugar esteja em decadência é o que atestam inúmeros autores. Assim os historiadores Jean Delumeau e Daniel Roche, (*Histoire des pères et de la paternité*, 1990), situam em torno de 1500 o fim *de uma longa evolução que acabou por harmonizar direito consuetudinário, direito canônico e direito romano*, que fazia *aparecer o pai como a garantia da família e do reino*, o que permite situar no século XVII *a idade do ouro da monarquia paterna*. Seria então a partir do século XVIII que o enfraquecimento teria começado e depois não teria cessado de se agravar, a Revolução Francesa desempenhando, neste domínio, seu papel de revelador ao mesmo tempo que detonador (LEBRUN, 2010, p. 14).

Contudo, o declínio do patriarcado não equivale ao declínio da função paterna. O ponto delicado da questão se acha mesmo nessa direção. Com efeito, o fato de identificar que a função do pai declina no tecido de uma sociedade – isso, lembremos, não é novo: já Freud evocava, em *Psicologia das massas e análise do eu* (2011), o trabalho de Federn sobre *A sociedade sem pais*<sup>67</sup>, publicado em 1919, e Lacan, em seu artigo sobre *A família*, em 1938, falava de *declínio da imago paterna* – não nos permite no entanto fazer coincidir a função patriarcal e a função paterna. Bem pelo contrário, convém distingui-la, nem que seja para fazer emergir suas interações e sua independência recíproca (LEBRUN, 2010, p. 17).

Já o Outro é a instância pela qual se dá a transmissão da lei social, e desse modo o conteúdo do Outro da geração  $g$ , é o Outro da geração imediatamente anterior<sup>68</sup>, menos o decaimento da imago paterna, ocorrido entre as gerações. Este decaimento nesta tese significa que a função particular do pai, e a função universal do patriarca aproximam-se cada vez mais, isto é o pai fica cada vez menos distante e hostil com relação ao filho. Pela equação 4.3 pode-se regredir o Outro até o primeiro Outro, o pai da horda primitiva, como na equação 4.4.

$$O_g = -\Delta I_g - \Delta I_{g-1} - \dots - \Delta I_{g-n} - \dots - \Delta I_2 - \Delta I_1 + O_0 \quad 4.4$$

Onde  $O_0$  é o Outro do primeiro pai, o pai da horda primitiva, o único que não está submetido à lei; e  $(-\Delta I_i)$  é o decaimento da imago paterna ocorrida na geração  $i$ . Assim, pela equação 4.4 pode-se dizer que há um vestígio do primeiro Outro no Outro. “O ideal do eu surge da identificação com o pai, como substituto de um anseio pelo pai, e possui ‘os vínculos mais

<sup>67</sup> Remetemos aqui ao artigo de Claus-Dieter Rath, “A sociedade sem pais: de Paul Federn a Alexandre Mitscherlich”, e à tradução do artigo de Paul Federn publicada na revista *Essaim*, n. 5, Érés, 2000.

<sup>68</sup> Lacan diz que não existe Outro do Outro, mas com isto quer dizer que não existe metalinguagem do inconsciente, quando o que se está se tratando aqui é do conteúdo do Outro. “Partamos da concepção do Outro como do lugar do significante. Todo enunciado de autoridade aí só tem como garantia sua própria enunciação, pois é inútil que ele o procure num outro significante, o qual de modo algum não poderia aparecer fora desse lugar. O que formulamos ao dizer que não há metalinguagem que possa ser falada, mais aforisticamente: não há Outro do Outro. É como impostor que se apresenta para aí substituir-se, o Legislador (aquele que pretende erigir a Lei)” (LACAN, 1978d, p. 296).

abundantes com a aquisição filogenética de cada indivíduo – a sua herança arcaica’ (FREUD, 1980, p. 51), sob a forma da experiência de gerações anteriores” (DIAS M. d., 2009, p. 35).

Já a lei no eixo imaginário da psique é dada por:

$$E_g = o_g + E_{g-1} \quad 4.5$$

Onde o conteúdo do eu na geração  $g$  é o eu na geração anterior, mais os objetos psíquicos (outros) adicionados por meio da linguagem na geração  $g$ . A equação 4.5 também admite, como a equação 4.3, uma regressão até o pai da horda primitiva, como na equação 4.6.

$$E_g = o_g + o_{g-1} + \dots + o_{g-n} + \dots + o_2 + o_1 + E_0 \quad 4.6$$

Onde  $E_0$  é o eu do primeiro pai, e  $o_i$  os objetos (outros) adicionados na geração  $i$  por meio da linguagem. Conforme a segunda citação à página cento e quatorze, a procura por um objeto substituto do objeto para sempre perdido, faz com que permanentemente novos objetos sejam adicionados ao campo do desejo. O somatório ( $\sum_{i=1}^{i=g} o_i$ ) dos objetos adicionados a cada geração fazem a linguagem e a história, já que um objeto só existe na medida em que é nomeado, conforme a primeira citação da página cento e dezenove.

Observa-se que a cada sujeito, a constituição do eu equivale à passagem do estado primitivo para os dias de hoje. Freud (1974a, p. 132), referindo-se ao ego (eu) afirma: “no espaço de poucos anos, a pequena criatura primitiva deve transformar-se num ser humano civilizado; ela tem de atravessar um período imensamente longo de desenvolvimento cultural humano de uma forma abreviada quase misteriosa”. O que torna possível esta jornada do eu é a constituição da linguagem e do inconsciente.

A equação 4.6 mostra quão próxima e quão longe a humanidade se encontra do “primitivo”, cuja diferença é “apenas” uma cobertura de linguagem, que representa a cultura acumulada em toda a história da humanidade. Da mesma forma, em cada sujeito dos dias de hoje existem vestígios do primitivo que um dia a humanidade foi.

Em relação a isso, o “protótipo infantil” (*Vorbild*) e o “protótipo filogenético” reenviam um ao outro numa espécie de círculo metafórico cuja própria dinâmica colhe seu princípio da referência em uma figura exemplar, a do “primitivo”, como vestígio sobrevivente do passado da civilização. De fato, se o primitivo se comporta ainda como criança, em troca a criança faz reviver o primitivo, e é essa segunda metáfora que serve de modelo à anterior: a “pré-história pessoal” como ressurgente

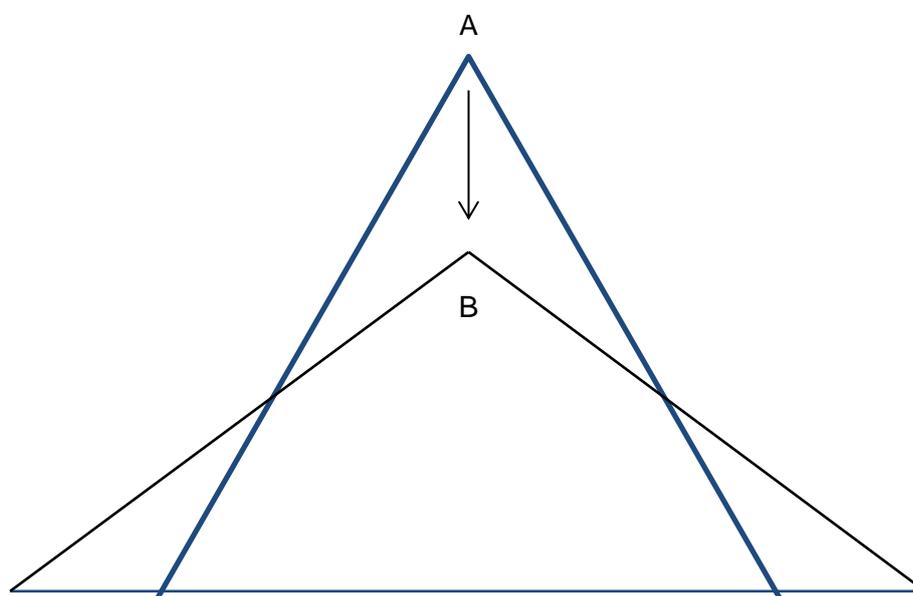
da pré-história filogenética e, ao mesmo tempo, como intermediária de suas marcas vestigiais no homem moderno <sup>69</sup> (JALLEY, 2009, p. 265-266).

Ainda em relação à equação 4.6, no humano primitivo, quando são poucos os objetos (outros) adicionados, é mais difícil o reconhecimento de outros grupos em tudo semelhantes, pois à medida que o grupo aumenta, escapa do universo conhecido de símbolos e de objetos.

Apesar da unidade linguística e cultural que permite classifica-los numa só macro etnia, oposta globalmente aos outros povos designados pelos portugueses como *tapuias* (ou inimigos), os índios do tronco tupi não puderam jamais unificar-se numa organização política que lhes permitisse atuar conjugadamente. Sua própria condição evolutiva de povos de nível tribal fazia com que cada unidade étnica, ao crescer, se dividisse em novas entidades autônomas que, afastando-se umas das outras, iam se tornando reciprocamente mais diferenciadas e hostis (RIBEIRO, 1995, p. 32-33).

### O triângulo hierárquico da lei

As equações do eixo simbólico e do eixo imaginário apresentam tendências no sentido estatístico do termo. No eixo simbólico, que é o eixo vertical <sup>70</sup>, a tendência é de diminuição da imago paterna, enquanto no eixo imaginário, a tendência é de aumento do número de objetos (outros) adicionados. Na figura 4.2 aparece o triângulo da hierarquia, com o eixo imaginário se expandindo na horizontal, e o eixo simbólico se contraindo na vertical.



**Figura 4.2 - A dinâmica da lei social**

Ao longo da história patriarcal, que forma a segunda etapa da evolução da consciência, o triângulo das hierarquias humanas foi se achatando, diminuindo em altura, e aumentando na base, em uma tendência de democratização e de socialização da sociedade humana. O vértice

<sup>69</sup> (FREUD, 1971b, p. 32)

<sup>70</sup> Na figura 4.1 os eixos simbólico e imaginário aparecem invertidos, na horizontal e vertical, para poder compor com a matriz de ganhos do dilema do prisioneiro.

superior da pirâmide, lugar do macho-alfa, vai diminuindo gradativamente de importância, ao longo do percurso  $\overrightarrow{AB}$ . Entretanto, esta diminuição pode ser tão lenta que passa despercebida.

Um exemplo foi o título de Caesar utilizado a partir do ano 68-69 da era cristã como título imperial no Império Romano. Com a queda do Império Romano do ocidente, em 476, o título continuou em uso no Império Bizantino até 1453. O império que o sucedeu em Bizâncio foi o Império Otomano, que usou este título (Qaysar-ı Rum, ou César de Roma) como título secundário para os sultões até seu fim em 1922. No ocidente o Sacro Império Romano-Germânico (800-1806) utilizou a versão alemã Kaiser, seguido pelo Império Austríaco (1804-1918), e pelo Império Alemão (1871-1918). Finalmente o Império Russo utilizou a versão eslava Czar ou Tzar (1546-1917), assim como a Bulgária (1908-1946).

Um aspecto notável, e que diz muito do aspecto patriarcal (e tribal) do título, é que Caesar significa cabeludo<sup>71</sup>. Então durante muitos séculos grandes impérios consideraram uma grande honra atribuir a seu macho-alfa o cognome de cabeludo. É irônico que na primeira guerra mundial todas as potências derrotadas (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária pelas potências centrais, e Rússia pelos aliados) utilizavam o título Caesar em suas diferentes versões, o que poderia levar à notável conclusão que na primeira guerra mundial foi derrotada a forma mais atrasada de patriarcalismo, e assim a humanidade avançou mais um pouco em direção ao ponto “B”.

Então por trás da aparência de continuidade e de estabilidade trazida pelo título, seguia-se uma lenta diminuição global do poder do macho-alfa, em uma história marcada por conluios, conspirações, sublevações, alianças instáveis, e guerras, que se cristalizaram na primeira guerra mundial para acabar com a era dos césares (com a exceção da Bulgária, onde o título permaneceu em uso até 1946). Na seção 4.3.3 esta situação de diminuição do poder do macho-alfa é utilizada para atualizar o mito freudiano da horda primitiva.

---

<sup>71</sup> O significado concreto do nome César não é consensual. No entanto, a maior parte dos estudiosos acredita que o nome César deriva da palavra *caesaries*, que em latim significa "cabeludo", "cheio de cabelo" ou até "cheio de pêlos". (...) o nome César também pode vir da palavra em latim *caesus*, que significa "ter sido cortado" ou mesmo "aquele que foi cortado do útero". Daí vem a palavra "cesariana" em português. (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2012, verbete “Cesar”)

### 4.3.3 A forma da lei

#### A horda primitiva

Freud em *Totem e Tabu* (1974b), baseado em Darwin, propugna no ponto “A” inicial a existência do tirânico pai da horda primitiva, que tinha todas as mulheres e não se submetia a lei alguma, isto é, ele era a lei. Revoltados, seus filhos fizeram uma aliança fraterna, o mataram e o devoraram em um festim tribal, para poder ficar com as suas mulheres. Entretanto, uma vez consumado o ato, os filhos sentiram remorso pelo crime cometido, uma vez que, se o pai era tirânico, também era bom para com eles. Em sua memória então, os filhos erigiram o totem da tribo (o pai morto), e em nome deste totem se comprometeram a respeitar a mulher do pai, surgindo então o “pacto da lei primordial” (LACAN, 1978b, p. 262) através da proibição do incesto e do parricídio. A criação do totem representa também a passagem da selvageria à cultura, isto é, os irmãos abdicaram de ocupar o lugar do pai, e passaram a se guiar por uma norma abstrata criada por eles mesmos.

Freud, fato que se esquece habitualmente, está estabelecendo os fundamentos de uma psicologia considerada como ciência histórica. E se assim é, teria que reencontrar todo o campo da realidade histórica, desde as origens do “homem” até nossos dias, para dar conta da formação do “aparato psíquico” e da individualidade (ROZITCHNER, 1989, p. 45).

Uma das questões recorrentes em psicanálise é saber se a horda primitiva existiu realmente ou se é um mito. Freud acreditava realmente em sua existência, mas Lacan a postulava como um mito.

Figura obscena e feroz do pai primordial, inesgotável em redimir-se na eterna cegueira de Édipo, como pensar, senão que tivesse de curvar a cabeça sob a força de um testemunho que ultrapassa seus preconceitos, que um sábio do século XIX tenha preferido a tudo o mais na sua obra esse *Totem e Tabu*, diante do qual os etnólogos de hoje se inclinam como diante do crescimento de um mito autêntico? (LACAN, 1978a, p. 250).

Entretanto, mitos não são falsificações, mas relatos que contem algo da verdade, e podem ser necessários em uma ciência que dependa de um estado inicial desconhecido. Assim, usando de uma analogia com a modelagem bayesiana de séries temporais (WEST & HARRISON, 1989), pode-se cientificamente utilizar o mito como o estado inicial de uma sequência histórica, conquanto que se atribua a este conhecimento grande incerteza, representando o pouco conhecimento da situação.

Quando tomado alegoricamente, o mito transforma-se num relato que tem dois aspectos, ambos igualmente necessários: o fictício e o real. O fictício consiste em que, de fato, não ocorreu o que o relato mítico diz. O real consiste em que de alguma maneira o que o relato mítico diz corresponde à realidade. O mito é como um relato do que poderia ter acontecido se a realidade coincidissem com o paradigma da realidade. Por isso, José Echeverría escreveu que “o mito deve expressar de forma

sucessiva e anedótica o que é supratemporal e permanente, o que jamais deixa de ocorrer e que, como paradigma, vale para todos os tempos. Mediante o mito, é fixada a essência de uma situação cósmica ou de uma estrutura do real. Mas como o modo de fixá-la é um relato, é preciso encontrar uma maneira de indicar ao ouvinte ou leitor mais lúcido que o tempo em que se desenvolvem os fatos é um *falso tempo*, é necessário saber incitá-lo a buscar, para além desse tempo em que o relato parece transcorrer, o arquetípico, o sempre presente, o que não transcorre” (MORA, 2004, p. 1979).

Assim, o mito da horda primitiva estabelece um conhecimento sobre o grupamento humano pré-histórico – considerado a priori como sendo patriarcal, onde: (1) haveria um estado de selvageria com o predomínio de uma ordem imposta pelo macho alfa, o qual tem paralelo na era dos caçadores-coletores do paleolítico, e (2) posteriormente um pacto representando a revolução agrícola que inaugura o neolítico, pondo fim à violenta vida selvagem e estabelecendo a cooperação.

Esse mito é uma necessidade da ciência, ou do conhecimento, quando se coloca sua originária e perdida obscuridade. O mito se refere à origem da história, novamente o trânsito da natureza à cultura. Freud pressupõe duas formas coletivas sucessivas: a primeira, a chamada *horda primitiva* e a segunda, que resulta de uma transformação qualitativa e radical da anterior, a *aliança fraterna*. Trata-se do trânsito de um coletivo natural, a horda primitiva, ao primeiro coletivo cultural, a aliança. Freud não parte do indivíduo isolado, mas de uma estrutura coletiva cujo desenvolvimento trataremos de explicar agora (ROZITCHNER, 1989, p. 47).

O mito da horda primitiva no livro *Totem e Tabu* (1974b) representa uma das tentativas bem sucedidas de Freud de conectar a lei psíquica com a lei social, como em suas “obras sociais: *O mal estar na cultura, Psicologia das massas e análise do ego, Moisés e o monoteísmo, O futuro de uma ilusão*, onde o problema do coletivo e do histórico é explícito” (ROZITCHNER, 1989, p. 20). Entretanto este trabalho deixou bastante espaço a ser aperfeiçoado, e um dos aspectos que pode ser melhorado em vista de novas informações é o mito da horda primitiva. Estas novas informações, em relação à época de Freud, dizem respeito à pré-história humana, ao comportamento dos chimpanzés, e à questão dos conluios.

O chimpanzé é o parente vivo mais próximo do homem, vindo em segundo lugar o gorila. Existem dois tipos de organização, a dos chimpanzés patriarcais e a dos bonobos matriarcais. Também na sociedade humana pré-histórica houve, segundo antropólogas como Gimbutas (1991), dois tipos de organização, uma matriarcal, naquele tempo mais importante, e uma patriarcal, as quais, entretanto não deram origem a duas espécies diferentes, como o são o chimpanzé e o bonobo, por que a comunidade patriarcal mais agressiva invadiu a comunidade matriarcal. Seria, portanto natural considerar a comunidade viva do chimpanzé patriarcal como o protótipo da horda primitiva humana dos caçadores-coletores do paleolítico.

Aceito isso, a organização patriarcal do chimpanzé é composta por um macho alfa, como o pai primordial da horda, e machos beta, os quais caçam em grupos, exatamente como seria a horda primitiva de caçadores coletores do paleolítico. Entretanto, a estrutura hierárquica do bando pode ser bastante instável, pois o macho-alfa faz alianças para manter sua situação, assim como machos-beta fazem coalizões para melhorar sua posição social, e mesmo desafiar o macho-alfa. Aí está então o ponto que faltava no sujeito cartesiano, a capacidade de fazer conluos pelo poder e pelas fêmeas (devido ao desejo de reconhecimento), exatamente o que foi incluído na economia, no capítulo dois desta tese através do dilema do prisioneiro. Mesmo entre os bonobos as fêmeas fazem conluos para assegurar a estabilidade do sistema matriarcal perante os machos.

O último ponto relativo ao mito freudiano diz respeito à passagem da selvageria para a cultura da aliança fraterna, que na verdade é uma metáfora, pois esta passagem se deu lentamente do paleolítico dos caçadores-coletores até o neolítico da revolução agrícola, e continua até hoje, onde em cada geração existe uma troca de instintos selvagens por cultura, em um movimento contínuo e quase imperceptível do ponto “A” em direção ao ponto “B”, da figura 4.2. Esta consideração de que a passagem da selvageria à cultura se dá pelo sacrifício dos instintos está presente em *O mal-estar na civilização* (FREUD, 2010b).

No curso desta investigação, impôs-se nos a ideia que a cultura é um processo especial que se desenrola na humanidade, e nós continuamos sob o influxo dessa ideia. Acrescentemos que é um processo a serviço de Eros, que pretende juntar indivíduos isolados, famílias, depois etnias, povos e nações numa grande unidade, a da humanidade. Por que isso teria de ocorrer não sabemos; é simplesmente a obra de Eros. Essas multidões humanas devem ser ligadas libidinalmente entre si; a necessidade apenas, as vantagens do trabalho em comum não as manterão juntas. Mas a esse programa de cultura se opõe o instinto natural de agressão dos seres humanos, a hostilidade de um contra todos e de todos contra um. Esse instinto de agressão é o derivado e representante maior do instinto de morte, que encontramos ao lado de Eros e que partilha com ele o domínio do mundo. Agora, acredito, o sentido da evolução cultural já não é obscuro para nós. Ela nos apresenta a luta entre Eros e morte, instinto de vida e instinto de destruição, tal como se desenrola na espécie humana. Essa luta é o conteúdo essencial da vida, e por isso a evolução cultural pode ser designada, brevemente, como a luta vital da espécie humana. E é esse combate de gigantes que nossas babás querem amortecer com a “canção de ninar falando do céu”! (FREUD, 2010b, p. 90).

### **As marcas da emergência da lei**

Ao longo da direção  $\overrightarrow{AB}$ , houveram vários pontos em que a emergência da lei social no sentido de diminuição do poder patriarcal e de maior equidade, se cristalizou em um grande evento, que foi denominado nesta tese como uma marca da emergência da lei na história. Um

exemplo foi a derrota do patriarcalismo mais radical na primeira guerra mundial. Mas muitas outras marcas aconteceram na história, das quais se seguem as mais importantes:

1. A adoção do cristianismo pelo Império Romano: em 380, Teodósio I, imperador romano instituiu o cristianismo como a religião oficial do Império Romano. A máxima de Jesus “ama a teu próximo como a ti mesmo” ou “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” era um chamado à cooperação. Esta data marca a passagem da lei social como lei do bando, ou lei do mais forte, para a lei da equidade. Doravante se estabeleceria uma contradição nos Estados cristãos, entre a lei da equidade, que emergiu como a máxima cooperativa cristã da religião oficial, versus a política de estado, prenhe de conluíus, perseguições, guerras e atitudes não cooperativas, orientada pela lei do bando. Estas atitudes não cooperativas na forma de conluíus podem ser consideradas como perversões (jogos dentro do jogo) da lei da equidade que emergiu e se tornou a lei social. Por exemplo, as cruzadas e a inquisição foram perversões da lei social expressa pela máxima cristã. A lei do bando se torna então uma perversão da lei social, que é a lei da equidade;
2. A Magna Carta: em 1215 foi elaborada na Inglaterra a Magna Carta, precursora das constituições, pela qual o poder absoluto do rei inglês (o patriarca) era limitado por uma série de artigos, impostos pelos barões ingleses (os objetos outros) como condição para sua fidelidade ao rei. Teve como precursora a Carta das Liberdades, outorgada em 1100 por Henrique I (WIKIPEDIA, 2012, verbete “Magna Carta”);
3. A independência norte-americana: em 1776 as treze colônias norte-americanas declararam sua independência da Inglaterra, estabelecendo uma constituição por vezes considerada revolucionária no sentido de estabelecer os direitos dos indivíduos (os objetos outros) e as limitações ao poder do Estado (patriarcal);
4. A revolução francesa: em 1789 iniciou-se a revolução francesa onde foi deposto o rei Luís XVI (patriarca). A lei da equidade emerge como sendo a liberdade, igualdade e fraternidade, lema da revolução. Efetivamente concretizou muito mais o ideal de liberdade burguesa, mas deixou como legado a busca por igualdade e fraternidade, como futura emergência da lei social;
5. A revolução russa: em 1917 iniciou-se a revolução russa depondo o Czar Nicolau II (patriarca), com o ideal de implantar o comunismo. Efetivamente concretizou o ideal de igualdade, mas a custa do ideal de liberdade que prevaleceu na revolução francesa;
6. O julgamento de Nuremberg: em 1946, pela primeira vez os representantes do poder patriarcal de uma nação (a Alemanha) foram julgados por uma corte de justiça

internacional, por crimes contra a lei social. Ainda que tenham sido os vencidos que foram julgados, o fato de haver um julgamento caracterizou uma evolução cultural importante, pelo abandono de uma justiça sumária dos vencedores, e pela criação de uma jurisprudência a respeito do que os líderes (patriarcais) de uma nação não podem fazer (crimes contra a humanidade, crimes contra a paz, crimes de guerra, e conluios nos crimes anteriores).

A revolução francesa e a revolução russa foram os principais balizadores da emergência da lei social como busca pela equidade. A revolução francesa promoveu a liberdade, enquanto a revolução russa promoveu a igualdade. Entretanto sem a fraternidade, liberdade e igualdade se transformam em conluios estruturados como um dilema do prisioneiro e não em equidade. Segundo esta tese, a próxima revolução será a da fraternidade, que promoverá a consciência patriarcal para o próximo estágio, a consciência da alteridade (ver figura 4.1), onde se buscará ativamente a equidade. O que marcará esta mudança será o conhecimento da lei, apontada por esta tese, e a política de redistribuição de renda para enfrentar a estagnação secular.

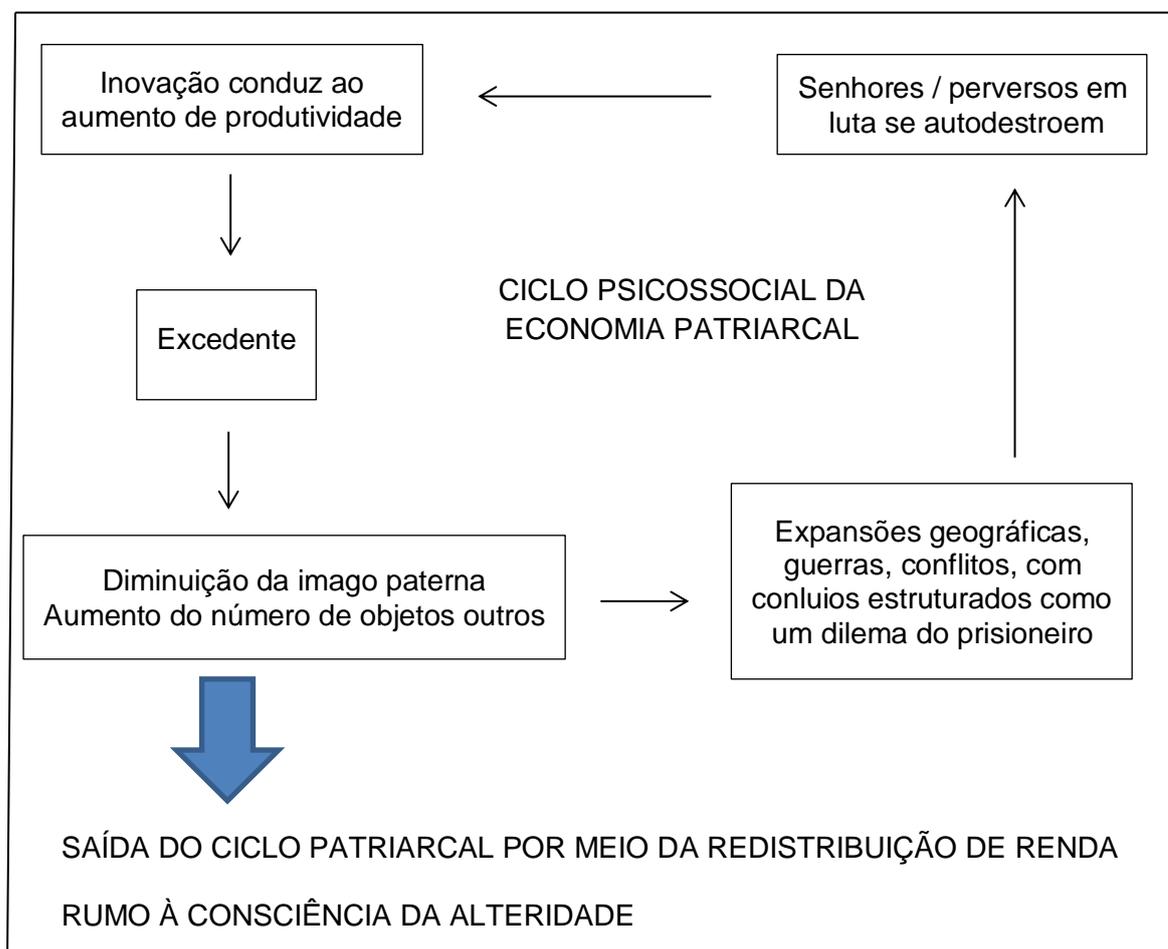
### **O mecanismo de transmissão da lei**

Pelo que foi apresentado até agora, tornou-se possível construir o mecanismo pelo qual se dá a emergência da lei social, desde sua causa primeira, apresentado na figura 4.3, que sintetiza tudo o que foi visto até agora da economia e da lei social durante a consciência patriarcal.

Começa-se o ciclo psicossocial da economia patriarcal pelo aumento de produtividade (no alto à esquerda) causado, por exemplo, por uma inovação na agricultura. Este aumento de produtividade acaba gerando um excedente às necessidades básicas da população, o qual é crescente. O excedente causa uma diminuição da imago paterna e do poder patriarcal, já que a figura do pai competitivo e provedor é cada vez menos necessária. Um Outro (pai) menos hostil e distante permite a identificação com um maior número de objetos outros, alargando o campo do desejo e permitindo maior socialização.

Surge então a bifurcação: se o triângulo hierárquico já se achatou o suficiente, isto é, se a imago paterna já diminuiu e se o número de objetos outros incorporados ao eu se alargou o suficiente, começa a redistribuição de renda (a justiça como equidade) que permitirá a passagem para uma nova etapa marcada pela consciência da alteridade. Senão, como o excedente é mal distribuído entre a população, o ciclo da economia patriarcal continua com

expansões geográficas da população, devastação da natureza, guerras e conflitos, marcados pelos conluios estruturados como dilemas do prisioneiro.



**Figura 4.3 - Mecanismo de emergência da lei social**

Ocorrem então as lutas pelo poder entre os grupos que praticam os conluios. Antes de o cristianismo ser adotado como religião oficial pelo Império Romano esta luta era travada pelos senhores (na fenomenologia hegeliana), os quais se guiavam pela lei do bando, que era a lei social. Com o cristianismo, a lei social se transmutou da lei do bando para a lei da equidade, e os senhores passaram a ser perversos, isto é, aqueles que pervertem e manipulam a lei social, praticando jogos dentro do jogo. O papel do perverso é examinado em mais detalhes na próxima seção.

Como resultados das lutas pelo poder, os senhores, mais tarde perversos, se destroem mutuamente, abrindo caminho para lentas transformações das estruturas no sistema de poder,

a ascensão das mulheres, e o surgimento de inovações. O surgimento de inovações conduz a novos aumentos de produtividade, e assim se repete o ciclo.

## 4.4 A HISTÓRIA DA CONSCIÊNCIA

### 4.4.1 A pré-história matriarcal e patriarcal

O matriarcado na espécie humana é uma teoria antropológica que começou no século dezenove, e que posteriormente teve um ressurgimento nos anos setenta do século vinte, com o movimento feminista. Mais recentemente, a antropóloga e professora da UCLA, Marija Gimbutas, tem se destacado neste campo<sup>72</sup>.

As primeiras pesquisas sobre as sociedades do mundo antigo, representadas pelo trabalho de J. J. Bachofen (1815-1887) e R. Briffault (1873-1948) foram baseadas em um estudo dos primeiros registros históricos, arqueologia, mito, e paralelos etnográficos. Estes homens concluíram que a sociedade européia antiga era matrilinear (a estrutura na qual a herança se dá através da linhagem feminina) e matriarcal. No século 20, nenhuma obra interdisciplinar em grande escala tem sido feita para além do trabalho de George Thomson, *O Egeu Pré-histórico: Estudos na Sociedade Grega Antiga*, de 1949. Estudos recentes se concentram em regiões geográficas diferentes, principalmente na Europa ocidental e central (GIMBUTAS, 1991, p. 324)<sup>73</sup>.

"James Frazer, Margaret Mead e outros antropólogos", escreve Leonard Cottrell, "estabeleceram que nos estágios iniciais do desenvolvimento do homem, antes do segredo da fecundidade humana ser compreendido, antes do coito ser associado com o parto, a fêmea foi reverenciada como a doadora da vida. Apenas as mulheres poderiam produzir sua própria espécie, e a parte do homem neste processo ainda não era reconhecida" (STONE, 1976, p. 11)<sup>74</sup>.

As razões que levaram à teoria do matriarcado deitam suas raízes no paleolítico dos coletores-caçadores (2,5 milhões – 10.000 AC), onde foram encontradas inúmeras esculturas femininas, e que prosseguiram sendo descobertas durante o neolítico da revolução agrícola, indicando uma continuidade cultural.

<sup>72</sup> Segundo o professor e antropólogo Mércio Pereira Gomes, embora não seja reconhecida como corrente dominante na antropologia, o trabalho de Marija Gimbutas dá uma visão da Europa antiga, onde nos primórdios da humanidade existiu um longo período formativo da agricultura em que o papel feminino na arena política era equivalente ao masculino, período que ela chamou de matriarcado.

<sup>73</sup> Traduzido de: Early research on the societies of the ancient world, as represented by the work of J. J. Bachofen (1815-87) and R. Briffault (1873-1948), was based on a study of early historical records, archeology, myth, and ethnographic parallels. These men concluded that ancient European society was matrilinear (the structure in which inheritance takes place through the female line) and matriarchal. In the 20<sup>th</sup> century no large scale interdisciplinary work has been done beyond George Thomson's *The Prehistoric Aegean: Studies in Ancient Greek Society*, 1949. Recent studies focus on separate geographic regions, mainly western Europe or central Europe.

<sup>74</sup> Traduzido de: "James Frazer, Margaret Mead and other anthropologists", writes Leonard Cottrell, "have established that in the very early stages of man's development, before the secret of human fecundity was understood, before coitus was associated with childbirth, the female was revered as the giver of life. Only women could produce their own kind, and man's part in this process was not as yet recognized"

Esculturas em pedra de figuras femininas e animais foram descobertas em datações já no período Acheuliano do Paleolítico Inferior, mais de 500.000 anos atrás. Desde a época do Paleolítico Médio Mousteriano, 100.000 a 40.000 anos atrás, pedras triangulares foram deliberadamente colocadas acima de enterros, e marcações foram gravadas nas pedras. (...) A maioria das pesquisas tem sido feita no período Paleolítico Superior, 40.000 a 10.000 anos antes de nossa época (GIMBUTAS, 1991, p. 222) <sup>75</sup>.

Esculturas em miniatura feitas em pedra, chifre, ou osso, representando uma variedade de divindades, apareceu entre 27,000 e 25,000 a.C. Cerca de três mil esculturas foram encontradas na área entre o sul da França e a Sibéria central. (...) As várias formas, gestos e atributos retratados nestas esculturas, em adição à sua proveniência, prestam-se a uma tipologia representando aspectos e funções da Deusa (GIMBUTAS, 1991, p. 222) <sup>76</sup>.

Um estudo dos símbolos da arte paleolítica demonstra que a fêmea, em vez do macho, era a divindade criadora. Na verdade, não há vestígios no Paleolítico de uma figura paterna. O sustento e nutrição da prole – nas plantas, animais e humanos - foi o modelo primário para o desenvolvimento da imagem da Deusa como a divindade tudo-geradora. (...) Essencialmente a mesma iconografia esteve presente na religião da Deusa, bem dentro da era agrícola, embora evoluída, refletindo mudanças nas condições econômicas (GIMBUTAS, 1991, p. 222) <sup>77</sup>.

Entretanto, os casos do chimpanzé robusto patriarcal, conhecido como chimpanzé, e do chimpanzé grácil matriarcal, conhecido como bonobo, servem de paradigma para esta tese, por que os humanos também desenvolveram os mesmos dois tipos de organização distinta, a matriarcal e a patriarcal. No caso do chimpanzé e do bonobo, as duas organizações não se misturaram por que eram separadas pelo rio Congo, e como os chimpanzés não sabem nadar, acabaram se separando em duas espécies diferentes de chimpanzé, sendo que as diferenças de organização provavelmente se devem à oferta e ao tipo de alimentação disponível.

No caso dos humanos, ambas as organizações começaram na pré-história, e não houve separação em duas espécies por que a organização patriarcal dos povos indo-europeus, pastoril e que habitava as estepes do sul da Rússia, invadiu a organização matriarcal, que habitava a Europa e Oriente Próximo, e que tinha desenvolvido a agricultura. A organização patriarcal, mais rude e seminômade, se dedicava ao pastoreio, e conhecia o cavalo, o qual

<sup>75</sup> Traduzido de: Flint sculptures of female figures and animals have been found that date as far back as the Acheulian period of the Lower Paleolithic, more than 500,000 years ago. From the Middle Paleolithic-Mousterian epoch, 100,000 to 40,000 years ago, triangular stones were deliberately placed above burials and cupmarks were engraved into stones. (...) most research has been done on the Upper Paleolithic period, 40,000 to 10,000 years before our present time

<sup>76</sup> Traduzido de: Miniature sculptures in stone, horn, or bone, representing a variety of deities, appeared between 27,000 and 25,000 B.C. About three thousand sculptures have been found in the area between southern France and central Siberia. (...) The various shapes, gestures, and attributes portrayed on these sculptures, in addition to their provenance, lend themselves to a classification of types representing various aspects and functions of the Goddess

<sup>77</sup> Traduzido de: A study of symbols in Paleolithic art demonstrates that the female, rather than the male, was the deity of creation. In fact, there are no traces in Paleolithic of a father figure. The bearing and nourishing of offspring – plant, animal, and human – was the primary model for the development of the image of the Goddess as the all-generating deity. (...) Essentially the same iconography attended the religion of the Goddess well into the agricultural era, although evolved, reflecting changing economic conditions

domesticara. Provavelmente foi o sucesso da fixação na terra, com o desenvolvimento da agricultura em terras mais férteis, e o conseqüente surgimento do excedente, que tornou a organização matriarcal, cooperativa, igualitária e não agressiva, uma presa da organização patriarcal, agressiva e hierarquizada.

As primeiras civilizações do mundo - na China, Tibete, Egito, Oriente Próximo e Europa - foram, com toda a probabilidade, matrísticas "civilizações da Deusa". Como a agricultura foi desenvolvida por mulheres, o período Neolítico criou as condições ideais para a sobrevivência de sistemas matrilineares, endógamos herdados dos tempos do Paleolítico. Durante o período agrícola inicial, as mulheres atingiram o ápice da sua influência na fazenda, artes e ofícios, e funções sociais. O matriclã com princípios coletivistas continuou (GIMBUTAS, 1991, p. 324)<sup>78</sup>.

As civilizações que adoraram a Deusa, as quais tinham florescido por milhares de anos, trazendo com elas no início do tempo invenções nos métodos de agricultura, medicina, arquitetura, metalurgia, veículos com rodas, cerâmica, têxteis e linguagem escrita, foram gradualmente erradicadas. Embora os indo-europeus tenham iniciado muitas grandes mudanças, foi mais tarde o dever de cada hebreu e depois de cada cristão, suprimir e destruir o culto da divindade feminina onde quer que ele ainda existisse (STONE, 1976, p. 193)<sup>79</sup>.

Assim, havia nas estepes do sul da Rússia grupos indo-europeus seminômades que se dedicavam ao pastoreio, em 5000 AC, e que devido à rudeza de sua existência tinham desenvolvido uma organização patriarcal, não se sabe se a partir de uma organização matriarcal ou patriarcal no paleolítico. Mas, a partir do paradigma do chimpanzé e do bonobo, parentes muito próximos dos humanos, é provável que a natureza tenha experimentado tanto a forma matriarcal quanto a patriarcal (neste caso a horda primitiva de Freud), o que poderia depender da rudeza do meio ambiente.

Assim a primeira civilização agrícola na Europa foi matriarcal, igualitária e cooperativa, mas não subsistiu por que grupos patriarcais mais atrasados culturalmente eram mais agressivos. Desta forma, a invasão da antiga Europa neolítica pelos indo-europeus aconteceu em três ondas distintas, segundo Gimbutas, em 4400 AC, em 3500 AC, e em 3000 AC, sendo muitas vezes violenta, dependendo da quantidade de invasores.

---

<sup>78</sup> Traduzido de: The earliest civilizations of the world – in China, Tibet, Egypt, the Near East, and Europe – were, in all probability, matristic “Goddess civilizations”. Since agriculture was developed by women, the Neolithic period created optimum conditions for the survival of matrilineal, endogamous systems inherited from Paleolithic times. During the early agricultural period women reached the apex of their influence in farming, arts and crafts, and social functions. The matriclan with collectivist principles continued.

<sup>79</sup> Traduzido de: The civilizations that worshiped the Goddess, which had flourished for thousands of years, bringing with them in earliest times inventions in methods of agriculture, medicine, architecture, metallurgy, wheeled vehicles, ceramics, textiles and written language, were gradually stamped out. Though the Indo-Europeans had initiated a great many changes, it was later the duty of every Hebrew and then of every Christian to suppress and destroy the worship of the female deity wherever it still existed.

A desintegração da Cultura TRB começou com a disseminação dos pastores Ânfora Globular patriarcais na Europa centro-norte, e do movimento da relacionada cultura Baden nas regiões do sul do TRB. Uma série de assentamentos TRB do grupo sudeste que datam do final do quarto milênio a. C. foram destruídas pelo fogo, o que foi interpretado por arqueólogos como o resultado de uma ação violenta. Uma diminuição dramática da população foi registrada. No norte, a Cultura TRB continuou até o início do terceiro milênio a. C., quando foi gradualmente substituída pela cultura Sepultura Individual Louça Cordada. Todas estas culturas – Ânfora Globular, Baden, Louça Cordada - representam sociedades patriarcais, seminômades, e pastoris (GIMBUTAS, 1991, p. 141) <sup>80</sup>.

Mas a invasão, que predominantemente acontecia como uma migração, não foi muitas vezes no sentido de expulsar os habitantes originais da terra, mas sim de impor uma nova organização patriarcal que se superpunha à antiga organização matriarcal, aonde os recém-chegados indo-europeus formavam a casta dominante que se aproveitava do excedente ao necessário à subsistência, surgido com a agricultura no neolítico. A agricultura marca o início da possibilidade do trabalho servil ou escravo <sup>81</sup>, uma vez que os povos não eram mais bandos de coletores-caçadores nômades. Isto pode ser visto nestas citações que se referem respectivamente aos hititas e aos gregos.

Entendido melhor agora, está claro que os habitantes originais da terra tornaram-se a classe subserviente ou conquistada, enquanto que os invasores indo-europeus assumiram os papéis de realeza e liderança, assim como fez o Shemsu Hor no Egito, e os arianos, como historicamente atestado, o fizeram na Índia, Hurrian Mitanni, entre os cassitas e mais tarde na Grécia e em Roma. "O estado hitita", diz Gurney, "foi a criação exclusiva de uma casta sobreposta à população indígena do país... um grupo de indo-europeus imigrantes tornou-se dominante sobre a raça aborígine de Hattians." (STONE, 1976, p. 93-94) <sup>82</sup>.

A tomada da Grécia foi aparentemente análoga ao do centro-leste da Europa, que implicou uma transformação da estrutura social básica e do sistema administrativo, pelo estabelecimento de uma classe dominante em fortes localizados nos morros. Um estudo dos tipos físicos da população mostra que os grupos de guerreiros Kurgan (indo-europeus) não foram massivos em números, e não erradicaram os

---

<sup>80</sup> Traduzido de: The disintegration of the TRB culture began with the spread of the patriarchal Globular Amphora pastoralists into northern central Europe and the movement of the related Baden culture into the southern regions of the TRB. A series of TRB settlements of the southeastern group dating from the end of the 4<sup>th</sup> millennium B.C. were destroyed by fire, interpreted by archeologists as the result of a violent action. A dramatic decrease in population is recorded. In the north, the TRB culture continued to the early 3<sup>rd</sup> millennium B.C. when it was gradually replaced by the Corded Ware Single Grave culture. All of these – the Globular Amphora, Baden, and Corded Ware cultures – represent pastoral, seminomadic, and patriarchal societies

<sup>81</sup> A antropofagia era também uma expressão do atraso relativo dos povos Tupi. Comiam seus prisioneiros de guerra porque, com a rudimentaridade de seu sistema produtivo, um cativo rendia pouco mais do que consumia, não existindo, portanto, incentivos para integrá-lo à comunidade como escravo (RIBEIRO, 1995, p. 35).

<sup>82</sup> Traduzido de: Now better understood, it is clear that the original inhabitants of the land became the subservient or conquered class, while the invading Indo-Europeans assumed the roles of royalty and leadership, much as the Shemsu Hor did in Egypt and the historically attested Aryans did in India, Hurrian Mitanni, among the Kassites and later in Greece and Rome. "The Hittite state", says Gurney, "was the creation of an exclusive caste superimposed upon the indigenous population of the country...a group of Indo-European immigrants became dominant over an aboriginal race of Hattians."

habitantes locais. Eles vieram em pequenos bandos migrantes, e estabeleceram-se pela força como uma pequena elite dominante (GIMBUTAS, 1991, p. 389)<sup>83</sup>.

Esta situação em que a organização matriarcal é substituída pela organização patriarcal, é representada pelo matriarcado (1) na figura 4.1. Este quadrante corresponde ao Outro cooperativo materno no eixo simbólico, representando a lei social na primeira organização europeia dos humanos, o matriarcado, e corresponde ao eu não cooperativo no eixo imaginário, representando a existência de grupos (patriarcais) não cooperativos, isto é, a cooperação não era universal. Nesta situação, como se sabe pelo dilema do prisioneiro, mesmo que o matriarcado tenha sido uma forma de cultura superior, o patriarcado foi a forma de cultura dominante, e deveria prevalecer, como de fato prevaleceu.

Nenhuma arma, com a exceção de implementos de caça, é encontrada entre os bens colocados nos túmulos da Europa até 4500-4300 AC, nem há evidência de fortificação em morros nos assentamentos dos europeus antigos. Os gentis agricultores, por isso, foram presa fácil para os bélicos cavaleiros Kurgan (indo-europeus) que enxameavam sobre eles. Esses invasores estavam armados com armas para bater e cortar: punhal e facas longas, lanças, alabardas e arcos e flechas. A tradição Kurgan representa um forte contraste com a civilização da Antiga Europa, que era, no principal, pacífica, sedentária, matrifocada, matrilinear, e sex-igualitária. Os kurgans tinham uma cultura hierárquica, patriarcal e belicista, com ritos funerários distintivos que incluíam sepulturas em covas com estruturas na forma de tenda ou cabana, de madeira ou de pedra, coberta por um monte baixo de pedras ou de terra. Sua economia era essencialmente pastoril, com uma agricultura rudimentar e sazonal, e assentamentos transitórios de casas semisubterrâneas (GIMBUTAS, 1991, p. 352)<sup>84</sup>.

## 4.4.2 O patriarcado na história

### 4.4.2.1 A fenomenologia hegeliana

#### Hegel e a psicanálise

Freud não se aproveitou da obra *Fenomenologia do espírito* (HEGEL, 2008), que é escrita em linguagem muito obscura.

<sup>83</sup> Traduzido de: The takeover in Greece was apparently analogous to that of east-central Europe which entailed a transformation of the basic social structure and administrative system by the establishment of a ruling class in hill forts. A study of the physical types of the population shows that the Kurgan warrior groups were not massive in numbers and did not eradicate the local inhabitants. They came in small migrating bands and established themselves forcefully as a small ruling elite.

<sup>84</sup> Traduzido de: No weapons except implements for hunting are found among grave goods in Europe until 4500-4300 B.C., nor is there evidence of hilltop fortification of Old European settlements. The gentle agriculturalists, therefore, were easy prey to the warlike Kurgan horsemen who swarmed down upon them. These invaders were armed with thrusting and cutting weapons: long dagger-knives, spears, halberds, and bows and arrows. The Kurgan tradition represents a stark contrast to the civilization of Old Europe which was, in the main, peaceful, sedentary, matrifocal, matrilinear, and sex egalitarian. The Kurgans were a warlike, patriarchal, and hierarchical culture with distinctive burial rites that included pit graves with tent or hutlike structures of wood or stone, covered by a low cairn or earthen mound. Their economy was essentially pastoral with a rudimentary agriculture and seasonal, transient settlements of semi-subterranean houses

Na teoria marxista me causaram espécie afirmações como a de que o desenvolvimento das formações sociais é um processo de história natural, ou de que mudanças na estratificação social procedem umas das outras mediante um processo dialético. Não estou certo de compreender corretamente essa tese, e elas também não parecem “materialistas”, mas antes um precipitado da obscura filosofia de Hegel, cuja escola Marx também frequentou (FREUD, 2010a, p. 347) apud (JALLEY, 2009, p. 379).

Lacan, no entanto pôde dispor do curso sobre esta obra na França com Kojève (2002), comentador de Hegel, “Através de Kojève, cujo curso sobre Hegel ele acompanhava desde 1934, Lacan conhecia Alexandre Koyré” (JALLEY, 2009, p. 371). Lacan também revela em sua obra a influência de Hegel, através de inúmeras citações. “Entretanto, o próprio projeto de reler o texto de Freud com a ótica hegeliana, o que constitui, antes de mais nada, uma grande parte do empreendimento lacaniano, não tinha à primeira vista nenhuma evidência.” (JALLEY, 2009, p. 378-379). Para Jalley, Hegel é um precursor da psicanálise, e a sua fenomenologia da consciência, utilizada até certo ponto nesta subseção e na próxima, é uma das razões para que o sujeito que substitui nesta tese o sujeito cartesiano seja denominado de lacaniano-hegeliano.

Quase todo mundo sabe que a *Fenomenologia do espírito*, publicada em 1807, se apresenta como uma sucessão das sucessivas figuras da experiência cultural da consciência humana. Mas o que se notou menos é que, na “Introdução” dessa obra, Hegel descreveu o mecanismo de tal experiência em termos que se pode dizer atualmente que não deixam de lembrar justamente o que conhecemos hoje como o processo ao mesmo tempo recapitulativo e criativo de uma cura psicanalítica (JALLEY, 2009, p. 377).

Entretanto, outros pontos de semelhança, tão dignos de interesse como incontestáveis, entre o pensamento hegeliano e a psicanálise ainda podem ser postos em evidência. Em primeiro lugar, Hegel descreveu, pela primeira vez em termos explícitos na história do pensamento ocidental, a consciência como sujeito em desenvolvimento (*Subjekt, Entwicklung*), em que o ser é só o resultado de sua própria história (*Geschichte*). A atividade desse sujeito é em grande parte inconsciente (*bewusstlos*), é dirigida por pulsões (*Trieb*) e também se acha em conflito consigo mesma (*Konflikt*). Esse sujeito também toma forma em uma personalidade (*Personlichkeit*) que encontra a base do sentimento de si em um corpo (*Körper*). Mas o eu (*das Ich*) só existe realmente na linguagem (*Sprache*), a qual é “a suprema potência entre os homens”. Com certeza, tais temas podem muito bem nos parecer hoje em dia, do ponto de vista de que estamos, se é possível dizer, “só-depois”, metáforas, antecipações, premonições das grandes descobertas da psicanálise (JALLEY, 2009, p. 378).

### **O projeto hegeliano da fenomenologia**

Na *Fenomenologia do espírito*, Hegel apresenta a evolução da consciência em um mundo patriarcal, que para ser humano, deve ser marcado pela luta e pelo trabalho. Este mundo tem início na época dos senhores, que lutam, e dos escravos, que trabalham, e termina em um mundo homogêneo, do espírito humano, onde se daria o fim da história (das guerras e

revoluções). No fim da história haveria o saber absoluto, pois o homem teria se revelado na totalidade da história. E o que movimenta o homem nesta trajetória é o desejo.

Ora, no cap. IV da *Fenomenologia*, Hegel mostra que o desejo que se dirige para outro desejo é necessariamente o desejo de reconhecimento que – ao opor o senhor ao escravo – gera a história e a move (enquanto ele não for definitivamente suprimido pela satisfação). Logo, ao realizar-se, o tempo no qual predomina o futuro gera a história, que dura enquanto dura esse tempo; e esse tempo só dura enquanto dura a história, isto é, enquanto se efetuam os atos humanos realizados em vista do reconhecimento social (KOJÈVE, 2002, p. 348).

Hegel aparentemente vislumbrou que o mundo heterogêneo inicial das experiências da natureza, vai se tornando homogêneo pelas ligações que os povos vão estabelecendo entre si, através da luta e do trabalho. Hegel, porém pensava apenas em termos europeus, e para ele o Estado homogêneo do fim da história seria o Império Napoleônico, enquanto que para esta tese a globalização irá continuar até se atingir o estágio material correspondente à consciência da totalidade, passando primeiro pela consciência da alteridade, onde começaria a distribuição de renda.

Ora, segundo Hegel, é nas e pelas guerras de Napoleão e – em particular – na batalha de Iena que se realiza essa conclusão da história pela supressão-dialética (*Aufheben*) do senhor e do escravo. Por isso, a presença da batalha de Iena na consciência de Hegel é de capital importância. É porque Hegel ouve os ruídos dessa batalha que ele pode saber que a história acaba ou acabou, que – em consequência – sua concepção do mundo é uma concepção total, que seu saber é um saber absoluto (KOJÈVE, 2002, p. 167).

A história desta “globalização” hegeliana poderia começar exatamente onde se parou na seção passada, quando a organização patriarcal subjugou a organização matriarcal humana no neolítico, e começou o trabalho servil ou escravo. Hegel, entretanto pensava nessa “globalização” como começando no mundo grego antigo, pela dialética do senhor-escravo.

Em definitivo, é possível afirmar que: o homem nasceu e a história começou com a primeira luta que terminou com o aparecimento de um senhor e de um escravo. Isto significa que – na origem – o homem sempre é senhor ou escravo; e que só há homem verdadeiro onde há um senhor e um escravo. (Para ser humano, é preciso, no mínimo, ser dois.) E a história universal, a história da interação dos homens e de sua interação com a natureza, é a história da interação de senhores guerreiros e escravos trabalhadores. Por conseguinte, a história para no momento em que desaparece a diferença, a oposição entre senhor e escravo, no momento em que o senhor vai deixar de ser senhor por não ter mais escravo, e o escravo vai deixar de ser escravo por não ter mais senhor, sem no entanto voltar a ser senhor, pois não terá escravo (KOJÈVE, 2002, p. 166)<sup>85</sup>.

A dialética do senhor e do escravo começa por uma luta de vida ou morte por razões de puro prestígio, devido ao desejo de reconhecimento, que é a razão inconsciente da luta. Entretanto um dos dois não suporta o risco e desiste, tornando-se escravo, e o outro senhor. Porém o

<sup>85</sup> Destaca-se ainda nesta citação, a observação de que em Hegel, para ser humano é preciso haver dois, ou seja, o eu e o Outro.

senhor não atinge o reconhecimento pretendido, pois tudo que tem é o reconhecimento de um escravo, enquanto ele pretendia o reconhecimento de um igual. “Logo, ele é reconhecido por alguém que ele não reconhece. E nisso está a insuficiência – e o caráter trágico – de sua situação. O senhor lutou e arriscou a vida pelo reconhecimento, mas só obteve um reconhecimento sem valor para si.” (KOJÈVE, 2002, p. 23). “Ou seja, a dominação é um impasse existencial” (KOJÈVE, 2002, p. 169).

Quanto ao escravo, através do trabalho para o senhor (que não trabalha), eleva-se acima da condição de animal, pela transformação que faz na natureza. Desse modo, pelas mudanças técnicas que ele mesmo cria, o escravo transforma suas próprias condições de vida e cria sua história. Hegel então identifica três estágios de evolução da consciência do escravo, o estoicismo, o ceticismo, e a consciência infeliz (cristã). No estoicismo o escravo é livre em pensamento, mas acaba entediando-se com isso. No ceticismo o escravo nega o valor das coisas, o que pode leva-lo ao suicídio. Mas ambas as situações comportam a mesma contradição, “entre a ideia ou o ideal de liberdade e a realidade da sujeição” (KOJÈVE, 2002, p. 175). Assim o escravo adere à ideologia cristã, a última antes da realização do Estado homogêneo na Terra. O cristianismo produz então a consciência infeliz.

O homem imagina Deus porque quer objetivar-se. E imagina um Deus transcendente porque não consegue objetivar-se no mundo. Mas querer realizar a individualidade pela união com um Deus Transcendente é realiza-la no transcendente, no *Jenseits*, no além do mundo e de si mesmo, considerado como *Bewusstsein* (consciência), como vivente no mundo. Logo, é renunciar à realização do ideal aqui-na-Terra. Por isso, é ser e saber que se é infeliz neste mundo (KOJÈVE, 2002, p. 196).

### **O senhor pagão**

O senhor pagão vive uma dupla situação, que não pode ser conciliada, uma universal (Estado) e a outra particular (família). Na situação universal, ele é um guerreiro, cujo objetivo é defender o Estado, matando ou morrendo pela lei humana. Na situação particular, ele vive pela lei divina, procurando a fortuna (o amor) da família. Estas duas situações se opõem, e não podem ser sintetizadas em um indivíduo. “Só o indivíduo pode chegar à satisfação” (KOJÈVE, 2002, p. 179).

Enquanto as ações humanas da luta e do trabalho não se sintetizam num único Ser humano, o homem não está plenamente satisfeito. A realização e o reconhecimento da ação unicamente universal no Estado satisfazem tão pouco o homem quanto a realização e o reconhecimento de seu Ser pessoal, particular, na família. (...) De fato, para a família, o valor supremo é o Ser natural, o *Sein*, a vida biológica de seus membros. Ora, o que o Estado exige de cada membro da família é precisamente que ele arrisque a vida, que morra pela causa universal. Logo, cumprir o dever de cidadão é necessariamente infringir a lei da família; e vice-versa. No mundo pagão esse conflito é inevitável e insolúvel: o homem não pode renunciar à família, já que não pode renunciar à particularidade de seu Ser; e também não pode renunciar ao

Estado, já que não pode renunciar à universalidade de sua ação. Assim, ele será necessariamente criminoso, seja para com o Estado, seja para com a família. E é isso que dá à vida pagã o caráter trágico (KOJÈVE, 2002, p. 180).

Observa-se que esta situação de oposição entre o universal e o particular se dá antes do advento do cristianismo. O universal (a lei humana) era então a lei do bando (patriarcado natural) ou lei do mais forte, hierárquica e não cooperativa, enquanto que o particular (a lei divina) tinha por base a família (o matriarcado), que em princípio é cooperativa. Hegel, no comentário de Kojève, coloca em campos opostos o homem da hierarquia patriarcal, isto é, o cidadão, e a mulher.

O Estado antigo tem uma base natural; o *Volk*, uma unidade étnica. A contradição dentro do Estado antigo é também natural: é a separação dos sexos. Assim, quando há luta entre o universal e o particular, o cidadão e a mulher, a lei humana e a lei divina, o Estado e a família, o Estado, ao destruir o particular, destrói sua própria raiz (*Wurzel*) e destrói a si; e, se o triunfo for do particular, o Estado será destruído por essa atividade criminosa. Não há mediação entre a universalidade (Estado) e a particularidade (família) no mundo pagão (KOJÈVE, 2002, p. 101).

Em última análise, o mundo pagão parece porque exclui o trabalho. Mas o agente imediato de sua ruína é, curiosamente, a mulher. Porque é a mulher que representa o princípio familiar, isto é, o princípio de particularidade que é hostil à sociedade como tal e cuja vitória significa a ruína do Estado, do universal propriamente dito (KOJÈVE, 2002, p. 181).

O destino final do senhor pagão na fenomenologia hegeliana é o seu desaparecimento gradual, transformando-se também em cristão, como o escravo.

Que fará o senhor pagão? Vai desinteressar-se do Estado (do universal); vai deixar de guerrear, vai adotar as ideias (particularistas) do escravo: estoicismo, ceticismo e, finalmente, cristianismo; logo, desaparecerá como senhor, não numa revolução (em consequência de uma ação negadora do escravo), mas por desagregação natural, como um animal. A passagem do Estado antigo ao Estado cristão terá valor revolucionário, mas não será uma verdadeira revolução (KOJÈVE, 2002, p. 101).

### **A lei social, o senhor e o perverso**

Aqui então está a importância maior da fenomenologia hegeliana para esta tese. Também para Hegel existem duas leis, a divina (da família) e a humana (do Estado pagão). O senhor pagão acaba abandonando a lei humana (guerrear) em favor da lei divina (a família) representada pelo cristianismo. Portanto a mudança da lei é a mesma que acontece nesta tese. Com a adoção do cristianismo como religião oficial do Império Romano, a lei social passa da lei do bando ou lei do mais forte (a lei humana), para a lei que emergiu, da justiça como equidade (a lei divina). E aqui surge uma diferença: a lei do bando não desaparece, mas continua como a lei dos fora da lei, dos perversos (antigos senhores) - que continuam a lutar (guerrear) entre si, pervertendo a lei social em jogos dentro do jogo, através de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro. Em termos de desejo, continuam a buscar reconhecimento da mesma

forma que faziam os senhores, sem serem reconhecidos. Porém fazem isso se apossando do excedente econômico por meio de perversões da lei. Na próxima subseção mostra-se que o perverso que manipula a lei social se aproxima conceitualmente do perverso da psicanálise.

#### **4.4.2.2 Da lei psíquica à lei social**

Sabe-se, por que já foi dito aqui, que a lei psíquica nos humanos é a lei social, por que os humanos constroem uma civilização que se afasta da lei (física) da natureza. Porém nesta seção, conjugando-se Lacan à Hegel irá se mostrar como a lei psíquica se transforma na lei social, quando se vai da infância até a idade adulta, e que o fio condutor desta transformação é o desejo de reconhecimento. Nesta transformação aparece a ligação entre o perverso da psicanálise (lei psíquica) e o perverso desta tese, que manipula a lei social.

#### **O desejo na infância**

Como se desenvolve o desejo? Quando a criança nasce, e vivencia o estado de desamparo, deseja a lembrança do primeiro estado fusional com a mãe, através do seio materno, objeto este para sempre perdido, pois se trata de uma primeira vez. Assim surge a falta. O próximo passo é desejar ser o objeto do desejo da mãe. Mas isto não pode ajudar a criança por muito tempo, por que o desejo da mãe também é da ordem de uma falta, ou seja, é móvel. A criança então aprende a simbolizar as perdas, como no jogo do fort-da, colocando no seu lugar objetos substitutos como o carretel do jogo aludido. Assim através da simbolização no inconsciente, a criança vai criando objetos substitutos, que foram aqui chamados de objetos outros, pois o outro também se enquadra nessa categoria de objeto.

#### **O Édipo freudiano**

No quinto ano de idade aproximadamente, a criança passa pela fase conhecida em psicanálise como o Édipo, porque baseado no antigo mito de Édipo. Neste ponto o pai vai passar a lei social para a criança, simbolizada no afastamento da mãe (proibição do incesto) e a diferença entre gerações. O Édipo tem três tempos, os quais são na versão freudiana:

1. “A criança está ligada à mãe e exclui o pai. Assim se nodulam dois desejos: o incesto e o assassinato do pai, desejos a um só tempo primordiais e esquecidos” (JULIEN, 2003, p. 62);
2. “Nasce a angústia da castração” (JULIEN, 2003, p. 62). A criança vê o pai como rival ciumento, portanto hostil, que a ameaça com a castração, que o menino pode ver na menina, e a menina ao ver o menino sente nostalgia do que um dia ela teve;

3. É o amor pelo pai que causa o declínio do Édipo. “O apego edípiano à mãe e a angústia da castração pelo pai declinam e desaparecem” (JULIEN, 2003, p. 62). O menino espera um dia receber, por identificação com o pai, as insígnias da virilidade segundo o Ideal do eu. A menina se identifica com a mãe e espera um dia receber de um homem o falo que ela não tem. Com isso a castração (a lei social) se completa.

### **O Édipo Lacaniano**

Para se afastar da ideia do mito, e também por que o pai não é mais tão hostil e distante, Lacan reformula o Édipo freudiano, também em três tempos.

1. A criança deseja ser o desejo da mãe, porém as ausências da mãe e as presenças do pai colocam-na na dialética do ser, ou seja, sendo o falo aquilo que preenche a falta do ser, a criança tem dúvidas sobre se é ou não o falo da mãe.
2. O pai priva a mãe da criança (o falo materno), e assim a criança passa a ver no pai um falo rival, na dialética do ser. Aos poucos a criança simboliza a ausência da mãe, como no jogo do fort-da (DOR, 1991b, p. 50), assimilando que o pai não é o falo rival, mas que ele tem o falo, ou seja, o pai faz a lei social e a castração, que é obedecida pela mãe. Esta é a entrada da criança na dialética do ter, onde a criança ainda tem dúvida se o pai tem ou não o falo.
3. O pai empresta o falo à mãe, e, portanto comprova que tem o falo, o qual poderá doar à criança um dia, consumando a lei social de interdição do incesto e da diferença entre gerações. Isto é, a criança não pode esperar ter o falo agora, só no futuro.

Mas é apenas promessa. Está aí a castração simbólica: uma distância entre o presente e o futuro. Ela se refere ao *ter*: não o tens hoje. Será mais tarde; mas com uma condição: que renunciés a sê-lo *hoje*. O pai real instaura assim a diferença entre as gerações, diferença que é a última palavra do interdito do incesto: o hoje da mãe não é o da criança. Essa negação é anulação do ser na criança, anulação que, assumida como feliz receptividade, permite um ter que será transmitido no futuro (JULIEN, 2003, p. 70-71).

### **Os três modos de negação do Édipo**

Lacan conectou o Édipo às três estruturas clínicas da psicanálise, que, ordenadas da mais grave para a menos grave são a psicose, a perversão, e a neurose. Na psicose a criança não entra no primeiro tempo do Édipo e, portanto na dialética do ser, permanecendo sempre presa ao gozo da mãe como falo materno, desconhecendo o Outro (pai).

Na perversão a criança se recusa a ver que a mãe é privada do falo, e, portanto a entrar no segundo tempo do Édipo, ficando presa no primeiro tempo à dialética do ser, com a constituição da mãe fálica e do fetiche.

Na neurose a criança renuncia a ser o falo, mas fica angustiada ou reivindicatória em relação ao Outro que tem o falo, ficando presa entre na dialética do ter (segundo tempo). Os que passam pelos três tempos do Édipo apresentam uma estrutura clínica normal.

Na tabela 4.3 (QUINET, 2005, p. 19) são apresentados os três modos de negação do Édipo, do mais grave (e mais anterior) – a psicose, ao menos grave – a neurose.

O psicótico nega totalmente o Édipo (foraclusão), e o retorno do negado se dá no real, através da alucinação e da certeza - já que a criança não atingiu a dúvida na dialética do ser. “A psicose se declara assim: *falas se impõem* ao sujeito como vindo do exterior sob a forma de vozes, como eco do pensamento, como enunciação de atos a cumprir ou como comentários destes” (JULIEN, 2003, p. 55). “Na psicose, a certeza – certeza delirante por excelência – já mostra, portanto, um distúrbio na linguagem” (QUINET, 2005, p. 21).

**Tabela 4-3 - Os três modos de negação do Édipo**

Estrutura clínica	Forma de negação	Local de retorno	Fenômeno
Psicose	Foraclusão ( <i>Verwerfung</i> )	Real	Alucinação
Perversão	Desmentido ( <i>Verleugnung</i> )	Simbólico	Fetiche
Neurose	Recalque ( <i>Verdrängung</i> )	Simbólico	Sintoma

Na perversão, e é necessário não confundir o perverso da perversidade, episódico e definido pelas normas sociais (DOR, 1991a, p. 67), com o perverso da perversão “um campo de aptidões patológicas do ser, isto é, a ‘um desvio das tendências normais’, para retomar aqui a expressão habitualmente consagrada” (DOR, 1991a, p. 67). O perverso percebe que a mãe é privada do falo, no segundo tempo, e assim tem conhecimento da lei da castração e da diferença dos sexos. Simultaneamente o perverso lança um desmentido, isto é, a mãe tem o falo (mãe fálica) através do fetiche. “O fetiche é, portanto, uma defesa contra a angústia do desejo da mãe; é bem por isso que ele tem a mesma função que a *fobia*: colocar uma proteção

em posto avançado diante do perigo de ser engolido pelo desejo insaciável do Outro” (JULIEN, 2003, p. 109).

Na neurose, existe um trauma o qual não é simbolizado, e que dá origem a um recalque ou repressão no inconsciente. Pela analogia computacional, é então como se este trauma ficasse inscrito no inconsciente como um trecho do código defeituoso do sistema operacional (SO). Em determinadas situações esse código é acionado, e a pessoa apresenta a compulsão a repetição de comportamentos, que são os sintomas, como na neurose, fobias, histeria e neurose obsessiva.

### **O desejo de reconhecimento no adulto**

Assim que a criança passa pelo Édipo, sua situação em relação ao desejo de reconhecimento está configurada. Se a criança passa pelos três tempos do Édipo, e, portanto não é neurótica, perversa ou psicótica, tem um desejo de reconhecimento normal, que pode ser simbolizado no “ter”, e é representado pelos objetos, amigos e família que a pessoa tem. Mas à medida que o sujeito passa de neurótico a perverso e a psicótico, este desejo assume uma forma cada vez mais negativa, pois se o sujeito não alcança uma forma sadia de reconhecimento, parte inconscientemente para obter formas negativas de reconhecimento.

O primeiro caso, menos grave, é do neurótico. Neste caso o desejo de reconhecimento negativo é o menor, por que se manifesta na angústia ou reivindicação em relação ao Outro, e se manifesta pela doença (o sintoma), que pode requerer tratamento especializado. O último caso, o mais grave, é o do psicótico. Neste caso, quando instalada a psicose, o afastamento da realidade é tão grande que o indivíduo muitas vezes não está apto a uma convivência normal em sociedade. O desejo de reconhecimento negativo então é máximo, por que o Outro não se apresentou, e se manifesta pela verdadeira revolta do eu.

Mas na psicose o afastamento da realidade é provocado de duas maneiras: ou quando o reprimido-inconsciente se torna demasiado forte, de modo que se sobrepõe ao consciente ligado à realidade, ou porque a realidade se tornou tão insuportavelmente dolorosa que o Eu ameaçado joga-se nos braços dos instintos inconscientes, em desesperada revolta (FREUD, 2010a, p. 138).

O caso intermediário, o qual interessa mais a esta tese, é o da perversão, em que o desejo de reconhecimento negativo nem é tão desesperado quanto o da psicose, que provoca a precariedade da vivência social, nem tão leve quanto o da neurose, tratável pela psicanálise. O caso da perversão, pelo relacionamento especial com a lei social, exige uma análise em separado.

## A perversão

A questão da perversão é saber se o perverso nomeado nesta tese - que ao fazer jogos dentro do jogo, entra em conluios estruturados como dilema do prisioneiro, pervertendo a lei social - é o mesmo perverso da psicanálise. Vai-se então analisar o perverso da psicanálise, para mostrar que este pode perfeitamente tornar-se o perverso social desta tese.

Primeiramente o perverso da psicanálise, assim como o senhor pagão, é um impasse existencial, por que o perverso, diferentemente do psicótico e do neurótico, não procura auxílio especializado, pois não se considera doente.

E, no entanto, não é nada disso, pela simples razão de que o dito perverso não se considera um doente. Na maior parte do tempo, são homens ou mulheres respeitáveis e respeitados em sua vida social, profissional e familiar, mas eles ou elas têm, *por outro lado*, secretamente, discretamente, outra vida que não cai sob o olhar dos guardiões da ordem médico-legal. Por isso é que essa ausência de demanda cria uma ausência de pesquisa psiquiátrica (JULIEN, 2003, p. 102-103).

Entretanto, mesmo com a relativa ausência de pesquisa, no final do século XIX já havia definição da perversão como anormalidade, no campo da psiquiatria, partindo do princípio que “A sexualidade é a verdadeira razão da perversão uma vez que o prazer sexual pode levar à anormalidade” (JULIEN, 2003, p. 103).

Kraft-Ebing declarava perversa toda exteriorização do instinto sexual que não responde ao objetivo da *natureza*, isto é, à reprodução quando a ocasião de uma satisfação sexual natural é dada. (...) As perversões se dividem em dois grandes grupos: primeiro, aquelas em que o objetivo da ação é perverso e é preciso por aqui o sadismo, o masoquismo, o fetichismo e o exibicionismo; em seguida aquelas em que o objeto é perverso, a ação o sendo quase sempre, em consequência: é o grupo da homossexualidade, da pedofilia, da gerontofilia e do autoerotismo (MOLL, 1990, p. 86) apud (JULIEN, 2003, p. 103).

Entretanto, a situação evoluiu com a psicanálise, para que a perversão não seja considerada uma anormalidade. “O escândalo da novidade da psicanálise está em suprimir a fronteira entre perversão e normalidade. Basta de condenação! Há impropriedade (*Unzweekmässigkeit*), escreve Freud em 1905, em seus *Três ensaios*, no emprego reprovador da palavra perversão” (JULIEN, 2003, p. 104)

E, assim, Freud é conduzido finalmente a uma nova definição da perversão. Esta não é pré-edipiana. É, ao contrário, a partir do complexo de castração que, em 1927, no artigo intitulado “O fetichismo”, a perversão é nomeada com seu verdadeiro nome: nem um recalque, nem uma forclusão, mas uma renegação (*Verleugnung*), isto é, uma dupla posição a um só tempo: reconhecimento de que a mãe *não tem* o falo e negação desse reconhecimento: a mãe *o tem* pelo fetiche como falo deslocado. A perversão é renegar a diferença sexual: todas as mulheres tem o falo (JULIEN, 2003, p. 107).

A psicanálise caminhou então com Lacan, para caracterizar a perversão como uma estrutura, onde o sujeito se caracteriza pelo desafio à lei social.

Daí o privilégio que conferiu desde o início a duas noções – o desejo e o gozo – para fazer da perversão um grande componente do funcionamento psíquico do homem em geral, uma espécie de provocação ou desafio permanente à lei. (...) Lacan fez do *mal*, no sentido sadiano, um equivalente do *bem* no sentido kantiano, para mostrar que a estrutura perversa se caracteriza pela vontade do sujeito de se transformar num objeto de gozo oferecido a Deus, tanto ridicularizando a lei quanto por um desejo inconsciente de se anular no mal absoluto e na auto-aniquilação. (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 586).

Como começa então, o desafio à lei social? Na perversão, o desejo por reconhecimento negativo começa quando o pai priva a mãe do falo materno, isto é, da criança. A criança se sente então roubada da condição de falo materno, e nega o Édipo desmentindo a diferença dos sexos, isto é, tomando a mãe como fálica através de um fetiche. O perverso rouba (no jogo) também onde foi roubado, e “não tem outra saída senão subscrever ao desafio da lei e à sua transgressão” (DOR, 1991a, p. 105).

No perverso, a problemática do desafio organiza-se de modo totalmente diferente. O que é fundamentalmente desafiado é a lei do pai. Seu desafio situa-se, portanto, quanto a ele, essencialmente no registro da dialética do ser. Aliás, encontramos a confirmação mais significativa disto através do caráter imperativo com o qual o perverso faz intervir a lei do seu desejo. Tende a impô-la como a única lei do desejo que reconhece e não como a expressão de um desejo que se encontraria fundamentado pela lei do desejo do outro. É porque essa lei do desejo do outro é inauguralmente a lei do pai, que se pode dizer, deste ponto de vista, que é o pai que faz a lei para a mãe e a criança. Essa lei do pai, com tudo que impõe de uma falta a simbolizar através da castração, constitui o objetivo fundamental que o perverso dedicar-se-á permanentemente a desafiar. Desafiando essa lei, desafia, portanto, por isso mesmo, a regra que exige que a lei de seu desejo seja submetida à lei do desejo do outro (DOR, 1991a, p. 133).

Assim, já se caracterizou que a perversão é desafio e transgressão à lei social. Consequentemente em termos clínicos a perversão pode ser caracterizada como fetichismo, masoquismo, voyeurismo, homossexualidade feminina e masculina, travestismo, sadismo, e exibicionismo (JULIEN, 2003, p. 112-116), mas em termos epistemológicos o perverso pode ser qualquer um que transgrida de maneira sistemática a lei social, e, portanto se adequa perfeitamente a ser o perverso desta tese, construtor de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro, em jogos dentro do jogo.

Um aspecto do perverso da psicanálise diz respeito à questão do fetiche, o qual implica em um gozo perverso, gozo que se dá através do fetiche, que “na perspectiva lacaniana de uma doutrina da perversão estendida à ‘estrutura perversa’, e segundo a qual o fetiche, como

objeto (pequeno) *a*<sup>86</sup>, transforma-se na condição absoluta do desejo e no lugar de um gozo” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 236). O fetiche, que na fantasia popular aparece muitas vezes como o pé da mulher, ou roupas específicas como a de enfermeira, pode na realidade ser qualquer metáfora, o que afasta a ideia do gozo perverso ocorrer exclusivamente no universo sexual.

Como se vê no exemplo com que Freud inicia seu artigo “O Fetichismo”. O curioso é que ele não recorre aos fetichistas clássicos, aos que cultuam pé, calcinha ou qualquer outro objeto mais próximo do senso comum. Freud expõe o caso de um paciente cuja condição do desejo é atrelada a um determinado “brilho no nariz” do outro. A análise desvelará um jogo de palavras translinguístico que permite entender este atrelamento: brilho, em alemão *glanze*, é homófono a *glance* que, em inglês, significa olhar. O segredo desse fetiche residia no fato deste sujeito ter vivido os primeiros anos de sua infância num país de língua inglesa. Eis a pista da constituição desse fetiche que demonstra sua determinação pelas coordenadas simbólicas da história do sujeito, denotando como todo fetiche, o objeto pulsional em questão (o olhar) (QUINET, 2005, p. 20).

Desse modo, no renomado autor em psicanálise Slavoj Žižek, o judeu aparece como sendo o fetiche dos perversos sociais nazistas, desmentindo a lei social (a luta de classes). Explicando melhor, para o nazismo a luta de classes só existiria na medida em que é causada pelos judeus, que se inoculariam como um vírus no corpo social. Portanto ao perseguirem os judeus, os nazistas colocavam o judeu como fetiche, obtendo daí um gozo (do) perverso. Isto é, o perverso goza com o desmentido à lei social, que seria a existência do judeu, colocando a sua lei como se fosse a verdadeira lei. Daí a necessidade de se exterminar os judeus, e a comprovação de serem os nazistas perversos sociais.

Aqui, mais uma vez, o “socialismo real” difere radicalmente do fascismo; comecemos por este último. Como ligar a luta de classes – como núcleo de uma diferença “impossível” – ao fato de que, no discurso fascista, *a* é realmente o judeu? A resposta deve ser buscada no fato de que o judeu funciona como o *fetiche* que mascara a luta de classes e, ao mesmo tempo, faz as vezes dela: o fascismo se bate contra o capitalismo, o liberalismo etc., que supostamente destroem e corrompem a harmonia da sociedade como um “todo orgânico” em que os “Estados” particulares têm a função de “membros”, isto é, onde “cada qual tem seu lugar determinado, natural” (a “cabeça” e as “mãos” etc.); assim, ele tenta restabelecer entre as classes a *relação* harmoniosa de “cabeça” com as “mãos”, do “capital” com o “trabalho”. (...) Em suma, o “judeu”, ao desempenhar o papel de elemento “perturbador” que introduz “de fora” o “excedente” da luta de classes, é realmente o desmentido “positivado” da luta de classes, de que “não existe relação de classes” (ŽIŽEK, 1992, p. 92-93).

Desse modo, o perverso social (nazista, por exemplo) seria um dos tipos perversos da psicanálise, embora um perverso da psicanálise (o homossexual, por exemplo), não seja necessariamente um perverso social.

---

<sup>86</sup> O objeto pequeno *a* é o objeto (laciano) do desejo.

Um exemplo claro de perversão social no nazismo, com jogos dentro do jogo, diz respeito a Kaltenbrunner, um dos condenados a morte no julgamento de Nuremberg. Com Himmler, chefe das SS, e Heydrich, seu lugar tenente, mortos, Kaltenbrunner, o terceiro na hierarquia representava as SS no julgamento dos líderes nazistas, e tal foi sua responsabilidade nos crimes contra a humanidade (o genocídio), que seu destino “estava selado desde o começo do julgamento, ou mesmo antes disso” (SMITH B. F., 1979, p. 204). Perguntado por que não assumira suas responsabilidades para identificar e proteger os inocentes no interior das SS, respondeu dizendo que tudo não passava de um jogo, ilustrando bem o que significa ser o perverso social desta tese.

A difícil tarefa com que se confrontavam os advogados de defesa das organizações tornou-se virtualmente impossível, pois alguns dos réus buscaram salvar a pele, a qualquer custo. (...) A melhor ilustração do aperto em que se encontrava a defesa reside no caso de Kaltenbrunner e das SS. Kaltenbrunner fora imediato de Himmler durante dois anos. (...). Não havia para ele margem sensata para que alimentasse esperança de absolvição. Ainda assim, ele suportou dia após dia na plataforma, negando todo e qualquer conhecimento dos fatos e responsabilidade pelos mesmos. Terminado o julgamento, e condenado à morte, um dos advogados da defesa a ele se achegou e perguntou-lhe por que não assumira a responsabilidade pelas atrocidades das SS e por que não ajudara a Corte, identificando e protegendo, no interior das SS, os inocentes. A resposta de Kaltenbrunner incorpora todo o cinismo e todo o egoísmo do regime nazista. “O julgamento é um jogo”, escarneceu, “e todos jogam para ganhar” (SMITH B. F., 1979, p. 129-130).

### **O ciclo da lei da infância à maturidade**

Mas qual a importância do perverso social dos capítulos dois e três, poder também ser o perverso da psicanálise deste capítulo? É que com isso completa-se o quadro de emergência determinista da lei. Não é qualquer um que faz conluíus estruturados como dilema do prisioneiro na idade adulta, e, portanto se colocam como perversos sociais, mas sim aqueles que na infância constituíram-se como perversos sociais da psicanálise ao negarem o Édipo no segundo tempo. Começariam então a transgressão da lei social talvez mesmo pelo bullying praticado contra outras crianças, em uma espécie de treino do perverso para a vida adulta.

Essa tomada de consciência visa romper a dinâmica da violência que, sob um olhar mais profundo, é a dinâmica do bode expiatório que predomina na sombra das relações por fazer parte da estrutura arquetípica coletiva. O espírito de matilha, que habita a interioridade animal do ser humano, projeta sua violência no mais fraco, para que ele possa, por sua submissão, assegurar a superioridade daquele que o submete. Trata-se de uma forma de relação cuja economia de libido é arcaica, perversa e inconsciente (FERNANDES, 2102, p. 191).

Assim, o ciclo da emergência da lei se completa. Iniciado com o assassinato do pai da horda primitiva pelos filhos, que instituiu a lei social, e com a conquista da civilização matriarcal pelos grupos patriarcais, que instituiu a diferença entre senhores (que não trabalhavam) e

escravos (que trabalhavam) na agricultura do neolítico, esta estrutura psíquica veio sendo transmitida pelo Édipo na infância, que estrutura novamente o desejo de reconhecimento e as lutas pelo poder e dominação na vida adulta, e assim por diante até hoje.

Na infância está a separação entre psicóticos, perversos, neuróticos e normais. Na vida adulta os perversos se tornam os perversos senhores que praticam as lutas pelo poder, através de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro, onde também podem estar incluídos os neuróticos, como participantes irresolutos, muitas vezes arrastados pelos conluios. Assim existe a reprodução de uma estrutura social que vai se diluindo ao longo do tempo com a diminuição do poder patriarcal e da Imago paterna, à medida que os perversos senhores se destroem nas lutas pelo poder, como na figura 4.3, o que um dia permitirá a emergência da consciência da alteridade.

E um detalhe: são os perversos senhores que imprimem um caráter determinista ao ciclo de emergência da lei social, pois assim como os senhores nunca ficam satisfeitos, pois não tem o reconhecimento desejado, os perversos nunca procuram tratamento psicanalítico, pois obtém seu gozo perverso do desafio e da transgressão à lei social. Além disso, é de se esperar encontrar proporcionalmente mais perversos sociais em posições importantes nas estruturas de poder, por que eles detêm a vantagem competitiva de usar a perversão da lei para alcançar seus objetivos, notadamente a apropriação indébita do excedente econômico por meio de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro. Isto por um lado, se acentua o caráter determinista da emergência da lei, por outro lado acelera a inovação e o aumento de produtividade, resultantes da destruição gerada nas lutas pelo poder.

#### 4.5 A EVOLUÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Nesta seção é analisada a evolução da consciência (do eu), segundo o padrão e ordem definidos por Byington (1996), “analista junguiano, desenvolveu uma ampla teoria a respeito do desenvolvimento da Consciência e da personalidade pela estruturação arquetípica. Ele apresenta a Consciência em quatro níveis: matriarcal, patriarcal, de alteridade e de totalidade” (FERNANDES, 2102, p. 31).

As consciências nomeadas por Byington são estágios no tratamento da psicologia analítica (junguiana), porém é muito difícil alcançar os estágios de alteridade e de totalidade. Em outras palavras, como a humanidade vive em uma organização patriarcal, é muito provável

que as consciências humanas sejam em sua maioria, patriarcais, assim como na época do matriarcado as consciências deveriam ser em sua maioria, matriarcais. Assim a tipologia de Byington será utilizada para caracterizar as épocas do matriarcado e do patriarcado, bem como para projetar o que seriam as épocas futuras da alteridade e da totalidade.

Além disso, vai-se supor que o mundo passa por um momento de mudança, ameaçado pela estagnação secular e pelo acirramento do dilema do prisioneiro. Este momento caracterizaria a possibilidade da passagem da consciência patriarcal para a consciência da alteridade, pela redistribuição de renda.

### **A formação do cérebro e da consciência**

O homem durante incontáveis gerações se pôs longe do lar, individualmente ou em grupos de tamanho e composição variável, para alcançar objetivos bem definidos, como a caça. Já a mulher, devido à prole e à gravidez, ficou perto de casa, tratando da alimentação e da agricultura familiar, e convivendo em grupos estáveis de mulheres, em parte para autodefesa.

Nossos ancestrais viviam em cavernas e usavam ferramentas feitas de pedra, osso, marfim e chifres e já se alimentavam de animais caçados em grandes rebanhos. Os homens saíam em grupos para caçar, e as mulheres ficavam nas cavernas cuidando dos filhos e, também, coletando frutas e vegetais. Aguardavam o retorno dos homens com carnes de animais, que davam muito mais energia. Após a refeição, preparada pelas mulheres e divididas igualmente por todos, os homens ficavam em volta da fogueira conversando e lembrando das caçadas, exatamente como fazem os homens atuais, nas famosas rodas de bar após o trabalho ou em frente à televisão (com o controle remoto na mão). Segundo Pease (2000), o fato de as mulheres atuais gostarem de sair para fazer compras, sem planejamento e sem necessidade, advém desta fase ancestral, quando elas saíam em grupos, sem direção definida, para colher frutas e vegetais. Os homens planejavam suas caçadas e tendiam a voltar onde já tinham avistados bandos de animais. Os homens são mais objetivos, ou seja, vão direto ao assunto (ABRANTES & ABRANTES, 2009, p. 80-81).

É de se esperar então que os grupos masculinos tenham se moldado hierarquicamente, assim como foi moldada a inteligência do homem, em termos de aperfeiçoar meios para alcançar objetivos e garantir a sobrevivência. Já os grupos femininos e a inteligência da mulher foram moldados em termos de estabelecer e gerenciar relacionamentos sociais visando à própria estabilidade do grupo.

O cérebro humano é dividido em dois hemisférios (...). Estes dois hemisférios são interligados por meio de um feixe de nervos chamado de corpo caloso. (...) Segundo o neurologista Roger Gorski, da universidade da Califórnia, no cérebro da mulher, o corpo caloso é mais denso e tem 30 por cento a mais de conexões do que o cérebro do homem (PEASE & PEASE, 2000, p. 58). Isto também explica por que as mulheres (além de mais inteligentes) conseguem fazer várias coisas ao mesmo tempo, enquanto o homem faz uma de cada vez. Embora o cérebro feminino tenha cerca de quatro bilhões de neurônios a menos que o masculino, a mulher o usa melhor (ABRANTES & ABRANTES, 2009, p. 81).

Assim, na seção anterior pelo ponto de vista histórico, e agora pelo ponto de vista do cérebro, novamente as mulheres são caracterizadas como sendo cooperativas porque guiadas pela estabilidade da comunidade, enquanto os homens são caracterizados como não cooperativos por que guiados pelo objetivo, onde só pode haver um que comande e conquiste, enquanto os demais obedecem. Generalizando, pode-se dizer que a mulher é a essência do resultado cooperativo do dilema do prisioneiro, pois pensa em termos de “nós”, enquanto o homem é a essência do resultado não cooperativo, pois pensa em termos do “eu” (o eu ou o outro).

No dinamismo matriarcal, o Eu e o Outro se relacionam de forma íntima, entremeada, aconchegante e tormentosa, incluindo a polaridade consciente-inconsciente. (...) Isso faz com que a consciência matriarcal se organize em ilhas de vivência, que se articulam entre si pelas necessidades da vida e não pela abstração lógica dos seus significados. Esse tipo de coordenação arquetípica da elaboração simbólica traz grande liberdade para a preservação da diversidade, da exuberância, da ludicidade e da espontaneidade psíquica (BYINGTON, 1996, p. 126,156) apud (FERNANDES, 2102, p. 31).

O dinamismo patriarcal é inspirado pelo princípio do dever, da organização, [...] da honra, [...] da justiça, da cobrança e da culpa, enfim, do controle abstrato, dogmático, diretivo e apriorístico da elaboração simbólica. [...] Seu padrão de relação Eu-Outro na consciência se apresenta de forma assimétrica [...]. Ora o Eu, ora o Outro, seja ele coisa ou pessoa, está em sujeição, obediência e inferioridade ou em comando, privilégio e superioridade (BYINGTON, 1996, p. 167) apud (FERNANDES, 2102, p. 31).

### **As consciências matriarcal e patriarcal**

Conforme foi visto até agora, as consciências matriarcal e patriarcal são naturais e básicas, por que se originam respectivamente das características da mulher e do homem. Mas tanto homens podem apresentar uma consciência matriarcal, como mulheres podem apresentar uma consciência patriarcal.

De acordo com as citações imediatamente anteriores, a consciência matriarcal se caracteriza pela importância das vivências, enquanto a consciência patriarcal se caracteriza pelo controle abstrato. Estas características dão origem a formas diferentes de ser no mundo, marcadas pelas polaridades matriarcal e patriarcal.

Vale lembrar que a Consciência Matriarcal determina tudo que diz respeito à sede de viver: afetividade, maternagem, ressonância empática, ambição, prazer, sentimento de onipotência, apegos, instinto de reprodução e instinto de preservação do ego, que aqui entendemos como narcisismo (FERNANDES, 2102, p. 257).

A Consciência Patriarcal determina a ordem e os limites tão necessários para o convívio social. A função paterna será a função psíquica estruturante, responsável pela diferenciação do eu em relação ao Arquétipo da Grande Mãe. O pai deverá ter o talento necessário para despertar o amor do filho por valores dignificantes da vida social. Tal tarefa é árdua, uma vez que cabe ao pai apresentar ao filho um mundo de menos gratificações e mais obrigações do que o mundo materno. Tecendo um paralelo com a psicologia de Kohut, o pai deverá ser aquele que conterà a

exuberância da Grande Mãe, que, para o psicanalista, são as ambições e o senso de grandiosidade narcísica (FERNANDES, 2102, p. 257-258).

O mundo não pode prescindir de um equilíbrio entre os dois tipos de consciência. A fixação na consciência matriarcal por parte de uma pessoa representa colocar o foco na satisfação de desejos, restando pouca energia para realizações, as quais são o foco da consciência patriarcal: “O pai significa, para o filho, os emblemas da cultura tão necessários para a vida em sociedade” (FERNANDES, 2102, p. 197). Por outro lado, a fixação na consciência patriarcal representa um predomínio excessivo da razão.

Por exemplo, se ele estiver fixado no Dinamismo de Consciência Matriarcal, terá pouca energia psíquica para investir no processo de aprendizagem, já que a tensão focada é um requisito apenas alcançado com a força de vontade típica do Dinamismo Patriarcal de Consciência. A Consciência identificada predominantemente com as gratificações típicas da Consciência Matriarcal, que se realiza na satisfação dos desejos, terá de ser estimulada por um ideal condutor que o faça sentir-se melhor consigo mesmo após a execução da tarefa. A transformação da energia psíquica no processo pedagógico abrange o amadurecimento psíquico do aluno que passa, então, a sacrificar seus desejos em nome de um ideal que apenas a força da vontade pode oferecer-lhe (FERNANDES, 2102, p. 196-197).

A Consciência Patriarcal fixada tende a se identificar com o princípio da razão e desprezar o ponto de vista do corpo, do sentimento e do inconsciente. Transcender o princípio da razão dissociada de uma realidade mais ampla é uma tarefa que exige coragem (FERNANDES, 2102, p. 265).

Mas a fixação na consciência matriarcal, ou na consciência patriarcal, se ocorre em um nível planetário, podem trazer desequilíbrios não somente ao indivíduo, mas também à sociedade. A ânsia pelo prazer sensorial pode trazer o vício das drogas, na fixação matriarcal, enquanto a obsessão pelo controle pode trazer as tiranias, na fixação patriarcal.

A eterna adolescência, bem como as adições e compulsões, por exemplo, são fixações do Arquétipo da Grande Mãe. A vontade dos adictos não é suficientemente forte para suplantar o apego do desejo. Quando a fixação está relacionada ao Arquétipo do Pai, surgem as personalidades rígidas, obsessivas, nas quais a energia psíquica está presa à vontade do sujeito. Essa ideia pode ser extrapolada para o mundo como uma grande psique regida por arquétipos estruturantes. Ao mesmo tempo em que temos um mercado global crescente para as drogas de diversas naturezas, o que denota o poder da fixação matriarcal, assistimos, de camarote, ao triste espetáculo de força de regimes ditatoriais que ainda resistem em várias partes do mundo, com todas as características de pai tirano, isto é, impedindo a emancipação do povo. O filicídio mostra a força da fixação do arquétipo e a cegueira típica das fixações (FERNANDES, 2102, p. 258).

### **A consciência da alteridade**

Alteridade significa o outro em relação ao nosso eu. “No dinamismo de alteridade, o Eu é orientado por um padrão psicológico no qual nenhum dos polos detém razão exclusiva, porque os dois opostos compõem a vida” (BYINGTON, 1996, p. 214) apud (FERNANDES, 2102, p. 31). Em termos epistemológicos, alcançar a consciência da alteridade significa

abandonar o paradigma do sujeito cartesiano que pensando a tudo compreende, e entender que antes mesmo de pensar, o sujeito (lacaniano-hegeliano) é regido por forças inconscientes (a lei do desejo do Outro, ou lei social), que estruturam determinadas escolhas que são feitas em relação aos outros.

Na consciência da alteridade se está aprendendo a pensar em termos de “nós”, como na consciência matriarcal. Mas na consciência matriarcal primitiva este “nós” era natural e primordial, e provinha da formação das comunidades primitivas, onde não havia o “eu”. Na consciência da alteridade, este “nós” provém do “eu” e do “outro”, individualizados, oriundo da longa estrada de aprendizado do sofrimento e dos desacertos do “eu ou o outro” da consciência patriarcal, ao longo da história.

Uma vez integrada a Consciência de Alteridade no indivíduo, os opostos se relativizam, pois ele percebe luz e sombra em ambas as partes. Tal consciência permite a síntese, isto é, a geração de um terceiro elemento, que será também transposto por novos opostos que serão, por sua vez, sintetizados e transpostos. E, assim, sucessivamente. Esse caminho teleológico leva a Consciência a uma amplitude ainda maior do que a Consciência de Alteridade: leva à Consciência de Totalidade (FERNANDES, 2102, p. 275).

Em termos econômicos e sociais, como começará a globalização da consciência da alteridade? Começará pela redistribuição de renda, como preconizada nesta tese, que se fará cada vez mais necessária, tendo em vista o acirramento do dilema do prisioneiro, e a provável estagnação secular com elevado desemprego. A redistribuição de renda na figura 4.1 permitirá que a economia passe do quadrante (2) da consciência patriarcal, para o quadrante (3) da consciência da alteridade.

No quadrante da consciência da alteridade, o eu é cooperativo, porque passou a existir uma reciprocidade institucionalizada (a redistribuição de renda), em que existindo a priori competição, os mais fortes amparam a posteriori os mais fracos. A reciprocidade da redistribuição de renda traz então consigo as outras características necessárias à cooperação (nas páginas vinte e três e vinte e quatro): aumentar a importância e a previsibilidade do futuro; mudar o sistema de recompensas, recompensando a cooperação; ensinar as pessoas a cuidarem umas das outras; e melhorar habilidades cognitivas de memória, reconhecimento de pessoas e situações.

Com a redistribuição de renda a humanidade tomará consciência de que a sobrevivência no planeta é possível para todos, inclusive outras espécies de animais e plantas, e então com a consciência da alteridade se iniciará a era da regeneração do planeta, onde a humanidade

assumirá como seus objetivos que: fontes de energia poluidoras sejam progressivamente abandonadas; áreas em desertificação sejam recuperadas e reflorestadas, através da compostagem do esgoto das cidades em adubo; o lixo seja quase que totalmente reciclado, e o que não for reciclado seja utilizado para cogeração de energia; os rios sejam limpos e suas margens reflorestadas; as cidades sejam transformadas, com vastas áreas arborizadas, e com assistência médica, habitação e transportes para todos.

A era da regeneração arrancará a humanidade da estagnação secular, e será a última fase de expansão dos empregos no planeta, enquanto a humanidade se organiza para o melhor aproveitamento do tempo livre. Na figura 4.1, o quadrante da consciência da alteridade está sob o Outro não cooperativo (o pai), por que muito da energia e do controle das hierarquias patriarcais serão necessários para os propósitos da humanidade sob a consciência da alteridade. Porém, passar da consciência patriarcal para a consciência da alteridade requererá um ato de livre arbítrio da humanidade, o que é discutido na seção 4.6.

### **A consciência da totalidade**

A consciência da totalidade descrita por Fernandes (2102) se baseia em Hegel, de modo que esta tese se volta novamente à Hegel, para compreender esta consciência.

A Consciência de Totalidade é descrita por Hegel como o Espírito Absoluto que se encarna no tempo e no espaço na busca de autoconhecimento e, por esse caminho, faz a história pela dialética do mundo das polaridades, partindo da tese, passando pela antítese até chegar à síntese, para, então, abrir-se a um novo ciclo tese-antítese-síntese. É dessa maneira, segundo Hegel, que o espírito abandona a Totalidade inconsciente para tornar-se, paulatinamente, consciente de si mesmo (FERNANDES, 2102, p. 315).

Para o senhor pagão, o início da jornada da consciência se dá com uma dupla situação, uma na família onde detinha uma situação particular amorosa, e uma no Estado onde detinha uma situação universal de guerrear. Estas duas situações particular e universal eram incompatíveis uma com a outra, e por isso o senhor pagão não poderia ser um indivíduo, pois estava dividido entre as situações, e, portanto, não satisfeito.

Para Hegel, segundo Kojève, o senhor não obtém reconhecimento na situação de guerrear, e aos poucos sua situação universal (de senhor patriarca) vai mudando e se aproximando de sua situação particular (de pai, na família). A base da ideia de individualidade, em que as situações universal e particular se fundem, vem do escravo, através do cristianismo, no qual a lei humana passa da lei do mais forte para a lei da irmandade universal, e, portanto se identifica com a lei divina (da família).

Hegel vê a origem e a base do cristianismo na ideia de individualidade, descoberta pelo escravo e desconhecida no mundo dos senhores pagãos. A individualidade é a síntese do particular e do universal: é o valor absoluto ou universal realizando-se num e por um Ser particular, o Ser particular obtendo, como tal, um valor absoluto, isto é, reconhecido universalmente. Só essa síntese, realizando-se como existência humana, pode oferecer ao homem a satisfação (*Befriedigung*) definitiva, que torna inútil e impossível toda fuga (*Flucht*) para um além (*Jenseits*), fuga que se efetua na fé ou pela imaginação artística. Pode oferecer também toda superação verdadeira do mundo dado, que se produz pelo esforço negador da luta e do trabalho, esforço que cria um novo mundo real. Logo, esse homem realiza a individualidade perfeita e conclui a evolução histórica (KOJÈVE, 2002, p. 151).

Porém a individualidade hegeliana que ocorreria no fim da história (ou fim das guerras) jamais se materializou. Mesmo após a adoção do cristianismo pela Europa, as lutas continuaram, mesmo em tempo de paz, conduzidas pelos agora perversos (senhores) através de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro. Ainda hoje, poucas pessoas são felizes o suficiente para ter no trabalho a mesma situação que tem em casa, pois a situação em casa, para a maior parte das pessoas, é de amor, enquanto que no trabalho ainda é de luta. Somente quando o amor, que é a situação particular, for universal, é que se atingirá a individualidade.

Para Hegel, o amor é reconhecimento mútuo, a que se opõe a luta de prestígio (o duelo). No amor, os conflitos não são essenciais; as diferenças, quando se mostram, não se transformam em oposições radicais. Onde não há amor, os conflitos se acentuam, a situação é insustentável, tudo deve ser destruído. Mas não se pode começar pelo amor: o conflito senhor-escravo é essencial e primitivo. O amor só pode existir entre iguais. Essa situação de igualdade absoluta só pode apresentar-se no Estado perfeito (universal e homogêneo) ao qual chega a história. Enquanto dura a história, há existência na luta (e no trabalho), não no amor (KOJÈVE, 2002, p. 248).

Assim, a consciência da totalidade só pode florescer em um Estado perfeito, onde o mercado e o Estado servirem ao propósito de aperfeiçoar a humanidade, e não como os espaços para as perversões da lei social. Com o fim das guerras e da luta, os impulsos destrutivos das pessoas terão sido em grande parte sublimados por intermédio do trabalho, da cultura, e dos esportes, e as pessoas irão dedicar-se ao aperfeiçoamento da humanidade, tanto físico como mental. Deste modo as pessoas serão iguais, pois quererão essencialmente as mesmas coisas, embora diferentes na forma. Será a equidade e a cooperação perfeitas, no quadrante (4) da figura 4.1 relativo à consciência da totalidade, onde “a grande sociedade humana tomará o lugar do pai ou dos dois pais” (FREUD, 1971b, p. 32) apud (JALLEY, 2009, p. 267).

Só a partir do momento em que o Estado chega ao ponto em que a oposição entre o particular e o universal é suprimida é que a oposição entre a filosofia e a religião pode desaparecer. No momento em que o Estado for um “*Tun aller und jeder*” (ação de todos e de cada um), uma integração universal de ações particulares, em que a ação de cada um for a de todos, e vice-versa, o homem verá que a realidade-essencial absoluta também é a sua. Com isso, ela deixará de se opor a ele, ela deixará de ser divina. Ele a conhecerá não em uma teologia, mas sim por uma antropologia. E essa antropologia também vai revelar-lhe sua própria realidade

essencial: ela vai substituir não apenas a religião, mas também a filosofia. Esta síntese da filosofia e da religião, tornada possível pela realidade do Estado absoluto, é a ciência de Hegel, isto é, em particular sua *Fenomenologia*. Essa *Fenomenologia* é o “*Selbstbewusstsein des Geistes*” (consciência-de-si do Espírito) no sentido próprio do termo, tal como aparece na frase citada (KOJÈVE, 2002, p. 192-193).

Mas para que o caminho para as consciências da alteridade e da totalidade esteja aberto, é necessário por parte da humanidade um ato de livre arbítrio, examinado na próxima seção.

## 4.6 LIBERDADE, LIVRE-ARBÍTRIO E DETERMINISMO

### 4.6.1 Livre arbítrio e determinismo do sujeito

Nesta tese o eu, ou sistema da consciência, equivale à parcela de livre arbítrio do sujeito, enquanto que o Outro (o inconsciente), ou sistema do desejo, equivale à parcela de determinismo. Mas quanto um sujeito tem de livre arbítrio e quanto tem de determinismo?

Um primeiro exemplo foi dado na página cento e dezenove, do homem que fascinado inconscientemente pelos olhos azuis da mãe, transfere esta fascinação para as possíveis parceiras. Esta fascinação poderia ser transferida para carros em vez de para mulheres, e aí o homem só quereria carros na cor azul. Desta forma existe tanto o determinismo, na forma da cor azul, como o livre arbítrio, pois o homem poderia escolher entre várias modelos de carros azuis.

Pode-se repetir este raciocínio para a rede 1-3, na figura 4.4, apresentada em Lacan (1978c, p. 54) e em Carvalho & Kubrusly (2007, p. 372).

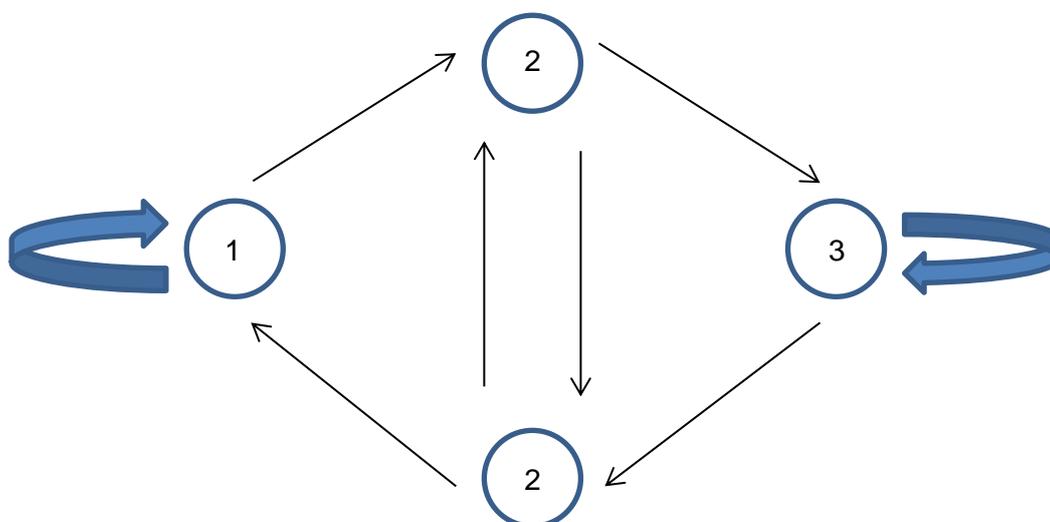


Figura 4.4 - Rede 1-3

A rede 1-3 representa a emergência de uma lei no jogo de par ou ímpar, mas vai-se pensar nela como a emergência da lei social. Os círculos 1, 2, e 3 representam estruturas adequadamente escolhidas de resultados. A lei é estabelecida pelo sentido das setas. Assim, partindo-se do círculo “1” para o círculo “3”, pode-se ir até o círculo “2” fazendo-se “123” ou “12223”, mas não “1223”, pois do segundo “2” só se pode voltar ao “1” ou ir ao terceiro “2”. A lei é então o que determina o que é possível ao sujeito, mas não o que o sujeito irá fazer. Pois estando o sujeito no primeiro “2”, ele pode desejar (talvez neuroticamente) voltar pelo segundo “2” para repetir o “1” fazendo então “1221”, ou prosseguir até o “3”, com ou sem repetições do “2”.

A simbolização através do inconsciente permite que existam escolhas, que são a parcela de livre-arbítrio do sujeito. Entretanto, quanto maior é a necessidade de reconhecimento negativo, como nos neuróticos, perversos e psicóticos, maior é a repetição de comportamentos, e menor o livre arbítrio. Por outro lado, quanto maior são as camadas de cultura (que funcionam como a memória) dos humanos, maior complexidade adquire a lei, permitindo um maior número de escolhas.

A analogia computacional também permite entender a emergência da lei. Todo sistema operacional (SO) tem mecanismos e restrições, e isto é o que faz o determinismo e a lei. Mas é justamente a existência do SO (ou seja, da simbolização como no jogo do fort-da) que permite a existência de um grande número de escolhas nos aplicativos (como o Word), e que funcionam como a parcela de livre-arbítrio. Pode-se dizer que o conjunto cérebro-mente dos humanos é tão poderoso que simula o total livre arbítrio, assim como um algoritmo gerador de números randômicos simula a geração de um número aleatório, os quais são na verdade pseudoaleatórios.

No entanto, a parcela de livre-arbítrio do sujeito está provavelmente restrita às escolhas aparentemente banais, mas importantes, que o sujeito tem oportunidade de fazer durante a vida, como com qual esposa de olhos azuis o sujeito irá se casar. Ainda assim a parcela de livre-arbítrio se passa no curto prazo da vida do sujeito, sem afetar a emergência da lei, que foi apresentada na figura 4.3. Mas, e o livre-arbítrio da espécie humana como um todo, no sentido de tomar decisões para superar o ciclo psicossocial da economia patriarcal (figura 4.3), e entrar em uma economia que não destrua o meio ambiente?

#### 4.6.2 Livre arbítrio e determinismo da espécie humana

Para investigar a superação do ciclo psicossocial da economia patriarcal, vai-se recorrer a outras situações de prisioneiros que não o dilema do prisioneiro. Tanto Lacan como Sartre produziram suas próprias situações com prisioneiros para apresentar suas concepções de liberdade. Estas situações são apresentadas nesta subseção.

##### Os prisioneiros em Sartre

Sartre apresenta sua concepção de liberdade no livro / peça teatral “Entre quatro paredes” (2009). Nesta estória, um homem e duas mulheres morrem e vão para o inferno, ficando presos em um aposento quente onde são obrigados a suportarem-se mutuamente pela eternidade. O castigo deles é ficar o tempo todo em contato uns com os outros, espicaçando-se mutuamente, pois não são personagens agradáveis. Porém em determinado momento a porta do aposento se abre (SARTRE, 2009, p. 117), depois de pedidos de Garcin (a personagem masculina), mas todos os três preferem ficar no aposento. Garcin diz que quer ficar para convencer a personagem Inês: “mas você, você que me odeia, se você acreditar em mim, me salvará” (SARTRE, 2009, p. 120). Ao final Garcin conclui “Então, é isto o inferno. Eu não poderia acreditar... Vocês se lembram: enxofre, fornalhas, grelhas... Ah! Que piada. Não precisa de nada disso: o inferno são os Outros” (SARTRE, 2009, p. 125).

A filosofia de Sartre – e isso também é motivo de confusão – comportava algumas chances de ‘salvação’, quando o homem exerce a sua liberdade absoluta, ainda que nas piores condições. Em *Entre quatro paredes* isso será apenas esboçado por Garcin. Talvez seja possível, talvez não. Mas fica a chance, acalentadora, de que o homem pode fazer algo diferente de seu destino (SARTRE, 2009, na contracapa, em comentário da revista Bravo!).

(...) eram postas em cena três personagens, três “consciências mortas”, encerradas para sempre entre quatro paredes por terem se condenado, elas próprias, a jamais romper suas cadeias. Em *Huis clos*, Sartre ilustrava a teoria da liberdade que enunciava tanto em *O ser e o nada* quanto em *Les chemins de la liberté* [Os caminhos da liberdade]: a liberdade é o móbil de um combate dialético no qual se opõem as duas forças antagônicas da alienação e da intencionalidade existencial. Consequentemente, ela escapa à simples certeza de um sujeito que poderia escolher sua plena responsabilidade. Portanto, é o mais belo florão de uma filosofia da consciência, com a condição de saber, porém, que a referida consciência é atravessada por processos mentais que lhe escapam, resguardando o sujeito atrás de um anteparo enganador: a má-fé. Esse termo, Sartre o havia forjado para substituir a noção de inconsciente freudiano, julgada demasiado biologista e mecanicista (ROUDINESCO, 2008, p. 245-246).

Os prisioneiros de Sartre, além de terem preferido permanecer prisioneiros devido à alienação e a má-fé (inconscientes), também ficam a espicaçarem-se, o que equivale à não cooperação. Eles poderiam mesmo prisioneiros, escolher cooperarem para amenizar a situação do inferno, mas não o fazem, e é por isso que “o inferno são os Outros”. Na perspectiva do dilema do

prisioneiro, a escolha que cada uma das três consciências sartrianas tem é de não jogar o jogo, abstendo-se de tripudiar sobre as outras duas, porém correndo o risco de bancarem o bobo e de serem atormentadas pelas outras duas sem reagir. Observa-se que tudo ocorre deterministicamente e repetitivamente por que os personagens são manipuladores e perversos, e tem um gozo perverso inconsciente em agir da maneira que agem, o que traz à baila o entendimento da lei social, o que será analisado nos prisioneiros de Lacan.

### **Os prisioneiros em Lacan**

Em Lacan (1978e, p. 70), é apresentado o sofisma do prisioneiro, o qual tem afinidades com o dilema do prisioneiro. “Lacan traduzia por um sofisma sua revisão da doutrina freudiana” (ROUDINESCO, 2008, p. 244). Neste sofisma um diretor de prisão propõe a três detentos a liberdade de um deles, escolhido de acordo com uma prova pela qual eles teriam de passar, consistindo no seguinte esquema: existem cinco discos, três brancos e dois pretos. O diretor então coloca três discos brancos nas costas dos três detentos de modo que cada detento possa ver apenas os discos dos outros dois. O primeiro a concluir corretamente sobre a cor de seu disco, e explicar corretamente a lógica que o levou a tal conclusão, deve transpor a porta livre.

Na solução perfeita, após se olharem durante certo tempo, eles transpõem em conjunto a porta da prisão, livres. Como explicação (ROUDINESCO, 2008, p. 244-245), três situações são possíveis:

1. Se “A” vê dois discos pretos, sabe que o seu é branco e sai imediatamente;
2. Se “A” vê um disco preto em “B”, e um disco branco em “C”, imagina que se “C” visse dois discos pretos, sairia imediatamente. Como “C” não sai, “A” deduz que seu disco é branco e sai;
3. Se “A” vê dois discos brancos, imagina que se “B” visse um disco branco em “C”, e um disco preto em “A”, “B” recairia no item anterior e sairia. Como “B” não sai, “A” deduz que seu disco é branco e sai.

Aqui, no sofisma do prisioneiro, o que determina a liberdade são os diferentes tempos de cada uma das três situações anteriores. São as hesitações simultâneas de cada prisioneiro que conduz os três à liberdade.

Como todos os três fazem o mesmo raciocínio, efetuam ao mesmo tempo seu julgamento e sua saída. O *tempo para compreender* reduz-se então ao *momento de concluir*, o qual se confunde com o *instante do olhar*. Com efeito, cada um reconhece que é branco não ao ver os outros saírem, mas *hesitarem* em sair. Lacan chama de *asserção de certeza antecipada* o processo de pressa que caracteriza o

fenômeno da tomada de decisão “verdadeira”, e faz dele a condição da liberdade humana (ROUDINESCO, 2008, p. 247).

Lacan apresenta no sofisma do prisioneiro sua ideia de liberdade, em oposição à Sartre tal como este último a apresentou em “Entre quatro paredes”. “não fazemos parte desses filósofos recentes para quem a sujeição a quatro muros não passa de um favor a mais para o fino do fino da liberdade humana” (LACAN, 1978e, p. 71) apud (ROUDINESCO, 2008, p. 245).

Percebe-se aqui o que Lacan opunha à tese sartriana. Não apenas o homem não é livre para escolher suas cadeias – já que não existe aparecimento original da liberdade -, mas está condenado, para tornar-se livre, a integrar-se à coletividade dos homens por um raciocínio lógico. Em outras palavras, somente a pertença, segundo o eixo horizontal descrito por Freud, funda a relação do sujeito com o outro, e somente a virtude lógica conduz o homem à verdade, ou seja, à aceitação do outro segundo uma dialética do reconhecimento e do desconhecimento. Na descendência husserliana, Lacan situava-se, portanto, contra Sartre, do lado de uma filosofia do conceito à qual tentava integrar uma filosofia não subjetiva do sujeito, ou, como ele dizia, uma “indeterminação existencial do ‘je’”. E, sendo assim, fazia toda liberdade humana depender de uma temporalidade: aquela, para cada sujeito, de saber submeter-se a uma decisão lógica em função de *um tempo para compreender* (ROUDINESCO, 2008, p. 246).

Assim, observa-se que para Lacan, a liberdade depende de um raciocínio intersubjetivo de acatamento da alteridade, em função de um tempo lógico, sendo este tempo lógico o tempo que o sujeito tem para compreender a emergência da lei. Foi a compreensão simultânea desta lei social, essencialmente, que deu a liberdade aos prisioneiros. O que significa isso em termos econômicos e sociais?

### **Implicações do sofisma lacaniano**

O tempo lógico para compreender a emergência da lei é o tempo que decorreu desde o momento em que os grupos patriarcais submeteram a civilização matriarcal no neolítico, iniciando-se a dialética do senhor-escravo, até o completo entendimento da lei. Durante este tempo, até hoje, várias pessoas – filósofos, religiosos, cientistas e pensadores – tomaram parte na decifração da lei. Hegel pensava tê-la compreendido completamente, pois para ele o fim da história tinha sido atingido, mas muita coisa aconteceu desde então, incluindo duas guerras mundiais.

Esta tese apresenta a lei social que emergiu até agora<sup>87</sup>, e cuja forma mais simples está na figura 4.3. A lei em última análise significa que para os humanos não continuarem a destruir o meio ambiente por meio de expansões geográficas e populacionais, precisam em primeiro

<sup>87</sup> A lei só acabará de emergir quando a humanidade alcançar a consciência da totalidade. A humanidade atingirá então o fim da história (ou o fim das guerras).

lugar distribuir renda. A distribuição de renda é o raciocínio intersubjetivo de acatamento da alteridade. Observa-se que embora a emergência da lei social aponte na direção da redistribuição de renda, esta, na forma preconizada nesta tese, não ocorrerá espontaneamente, sendo necessário antes entender a lei que emerge.

É então no tempo lógico que reside a parcela de livre-arbítrio da espécie humana como um todo. A humanidade pode demorar mais ou menos para compreender e decidir pela distribuição de renda. Ou mesmo nunca fazê-lo. E, no entanto esta decisão pode afetar a sobrevivência da espécie, pois só quando a sobrevivência de cada um for mais garantida e menos arriscada, é que os humanos poderão parar de fazer conluos estruturados como um dilema do prisioneiro para sobreviver em grupos de uns contra os outros, e, portanto parar de ameaçar a sobrevivência da espécie. Assim diminuir o tempo lógico para a compreensão da lei é o ato de livre-arbítrio que a humanidade pode fazer em seu próprio benefício.

Juntamente com o tempo para compreender, virá então o instante de olhar (da compreensão intersubjetiva), e o momento de concluir. Assim distribuir renda assume a função de um ato analítico de final de análise, em que os prisioneiros de si mesmos saem livres pela porta – pois só podem sair se forem todos juntos, que é o momento em que a humanidade se curará das mazelas do crescimento econômico sem harmonia, saindo do ciclo psicossocial da economia patriarcal, e entrando, pela porta estreita da decisão consciente de seu propósito, na era da regeneração e da consciência da alteridade.

## 5 CONCLUSÃO

### **O dilema do prisioneiro na economia**

Esta tese se iniciou examinando o dilema do prisioneiro, um jogo de 1950, que é parte da teoria dos jogos, ramo da economia e da matemática aplicada, criada por Von Neumann e Morgenstern em 1944. Neste jogo dois prisioneiros são colocados em salas separadas e acabam implicando um ao outro e ganhando penas maiores do que ganhariam se ambos não confessassem. Esta situação inspirou esta pesquisa, pois não parece racional que o pior para os dois acontecesse, quando ambos poderiam ficar melhor não confessando. Outro aspecto instigante é que o resultado do jogo é não cooperativo, enquanto que o melhor resultado é cooperativo. Poderia esta situação ser a regra na economia? E mais ainda, poderia ser uma característica ontológica do sujeito?

A investigação prosseguiu examinando o dilema jogado por repetidas vezes. Neste caso a cooperação pode ocorrer ou não, dependendo de parâmetros do dilema, que foram analisados e comparados com aqueles preconizados por Axelrod (2006). Apesar da importância destes fatores para a promoção da cooperação, é importante ressaltar que a cooperação só se torna possível quando a possibilidade dos participantes se encontrarem de novo é muito alta. O fator de desconto temporal utilizado por Axelrod (0,997) é ainda maior do que o utilizado nesta tese (0,849), de modo que a não ser no caso de empresas, deve-se considerar que a cooperação usualmente alcançada no dilema do prisioneiro deve ser pequena. Um aspecto importante do jogo repetido é que se a tentação para abandonar o parceiro é muito alta, podem surgir perversões do jogo (jogos dentro do jogo).

O próximo passo foi verificar os casos em que o dilema do prisioneiro beneficia a sociedade, que são o próprio dilema do prisioneiro e o cartel, e aqueles casos em que o dilema prejudica a sociedade, que são a corrida armamentista, as externalidades ambientais e os conluíus. Com relação ao cartel, destaca-se que é o único e importante caso na corrente principal da economia em que se estuda algo que viola a lei social, e, portanto serve nesta tese como precedente para os conluíus e as externalidades, que pervertem a lei social.

No caso da corrida armamentista (preparação para a guerra), que na literatura é representado por dois jogos, o armamentismo e o controle de armamentos, chegou-se a conclusão que os dois jogos fazem parte de um processo histórico em que primeiro acontece o armamentismo e depois o controle de armamentos. Isto leva ao indício de que o sujeito cartesiano representado

em cada um dos jogos tem atuação apenas local, isto é, é um sujeito de curto prazo. Para representar adequadamente a transformação de um jogo em outro, deve-se pensar em um sujeito do conhecimento evoluindo historicamente, como o sujeito hegeliano.

Outra questão interessante é a estratégia *maximin*, na qual se escolhe a estratégia que evita o pior resultado. Esta estratégia pode ser uma condição ontológica devido à desconfiança do sujeito, na medida em que este antecipa o pior que pode acontecer, e age em conformidade, iniciando então uma resposta “preventiva”. Este comportamento coincide com a estrutura de conhecimento paranoica do sujeito lacaniano, em que sempre existe um outro desconhecido que pode ser ameaçador, e que na verdade é o Outro do inconsciente, que se reflete nas relações com os outros encontrados durante a vida.

Portanto chamou-se de lacaniano-hegeliano o sujeito mais adequado para o longo prazo, enquanto que o sujeito cartesiano é um sujeito local, que age no curto prazo pensando ser racional, mas condicionado pelo inconsciente, o qual impõe a lei social que o sujeito cartesiano nem percebe existir.

Os outros casos em que o dilema do prisioneiro prejudica a sociedade são as externalidades ambientais e os conluíus para sonegação de impostos, tráfico de influência e corrupção em geral. Estes casos são contribuições importantes desta tese, por que não se sabe na literatura de outra aplicação do dilema do prisioneiro com ênfase em conluíus, embora Axelrod (2006) mencione roubo e impostos como casos de aplicação do dilema do prisioneiro, em um livro específico sobre cooperação. Especialmente em conluíus o sujeito cartesiano é inadequado, por que está sempre só. Já tanto o sujeito lacaniano quanto o hegeliano são uma relação entre o eu e o outro, ou seja, onde o conluíus é o estado natural do ser humano.

Uma vez caracterizado o dilema do prisioneiro no caso da preparação para a guerra (corridas armamentistas), nas externalidades ambientais e no caso dos conluíus, parte-se para mostrar que a evolução da economia desde o início da agricultura contribui para um acirramento do dilema do prisioneiro, da seguinte forma: a inovação aumenta a produtividade, ou seja, a quantidade de produtos fabricados por pessoa. Como as necessidades são limitadas, a quantidade de trabalho necessária acaba por diminuir, sem que a jornada de trabalho diminua, o que causa uma repartição inadequada do excedente econômico. Sobrevém então uma classe ociosa, e o desemprego na forma de trabalho precário. Ocorrem então expansões geográficas e populacionais, com guerras, em busca de novos meios de sobrevivência. Estas expansões

desordenadas contribuem para a destruição do meio ambiente, e da própria espécie humana, acirrando mais ainda o dilema do prisioneiro.

No bojo deste acirramento do dilema do prisioneiro surgem - além das perversões e violações já citadas como os conluíus em torno (1) das externalidades ambientais<sup>88</sup>, (2) da sonegação de impostos, (3) do tráfico de influência e (4) da corrupção em geral - as perversões econômicas, que são os conluíus em torno (5) do mercado de bens, (6) da tomada do poder, (7) de empréstimos favorecidos a empresários, (8) da exploração de empregados, (9) de operações no mercado de capitais.

Um ponto importante abordado em seguida é que os conluíus podem envolver pessoas que se agrupam em busca de proteção ou poder, mas que não necessariamente estão satisfeitas com todas as ações do grupo. Isto pode ser visto no fascismo (de feixe), onde as varetas agrupadas em feixes são mais fortes, mas também estão atadas, ou seja, são prisioneiras, perdendo a liberdade. Deste modo, ao se considerar que as perversões que ocorrem na forma de conluíus estão situadas nas regiões da caixa de Edgeworth onde existe maior concentração de renda, e que elas são indesejáveis, então uma política necessária é uma redistribuição de renda que traga a economia para fora da região de inequidade. Acredita-se que tais políticas vêm emergindo cada vez mais tanto na teoria, como nas contribuições de John Rawls e Amartya Sen, quanto na prática, onde o Brasil é um exemplo desta emergência.

### **A conexão epistemológica do dilema do prisioneiro**

O próximo passo foi caracterizar psíquica e historicamente o sujeito lacaniano / hegeliano que dá origem às perversões na forma de conluíus estruturados como um dilema do prisioneiro. Este sujeito é caracterizado não como o eu cartesiano, mas como sendo uma relação entre o eu e o outro, sendo que esta relação é intermediada pelo Outro, o qual passa a lei social (do seu desejo) ao eu. Este Outro (o inconsciente) é criado durante o prolongado período de desamparo / dependência da criança, e divide o sujeito em duas partes: o eu do livre-arbítrio ou sistema da consciência, e o Outro do determinismo (da lei) ou sistema do desejo.

Um exame da lei social conduz à conclusão de que em cada geração da economia patriarcal existe uma diminuição da imago paterna, e, portanto do papel patriarcal do Outro. À medida que isto acontece, é maior o número de objetos (outros) que entram em contato com o eu, ao

---

<sup>88</sup> Na medida que se forma em torno das externalidades ambientais um consenso de que elas são ruins para a humanidade, elas passam a existir na forma de perversões da lei social, através de conluíus estruturados como um dilema do prisioneiro.

longo da vida. Portanto existe uma tendência de socialização e democratização das sociedades humanas. Esta tendência terminará por conduzir a humanidade a um novo tipo de consciência, a consciência da alteridade.

A forma como essa lei social se apresenta no mundo é o ciclo psicossocial da economia patriarcal. Inicialmente se dá um aumento da produtividade, o qual cria um excedente econômico. O excedente diminui a necessidade do pai provedor, e, portanto diminui a imago paterna. Se esta imago já diminuiu o suficiente o mundo passa da consciência patriarcal para a consciência da alteridade. Senão, como o excedente é mal distribuído, continuam as expansões geográficas e populacionais, acompanhadas de guerras e destruição do meio ambiente. Nisto, os senhores, depois perversos, se autodestroem nas lutas, permitindo inovações que recomeçam o ciclo pelo aumento da produtividade.

A emergência da lei social - o que significa que a lei cristã (depois justiça como equidade) fica cada vez mais efetiva - se desenrola em uma história da consciência. Passada a época dos caçadores coletores, surgiram no período neolítico duas formas de organização humanas, uma matriarcal e a outra patriarcal, de forma similar ao que existe entre os chimpanzés hoje. A organização matriarcal constitui-se em uma civilização agrícola, a qual era essencialmente cooperativa. Entretanto grupos patriarcais pastoris e seminômades, descendentes da horda primordial freudiana, os quais eram não cooperativos e agressivos, invadiram e subjugaram a civilização matriarcal (na Grécia e na Europa), dando origem à primeira relação de dominação na história. É a partir desta fusão entre a civilização matriarcal com os grupos patriarcais que se inicia a história da civilização do patriarcado, através da dialética hegeliana do senhor-escravo.

Na dialética do senhor-escravo, os senhores pagãos patriarcais lutam, e os descendentes do matriarcado cooperativo fazem o trabalho servil. Assim esta estrutura psicossocial se reproduz até hoje, com lenta diminuição do poder patriarcal e da imago paterna. Na primeira parte dessa história, a lei social era a lei do bando, ou lei do mais forte. Os senhores pagãos guerreavam, mas nunca ficavam satisfeitos. Então o cristianismo (depois justiça como equidade) é adotado como lei social, e a antiga lei do bando se torna uma perversão da lei social. Nesta segunda parte da história, os senhores não desaparecem, como na fenomenologia hegeliana, mas se tornam os perversos sociais na medida em que continuam a lutar através de conluos estruturados como um dilema do prisioneiro, pervertendo a lei social (cristã).

A ligação entre a lei social e a lei psíquica então se completa. Ao passar pelo Édipo no quinto ano, a criança adquire um caráter básico da personalidade normal, neurótico, perverso, ou psicótico. No caso deste perverso da psicanálise, o desejo de reconhecimento se estrutura como um desafio à lei social. Assim, o perverso social desta tese, que participa de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro, pervertendo a lei social, também é um perverso pela psicanálise (embora um perverso pela psicanálise não necessariamente venha a ser um perverso social). O determinismo na lei social então se completa. O senhor nunca está satisfeito por que não obtém o reconhecimento desejado. Da mesma forma o perverso social nunca procura tratamento por que seu gozo está no próprio desafio à lei social,

Chegou-se então nesta tese aos dias de hoje. Admitindo-se que existem perversões da lei na forma de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro, e que são os perversos sociais os agentes desta situação não cooperativa, o que fazer para melhorar a sociedade? A única coisa a ser feita é esclarecer às pessoas a respeito da lei social, pois qualquer tipo de ação violenta contra os perversos só poderia resultar em mais perversões da lei social, na forma de conluios estruturados como um dilema do prisioneiro. Aproveitando o sofisma do prisioneiro de Lacan, tudo o que o livre arbítrio pode fazer é diminuir o tempo lógico da compreensão. Desta forma os prisioneiros, pela redistribuição de renda institucionalizada, podem libertar a si mesmos, atingindo a consciência da alteridade.

Finalmente, esta tese mostra que o dilema do prisioneiro revela um sujeito do conhecimento muito mais complexo do que o sujeito cartesiano, e que este sujeito, aqui chamado de lacaniano / hegeliano, deve ser considerado ao se tratar de ciências que tratem de aspectos histórico-sociais, como a economia.

### **Contribuição**

As contribuições mais importantes desta tese foram:

1. Incluir no escopo da ciência econômica através do dilema do prisioneiro, e da caixa de Edgeworth, toda a questão da perversão da lei por meio de conluios. Uma vez aceito que o dilema do prisioneiro é uma boa forma de incluir esta questão na economia, a conclusão direta é que economias com elevado grau de inequidade não atingem o ótimo de Pareto, por que os participantes dos conluios poderiam ficar mais satisfeitos se não tomassem parte em conluios. No entanto eles tomam parte, por que estão em um dilema do prisioneiro, ou pelo menos sentem que estão. Observa-se ainda que isto não altera a teoria

microeconômica, pois a questão da perversão da lei social estava fora do escopo da ciência econômica.

2. Uma vez que os conluios são inseridos na ciência econômica, o sujeito cartesiano deixa de ser suficiente para lidar com as interações entre os membros do grupo. Torna-se necessário adicionar um sujeito psíquico-histórico que nesta tese foi o sujeito lacaniano-hegeliano. Sintetizando, a ciência econômica tem de lidar com a história e a psique da humanidade, embora isto muitas vezes possa ser abstraído.
3. Enfatizar que o problema econômico atual não é causado pela escassez, mas pela opulência em face da miséria. Em outras palavras, é um problema de distribuição, onde o desejo de reconhecimento mal simbolizado impede que as necessidades de todos sejam atendidas, e que pode levar a humanidade a uma estagnação secular, com elevado desemprego, além da destruição do meio ambiente.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, J., & ABRANTES, L. *Por que as mulheres são mais inteligentes que os homens? uma análise baseada no rendimento escolar e no conceito das Inteligências Múltiplas de Gardner*. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- AXELROD, R. *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books, 2006.
- BUARQUE, C. *Da ética à ética*. Brasília: Senado Federal, 2007.
- BUCKLE, H. T. History of civilization in England. In: F. STERN, *Varieties of history* (third ed., p.120-137). New York: Random House, 1973.
- BYINGTON, C. A. *Pedagogia simbólica: a construção amorosa do conhecimento do ser*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Caixa - bolsa-família*. Disponível em Caixa Econômica Federal: <[http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa\\_familia/index.asp](http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp)>. Acesso em 04 de julho de 2012.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARVALHO, L., & KUBRUSLY, R. S. Estrutura, memória e a emergência da lei no Seminário sobre A carta roubada. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, XIV(2)*, p.359-382, agosto de 2007.
- CHESNAIS, F., & al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- CINTRA, M. *Bank transactions: pathway to the Single Tax ideal*. São Paulo: Cyan Artes Gráficas e Editora, 2009.
- DELUMEAU, J., & ROCHE, D. *Histoire des pères et de la paternité*. Paris: Larousse, 1990.
- DEMASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro; Brasília: José Olympio & UnB, 1999.
- DEMASI, D. *O ócio criativo* (oitava ed.). Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DESCARTES, R. Objeções e respostas. In: \_\_\_\_\_, *Os Pensadores* (Vol. XV, p.153-211). São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DIAS, E. F. O Dezoito: um golpe e sua decifração. (Para uma crítica da política). *Tempos Históricos, 12, número 1, ano X, primeiro semestre*, p.113-141, 2008.
- DIAS, M. d. *Identificação e enlaçamento social - a importância do fator libidinal*. São Paulo: Escuta, 2009.
- DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS. Disponível em: <<http://www.dicionariodenomesproprios.com.br>>. Acesso em 25 de setembro de 2012.
- DOR, J. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991a.

- \_\_\_\_\_. *Introdução à leitura de Lacan - estrutura do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à leitura de Lacan - o inconsciente estruturado como linguagem* (terceira ed.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991b.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, INC. Retrieved from Encyclopædia Britannica online, 2012.
- FAVERET, M. *Fundos de pensão e capital de risco*. Rio de Janeiro: Abrapp, 1993.
- FERNANDES, R. R. *Narcisismo e espiritualidade - o desenvolvimento da consciência pela elaboração simbólica*. São Paulo: Escuta, 2012.
- FINK, B. *O sujeito lacaniano entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FIORI, J. L. *Adeus à classe trabalhadora*. Disponível em II Fórum Social Mundial 2001 - Biblioteca das Alternativas: [http://www.galizacig.com/actualidade/200012/fsm\\_adeus\\_a\\_classe\\_trabalhadora.htm](http://www.galizacig.com/actualidade/200012/fsm_adeus_a_classe_trabalhadora.htm). Acesso em 11 de abril de 2012.
- FREUD, S. Esboço de psicanálise. In: S. FREUD, & I. P. PAVLOV, *Os Pensadores* (primeira ed., Vol. XXXIX, p.95-150). São Paulo: Abril Cultural, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *Inhibition, symptôme et angoisse*. Paris: PUF, 1965.
- \_\_\_\_\_. *L'avenir d'une illusion*. Paris: PUF, 1971a.
- \_\_\_\_\_. Le moi et le ça. In: \_\_\_\_\_, *Essais de psychanalyse* (p.219-275). Paris: Payot, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Malaise dans la civilisation*. Paris: PUF, 1971b.
- \_\_\_\_\_. Novas conferências introdutórias à psicanálise. In: \_\_\_\_\_, *Obras Completas [1930-1936]* (Vol. 18, p.123-354). São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- \_\_\_\_\_. O eu e o isso. In: \_\_\_\_\_, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- \_\_\_\_\_. O mal-estar na civilização. In: \_\_\_\_\_, *Obras Completas [1930-1936]* (Vol. 18, p.13-122). São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.
- \_\_\_\_\_. Psicologia das massas e análise do eu. In: \_\_\_\_\_, *Obras Completas [1920-1923]* (Vol. 15). Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Totem e tabu* (standard ed.). Rio de Janeiro: Imago, 1974b.
- \_\_\_\_\_. *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard, 1962.
- GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. *Revista de Economia Contemporânea*, V. 4, N. 2, p.9-36, jul./dez., 2000a.

- \_\_\_\_\_. Resenha do livro "Teoria dos sentimentos morais". *Econômica*, V. II N. 4, p.139-146, dezembro, 2000b.
- GIMBUTAS, M. *The Civilization of the Goddess - the world of old europe* (first ed.). New York: HarperCollins Publishers, 1991.
- GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira* (décima ed.). São Paulo, SP, Brasil: Pearson Education do Brasil, 2004.
- HANSEN, A. H. Economic progress and declining population growth. (A. E. Association, Ed.) *The American Economic Review*, 29, No. 1, Part I, p.1-15, 1939.
- HEGEL, G. W. *Fenomenologia do espírito* (quinta ed.). Petrópolis & Bragança Paulista: Vozes & Universitária São Francisco, 2008.
- HIBBERT, C. *Mussolini - história ilustrada da segunda guerra mundial* (Vol. 3 líderes banda roxa). Rio de Janeiro: Renes, 1974.
- HICKS, J. R. IS-LM: uma explicação. In: R. CARNEIRO, *Os Clássicos da Economia* (Vol. 2, p.159-174). São Paulo: Ática, 1997.
- HOFSTADTER, R. *Social darwinism in american thought 1860-1915*. 1944.
- JALLEY, É. *Freud, Wallon, Lacan: a criança no espelho*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009.
- JULIEN, P. *Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.
- KEEGAN, J. *Waffen SS soldados da morte - história ilustrada da segunda guerra mundial* (Vol. 1 tropas banda verde). Rio de Janeiro: Renes, 1973.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro, e da moeda* (Os Economistas ed.). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- \_\_\_\_\_. O estado da expectativa a longo prazo. In: R. CARNEIRO, *Os clássicos da economia* (Vol. 2, p.113-128). São Paulo: Ática, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas econômicas para os nossos netos*. Disponível em Revista Versus online número 5, ensaios, agosto de 2010:  
<[http://www.versus.ufrj.br/edicoes\\_pdf/pdf\\_versusN5/Ensaios\\_vsn5.pdf](http://www.versus.ufrj.br/edicoes_pdf/pdf_versusN5/Ensaios_vsn5.pdf)>.  
Acesso em 28 de abril de 2012.
- KOJÈVE, A. *Introdução à leitura de Hegel* (primeira ed.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- LACAN, J. A instância da lei no inconsciente ou a razão desde Freud. In: \_\_\_\_\_, *Escritos* (p.223-259). São Paulo: Perspectiva, 1978a.
- \_\_\_\_\_. A significação do falo. In: \_\_\_\_\_, *Escritos* (p.261-273). São Paulo: Perspectiva, 1978b.
- \_\_\_\_\_. Kant com Sade. In: \_\_\_\_\_, *Escritos* (p.776-803). Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

- \_\_\_\_\_. L'Agressivité en psychanalyse. In: \_\_\_\_\_, *Écrits* (p.101-124). Paris: Seuil, 1966a.
- \_\_\_\_\_. Les complexes familiaux dans la formation de l'individu. Paris: Navarin, 1984.
- \_\_\_\_\_. Le séminaire sur la lettre volée. In: \_\_\_\_\_, *Écrits* (p.11-61). Paris: Le Seuil, 1966b.
- \_\_\_\_\_. Les psychoses. In: \_\_\_\_\_, *Le séminaire livre 3*. Paris: Le Seuil, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Seminário - livro 11 - Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (segunda ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.
- \_\_\_\_\_. O Seminário Sobre A Carta Roubada. In: \_\_\_\_\_, *Escritos* (p.17-67). São Paulo: Perspectiva, 1978c.
- \_\_\_\_\_. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: \_\_\_\_\_, *Escritos* (p.275-311). São Paulo: Perspectiva, 1978d.
- \_\_\_\_\_. Tempo lógico e a asserção de certeza antecipada - um novo sofisma. In: \_\_\_\_\_, *Escritos* (p.69-86). São Paulo: Perspectiva, 1978e.
- LAMOUR, C., & LAMBERTI, M. R. *Il sistema mondiale della droga*. Turim: Einaudi, 1973.
- LAPLANCHE, J. *Vie et mort em psychanalyse*. Paris: Flammarion, 1970.
- LEBRUN, J.-P. *O mal-estar na subjetivação*. Porto Alegre: CMC, 2010.
- LOWEN, A. *Medo da vida: caminhos da realização pessoal pela vitória sobre o medo* (segunda ed.). São Paulo: Summus, 1986.
- MANDEL, E. *Long waves of capitalist development*. Cambridge; London; New Rochelle; Melbourne; Sidney; Paris: Cambridge University Press & Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1980.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, K., & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MCDUGALL. *The group mind*. Cambridge, 1920.
- MCGUIGAN, J. R., MOYER, R. C., & HARRIS, F. H. *Economia de empresas: aplicações, estratégia e táticas* (tradução da nona ed.). São Paulo: Thomson, 2006.
- METAPHYSICS RESEARCH LAB, CSLI, STANFORD UNIVERSITY. Fonte: Stanford encyclopedia of philosophy, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Mamíferos* (segunda ed.). Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Material de Ensino, 1962.
- MIROW, K. R. *A Ditadura dos cartéis: anatomia de um subdesenvolvimento*. Civilização Brasileira, 1979.
- MOLL, A. *Psychopathia sexualis*. Climats, 1990.
- MORA, J. F. *Dicionário de filosofia* (segunda ed.). São Paulo: Edições Loyola, 2004.

- OLIVEIRA, N. d. *Rawls*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- PAGOTTO, M. A. *O trabalho morreu. Viva o conhecimento! Os serviços em uma sociedade de classes*. São Paulo: Annablume, 2011.
- PEASE, A., & PEASE, B. *Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor? uma visão científica (e bem-humorada) de nossas diferenças* (11 ed.). Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- PEREIRA, M. Um luxo. *O Globo*, p.4 - O PAÍS, 17 de maio de 2012.
- PINDYCK, R. S., & RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
- PINKER, S. *The better angels of our nature - why violence has declined*. New York: Viking Penguin, 2011.
- \_\_\_\_\_. Vivemos no melhor dos tempos. *Veja* (edição 2250 - ano 45 - n. 1), p.13-15, 4 de janeiro de 2012.
- POLE, A., WEST, M., & HARRISON, J. *Applied bayesian forecasting and time series analysis*. Boca Raton; London; New York; Washington, D.C.: Chapman & Hall / CRC, 1999.
- QUINET, A. *As 4+1 condições da análise* (décima-primeira ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- RANGEL, I. M. Artigo sobre economia. *Jornal de circulação diária*, dezembro de 1990
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça* (terceira ed.). São Paulo: Martin Fontes, 2008.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIMA, I. H. *História do pensamento econômico* (primeira ed.). São Paulo: Atlas, 1977.
- ROSA, L. P. *Tecnociências e humanidades* (Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- ROSSETTI, J. P. *Introdução à economia* (décima ed.). São Paulo: Atlas, 1984.
- ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan - esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ROUDINESCO, E., & PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ROZITCHNER, L. *Freud e o problema do poder*. São Paulo: Escuta, 1989.
- SAGAN, C. *Os dragões do éden: especulações sobre a evolução da inteligência humana* (terceira ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- SARTRE, J.-P. *Entre quatro paredes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SHELLING, T. C. Hockey Helmets, Concealed Weapons, and Daylight Saving: A Study of Binary Choices with Externalities. *Journal of Conflict Resolution*, 17, p.381-428, 1973.

- SCHOLZ, J. T. Cooperation, regulatory compliance, and the enforcement dilemma. *Paper presented at the annual meeting, September 1-4*. Chicago: American Political Science Association, 1983.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Chicago ; London ; Toronto ; Geneva ; Sidney ; Tokyo: Encyclopædia Britannica, Inc., 1952.
- SMITH, B. F. *O tribunal de Nuremberg*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- STEWART, D. Biografia crítica. In: A. SMITH, *Teoria dos Sentimentos Morais* (p.XI - LXXXII). São Paulo: Martin Fontes, 2002.
- STIGLITZ, J. E. *Um Nobel de economia explica Occupy Wall Street*. (8 de novembro de 2011), disponível em Outras Palavras: <http://www.outraspalavras.net/2011/11/08/um-nobel-de-economia-explica-occupy-wall-street/>>. Acesso em 23 de dezembro de 2011.
- STONE, M. *When god was a woman*. San Diego; New York; London: Harvest / HBJ Books, 1976.
- STRATHERN, P. *Uma breve história da economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- TAYLOR, P., & GROOM, G. *International organization: a conceptual approach*. Londres: Frances Pinter, 1978.
- VARIAN, H. R. *Microeconomia: conceitos básicos* (sétima ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- WALLON, H. Le rôle de l'autre dans la conscience du moi. *Enfance, no spécial Henri Wallon, 1959-1963*, p.279-286, 1946.
- \_\_\_\_\_. Les étapes de la personnalité chez l'enfant. *Enfance, no spécial Henri Wallon, 1959-1963*, p.73-85, 1956.
- \_\_\_\_\_. Les étapes de la sociabilité chez l'enfant. *Enfance, no spécial Henri Wallon, 1959-1963*, 1952.
- \_\_\_\_\_. L'étude psychologique et sociologique de l'enfant. *Enfance, no spécial Henri Wallon, 1959-1963*, p.297-308, 1947.
- WEST, M., & HARRISON, J. *Bayesian forecasting and dynamic models*. New York: Springer-Verlag New York Inc., 1989.
- WIKIPEDIA. Fonte: Wikipedia - the free encyclopedia, 2012
- WYKES, A. *Hitler - história ilustrada da segunda guerra mundial* (Vol. 2 líderes banda roxa). Rio de Janeiro: Renes, 1973.
- ZIZEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.